

# GEOPOLÍTICA

PODER E TERRITÓRIO



**fflch**

FACULDADE DE FILOSOFIA,  
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Ivanio Folmer  
Ane Carine Meurer  
Gilvan C. C. de Araújo  
Júlio César Suzuki  
**[Organizadores]**

ISBN 978-65-87621-46-3

DOI 10.11606/9786587621463

COLEÇÃO: DEBATES SOBRE GEOPOLÍTICA  
**GEOPOLÍTICA: PODER E TERRITÓRIO**

Ivanio Folmer

Ane Carine Meurer

Gilvan C. C. Araújo

Júlio César Suzuki

**[Organizadores]**

**FFLCH**

**2021**

## **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP**

Reitor: Prof. Dr. Vahan Agopyan

Vice-reitor: Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandez

## **FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS – FFLCH**

Diretora: Prof. Dr. Paulo Martins

Vice-diretor: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Paula Torres Megiani

### **COMITÊ EDITORIAL**

Prof. Dr. Adebaro Alves dos Reis (IFPA)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Adriana Carvalho Silva (UFRRJ)

Prof. Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira (UFG)

Prof. Dr. Agnaldo de Sousa Barbosa (UNESP)

Prof. Dr. Alécio Rodrigues de Oliveira (IFSP)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Regina M. Dantas Barboza da Rocha Serafim (UPE)

Prof. Dr. Cesar de David (UFMS)

Prof. Dr. José Elias Pinheiro Neto (UEG)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Jaqueline Elicher (UNIRIO)

Prof. Dr. Ricardo Júnior de Assis Fernandes (UEG)

Prof. Dr. Roni Mayer Lomba (UNIFAP)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Telma Mara Bittencourt Bassetti (UNIRIO)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Valéria Cristina Pereira da Silva (UFG)

Catálogo na Publicação (CIP)  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo  
Maria Imaculada da Conceição – CRB-8/6409

---

G345 Geopolítica [recurso eletrônico] : poder e território / Organização:  
Ivanio Folmer... [et al.]. -- São Paulo : FFLCH/USP, 2021.  
2.103 Kb ; PDF. -- (Debates sobre geopolítica)

ISBN 978-65-87621-46-3  
DOI 10.11606/9786587621463

1. Geopolítica. 2. Poder. 3. Território. I. Folmer, Ivanio. II.  
Série.

CDD 320.12

---



Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.

## **GEOPOLÍTICA: PODER E TERRITÓRIO**

A geopolítica refere-se às implicações que as relações sociais e de poder estabelecem com diferentes dimensões da categoria espaço, de forma multitemática e interdisciplinar. Pensar a Geopolítica é considerar, de forma dialógica, as relações geográficas entre fatos e fenômenos espaciais em diferentes escalas de organização e planejamento de políticas públicas e ações governamentais com impactos locais, regionais, nacionais e internacionais dos diversos países.

Outras temáticas que englobam o escopo de estudos geopolíticos envolvem as correlações de forças políticas, discussões de limites e fronteiras, geoestratégias, negociações, acordos, autonomia, soberania e dependência, cujos alicerces estão em interesses individuais e coletivos de Estados nacionais. Muitos desses interesses, como tem sido demonstrado historicamente, geram conflitos entre países, grupos, culturas, movimentos sociais em disputa por território e poder. É preciso, de igual modo, considerar os estudos sobre as relações locais/globais, internacionais dos países com as novas tecnologias digitais de comunicação e informação, das causas ambientais, dos acordos comerciais, das políticas provenientes das grandes agências de fomento transnacionais, das empresas privadas locais e transnacionais que se articulam em busca de infraestrutura para desenvolvimento econômico e hegemônico.

Os estudos geopolíticos também se debruçam sobre a tentativa de compreensão das Alianças e acordos para a construção e manutenção de blocos econômicos visando interesses de países, geralmente com preponderância no avanço comercial, na educação, nas políticas públicas relacionadas à formação de mão de obra, entre outros. Nesse contexto de perspectiva de relações e de articulações estratégicas, território e poder se organizam para além da materialidade. Há também a possibilidade de pensarmos o projeto nacional na perspectiva de servir em grande parte ou preponderantemente aos interesses externos, mesmo que o Estado-Nação seja independente. Com isso, ele transforma-se em um território a serviço do que os outros almejam, decidem, propõem. Essa perspectiva está muito presente em países colonizados, os quais têm dificuldade ou interesses em manter-se em grande parte tutelados.

A partir de tais premissas sobre os estudos geopolíticos, podemos nos questionar: Que possibilidades teríamos de converter o projeto nacional em projeto de Estado? Entende-se que o projeto nacional são ações planejadas, metas a serem atingidas por diversas instituições e organizações públicas e privadas. Os diferentes e possíveis arranjos geopolíticos e geoestratégicos possuem, em seu íterim, os elementos e condições para converte-se em pactos, políticas públicas que orientem as tomadas de decisão dos governantes e que venham ao encontro da proposição de resoluções para suas necessidades nacionais e internacionais, na dimensão escalar local e global.

Essa reflexão nos faz compreender as relações que o Brasil irá estabelecer internamente e externamente no arranjo geopolítico global, seguindo as escalas de acordo com questões que se articulam na perspectiva que melhor atenda às suas necessidades. Nesse contexto, há uma perspectiva que se avista no sentido de gerenciar os vários setores políticos, sociais e econômicos, bem como diferentes instituições governamentais no sentido de planejar, organizar, desenvolver, realizar o projeto de Estado que contemple a complexidade social, histórica e geográfica brasileira.

A geopolítica tornou-se um tema de discussão que está em destaque, uma vez que busca analisar a relação entre poder e território, não sendo, portanto, uma nova área de estudos no âmbito das ciências sociais. Há uma abertura dialética ao pensamento geopolítico, de modo a propor um olhar que considere as contradições existentes entre as dimensões sociais, políticas, econômicas e históricas entre os países e a forma como a atuação política de seus governantes atua internamente e externamente em seus territórios.

Os trabalhos apresentados nesta obra fazem-nos refletir desde olhares sobre a globalização e os impactos sobre nossas vidas, que vão do direito à sociobiodiversidade e soberania como as identidades territoriais, com a ampliação das fronteiras e os ruídos conduzidos pelas relações nacionais e internacionais em diferentes escalas do espaço geográfico. Nesses textos, ficam em destaque os atores, os fluxos e fixos da geografia econômica, a cultura, os agentes transformadores e os territórios que estão em disputa.

Os territórios, construídos e delimitados pelas relações de poder, estão em constante transformação. Nesse sentido, é preciso que a Geopolítica acompanhe esse movimento dinâmico, dialético e inerente aos territórios e às relações sociais e de poder que nele ocorrem. Intercalar diferentes perspectivas de análise, leitura e debate sobre as temáticas que permeiam o pensamento geopolítico é o primeiro passo para não apenas aprofundarmos seus temas, mas também propor novos horizontes para os diferentes arranjos de projetos de Estado ao redor do mundo.

Em *A geopolítica das redes logísticas sobre a Ásia central: uma análise do Carec Transport Sector Strategy 2030*, de Jonathan Christian Dias dos Santos, há a inserção do debate logístico territorial em nível internacional envolvendo, dentre outras correlações, a importância dos transportes nas estratégias geopolíticas asiáticas.

No capítulo *Brasil/Colômbia: geopolítica e relações na fronteira amazônica*, de Ana Maria Libório de Oliveira, Sebastião Peres Souza e Wendell Teles de Lima, temos um exercício comparativo, interdisciplinar, reflexivo e analítico sobre a temática das fronteiras, tão cara e essencial ao cerne dos estudos geopolíticos envolvendo países da América do Sul.

O tema bélico é essencial para os estudos geopolíticos e, em *Armamento nuclear e a cultura estratégica russa: concepções geopolíticas à serviço da defesa nacional*, de Douglas

de Quadros Rocha, encontramos um estudo de caso sobre como o arsenal nuclear compõe a estrutura geoestratégica russa, envolvendo, dentre outros pontos de reflexão, a ação do Estado e toda uma cultura geopolítica desse país que é uma potência desse tipo de armamento.

Em *Geopolítica: uma apreciação histórica*, de Carlos Eduardo Valle Rosa, há uma análise temporal de alguns dos principais autores, ideias, tendências e obras que pautaram e ainda pautam os estudos geopolíticos e, também, àqueles que partem da relação entre o território e as relações de poder, tão caras na formação e compreensão de novas perspectivas de aprofundamento sobre as temáticas geopolíticas.

No capítulo *As fronteiras do território amazônico como área pivô-central da América do Sul*, Gilvan Charles Cerqueira de Araújo e Júlio César Suzuki desenvolvem uma reflexão geopolítica relativa às fronteiras internas e externas do território amazônico e seus recursos naturais na composição do que viria a ser uma região de forte apelo geopolítico na América do Sul, seguindo tradições clássicas e contemporâneas sobre o poder do território na constituição dos Estados nacionais.

*Os novos rumos da geopolítica mundial em tempos de estatalidade pós-pandemia*, de Guilherme Sandoval Góes, Alice Castelani de Oliveira e Matheus Moraes Alves Marreiro, oferece-se aos leitores a inserção do olhar geopolítico aos eventos, consequências e impactos do cenário global da pandemia do novo coronavírus, Sars CoV-2. Por se tratar de um tema essencialmente espacial e internacional, a pandemia da COVID-19 possui o potencial de ser analisada por diferentes olhares e perspectivas sobre o papel do Estado na crise sanitária causada pelo vírus, envolvendo a seara geopolítica de estudos, como apresentado pelos autores desse capítulo.

Historicamente, o poder e as suas relações fazem parte dos estudos de Geopolítica, e Lucas Labigalini Fuini efetua uma incursão teórico-conceitual nesse sentido em seu capítulo *Concepções de poder e território em Michel Foucault: uma contribuição aos estudos geográficos*. Alinhar a base teórica sobre poder do filósofo francês às referências categoriais e conceituais do pensamento geográfico é tão profícuo como necessário aos estudos geopolíticos e geoestratégicos.

O papel das forças armadas é o foco do capítulo *Exército brasileiro: instrumento estratégico de controle e integração territorial na tríplice fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina*, de Orlando Bispo dos Santos, cujo debate se centra na constituição das bases de força militar-estratégicas para os Estados nacionais como um dos fundamentos de toda estruturação geopolítica de projetos nacionais, como é o caso estudado pelo autor referente à integração territorial brasileira, paraguaia e argentina.

Shiguenoli Miyamoto realiza uma profunda revisão teórica e metodológica, em seu capítulo *Geopolítica, poder e projeto nacional*, no qual o autor nos oferece um percurso por

autores, obras, tendências e relações entre a Geopolítica e a necessidade e a importância de um projeto nacional.

Em *A relevância da teoria do poder terrestre para a geopolítica atual*, de Vinicius Modolo Teixeira, há a retomada de ideias clássicas geopolíticas. Com revisitações e releituras do raum ratzeliano, o autor elabora uma visão contemporânea para o protagonismo do poder terrestre em questões envolvendo o território e relações de poder.

O último capítulo do livro, *O fator geopolítico-territorial nas regiões polares*, de Rogério Madruga Gandra, permite resgatar a herança de estudos sobre as regiões globais de alta latitude, colaborando com o debate geopolítico e geoestratégico historicamente atrelado aos interesses e conflitos entre Estados nacionais nessa parte do globo.

Por fim, convidamos a todos e a todas para uma leitura atenta de análises tão inquietadoras.

Ivanio Folmer<sup>1</sup>

Ane Carine Meurer<sup>2</sup>

Gilvan C. C. de Araújo<sup>3</sup>

Júlio César Suzuki<sup>4</sup>

(Organizadores)

---

<sup>1</sup> Graduado em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria (2014). Mestre em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia-PPGGEO/UFSM (2018). Doutorando em Geografia-PPGGEO/UFSM com previsão de término em 2022. Participante de diversos projetos de pesquisa e extensão, com as temáticas de Educação no campo; Educação Ambiental; Gênero e sexualidade; Mortalidade Infantil; Catadores e Memória e Patrimônio Cultural. É professor da Rede Estadual do RS na Área das Humanas - Componente Curricular: Geografia. Tutor EAD no Curso Licenciatura em Educação do Campo UAB/UFSM desde 2018. Integrante do Grupo de Pesquisa em Educação e Território- GPET.

<sup>2</sup> Possui Graduação em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Dom Bosco (1987), Mestrado em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (1997) e Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2003). Atualmente é professora da Universidade Federal de Santa Maria, atuando como Diretora do Centro de Educação da UFSM. Professora no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFSM. Trabalha principalmente com as temáticas: Educação, Educação do Campo, Projeto Político-Pedagógico, Movimentos Sociais e Formação de Professores.

<sup>3</sup> Possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2009), mestrado em Geografia pela Universidade de Brasília (2013) e doutorado em Geografia (Organização do Espaço) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2016). Pós-doutorando em Geografia, Literatura e Filosofia pela Universidade de São Paulo.

<sup>4</sup> Graduado em Geografia (UFMT, 1992) e em Letras (UFPR, 2004), com mestrado (USP, 1997) e doutorado (USP, 2002) em Geografia Humana e estágio pós-doutoral na Université Pan-théon-Sorbonne (2007-2008), Université Rennes 2 (2014-2015) e Université de Pau et des Pays de l'Adour (2014-2015). Atualmente, é professor do Departamento de Geografia/FFL-CH/USP e orientador junto ao Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina (PROLAM/USP).



## SUMÁRIO

**A GEOPOLÍTICA DAS REDES LOGÍSTICAS SOBRE A ÁSIA CENTRAL: UMA ANÁLISE DO CAREC TRANSPORT SECTOR STRATEGY 2030.....11**

**Jonathan Christian Dias dos Santos**

**BRASIL/COLÔMBIA: GEOPOLÍTICA E RELAÇÕES NA FRONTEIRA AMAZÔNICA:.....27**

**Ana Maria Libório de Oliveira**

**Sebastião Peres Souza**

**Wendell Teles de Lima**

**ARMAMENTO NUCLEAR E A CULTURA ESTRATÉGICA RUSSA: CONCEPÇÕES GEOPOLÍTICAS À SERVIÇO DA DEFESA NACIONAL.....38**

**Douglas de Quadros Rocha**

**GEOPOLÍTICA: UMA APRECIÇÃO HISTÓRICA .....53**

**Carlos Eduardo Valle Rosa**

**AS FRONTEIRAS DO TERRITÓRIO AMAZÔNICO COMO ÁREA PIVÔ-CENTRAL DA AMÉRICA DO SUL.....72**

**Gilvan Charles Cerqueira de Araújo**

**Júlio César Suzuki**

**OS NOVOS RUMOS DA GEOPOLÍTICA MUNDIAL EM TEMPOS DE ESTATALIDADE PÓS-PANDEMIA.....89**

**Guilherme Sandoval Góes**

**Alice Castelani de Oliveira**

**Matheus Moraes Alves Marreiro**

**CONCEPÇÕES DE PODER E TERRITÓRIO EM MICHEL FOUCAULT: UMA CONTRIBUIÇÃO AOS ESTUDOS GEOGRÁFICOS .....106**

**Lucas Labigalini Fuini**

**EXÉRCITO BRASILEIRO: INSTRUMENTO ESTRATÉGICO DE CONTROLE E INTEGRAÇÃO TERRITORIAL NA TRÍPLICE FRONTEIRA ENTRE BRASIL, PARAGUAIE ARGENTINA.....122**

**Orlando Bispo dos Santos**

**GEPOLITICA, PODER E PROJETO NACIONAL.....136**

**Shiguenoli Miyamoto**

**A RELEVÂNCIA DA TEORIA DO PODER TERRESTRE PARA A GEOPOLÍTICA ATUAL.....153**

**Vinicius Modolo Teixeira**

**O FATOR GEOPOLÍTICO-TERRITORIAL NAS REGIÕES POLARES .....169**

**Rogério Madruga Gandra**

# **A GEOPOLÍTICA DAS REDES LOGÍSTICAS SOBRE A ÁSIA CENTRAL: UMA ANÁLISE DO CAREC TRANSPORT SECTOR STRATEGY 2030**

Jonathan Christian Dias dos Santos<sup>1</sup>

## **UMA BREVE PASSAGEM PELA CRIAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DAS REDES LOGÍSTICAS E COMERCIAIS, NA ÁSIA CENTRAL**

Historicamente, a Ásia Central<sup>2</sup> é uma zona importante do mundo, também, mas não somente, pela sua posição privilegiada de ser um espaço localizado no coração do mundo, conectando dois grandes continentes. Sua magnitude para o tráfego comercial é um marco na história da humanidade, tendo sido os territórios que compõem tal região, por exemplo, um ponto de interação cultural, econômica e política entre os diversos povos que transitavam do Leste ao Oeste, pelas rotas da seda, instauradas no decorrer do período de expansão dos chineses, durante a dinastia Han, na era da China Imperial (POMAR, 2003).

Essa relevância geopolítica e geoestratégica da Ásia Central permitiu que, ao longo dos séculos, fossem desenvolvidas diversas redes que continuaram a possibilitar uma conexão do espaço centro-asiático aos eventos de outros territórios do sistema mundo. A Rota da Seda, que representava uma estratégia geopolítica e geoeconômica da China com o Ocidente, e não apenas uma correspondência física entre civilizações do mundo, fora apenas o primeiro passo para o desenvolvimento de uma rede logística e comercial que, cada vez mais, passou a modernizar-se e transformar-se complexamente, à medida que as técnicas e o meio científico avançavam em direção a novas descobertas, e a revolução industrial moldava, cada vez mais, os circuitos espaciais de comércio e a relação entre os territórios.

Desse modo, a Ásia Central experimentou uma evolução e ressignificação da geopolítica das redes que se desdobraram sobre o seu território. Durante o período da Rússia Imperial, que adentrou na região durante o século XVII, as ferrovias foram o principal meio

---

<sup>1</sup> Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGGEO/UFRRJ) e membro do Laboratório de Geografia Econômica e Política (LAGEP/ UFRRJ). E-mail: jonathan\_christian95@hotmail.com

<sup>2</sup> Considera-se como Ásia Central os países que estão localizados ao sul da Rússia e integraram o bloco soviético, sendo eles: Cazaquistão, Uzbequistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Quirguistão.

de expansão das redes. Foram abertas ferrovias ligando não somente os territórios centro-asiáticos à Rússia, mas, também, redes ferroviárias interligando os próprios territórios sob o domínio russo, no interior da região. Tais redes ferroviárias tinham dois objetivos geopolíticos muito explícitos: o primeiro era de caráter comercial e logístico – permitir um escoamento da produção agrícola dos espaços colonizados para a Rússia europeia –, e o segundo, de estimular uma ocupação e colonização desses mesmos territórios, através de russos que pudessem produzir e vender suas produções ao próprio império, não criando, assim, uma dependência comercial entre o Czar e os povos originários.

Subsequentemente, na era soviética, o massivo processo de industrialização e a espacialização do plantio de algodão (iniciada na Rússia Czarista), como bases da economia centro-asiática, promovido pelos bolcheviques, intentou a criação de novas redes (aeronáutica e rodoviária), assim como almejava a expansão das redes ferroviárias herdadas dos tempos do Czar. Durante o século XX, o esforço de interconexão entre essas redes (aérea, terrestre e marítima) intensificou-se principalmente com a finalidade de propiciar uma união entre mercados, cidades e regiões produtoras situadas no interior da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que possuía uma certa defasagem logística, justamente pela sua extensão territorial.

Por isso, novas redes ferroviárias por meio das estepes do Cazaquistão e da costa do Turcomenistão (redes marítimas de navegação pelo Mar Cáspio) foram desenvolvidas para o transporte de petróleo, serragem de madeira e outros recursos. Além disso, após a Segunda Guerra Mundial, as redes ganharam mais uma função geopolítica, uma vez que, no entendimento dos soviéticos, as redes de transporte deveriam funcionar não apenas como um meio de união territorial e dos circuitos espaciais de produção da URSS, mas, também, como um elemento de defesa, possibilitando uma melhor (e mais rentável) mobilização de tropas e mantimentos (TAAFFE, 1962), algo que, por exemplo, o Turcomenistão experimentou no decorrer do conflito (ANNAORAZOV, 2012). Todavia, a questão da conectividade entre as redes do espaço centro-asiático sempre foi uma questão de difícil resolução, por diversos fatores – dentre eles, o terreno da região e a própria organização espacial.

Entretanto, a estrutura das redes de transportes dos tempos soviéticos, que, apesar de amplas, mas não englobavam, de forma satisfatória, toda a Ásia Central, após 1991, ressignificaram-se, mais uma vez. Esses sistemas passaram a estar inseridos numa lógica espacial globalizada, na qual a compreensão do espaço o torna único. Isto significa dizer que a

eliminação das barreiras geográficas, sobretudo, com a evolução dos meios de comunicação (internet) e de transporte (intensificação do comércio marítimo, avanço tecnológico no setor da aviação), deu, também, um novo significado geopolítico à atuação dessas redes, que passaram a ser instrumentos de ação e movimento político, na esfera de relação entre países e seus limites. Principalmente, na relação dos países do Norte mundial com os territórios recém inseridos na lógica monetária e de acumulação do capitalismo, que, a partir do fim da Guerra Fria, torna-se o modelo político-econômico praticamente hegemônico no mundo.

Este momento de virada do século XX para o XXI é, também, o período de fortalecimento dos blocos econômicos e de cooperação entre Estados que têm semelhanças em múltiplas esferas: culturais, econômicas e de projetos geopolíticos dentro do sistema capitalista. Mas a principal característica entre esses atores reside, sobretudo, em suas posições como países do chamado “Sul Global”. Tais sujeitos, oriundos da zona meridional do globo, formam novas alianças e configuram um novo arranjo espacial geopolítico mundial. Na primeira década do século XXI, por exemplo, surgiram os BRICS (atualmente, formados por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), a Organização para a Cooperação de Xangai (OCX), a União Econômica Eurasiática, o Conselho de Cooperação dos Estados de Língua Turca e, também, o Programa de Cooperação Econômica Regional da Ásia Central (CAREC, em inglês), que, aqui, se constitui como o foco de análise.

## **INTERPRETANDO A ESSÊNCIA DAS REDES E A SUA LEITURA GEOGRÁFICA**

Antes de efetivamente analisar-se o CAREC Transport Sector Strategy 2030, é necessário realizar-se uma breve revisão sobre o conceito de redes e a sua operação dentro da ciência geográfica. Isso posto, inicializa-se este fragmento do texto explanando a ideia daquilo que é compreendido como rede. Tal ideia, apesar de obter um pouco mais de força, no debate teórico ao longo da revolução informacional, “não é algo recente na história da humanidade. Antes de ocupar a posição e o alcance que adquiriu na contemporaneidade, o termo foi portador de distintos sentidos e objeto de variadas apropriações” (COELHO NETO, 2013, p. 20). Essa afirmação parece muito apropriada, quando se recorre ao filósofo francês Pierre Musso (2004), autor que produziu diversos trabalhos sobre o processo evolutivo epistemológico da rede.

Para Musso (2004), o conceito de redes, nos tempos primórdios, tem um caráter ligado ao material têxtil, ao vestuário. Essa noção reinventa-se (ou tem um novo sentido) quando a rede é adotada pela medicina, para descrever noções de sistemas vitais do corpo humano. O entendimento das redes como algo ligado à organização do espaço ocorre entre os séculos XVII e XIX, quando “ela se exterioriza como artefato técnico sobre o território para encerrar o grande corpo do Estado-Nação ou do planeta” (MUSSO, 2004, p. 20). Apesar de as problematizações sobre as desterritorializações causadas pelas redes, fato contestado por alguns autores (HAESBAERT, 2004), na geografia, as redes passam a organizar toda a “infraestrutura econômica (transportes, energia e comunicações) das atividades produtivas e dos fluxos de bens e de serviços no mercado local/regional, nacional e internacional ou vice-versa” (PEREIRA, 2015, p. 1).

Portanto, o território, que não é algo estático e imóvel, não é composto por uma rede na qual circulam todos os elementos que o compõem. É justamente o oposto: o território é constituído por uma gama de redes que, juntas, permitem um funcionamento concomitante com aquilo que Santos (2006) chama de fluxos. Ou seja, essa constelação de infraestruturas que se estendem sobre o território atua de forma conjunta, para que possam possibilitar a movimentação, entre os territórios, dos bens materiais, sujeitos e afins (os fluxos). Por isso, concorda-se com a ideia de que “as redes surgem das estratégias desenvolvidas pelas formas de comunicação e de circulação em um processo de desenvolvimento técnico e de mudanças socioespaciais para atender às demandas políticas, econômicas e sociais” (PEREIRA, 2015, p. 10 *apud* DIAS, 2001; DIAS, 2005).

Não à toa, Haesbaert (2004) afirma que na condição pós-moderna, a grande inovação reside no fato de que “[...] controlar o espaço indispensável à nossa reprodução social não significa (apenas) controlar áreas e definir “fronteiras”, mas, sobretudo, viver em redes” (HAESBAERT, 2004, p. 279), uma vez que “nossas próprias identificações e referências espaço-simbólicas são feitas não apenas no enraizamento e na (sempre relativa) estabilidade, mas na própria mobilidade” (HAESBAERT, 2004, p. 279). Apesar de alguma dicotômica e divergência com a ideia de Haesbaert (2004), o sociólogo espanhol Manuel Castells (1999) refere-se explicitamente a partes importantes à economia globalizada e que definem novas estratégias geopolíticas via redes, quando fala em uma economia global, ou seja, uma economia que tem:

Capacidade de funcionar como uma unidade em tempo real, planetária [...] com base na nova infraestrutura proporcionada pelas tecnologias da informação e da comunicação e com a ajuda decisiva das políticas de desregulamentação e da liberalização postas em práticas pelos governos e pelas instituições internacionais (CASTELLS, 1999. p. 142).

A economia global exposta por Castells (1999) está amparada em três pilares, sendo eles: o comércio internacional, a integração financeira e a internacionalização dos investimentos. Tais elementos dessa economia global fazem uso das redes logísticas de transporte justamente para expandirem as capacidades espaciais de atuação dos circuitos financeiros e de amplificação da instrumentalização dos territórios, por meio da mundialização das produções. Logo, as redes tornam-se uma unidade geopolítica, quando exercem a função de elemento organizador do espaço (no sentido Estatal, ou não), pois se transfiguram em uma fonte de disputa do poder sobre o território, visto que elas irão promover a circulação dos bens, dados e sujeitos, entre diferentes pontos. Esta movimentação, configura um meio de valorização (politicamente e economicamente) ou restrição dos territórios, sobretudo, no processo decorrente da globalização e das transformações tecnológicas ocorridas a partir da década de setenta do século passado (TRINDADE, 2009).

As transfigurações espaciais oriundas no final do século XX para o XXI, estabelecidas pelo processo da globalização, marcam a geopolítica e as redes por um novo atributo: a velocidade. Essa “*fast geopolitics*” deve estar atenta não somente aos fatos e sujeitos fixos sobre os territórios, mas sim, à força e à agilidade as quais o deslocamento de fluxos recebe, nesta nova configuração político-econômica pós-Guerra Fria (Ó TUATHAIL; LUKE, 2003). Por conseguinte, deve-se atentar-se justamente às novas relações e arranjos territoriais que esses deslocamentos irão produzir.

## **FINAL DO SÉCULO XX E O SURGIMENTO DE UMA NOVA ORDEM MUNDIAL: A EMERGÊNCIA DOS ESTADOS DA ÁSIA CENTRAL E A RENOVAÇÃO DOS PARCEIROS, NO NOVO MILÊNIO**

Após o fim da URSS, e a conseqüente independência dos países da Ásia Central, novos países surgiram como novos parceiros destes Estados recém-autônomos. A Rússia, apesar de ter se mantido como principal parceira econômica de diversos países do antigo espaço soviético, naquele momento, estava em seu processo de transição para o modelo

capitalista, com as privatizações a todo vapor, e mais preocupada em aproximar-se dos principais atores e instituições (Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial) do eixo Ocidental (SEGRILLO, 2000). Países como Turquia, Irã, Estados Unidos, Alemanha, China, Japão, Arábia Saudita e outros notaram tal vácuo deixado pelos russos, e apresentaram-se com diferentes propostas a um espaço que, até aquele momento, nunca havia seguido seus passos políticos e econômicos de forma totalmente independente.

Essas propostas também permitiram a entrada de empresas estrangeiras, nos territórios da Ásia Central e regiões vizinhas, como o Cáucaso. Tais empresas entraram no circuito produtivo do espaço centro-asiático, principalmente na exploração de minérios e recursos energéticos proporcionados pelas riquezas naturais presentes nos territórios dos cinco países, que anteriormente estavam subordinadas à URSS.

Empresas como Centerra Gold, BP, Chevron, quando não investiam diretamente na exploração de recursos, nesses países, criavam *joint ventures*, com os governos locais, e ambos utilizavam toda a rede herdada do período soviético para os primeiros passos da internacionalização do mercado centro-asiático. Com o passar das décadas, empresas atuantes em outros setores também começaram a se instalar, e continuaram a investir em estilo de negócios semelhantes. Como ilustração, pode-se utilizar dois casos recentes: a Akia, empresa turca atuante na fabricação de carrocerias de ônibus, em 2018, inaugurou uma *joint venture* (Akia Avesto), com o governo Tadjique; e, há pouco tempo, as empresas Nike e Adidas também demonstram interesse em se instalarem e produzirem seus produtos em território uzbeque.

Ainda nesse contexto, surgiram diversos blocos de cooperação de variadas formas e escalas de atuação. No antigo espaço soviético, diversas alianças foram costuradas e postas em atividade. Por exemplo: a Comunidade dos Estados Independentes (CEI), Os Cinco de Xangai, que posteriormente tornara-se OCX, a Organização do Tratado de Segurança Coletiva e o próprio CAREC. Este programa de cooperação, proposto em 1996, e respaldado pelo Banco Asiático de Desenvolvimento, abrange onze países (Afeganistão, Azerbaijão, Cazaquistão, China, Turcomenistão, Tadjiquistão, Mongólia, Paquistão, Quirguistão, Geórgia e Uzbequistão), e tem uma faixa de atuação que abrange do Pacífico até a região do sul do Cáucaso. O CAREC, em síntese, é um programa que busca promover a integração e o



desenvolvimento econômico regional, por meio de corredores econômicos<sup>3</sup>. Entre 2001 e 2019, injetou mais de U\$\$ 38.6 bilhões de dólares em investimentos, visando a melhoria de diversos setores, mas, principalmente, no desenvolvimento e modernização de redes multimodais de transporte dos países membros.

O CAREC Transport Sector Strategy 2030 está fundamentado em cinco pilares básicos (gestão de rodovias, fortalecimento de ferrovias, da aviação, segurança rodoviária e do setor de transporte e logística transfronteiriça), e a sua principal função é a de traçar as melhores formas de uso, e promover a qualidade das redes de transporte dos seus elementos.

Essa estratégia, que significa o aperfeiçoamento da interação entre as redes dispostas sobre os países da Ásia Central e regiões vizinhas, considera as condições postas dentro do cenário de cada componente e as metas propostas, na esfera geral do programa, sendo elas: o desenvolvimento econômico com base em um espaço comercial comum, modernização das estruturas de transporte e de inspeção posicionadas nas fronteiras, simplificação das barreiras aduaneira e a abertura de centros de logísticos. Tal planejamento fixado pelo programa, além de ambicionar a ruptura com as *périclaves*<sup>4</sup> derivadas da organização espacial territorial realizada pelos soviéticos (THOREZ, 2007), é, também, fruto de um fenômeno iniciado no final do século XX, no qual se pôde observar um “processo acelerado de internacionalização da produção, distribuição e administração de bens e serviços” (CASTELLS, 1999, p.157-158).

O CAREC Transport Sector Strategy 2030<sup>5</sup>, visando a obtenção, até o ano de 2030, das metas globais planejadas em comum acordo, entre os parceiros do programa, propõe uma nova estratégia: de expansão dos projetos que operacionalizam e funcionam como meios indispensáveis de união regional. Tais projetos consistem em seis diferentes corredores econômicos, distribuídos sobre a zona de atuação do organismo. Esses corredores são responsáveis pela afluência das múltiplas redes, consideradas lentas, defasadas (tecnologicamente e estruturalmente) e distribuídas individualmente nos limites territoriais de cada país-membro. A idealização por trás destes agrupamentos multimodais e suas expansões,

<sup>3</sup> CAREC. About CAREC: CAREC Program. **CAREC Program**, Philippines, 29 dez. 2017. Disponível em: [https://www.carecprogram.org/?page\\_id=31](https://www.carecprogram.org/?page_id=31). Acesso em 02 out. 2020.

<sup>4</sup> *Périclave* pode ser compreendido como “parte de um território não separada do território nacional, mas que não pode ser alcançada sem atravessar um território estrangeiro” (SANGUIN, 1975, p. 8-9, tradução nossa).

<sup>5</sup> CAREC. *Transport Sector Strategy 2030*. Philippines: CAREC, 2019. *E-book*. 39 p. Disponível em: <https://www.carecprogram.org/uploads/CAREC-Transport-Sector-Strategy-2030-SOM.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2020.

é a possibilidade de viabilização de uma maior fluidez na circulação de bens e capital, entre as cadeias produtivas que estão situadas no interior da região ou necessitam de trânsito entre esses territórios.

O Cazaquistão, Uzbequistão, Turcomenistão, Tadjiquistão e o Quirguistão são países sem acesso aos grandes oceanos – ou seja, países classificados como *landlocked*. A exceção do Turcomenistão e Cazaquistão, que possuem acesso ao Mar Cáspio e podem se conectar via rede naval com a Rússia, Azerbaijão e a costa do Irã, a movimentação de carga nos outros países da região dependem (principalmente) do modal ferroviário (19 mil km, excluindo o Turcomenistão), rodoviário (59,430 km, excluindo o Turcomenistão)<sup>6</sup> ou aeronáutico (12 aeroportos internacionais, considerando os cinco países da região).

Toda essa mobilização das redes de transporte, na Ásia Central, tem feito com que, nos últimos anos, diversas expansões de rodovias, ferrovias e aeroportos tenham sido efetuadas entre os países da região. Novas conexões ferroviárias foram estabelecidas (Uzbequistão – Quirguistão – China; Irã – Turcomenistão – Uzbequistão – Cazaquistão; Turcomenistão – Afeganistão; Uzbequistão – Afeganistão) e novos modais rodoviários propostos (Turcomenistão – Uzbequistão; Cazaquistão – Uzbequistão; China – Quirguistão – Uzbequistão).

Na Ásia Central, três países particularmente têm se destacado, na promoção dessa conectividade: o Cazaquistão, o Uzbequistão e o Turcomenistão. O primeiro elaborou uma política de estímulo ao desenvolvimento e modernização das redes de transporte do país (Nurly Zhol); o segundo, em 2008, abriu, na cidade de Navoiy, a Navoiy Free Industrial Economic Zone (FIEZ), de fácil conexão ao aeroporto internacional da cidade. A zona industrial tem como foco de atuação quatro setores: logístico, industrial, de inovação e turismo. Nessa mesma zona, o governo promete isenção fiscal que varia de sete a quinze anos, dependendo do valor investido na FIEZ.

Atualmente, Tashkent tem requisitado empréstimos milionários a instituições como o Banco Asiático de Desenvolvimento e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, para a revitalização e expansão de rodovias; e o terceiro investiu no desenvolvimento e construção de uma empresa com foco na operação logística multimodal (Transport and

---

<sup>6</sup> PARKASH, Manmohan. *Connecting Central Asia: A road map for regional cooperation*. Philippines: Asian Development Bank, 2006. E-book. 56 p. Disponível em: <http://unohrlls.org/UserFiles/File/LLDC%20Documents/MTR/ADB%20connecting-CA-roadmap.pdf>. Acesso em: 06 out. 2020.

Logistics Center of Turkmenistan) e do seu porto (Porto Internacional de Turkmenbashi), localizado na parte Oeste do país. Toda essa transformação e operacionalização, nos territórios desses países, estão ligadas pelo desejo comum, que cada um deles tem, em tornar-se o principal *hub* logístico da Ásia Central.

Conquanto, outros atores (países e corporações) também estão colaborando e estimulando as transformações espaciais da Ásia Central. A Turquia, por exemplo, através da Turkish Cooperation and Development Agency (TIKA), diz ter investido, somente em 2019, U\$ 8.5 bilhões de dólares, na região, e que pelo menos quatro mil empresas turcas operam por lá<sup>7</sup>. Uma delas, a construtora Kiklop, começou, em agosto de 2020, o processo de renovação do Aeroporto Internacional de Samarcanda, no Uzbequistão. O objetivo dessa reforma é aumentar a capacidade no fluxo de passageiros que o aeroporto poderá comportar<sup>8</sup>. Recentemente, um conglomerado turco, a TAV Airports Holding, adquiriu o aeroporto de maior movimento e importância da região: o Aeroporto Internacional de Almaty, no Cazaquistão<sup>9</sup>.

Já a francesa Alstom firmou acordos de manutenção e fornecimento de material para a Kazakhstan Temir Zholy (empresa ferroviária estatal do Cazaquistão). A cooperação foi selada pelo Ministro das Finanças francês, Bruno Le Maire, em sua visita à capital do Cazaquistão, em 2019<sup>10</sup>. Outros atores com grande atuação na região são a Rússia (participação de empresas russas, no setor ferroviário de alguns países, e atuação, no setor energético), e a China (membro do CAREC e maior parceiro comercial da região), que, por meio de acordos multilaterais e com empresas estatais, como a China Road and Bridge Corporation (CRBC) e a China Railway Construction Corporation (CRCC), têm desenvolvido suas atividades na região principalmente na construção de ferrovias, rodovias, pontes (especialmente, no Quirguistão e Tadjiquistão, que têm deficiência nas redes de transportes e suas conexões internas e externas), e investimentos no setor energético (óleo e gás).

---

<sup>7</sup> TURKEY MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. Turkey's Relations With Central Asian Republics. *Ministry of Foreign Affairs*, Ankara, 2011. Disponível em: [http://www.mfa.gov.tr/turkey\\_s-relations-with-central-asian-republics.en.mfa](http://www.mfa.gov.tr/turkey_s-relations-with-central-asian-republics.en.mfa). Acesso em: 02 out. 2020.

<sup>8</sup> SEYFADDINI, Ilkin. Uzbekistan to Modernize Samarkand International Airport. *Aviation Pros*, [s.l.], 05 ago. 2020. Disponível em: <https://www.aviationpros.com/airports/news/21148977/uzbekistan-to-modernize-samarkand-international-airport>. Acesso em: 03 out. 2020.

<sup>9</sup> SORBELLO, Paolo. Kazakhstan's Richest Sell Almaty Airport. *The Diplomat*, Washington, 11 maio 2020. Disponível em: <https://thediplomat.com/2020/05/kazakhstans-richest-sell-almaty-airport/>. Acesso em: 02 out. 2020.

<sup>10</sup> UATKHANOV, Yerbolat. Kazakhstan, France expand partnership in railways development. *The Astana Times*, Nur-Sultan, 12 ago. 2019. Disponível em: <https://astanatimes.com/2019/08/kazakhstan-france-expand-partnership-in-railways-development/>. Acesso em: 03 out. 2020.

O funcionamento desses corredores econômicos é complexo, e diversas etapas devem ser cumpridas para o sucesso do transporte que ocorre em seu interior. Carregamento do material a ser transportado, troca de trilhos devido à diferenciação das bitolas entre os sistemas ferroviários dos países, e os distintos modais por onde transitam essa carga são alguns estágios. Por exemplo, em janeiro de 2020, o primeiro trem de carga carregado transportando óleo combustível saiu do Quirguistão, em direção à Geórgia, cruzando dois países (Uzbequistão e Turcomenistão) e o Mar Cáspio (de balsa)<sup>11</sup>. Quando atinge o outro lado do Mar Cáspio, a composição ferroviária ainda cruzou o Azerbaijão até chegar à costa Oeste georgiana, onde seria o seu destino final: o porto de Batumi.

Essa rota também permite a importação (de maquinário e manufaturados) e exportação da produção (recursos energéticos, agrícola, têxtil e afins) para Estados da União Europeia, o que também acaba por fortalecer o Transport Corridor Europe-Caucasus-Asia (TRACEA). Ademais, as redes organizadas sob corredores do CAREC permitem uma conexão entre as ferrovias e rodovias posicionadas, no interior da Ásia Central, aos portos (Gwadar e Karachi) do Paquistão, proporcionando um escoamento da produção, realizada no núcleo do continente, pelo Mar Árábico. O modal terrestre, além de oferecer essa conexão com as bordas do continente asiático, também permite um deslocamento dos produtos por dentro do continente, entre os países vizinhos (fornecimento de combustíveis para o Afeganistão, por exemplo), chegando à Rússia e outros espaços da CEI.

Toda essa arquitetura, elaborada para dar uma maior mobilidade ao circuito econômico regional e a sua ligação com o circuito mundial, também é muito utilizada pela China e fortificada com a sua estratégia geopolítica do século XXI: a *Belt And Road Initiative*. Os territórios da Ásia Central são essenciais, nessa estratégia, por dois motivos: i) fornecem recursos energéticos, mobilizados por meio dessas redes de transporte, para a produção em larga escala realizada por fábricas chinesas, que é de onde se originam boa parte dos bens consumidos pelos principais mercados ocidentais; ii) as cidades centro-asiáticas são os pontos de apoio desta complexa rede multimodal de transporte internacional, e que atuam como uma das principais portas de entrada, pela via terrestre, da Europa (Reino Unido, Alemanha, Holanda, Polônia) para os chineses e os produtos, das megacorporações, que lá são produzidos. A Hewlett-Packard (HP), por exemplo, utiliza a rede ferroviária transcontinental

---

<sup>11</sup> AMANOV, Nury. First freight trains were launched along the multimodal route Central Asia – Transcaucasia. *Orient*, [s.l.], 29 jan. 2020. Disponível em: <https://orient.tm/en/first-freight-trains-were-launched-along-the-multimodal-route-central-asia-transcaucasia/>. Acesso em: 02 out. 2020.

para exportar seus computadores e outros artigos de alto valor agregado, produzidos no continente asiático, para o continente europeu.

Mais rápida do que a via terrestre e marítima, porém, bem mais cara, é a rede aeronáutica. Os aeroportos também são uma das principais preocupações do CAREC Transport Sector Strategy 2030. Além da boa infraestrutura aeroportuária e segurança aeronáutica serem duas das principais preocupações traçadas pelo projeto, esse tipo de rede pode ser benéfico para o estímulo do turismo, promovendo, assim, mais uma fonte de renda para a região. Enquanto mais uma forma de mobilidade entre os circuitos espaciais de produção mundializados, a malha aérea também tem um papel significativo, nas redes logísticas daquela localidade.

Atualmente, diversas empresas voam para os países da Ásia Central, oferecendo seus serviços cargueiros em direção à Ásia (na ida) e para a Europa (na volta), além de voos cargueiros de caráter regional, realizados entre os países da região. Lufthansa Cargo, Turkish Cargo, Uzbekistan Airways Cargo, Cargolux, Korean Air Cargo, Silkway Airlines são algumas das empresas que fornecem esse tipo de serviço. Esses voos realizam escalas em cidades-chave (Nursultan, Almaty, Aktau, Tashkent, Navoiy, Bishkek, Ashgabat), e que concentram parte das indústrias estrangeiras atuantes no espaço centro-asiático. Outros voos são, de fato, ligações diretas (sem extensão da viagem à China) entre a Europa e Ásia Central. Em geral, essas redes aeronáuticas realizam ligações entre as cidades posicionadas na costa chinesa e as cidades com grandes centros logísticos na Europa (Ostend, Bruxelas, Frankfurt, Istambul).

Operados por aviões bi-reatores de alcance transcontinental, que podem carregar um grande volume de carga (Boeing 747, 777 e 767), essas viagens geralmente têm um custo mais elevado do que as outras opções. Todavia, para cargas e demandas de extrema urgência da cadeia produtiva, ela é a que melhor corresponde à “*fast geopolitics*” dos organizadores das redes. Uma viagem de trem, entre a Alemanha e a China, leva, em média, de 10 a 12 dias<sup>12</sup>, enquanto um voo entre os dois países, com escala em alguma cidade da Ásia Central, leva pouco mais de 12 horas. Se considerar-se o transporte marítimo, o tempo de viagem estende-se para 45 dias. Outro fator interessante a ser observado: nos primeiros meses de 2020,

---

<sup>12</sup> DHL. DHL introduces first Eastbound block trains from Germany to China. **DHL**, Bonn, 06 out. 2020. Disponível em: <https://www.dhl.com/global-en/home/press/press-archive/2020/dhl-introduces-first-eastbound-block-trains-from-germany-to-china.html>. Acesso em: 05 out. 2020.

momentos mais tensos da pandemia de COVID-19, a rede aérea fora uma das mais utilizadas para o trânsito de carga, entre os centro-asiáticos e os chineses<sup>13</sup>.

A incursão do espaço centro-asiático ao mercado global, além de despertar a ampliação de ligação entre os pontos e redes proposta pelo CAREC, por um lado, demonstra estar transpondo, para a região centro-asiática, a lógica diretamente associada à aceleração das redes e dos territórios, muito particular da Nova Ordem Mundial. Todavia, a idiossincrasia dos territórios e das redes centro-asiáticas ainda não estão em completa afinidade com os fluxos financeiro e mercadológico vigentes no novo milênio. Por outro, os países da Ásia Central têm procurado estabelecer um profuso senso de intergovernamentalismo em suas relações, buscando o desenvolvimento, em conjunto, de centros logísticos (Uzbequistão e Cazaquistão), construção de rodovias e pontes (Turcomenistão e Cazaquistão), abertura de novas rotas ferroviárias (Uzbequistão e Tadjiquistão) e outros vínculos que possam fortalecer a conectividade em diversas camadas de atuação.

## **GEOPOLÍTICA E A URGÊNCIA DAS REDES: UM MECANISMO DE TRANSIÇÃO DO ARRANJO TERRITORIAL DA ÁSIA CENTRAL**

As redes de transporte e logística, cada vez mais, estão relacionadas às reestruturações espaciais e às suas consequências. Progressivamente, as redes renovam-se a todo momento, com a exclusão e inclusão de territórios, com a desativação de redes já existentes e ativação de novas redes, “em que a mobilidade governa realidades econômicas, representações sociais, ações políticas” (JAGLIN; STECK, 2008, p. 4, tradução nossa).

No espaço centro-asiático, essa reestruturação é realizada por meio de construções, ampliações, ressignificação e funcionalização dos espaços. Seja a construção de uma fábrica, abertura de novas rodovias, ferrovias, aeroportos ou o desenvolvimento de políticas públicas para a criação de um espaço comercial comum, todas elas têm um dever substancial para a aceleração dos territórios, tão necessárias às redes contemporâneas.

Em suma, o Programa de Cooperação Econômica Regional da Ásia Central é a ferramenta geopolítica de ordenamento espacial que exerce o papel de aceleração. O que se aponta, ao longo do texto, leva à compreensão de que tal programa de cooperação funciona

<sup>13</sup> PETCHENIK, Ian. Cargo flights forming the backbone of COVID-19 relief efforts. **Flightradar24**, [s.l.], 16 abr. 2020. Disponível em: <https://www.flightradar24.com/blog/cargo-flights-forming-the-backbone-of-covid-19-relief-efforts/>. Acesso em: 05 out. 2020.

como uma peça de gerenciamento aplicado a um circuito logístico multimodal regional e padronizado. O fundamento dessa rede logística, como afirmado, no começo do texto, é justamente desenvolver e ajustar o uso dos fixos centro-asiáticos para a melhor e mais rápida circulação de fluxos, e o acoplamento desses fixos aos circuitos mercadológicos presentes em outros espaços geopolíticos do mundo. Todavia, a assimetria nas relações regionais da Ásia Central parece ser o principal obstáculo para que o ensejo do CAREC Transport Sector Strategy 2030, de tornar os territórios dos países centro-asiáticos rotas logísticas de intensa movimentação, concretize-se.

Na última década, os governos da Ásia Central, conforme apontado anteriormente, realizaram esforços em posicionarem seus países dentro do comércio global, estimulando a instrumentalização do território, o aprimoramento das redes, uso da mão de obra local e extração de recursos. Notoriamente, tais gestos foram realizados com o objetivo de atendimento do processo de internacionalização da indústria, do capital financeiro e agentes econômicos. Tais esforços, além de compreenderem atores externos, também acabam por desafiar os moldes territoriais e a concentração de poder vigente no espaço centro-asiático, pela sua urgência global, que não permite obstáculos político-econômicos, dentro dos seus circuitos.

A necessidade de uma leitura geopolítica, em relação às estratégias feitas sob a égide do CAREC Transport Sector Strategy 2030, reside no fato de elas serem meios de mudança, no paradigma da organização territorial e de poder da região por meio das redes. Essa metamorfose vai de um desvencilhamento de um modelo obsoleto, inicializado nos tempos da colonização, mas que ainda é uma grande fonte de instabilidade pela sua formatação ilusória sobre as realidades socioculturais e a manutenção de poder via um rígido controle territorial, para a introdução de um modelo de alta conectividade e interação econômica/industrial, com uma ampla capacidade de diálogo, entre as redes logísticas, e o enfraquecimento das obstruções dos territórios zonais.

Apesar dos múltiplos eventos e modificações territoriais ocorridas, na Ásia Central, desde o final da década de XX, essa transição de ordenamento territorial ainda não está concluída, e o seu fim parece estar longe. A partir dos novos significados de atuação sobre o território que as redes ganharam, espera-se que seja inaugurado, com base nelas, (mais) um novo capítulo desta região que, historicamente, é fundamental, no processo da mundialização.



## REFERÊNCIAS

- AMANOV, Nury. First freight trains were launched along the multimodal route Central Asia – Transcaucasia. *Orient*, [s.l.], 29 jan. 2020. Disponível em: <https://orient.tm/en/first-freight-trains-were-launched-along-the-multimodal-route-central-asia-transcaucasia/>. Acesso em: 02 out. 2020.
- ANNAORAZOV, Jumadurdy. Turkmenistan during the Second World War. *The Journal of Slavic Military Studies*, [s.l.], v. 25, n. 1, p. 53-64, 2012. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13518046.2012.648548>. Acesso em: 14 out. 2020.
- CAREC. About CAREC: CAREC Program. *CAREC Program*, Philippines, 29 dez. 2017. Disponível em: [https://www.carecprogram.org/?page\\_id=31](https://www.carecprogram.org/?page_id=31). Acesso em 02 out. 2020.
- CAREC. *Transport Sector Strategy 2030*. Philippines: CAREC, 2019. *E-book*. 39 p. Disponível em: <https://www.carecprogram.org/uploads/CAREC-Transport-Sector-Strategy-2030-SOM.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2020.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- COELHO NETO, Agripino Souza. REDES E TERRITÓRIOS (networks and territories). *Mercator*, Fortaleza, v. 12, n. 28, p. 19-34, 2013. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/738>. Acesso em: 08 ago. 2020.
- DHL. DHL introduces first Eastbound block trains from Germany to China. *DHL*, Bonn, 06 out. 2020. Disponível em: <https://www.dhl.com/global-en/home/press/press-archive/2020/dhl-introduces-first-eastbound-block-trains-from-germany-to-china.html>. Acesso em: 05 out. 2020.
- DIAS, Leila Christina. Os sentidos da rede. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (org.). *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005. 260 p. p. 11-28.
- DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). *Geografia: Conceitos e temas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p. 141-162.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 396 p.
- JAGLIN, Sylvie; STECK, Benjamin. Réseaux et frontières Géopolitiques. *Flux*, Paris, n. 71, p. 4-7, 2008. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-flux1-2008-1-page-4.htm>. Acesso em: 04 out. 2020.



MUSSO, Pierre. A Filosofia da rede. In: PARENTE, André (org.). *Tramas da rede: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 17-38.

Ó TUATHAIL, Gearóid; LUKE, Timothy W. Global Flowmation, Local Fundamentalisms, and Fast Geopolitics: “America” in an accelerating world order. In: Ó TUATHAIL, Gearóid; HEROD, Andrew, ROBERTS, Susan M. *An Unruly World? Globalization, Governance and Geography*. Nova Iorque: Routledge, 2003. p. 72-95.

PARKASH, Manmohan. *Connecting Central Asia: A road map for regional cooperation. Philippines: Asian Development Bank*, 2006. E-book. 56 p. Disponível em: <http://unohrlls.org/UserFiles/File/LLDC%20Documents/MTR/ADB%20connecting-CA-roadmap.pdf>. Acesso em: 06 out. 2020.

PEREIRA, Luiz Andrei Gonçalves. Redes e fluxos em Geografia: Uma abordagem teórica. *Revista Tocantinense de Geografia*, Araguaína, v. 4, n. 5, p. 1-18, 2015. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/geografia/article/view/1340>. Acesso em: 08 ago. 2020.

PETCHENIK, Ian. Cargo flights forming the backbone of COVID-19 relief efforts. *Flightradar24*, [s.l.], 16 abr. 2020. Disponível em: <https://www.flightradar24.com/blog/cargo-flights-forming-the-backbone-of-covid-19-relief-efforts/>. Acesso em: 05 out. 2020.

POMAR, Wladimir. *A Revolução Chinesa*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

SANGUIN, André-Louis. Le concept de poches frontalières: essai de définition et de typologie. *Le Globe*, [s.l.], n. 115, p. 7-14, 1975. Disponível em: [https://www.persee.fr/doc/globe\\_0398-3412\\_1975\\_num\\_115\\_1\\_1086#globe\\_0398-3412\\_1975\\_num\\_115\\_1\\_T1\\_0008\\_0000](https://www.persee.fr/doc/globe_0398-3412_1975_num_115_1_1086#globe_0398-3412_1975_num_115_1_T1_0008_0000). Acesso em: 04 out. 2020.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SEYFADDINI, Ilkin. Uzbekistan to Modernize Samarkand International Airport. *Aviation Pros*, [s.l.], 05 ago. 2020. Disponível em: <https://www.aviationpros.com/airports/news/21148977/uzbekistan-to-modernize-samarkand-international-airport>. Acesso em: 03 out. 2020.

SORBELLO, Paolo. Kazakhstan’s Richest Sell Almaty Airport. *The Diplomat*, Washington, 11 maio 2020. Disponível em: <https://thediplomat.com/2020/05/kazakhstans-richest-sell-almaty-airport/>. Acesso em: 02 out. 2020.

TAAFFE, Robert N. Transportation and regional specialization: the example of Soviet Central Asia. *Annals of the Association of American Geographers*, [s.l.], v. 52, n. 1, p. 80-98, 1962. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2561499>. Acesso em: 16 ago. 2020.

THOREZ, Julien. La construction territoriale de l'indépendance: réseaux et souveraineté en Asie centrale post-soviétique. *Flux*, Paris, v. 4, n. 70, p. 33-48, 2007. Disponível em:

<https://www.cairn.info/revue-flux1-2007-4-page-33.htm?contenu=article#no2>. Acesso em: 03 out. 2020.

TRINDADE, Gilmar Alves. Globalização, redes e relação mundo-lugar: Insistindo em um debate ainda não esgotado na Geografia. *Revista Geonordeste*, São Cristóvão, n. 2, 2009. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/view/2454>. Acesso em: 04 ago. 2020.

TURKEY MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. Turkey's Relations With Central Asian Republics. *Ministry of Foreign Affairs*, Ankara, 2011. Disponível em: [http://www.mfa.gov.tr/turkey\\_s-relations-with-central-asian-republics.en.mfa](http://www.mfa.gov.tr/turkey_s-relations-with-central-asian-republics.en.mfa). Acesso em: 02 out. 2020.

UATKHANOV, Yerbolat. Kazakhstan, France expand partnership in railways development. *The Astana Times*, Nur-Sultan, 12 ago. 2019. Disponível em: <https://astanatimes.com/2019/08/kazakhstan-france-expand-partnership-in-railways-development/>. Acesso em: 03 out. 2020.

# BRASIL/COLÔMBIA: GEOPOLÍTICA E RELAÇÕES NA FRONTEIRA AMAZÔNICA

Wendell Teles de Lima<sup>1</sup>

Ana Maria Libório de Oliveira<sup>2</sup>

Sebastião Peres Souza<sup>3</sup>

## INTRODUÇÃO

Ratzel apud Moraes (1990) aponta algumas características que no final do Século XIX, irão refletir na constituição dos Estados Modernos no Século XX, sendo assim, algumas premissas como o Estado nunca estão em repouso, portanto, os Estados querem serem cada vez maiores, a incorporação de áreas ocorre em função das forças existentes entre eles que refletirá em seu expansionismo. As fronteiras são órgão periférico dos Estados, o suporte a fortificação de seu crescimento estando constantemente em movimento avanço e recuo.

Ratzel pode ser compreendido em seu contexto apensar da Escola Francesa não se interessar para seu desenvolvimento apear de constitui a Geografia Política, conforme Claval:

O contexto intelectual no qual se desenvolve a geografia modifica-se do mesmo modo que o ambiente econômico ou político. A era das filosofias românticas acabou. É a época do positivismo: a geografia não tinha sido afetada pelas primeiras formulações desta concepção da pesquisa e do mundo, na década de 1830; o é a partir do momento em que os sucessos da ciência e da tecnologia se multiplicam. (CLAVAL, 2006, p. 71).

A fronteira adquire inúmeros significados no final do Século XX e início desse século essa nova compreensão passa pelo processo de globalização atual, sendo assim, surgem novas vozes em torno do seu desaparecimento, amaciamento. Uma concepção que está diretamente

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação – especialidade Educação Matemática, Mestra em Estudos Amazônicos, Docente do Instituto Federal de Brasília – Campus Estrutural, Vice-Líder no Núcleo de Pesquisa em Educação, Cultura e Sociedade (NEPECS) - IFG, Membro dos Grupos de Pesquisa Estudos Geográficos – (GEPEG) - UEA e Matemática, Educação e Sociedade - IFB. E-mail: ana.liborio@ifb.edu.br

<sup>2</sup> Especialista em Libras, Professor da Secretária de Educação do Estado do Amazonas (SE- DUC/ AM). E-mail: perezsouza1810@gmail.com

<sup>3</sup> Doutor em Geografia, Coordenador do Núcleo de Estudos Fronteiriços de Geopolítica e Relações Internacionais (NETGRI) e do Grupo de Pesquisa de Estudos Geográficos (GEPEG), Professor do Centro de Estudos Superiores de Tabatinga (CSTB - UEA). Universidade do Estado do Amazonas. E-mail: wendelltelesdelima@gmail.com

19 ligada à ideia de Aldeia Global e ao mesmo tempo a unificação de mercados. O que se observa na realidade é a derrubada de muitas fronteiras e ao mesmo tempo o aparecimento de novas em função das novas organizações espaciais capitaneadas pelos Estados e grandes capitais.

No entanto ao pensarmos que a calma pode ser falsa, ou seja, a compreensão do que a fronteira é calma ela esconde contradições, isso, por que os Estados Nacionais têm como essência ser contraditórios na sua natureza muitas vezes disfarçada em sua constituição

Na concepção de mundo homogêneo as contradições espaciais parecem sumir e junto com ela a ideia de geopolítica há muito tempo demonizada por vários críticos, entretanto, o que se observa é que esse processo é parte de um discurso onde às estratégias geopolíticas são constituídas por ideologias a favor sempre de interesses estatais e mercadológicos daí a falsa ideia e ao mesmo tempo a pressão de abertura de fronteiras nos países periféricos.

A ideia de fronteira homogênea é um dos elementos modernos que constituiu um dos elementos do espaço geográfico atual, essa divulgação ocorre pela mídia e dos mercados que tentam apagar a diferença espacial, no mundo atual parece que as diferenças espaciais não ocorrem em função da geoeconomia.

As contendas territoriais, a dessimetria do poder constituído nos espaços geográficos reforça o caráter da fronteira em diferentes concepções dentre elas da qual é originária o de proteção, controle e ao mesmo tempo de ação e prevenção do Estado. Mesmo nos Estados que se encontram no contexto de paz a fronteira é uma área específica da atuação dos Estados sendo seu centro nervoso. Ou seja, os problemas fronteiriços constituem elementos importantes. Na constituição dos Estados que geralmente não é percebido pelos seus habitantes, que muitas vezes não percebem em sua formação. (LIMA, et al., 2016, p. 1).

Todos os tipos de fricções serão sentidos em sua constituição que nada mais representa a disputas estabelecidas dos interesses existentes dos Estados já que ela representa uma área prioritária para sua existência, proteção e aspirações. Essa caracterização é clara numa região como a Amazônia, pelo conjunto de forças estabelecidas que caracteriza Heartland (Ilha) como uma fronteira de proteção e ação pelas ações tomadas recentemente pelo Estado brasileiro, ou seja, aqui tratamos dos pontos dolosos que são pontos nevrálgicos do território brasileiro.

A constituição de uma zona de fricção na fronteira amazônica é dada pelo estabelecimento de forças constituídas por processos de construções dos Estados territoriais

na região. Tem-se como caso emblemático a Tríplice Fronteira ao noroeste do nosso país, constituída pelo Brasil, Colômbia e Peru. Apesar de se pensar recorrentemente que Letícia (COL) acarrete em um polo preponderante nas ações fronteiriças, o Estado peruano desde o final do século XIX até hoje constitui um ator importante na trama do poder nessa região por meio de forças friccionais fronteiriças. Não podemos esquecer que a Colômbia aparece como país importante em função da aproximação com os norte-americanos e em função da sua própria localização por ser um país diretamente ligado a Zona do Trapézio alvo de disputa territoriais Peru e possivelmente pela proximidade com o Brasil.

Em 1947, a Colômbia passados 172 anos a disputa entre Letícia e Peru continua, apenas apesar do estabelecimento da cidade é evidenciado, mas o Peru comemora o dia de tomada de Letícia, ou seja, a Zona do Trapézio é importante na constituição da Tríplice Fronteira.

Não podemos esquecer que a Colômbia conseguiu se estabelecer na Zona do Trapézio sendo, portanto, o seu estabelecimento na região tendo em vista o Peru.

O Tratado de Cooperação Amazônica — doravante TCA, vigente desde 1978, mesmo não tendo sido de grande poder de dissuasão, foi representativo por ocasião da Declaração Amazônica (1989) quando se manifestou em defesa dos países amazônicos diante das intenções ventiladas na Cúpula de Haia (1989), que postulava a criação de uma entidade supranacional para administrar a questão ambiental amazônica, e da mesma forma na 1ª Declaração de Manaus (1992), quando se antecipando à Rio-92, pronunciou-se em tom uníssono diante da problemática ambiental amazônica (EUZÉBIO, 2012, p. 112).

Pergunta-se de que modo ocorreu o processo de projeção colombiano ao longo da fronteira noroeste amazônica, algo ainda pouco analisado. Diante disto, vê-se a necessidade de compreensão das relações de poder nessa vasta região amazônica. O trabalho é desenvolvido na perspectiva das relações de poder dos Estados, mais exatamente nas maneiras que essas ações são conduzidas e canalizadas para a fronteira. É evidente a constituição da fronteira em Tabatinga nítido em sua configuração; o que inclui Santo Antônio do Iça e São Gabriel da Cachoeira.

Enquanto realizava avanços terras espanholas pelo rio Amazonas a Espanha tentava-se consolidar no Alto Orinoco, Alto Rio Negro e Alto Amazonas. No rio Negro chegaram a montar, em 1759, o Forte de São Gabriel, fundação mais avançada dos espanhóis. Mas a criação de uma nova unidade administrativa, a Capitania de São José do Rio Negro. Em 1755,

tendo à frente das ações de Mendonça Furtado, e do irmão Marques de Pombal deu novo impulso à defesa territorial. Em 1761, os portugueses tomam o Forte de São Gabriel dos espanhóis e continuam avançando sobre o rio Negro. No Alto Solimões fundam em 1766 São José do Javari, na boca do rio mesmo nome. Margem direita do rio Solimões, e, no lugar onde hoje fica a cidade de Tabatinga, na margem esquerda do rio Solimões, constroem um forte, Dois anos após, os portugueses ocupam instalações que haviam sido construídas e posteriormente abandonadas pelos espanhóis o rio Içá/Putamayo em 1754, e fundam o povoado de São Francisco do Iça. (NOGUEIRA, 2007).

A implementação das políticas territórios fortaleceram o Brasil, ou seja, a constituição de São Gabriel da Cachoeira e Santo Antônio do Iça foram marcos essenciais no país, os portugueses conseguiram domínios extensivo da região.

De acordo com a autora, os fatores culturais, geográficos, a proximidade dos limites fronteiriços, a distância dos centros geográficos dos países amazônicos, como o caso de Lima (PE), forja o processo migratório para a zona de fronteira em direção por exemplo a cidade de Tabatinga (AM) no Estado do Amazonas para a autora as condições da mobilidade dos fluxos impeditivas estão dentro de uma concepção geopolítica em direção ao nosso país. Oliveira (2007) mostra a origem dos fluxos peruanos em direção à fronteira.

A corrente migratória de peruanos na tríplice fronteira é constituída majoritariamente por migrantes oriundos da selva peruana. Trata-se de um fluxo migratório que se deslocou, num primeiro ciclo, dentro dos próprios limites regionais. Considerando que a distância para a capital matinha era absurda para as possibilidades de traslado das populações, a migração se deu, primeiramente, dos pequenos povoados e aldeias interioranas para as maiores cidades da região, tais como Arequipa, Iquitos, Yurimaguas e Pucallpa. Somente num segundo processo migratório é que houve um novo direcionamento desse fluxo, em larga escala para o Chile e, posteriormente, para a Amazônia brasileira. A entrada com maior relevância de peruanos em território amazonense se deu a partir de meados da década de 1980 e da primeira metade da década de 1990. (OLIVEIRA, 2006, p. 188)

Para Nogueira (2007) o Departamento de Loreto com sua capital sediada em Iquitos tem sido um ponto de contato a migração peruana em direção ao Brasil. O governo tem estimulado uma forte campanha migratória para fronteira com o Brasil, aumentando os colonos ao longo do rio Javari” (NOGUEIRA, 2007, p. 48) aponta ainda que as cidades de Tabatinga e Benjamin Constant são receptoras desses fluxos. A migração é utilizada como

estratégia de ocupação do Estado peruano, no Estado colombiano já vemos plena fronteira bairro exclusivamente de colombiano olhando a primeiro olha sobre a paisagem temos a impressão que estamos na Colômbia. O que podemos notar que a fronteira passa a ser pressionada por todos os lados.

De acordo com Guhl apud Nogueira (2007b) aborda que na formação territorial do estabelecimento de fronteiras dos países de origem espanhola na América do Sul o Peru sempre foi um país expansionista diante dos territórios vizinhos, apesar desse título ser empregado ao Brasil. A injustiça se faz no caso brasileiro pelo seu tamanho, o que observamos no caso colombiano é que as terras pertencentes ao Brasil foram deixadas de lado pela Coroa espanhola apensar de existir uma grande vontade por parte desse país, mas ficaram para o segundo plano.

Tendo em vista que o processo de ocupação territorial na zonas de fronteira foi estabelecido algumas medidas ao longo da fronteira brasileira para seu povoamento como, As fortificações, além de levar em consideração o povoamento, foram localizadas em áreas de comunicação entre os países limítrofes, pontos de confluências de rios e lugares de passagens, ou seja, lugares que possibilitavam a mobilidade territorial as cidades de Benjamin Constant, Tabatinga (fortificação),Atalaia do Norte e São Paulo de Olivença (Forte) são peças importantes no jogo de xadrez para controle do território e, ao mesmo tempo, o controle dos fluxos migratórios no caso inicial incursões espanholas.

Souza (20014) mostra que as preocupações com os fluxos já se faziam em tempos memoráveis quando por exemplo ocorreu a cogitação da criação da nova província desmembrada do Grão-Pará ter sede no Vale do Javari.

De acordo com as publicações do IBGE (2010), o povoamento do município de Benjamin Constant foi iniciado em meados do Século XVIII, por volta de 1750, quando nas proximidades da foz do Javari, no Solimões foi criada a aldeia do Javari fundada pelos jesuítas, onde viviam os índios Ticunas. Nessa aldeia, seria instalada a Sede da Capitania, segundo a Carta Régia de 18 de julho de 1755 do governo português, dirigida ao governador do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Este, todavia, por motivos expostos à Metrópole e por ela aceitos, resolveu sediar a capitania na Aldeia de Mariuá, no rio Negro. Em São José do Javari estavam sediados o destacamento militar e o posto fiscal de registro. O local, entretanto, não oferecia as condições necessárias para a finalidade que estava destinada. (SOUZA, 2014)



Ao retratar questões relacionadas ao processo migratório e estratégias tomadas pelos países limítrofes como uma estratégia geopolítica, não se pode esquecer de abordar Backheuser (1952), pois ele aponta para constituição de forças existentes e variáveis que mudam ao longo do tempo e, ao mesmo tempo, diante de sua configuração geográfica. Para o teórico, isso pode ser simplificado da seguinte maneira através da vitalidade da seguinte fórmula “Ele responde:  $P = VF$ , em que P significa pressão geopolítica (latente) sobre a fronteira, sendo V o índice de vitalidade da Nação e F a força material capaz de se manifestar” (BACKHEUSER, 1952, p. 155).

O geógrafo colocava questões fundamentais que perpassaram o território brasileiro que constituíam preocupações no país referente ao seu tamanho, ou seja, sua extensão territorial sendo assim preocupações de como deveria ser desenvolvido no país.

Diante do formato da fronteira ela se constitui ele mente contundente devido a sua porosidade existente, ou seja, a grande quantidade de rios existente na região serviu como elementos de disputa territorial, e nesse sentido, que começou a Guerra existente em torno da cidade de Letícia como Peru e Colômbia em torno do que chamamos de zona de Trapézio. Para Backheuser, (1952) ela e caracteriza da seguinte forma:

Fronteira Compacta – A forma compacta dos países e mais conveniente à defesa militar, ao intercâmbio comercial e ao centripismo (referente a força) político se não intervia decisivamente em sentido contrário outra influencias geopolíticas. E mais frequentemente encontra-la nos países prescritos. (BACKHEUSER, 1952, p. 89).

Não podemos esquecer que apesar da fronteira existente a olhos nus observamos uma grande fronteira porosa existente entre os países amazônicos é evidente daí constante preocupação com a mesma no caso do Colômbia e Peru e Brasil. Podemos citar como exemplo a Ilha de Santa Rosa de Yavarí e Islândia preocupações fronteiriças constantes das autoridades.

Para Becker (2005) o Heartland (ilha) amazônica é constituído pela Amazônia ocidental, portanto deve existir uma preocupação constante em torno dessa região já que ela se torna uma região valorosa para o Brasil.

O Estado e outros atores territoriais como já’ apontado Andrade (1981)) são indutores de contingente populacional tendo em vista a execução dos seus interesses, sendo assim, diferentes formas de emissão a essa população serão transmitidas a essas áreas.



Temos interesses muitas vezes convergentes como o caso fluxos e estímulos populacionais para áreas função funcionalidade dos territórios tendo em vista os interesses dos atores territoriais, compreendendo a constituição dessa tessitura Raffestin a ponta com a ação dessa trama populacional que se espriar ao longo do território O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza determinadas ações) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente “[...], o ator “territorializa” o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

A população aparece como recurso fundamental, cabe ao Estado estabelece elementos constituintes de sua população. O Estado colombiano o fez com a utilização diante desse recurso estimulando a entrada da população por meio de colombianos com a vinda de migrantes a se estabelecer na região do trapézio.

## **PENSANDO A FRONTEIRA COM UMA ANÁLISE CONCEITUAL**

A fronteira é um conceito que, na maioria das vezes, é confundido com a noção de limite. Considera-se, nesses casos, que a fronteira é uma linha imaginária, ou um marco histórico ou geográfico que separa duas ou mais nações. Para Hissa (2002), o limite estimula a ideia sobre a distância e a separação, enquanto a fronteira movimenta a reflexão sobre o contato e a integração.

Apesar de estarmos na fronteira é comum confundir-se com limite, Hissa (2002), apresenta que a reflexão sobre limites e fronteiras é, também, uma discussão sobre o poder, na medida em que fronteiras e limites servem para estabelecer domínios e demarcar territórios.

Sack (1986, p. 19) destaca a relação de limite e território: “os limites dos territórios não são imutáveis, mudam de acordo com as estratégias e recursos de controle e delimitação do espaço”.

A partir da edificação dos Estados Nacionais que o conceito de fronteira, como prática espacial, torna-se imprescindível, para garantir estabilidade, segurança e soberania ao Estado (ESTEIMAN e MACHADO, 2002).

As fronteiras tradicionais estão sendo rompidas na geopolítica atual, como, por exemplo, a partir da Organização Mundial do Comércio (OMC), que tenta mundializar os espaços econômicos nacionais, bem como, com base no Fundo Monetário Internacional (FMI) e no Banco Mundial, além – em outra escala – das alianças, dos acordos e da

construção dos chamados blocos econômicos (NEVES, 2000). Moraes (1990), ao resgatar importantes obras de Ratzel, destaca suas considerações sobre o Estado, pois para Ratzel ratifica que nenhum povo é destituído de uma organização política. Do desdobramento das discussões sobre Estado, encontra-se uma abordagem sobre fronteira, quando considera as fronteiras, no caso, os naturais como linhas não precisas, indeterminadas.

Machado (2002) as noções de limite e fronteira emergem com a constituição dos Estados Nacionais e suas definições são marcadas pelas mudanças ao longo do tempo. Na sua discussão a autora destaca o limite internacional, considerando-o como regulador das relações interestaduais.

Em relação à fronteira, considera uma zona percorrida pelo limite internacional, portanto, espaço relacional de territorialização de grupos humanos e das redes de circulação. Martins (2009) apresenta uma discussão sobre fronteira pautada na visão sociológica, dentro de uma abordagem dos movimentos de expansão da fronteira brasileira.

Na obra *Fronteira, a degradação do outro nos confins do humano*, a preocupação central na definição de fronteira, é a dimensão social: “a figura social da fronteira e de sua importância histórica não é o chamado pioneiro. A figura central e metodologicamente explicativa é a vítima”. (MARTINS, 2009).

Wanderley Messias da Costa, na sua obra *Geografia política e Geopolítica* (1992), faz uma discussão sobre o tema fronteira, na Geografia política, destacando que a compreensão das fronteiras é vital para os estudos desse ramo da Geografia, na medida em que se incorporam nas relações entre Estado e território.

Vimos que alguns conceitos clássicos, como o de “fronteira natural” ou “fronteira movente”, por exemplo, foram rechaçados já no início do século XX – com Vallaux e Ancel – e posteriormente pelos norte-americanos. Por outro lado, a ideia de fronteira (zona) e fronteira (limite), de Fawcett, acabou por consagrar-se e é aceita até hoje, bem como o seu significado de “isóbara política” (de Ancel) que, apesar de sofrer restrições de alguns autores, tem ainda inegável prestígio, até mesmo pela sua originalidade. (COSTA, 1992, p. 291).

Moodie na sua obra *Geografia e Política* (1965) destina um capítulo para discutir fronteira e limites, considerados por ele, conceitos importantes para a Geografia Política, pois estão diretamente relacionados com as noções de Estado, território e sociedade.

A definição de limite ganha destaque com a consolidação dos Estados modernos, que necessitam de espaços bem delimitados para o exercício de sua soberania e o estabelecimento da extensão do território, pois de acordo com Moodie (1965, p. 93): “Logo que os Estados tomaram a forma presente e logo que aumentou o comércio mundial, fez-se cada vez mais necessário ajustar suas relações, e isso implicou a definição exata dos seus territórios.”

Para Moodie (1965, p. 99): “linhas costeiras, rios, cristas de montanhas, principalmente nos locais onde exerciam função divisória, eram de caráter relativamente permanente e já em existência, de modo a não constituir surpresa, que logo fosse apropriado como limites ‘naturais’.”

Sabemos que os limites naturais são discutíveis, temos um exemplo: A Ilha de Santa Rosa que começa a ser reivindicada pela Colômbia, ou seja, os limites naturais ultrapassaram os limites estabelecidos nacionalmente.

Sobre a diferença conceitual entre fronteira e limite pode-se destacar que:

Esta diferenciação no significado da palavra “fronteira” e “limite” ajuda a esclarecer muita das dificuldades ligadas à relação que surge da justaposição dos Estados. Sempre existiram as fronteiras e somente quando tentam definir as regiões é que os geógrafos entram no pleno conhecimento dos problemas decorrentes de sua existência. Sempre possuíram extensão espacial, sempre ocuparam partes da superfície do globo, mas em virtude de sua natureza transitória vem exigindo definição correta. (MOODIE, 1965, p. 85).

Desta forma, a Geografia precisa contribuir com a discussão e (re)leitura do conceito de fronteira, pois é constituinte do espaço geográfico, entendida como unidade espacial pautada nas relações sociais, políticas e econômicas.

Portanto, não representa o fim ou uma unidade espacial estática, e sim, em movimento constante, que exige uma abordagem relacional entre os sujeitos e os territórios envolvidos num espaço de fronteira.

## CONCLUSÃO

Passados 172 anos o estabelecimento de Letícia na Zona Trapézio foi fundamental para o Estado colombiano, se não fosse esse fato a Colômbia não tinha conseguido se estabelecer na região amazônica, apensar de atritos existentes com o Peru o país conseguiu seu lugar ao sol.

Diferente do Peru e do Brasil a possibilidade de ter a Zona do Trapézio foi essencial para os planos do país andino, ao mesmo tempo a sua permanência na Amazônia que trouxe consequências para toda Colômbia, ou seja, o país deixou de ser apenas costeiro e Andino.

Dando oportunidade de ser um país amazônico pertencente a grande bacia amazônica formando junto com Brasil sua saída para Oceano atlântico, posicionando ou projetando o país.

## REFERÊNCIAS

ARCASSA, Wesley de Souza. Friedrich Ratzel: A importância de um clássico. *Geographia Opportuno Tempore*, Londrina, v. 3, n. 1, p. 98-115, 2017.

BACHEUSER, Everardo. *Geopolítica Geral e do Brasil*. Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, 1952.

BECKER, Bertha Koiffmann. Geopolítica da Amazônia. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.19, n.53., p. 71-86, jan./abr. 2005.

CLAVAL, Paul. *História da Geografia*. Lisboa: Edições 70, 2006.

EUZÉBIO, Emerson Flávio. *Fronteira e horizontalidade na Amazônia: as cidades gêmeas de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)*. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

GUH, Ernesto. *Las Fronteras políticas dos limites naturales*. Bogotá FEN, Colômbia, 1987.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. *A mobilidade das fronteiras: inserções da geografia na crise da modernidade*. Editora UFMG, 2002.

LIMA, Wendell Teles de; TANANTA, Cleuter Tenazor; OLIVERIA, Ana Maria Libório de; SILVA, Iatiçara Oliveira da. A fronteira de fricção. *Mutações*, Manaus, v. 7, n. 13, p. 10-20, jul./dez. 2016.

MACHADO, Lia O. Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. *Território*, Rio de Janeiro, v. 8, p. 9-29, jan./jun., 2000.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, maio, 1996.

MODDIE, Arthur E. *Geografia e Política*. Tradução de Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1965.

MORAES, Antônio Robert. Ratzel. São Paulo: Ática, 1990. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

NEVES, Gervásio Rodrigues. Fronteiras em mutação. “Deletando” a memória? In: CASTRO, Iná Elias de; MIRANDA, Mariana; EGLER, Claudio. A. G. (Orgs). *Redescobrimo o Brasil: 500 anos depois*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: Faperj, 2000.

NOGUEIRA, Ricardo José Batista. *Amazonas: Divisão da Monstruosidade Geográfica*. Editora EdUEA, 2007.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. SP: Ática, 1993.

SAQUET, Marco Aurélio. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

STEIMAN, Rebeca. *A Geografia das cidades de fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia)*. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

STEIMAN, Rebeca.; MACHADO, Lia Osorio. *Limites e Fronteiras internacionais: uma discussão histórico-geográfica*. UFRJ, 2002.

OLIVEIRA, Márcia Maria de. A mobilidade humana na tríplice fronteira: Peru, Brasil e Colômbia. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 20, v. 57, p. 186 -196, 2006.

SOUZA, Alex Sandro Nascimento de. *A cidade na fronteira: expansão do comércio peruano em Benjamin Constant no Amazonas – Brasil*. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

# ARMAMENTO NUCLEAR E A CULTURA ESTRATÉGICA RUSSA: CONCEPÇÕES GEOPOLÍTICAS À SERVIÇO DA DEFESA NACIONAL

Douglas de Quadros Rocha<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

“(…) se um ataque é cometido contra nós, nós defenderemos sem nenhuma dúvida a proteção de nosso território e dos interesses vitais do Estado, in determinadas situações, através da utilização do armamento nuclear conforme a doutrina adotada (...)” – Dmitry Rogozin (TASS, 2013, tradução nossa).

A fala de Dmitry Rogozin, antigo embaixador da Rússia junto à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), ressalta a importância conferida pelo Kremlin à defesa do território nacional, e sobretudo, a centralidade do armamento nuclear para a consecução de tal objetivo. Potência eurasiática por excelência, a Federação Russa possui um território com cerca de 17 milhões de km<sup>2</sup> e 20 mil km de fronteiras terrestres partilhadas com 14 outros Estados, desde a Noruega até a Coreia do Norte. Devido a sua posição geográfica, a Rússia compartilha um passado com os demais povos asiáticos e europeus, o qual formou as bases da cultura estratégica russa. A cultura estratégica, conceito abstrato, acaba sendo traduzido concretamente nas decisões e documentos oficiais, dentre eles a própria doutrina nuclear. O debate sobre a cultura estratégica não é recente e remonta à década de 1970 com estudos que buscavam comparar e prever a tomada de decisão das autoridades soviéticas e americanas nas relações nucleares da Guerra Fria. A questão destes estudos é de compreender como os aspectos culturais e comportamentais de uma sociedade influenciam as decisões políticas e, mais precisamente, as decisões militares dos Estados (GRAY, 1999). Já a doutrina nuclear se refere ao conjunto de objetivos, missões que guiam a instalação e uso das armas nucleares, que determina a estrutura das forças, a política declaratória e a diplomacia (INGRAM, 2019). Ambos conceitos são assim resultantes de um debate iniciado a partir da ameaça da guerra nuclear durante a Guerra Fria.

---

<sup>1</sup> Estudante do curso de mestrado em Relações Internacionais, Segurança internacional e defesa, na Universidade Jean Moulin Lyon 3, França. Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Contato: douglasqrocha@gmail.com.

Desta maneira, questiona-se de que maneira a cultura estratégica da Federação Russa condiciona a sua doutrina nuclear? Assim sendo, busca-se (a) identificar a cultura estratégica russa; (b) analisar a importância política e militar do armamento nuclear para a defesa nacional; (c) analisar a doutrina nuclear russa e a “escalada para a desescalada”; e (d) identificar os desdobramentos operacionais resultantes desta doutrina. Parte-se da hipótese de que a cultura estratégica russa é estruturante e influencia a doutrina nuclear do país, havendo certa continuidade ao longo do tempo. Para tal, busca-se analisar o objeto de estudo a partir da abordagem geopolítica e estratégica, apoiando-se em referencial teórico especializado, análise de documentos oficiais e de base de dados internacionais sobre questões de armamento nuclear.

Em um primeiro momento apresenta-se os fundamentos da cultura estratégica russa e o papel do armamento nuclear na defesa nacional, para em um segundo momento analisar o enquadramento destas capacidades na doutrina nuclear russa e seus desdobramentos práticos.

## **O PEPEL DO ARMAMENTO NUCLEAR A LUZ DA CULTURA ESTRATÉGICA RUSSA**

O pensamento estratégico russo é a resultante de um longo processo de experiências militares, políticas e sociais que moldaram a forma como o Estado russo e a sociedade concebem as noções de guerra e paz. Desde a dissolução da União Soviética (URSS), a reestruturação da doutrina nuclear russa se deu a partir da própria cultura estratégica russa, base estruturante desenvolvida ao longo dos séculos, em combinação com a importância do nuclear para a defesa nacional.

### **Cultura estratégica russa, defesa ativa e o controle do entorno estratégico**

A cultura estratégica de um Estado é a resultante de suas experiências históricas e geopolíticas, as quais moldam a maneira como este Estado compreende as relações internacionais e concebe os aspectos relacionados à defesa nacional. O conceito de cultura estratégica foi introduzido por Jack Snyder no relatório da RAND Corporation de 1977, intitulado *The Soviet Strategic Culture: Implications for Nuclear Options*, que a define como “a soma total de ideias, respostas emocionais condicionadas, e padrões de comportamentos

regulares que membros de uma comunidade estratégica nacional adquiriram através da instrução ou imitação, e compartilham entre si à respeito da estratégia nuclear” (SNYDER, 1977, p. 8, tradução do autor). Segundo Snyder (1977), a cultura estratégica possui um caráter estruturante e histórico, o qual é perpetuado por indivíduos e organizações, mesmo face a mudanças conjunturais de caráter tecnológico. Neste sentido, a cultura estratégica russa é resultado das experiências históricas imperiais, soviéticas e pós-soviéticas de seu povo.

Ao longo dos séculos, a Rússia desenvolveu uma cultura estratégica própria, fortemente influenciada pela sua posição geopolítica no coração da Eurásia, e pelas relações com os outros Estados europeus e asiáticos. Ao longo dos séculos, o processo de formação estatal russo foi condicionado pela inexistência de barreiras geográficas físicas capazes de garantir a defesa do território nacional, tais como cadeias de montanhas ou grandes rios (MARSHALL, 2016). Diferentemente dos Estados europeus ocidentais que dispunham das montanhas dos Alpes para sua defesa, por exemplo, o território russo é caracterizado pela grande estepe eurasiática que se estende do Extremo Oriente à Europa central. Esta condição geográfica possibilitou inúmeras invasões estrangeiras, como os mongóis no século XIII, Napoleão no século XIX, e a Alemanha durante as duas Guerras mundiais.

Consequentemente, a cultura estratégica russa é marcada por uma percepção de constante ameaça à sobrevivência estatal e ao grande espaço eslavo. Caracterizada como sendo proveniente de todas as direções e dirigida contra os interesses vitais russos, esta percepção de constante cerco criou uma cultura estratégica de defesa ativa, segundo a qual a defesa nacional depende da expansão e do desenvolvimento de capacidades que assegurem o controle do entorno estratégico (DELANOË, 2020a; LEPRI, 2018). Desta forma, a ideia de “esfera de interesses privilegiados” da política externa russa ganha importância geopolítica ao se referir aos Estados do antigo espaço soviético que circundam a Rússia e com os quais Moscou prioriza a manutenção de relações (políticas, econômicas e securitárias) para sua própria segurança (FRIEDMAN, 2008). Os processos de integração regional liderados por Moscou são ilustrações desta visão, como a Comunidade dos Estados Independentes e a União Econômica Euroasiática criadas em 1991 e 2015 respectivamente.

Do ponto de vista estratégico, esta “esfera de interesses privilegiados” está relacionada à necessidade geopolítica russa de manter um “cinturão de segurança em território vizinho”, formado por Estados amigáveis em torno das fronteiras da Rússia (LEPRI, 2007, p. 155). De fato, o pensamento estratégico russo ressalta a importância desta “profundidade estratégica”,



isto é, uma massa territorial de Estados aliados que servem como uma barreira entre Estados considerados como ameaças e os grandes centros políticos e econômicos da Rússia (LEPRI, 2007). A instrumentalização deste conceito pode ser identificada através da estratégia de “terra arrasada” adotada pelo exército russo durante os dois conflitos mundiais, como através do Pacto de Varsóvia durante a Guerra Fria, o qual servia como barreira territorial face aos Estados da OTAN. Para assegurar a defesa de um território imenso e de fronteiras continentais, compartilhadas com uma dezena de Estados vizinhos, a Rússia garante historicamente uma importância especial à dissuasão nuclear e a defesa antimísseis (PINEL, 2018).

### **A “arma absoluta”: a centralidade do nuclear na dissuasão russa**

Dado o seu potencial de destruição em termos qualitativos e quantitativos, a “arma absoluta” segundo Bernard Brodie (1946), o armamento nuclear segue sendo o centro da política de defesa da Rússia. Em um contexto de pós-Guerra Fria e de dissolução soviética, a bomba nuclear permanece como a garantia suprema da segurança da Rússia e o principal atributo que lhe confere o status de grande potência na atual ordem mundial (JOHNSON, 2016). Para tanto, Moscou possui o maior arsenal nuclear no mundo, apesar dos elevados custos para a sua manutenção, contando com cerca de 20 a 30 mil ogivas nucleares segundo estimativas (KRISTENSEN; KODA, 2019). No entanto, este arsenal é composto em grande medida de capacidades herdadas do período soviético, o que acarreta uma defasagem tecnológica em relação às demais grandes potências e preocupa as autoridades do Kremlin.

No que se refere ao nuclear russo, o principal documento para compreender seu papel na política de defesa nacional é a Doutrina Militar, formulada pelo Conselho de Segurança Nacional e fortemente influenciada pelas visões do presidente Vladimir Putin. Desde a dissolução soviética, foram publicadas quatro versões da Doutrina Militar: 1993, 2000, 2008, 2014. Cabe ressaltar que em todas estas versões é reforçado o caráter defensivo da doutrina militar russa (DELANOË, 2020b; ZYSK, 2018). Neste sentido, os documentos demonstram ajustes no emprego do armamento nuclear de acordo com as transformações das conjunturas geopolíticas no sistema internacional (WOOLF, 2020). De sua primeira versão à mais recente publicada em 2014, a Doutrina Militar acorda destaque ao nuclear como principal meio dissuasório capaz de desencorajar qualquer ataque convencional ou nuclear por parte de

inimigos (aqui entendidos como sendo os Estados Unidos e a OTAN), e sendo empregado em complementaridade com as capacidades convencionais em desenvolvimento ao longo dos próximos anos (JOHNSON, 2016).

Esta centralidade do nuclear na dissuasão russa se explica principalmente pela relativa debilidade das capacidades convencionais russas face as dos países da OTAN, e possivelmente face às capacidades crescentes da China (KRISTENSEN; KORDA, 2019). A dissolução da URSS foi seguida de um período de extremo declínio da economia russa e de reconfiguração do aparato militar, o qual acarretou o sucateamento das capacidades militares do período soviético (JOHNSON, 2016). Neste processo, a Rússia não foi capaz de acompanhar as demais potências ocidentais na modernização de seus arsenais, no sentido de maior digitalização, precisão e interconectividade de comando e controle. Estando em uma posição de debilidade militar, a Rússia se viu em um ambiente geopolítico ameaçador: à Oeste, a OTAN se expandia em direção à Europa oriental e modernizava suas capacidades militares; ao Sul, a instabilidade e o radicalismo do Oriente Médio; ao Leste, a China se consolidava como potência militar relevante face aos aliados estadunidenses na região (Japão e Coreia do Sul); e ao Norte, única fronteira até então securitizada, foi colocada em cheque com as novas perspectivas para o Ártico (JOHNSON, 2016). Em uma situação de clara defasagem das capacidades convencionais, a Rússia decidiu se apoiar nas capacidades nucleares como garantia da defesa nacional ao mesmo tempo que busca superar este atraso qualitativo (JOHNSON, 2016; WOOLF, 2020).

Em junho de 2020, Vladimir Putin aprovou um documento inédito relativo à doutrina nuclear russa intitulado “Princípios Básicos de Política Estatal da Federação Russa sobre Dissuasão Nuclear”. Apesar de retomar informações presentes na Doutrina Militar de 2014, este documento expõe de forma clara a concepção russa em relação à dissuasão nuclear, aos riscos e às ameaças militares existentes, além dos princípios e condições de emprego do armamento. Este documento, assim como a Doutrina Militar, salienta o caráter defensivo da dissuasão russa face a ameaças militares dirigidas por Estados ou grupo de Estados (blocos e alianças) que posicionam capacidades militares importantes (convencionais e nucleares) próximas às fronteiras da Rússia (RUSSIAN FEDERATION, 2020). Torna-se claro o caráter geopolítico deste documento, o qual traduz a percepção russa de “cerco” em seu entorno estratégico pelas forças da OTAN e dos Estados Unidos. Assim, Moscou apresenta a seguinte condição para o emprego do armamento nuclear:

A Federação Russa reserva o direito de empregar armamentos nucleares em resposta ao uso de armamentos nucleares, ou de outros tipos de armamentos de destruição massiva, contra si e/ou seus aliados, assim como em caso de agressão contra a Federação Russa com o emprego de armamentos convencionais quando a própria existência do Estado é colocada em risco (RUSSIAN FEDERATION, 2020, tradução nossa, realce nosso).

Pode-se inferir a partir deste trecho que a dissuasão russa é estendida aos seus aliados, reservando-se o direito de empregar a bomba nuclear mesmo em caso de um ataque convencional por parte do inimigo. Tal posição decorre do fato de que Vladimir Putin e os militares russos têm consciência das mudanças geopolíticas na ordem do pós-Guerra Fria, assim como das mudanças qualitativas da guerra no século XXI, cada vez mais modernas e robotizadas. Em um possível conflito com a OTAN, a Rússia estaria em uma posição desfavorável na correlação de forças convencionais (JOHNSON, 2016). Dada a sua situação desfavorável no plano convencional, a utilização de armamentos nucleares no nível tático se torna uma alternativa conveniente para igualar a correlação de forças em uma possível confrontação direta.

## **REAÇÕES ESTRATÉGICAS RUSSAS FACE A UMA SITUAÇÃO GEOPOLÍTICA DESFAVORÁVEL**

Apesar do fim da Guerra Fria, o armamento nuclear segue sendo indispensável para a defesa nacional da Federação Russa devido as condições geopolíticas do século XXI. Tais imperativos reforçam a dependência estratégica em relação ao armamento nuclear, e a utilização de armas nucleares táticas como instrumento de dissuasão.

## **“ESCALADA PARA A DESESCALADA”: O EMPREGO DO NUCLEAR TÁTICO COMO EQUALIZADOR DA CORRELAÇÃO DE FORÇAS**

Durante a Guerra Fria, a estabilidade nuclear entre as superpotências era alicerçada sobre o conceito de “Destruição Mútua Assegurada”, segundo o qual “ambos os lados tinham capacidade de retaliação nuclear capaz de impedir qualquer um dos lados de prevalecer sobre o outro em uma guerra nuclear total” (WOOLF, 2020, p. 2, tradução nossa). Se a doutrina

nuclear americana se adaptou à correlação de forças ao longo da Guerra Fria, a doutrina nuclear soviética permaneceu centrada em torno das represálias nucleares massivas em caso de ataque por parte das forças ocidentais. No entanto, se por um lado Moscou demonstrava disposição para utilizar todo seu arsenal nuclear, por outro lado as autoridades soviéticas garantiam que só empregariam a bomba nuclear em caso de um ataque também nuclear, posição não compartilhada pela OTAN. Cabe ressaltar que a União Soviética dispunha de uma condição estratégica superior às forças ocidentais da OTAN, uma vez que possuía o maior arsenal nuclear no mundo e tinha à disposição um enorme efetivo de forças convencionais somado aos efetivos dos outros países do Pacto de Varsóvia (WOOLF, 2020). A correlação de forças foi invertida, porém, no final da Guerra Fria ao longo da década de 1990, sobretudo no continente europeu.

Com o fim dos antigos regimes comunistas da Europa Oriental, o entorno estratégico russo ficou exposto à expansão da OTAN em 1999 e 2004, dirigidas na direção destes países e das fronteiras russas. Diferentemente dos Estados Unidos que possuem uma condição geográfica privilegiada de isolamento estratégico relativo, a Rússia está próxima geograficamente às fronteiras das grandes potências e da OTAN. Desta maneira, a profundidade estratégica que caracteriza o pensamento russo foi reduzida drasticamente com o avanço da OTAN, o qual foi acompanhado pelo posicionamento de tropas e capacidades modernas próximas das fronteiras russas. A crise geral resultante da dissolução da URSS afetou de maneira crítica a capacidade orçamentária necessária para a manutenção do imenso arsenal soviético, composto por capacidades defasadas que acabaram sendo tiradas de serviço (WOOLF, 2020). A partir desta nova situação geopolítica desfavorável, Moscou reorientou então sua política de defesa em torno do emprego de armas nucleares táticas.

Diferentemente das armas nucleares estratégicas, cujos alvos são cidades e instalações estratégicas, as armas nucleares táticas são empregadas no campo de batalha contra unidades militares. Cabe ressaltar que apesar de possuírem um poder de destruição e alcance menores que as armas estratégicas, as armas nucleares táticas se encontram muito acima da potência das armas e explosivos convencionais utilizados no campo de batalha (KRISTENSEN; KORDA, 2019). Estima-se que a Rússia possua atualmente cerca de 2 000 armas nucleares táticas em seu arsenal. Buscando assegurar sua segurança, as autoridades militares russas inseriram esta categoria de armamentos no centro da estratégia de dissuasão como resposta a nova condição geopolítica. De acordo com David Yost (2001, tradução nossa e grifos nossos),

é possível identificar nove funções acordadas às armas nucleares não-estratégicas pelas autoridades russas:

- (1) deter agressões externas;
- (2) servir de “equalizador” ou “contrapeso” à superioridade das forças convencionais de um adversário potencial;
- (3) manter a “estabilidade de combate” das forças engajadas em uma operação (como dissuasão suplementar durante a guerra);
- (4) possibilitar a “desescalada” de conflitos convencionais;
- (5) possibilitar à Rússia de realizar ataques nucleares limitados em uma guerra regional (ou tática) ao mesmo tempo que impede uma escalada para operações nucleares intercontinentais ou outra extensão geográfica do conflito;
- (6) inibir a intervenção de potências externas (como os Estados Unidos ou OTAN) em conflitos regionais envolvendo a Rússia;
- (7) forças não-estratégicas substituem sistemas non-nucleares de alta precisão e de longo alcance;
- (8) possibilitar ao Alto Comando de mudar a correlação de forças em teatros ou setores específicos de operações militares.
- (9) compensar as reduções das formas nucleares estratégicas da Rússia.

Ao longo das quatro doutrinas militares, as autoridades militares russas aperfeiçoaram tais condições para o emprego das armas táticas. O desenvolvimento doutrinário resultou na estratégia frequentemente denominada de “escalada para a desescalada”, ou “desescalada da agressão” entre os russos. Tal estratégia busca intimidar e dissuadir possíveis inimigos ao prever o uso de armas nucleares táticas contra qualquer ataque contra a Rússia, de caráter nuclear ou até mesmo convencional (Funções 2 e 4). Desta maneira, a “escalada para a desescalada” prevê o emprego do armamento de maneira progressiva e em conformidade com a escalada do conflito, isto é, acompanhando o grau de conflitualidade entre as forças. O objetivo seria dissuadir o inimigo a interromper a investida, e a negociar um acordo em termos favoráveis aos interesses russos. Nota-se assim o caráter político desta estratégia de dissuasão, apesar da mesma prever as condições para o emprego destes armamentos (DELANOË, 2020b). Tal ideia está presente nos “Princípios Básicos de Política Estatal da Federação Russa sobre Dissuasão Nuclear” de 2020:

Em caso de um conflito militar, esta Política prevê para a prevenção de uma escalada das ações militares e seu fim em condições que sejam aceitáveis para a Federação Russa e/ou seus aliados (RUSSIAN FEDERATION, 2020, tradução nossa, grifos nossos).

Como identificado por Yost (2001) através das funções 2 e 7, esta é uma estratégia que demonstra a fragilidade em termos relativos das capacidades russas em relação às capacidades da OTAN e possivelmente da China (COLBY, 2016). Esta condição estratégica é reconhecida pelas autoridades militares russas e está por trás do amplo programa de modernização das Forças Armadas com vistas a reduzir esta desvantagem (DELANOË, 2020b). Segundo Johnson (2016), o emprego de armas táticas é uma estratégia comum entre potências nucleares em posição de inferioridade face a uma outra potência, como por exemplo a doutrina da Resposta Graduada contra a URSS, ou a postura do Paquistão em relação à Índia. Apesar de algumas interpretações euro-atlânticas salientarem a dependência russa em relação às capacidades nucleares, decisões de Moscou apontam para a modernização das capacidades convencionais em busca de uma maior autonomia estratégica (ZYSK, 2018). Tais decisões apontam inclusive para a complementariedade entre as novas capacidades convencionais e as capacidades nucleares táticas existentes (JOHNSON, 2016; ZYSK, 2018). Com vistas a assegurar a defesa do território nacional, a Rússia tem empregado estas capacidades nos chamados “bastiões estratégicos” ao buscar impedir o acesso de forças militares inimigas em um eventual conflito.

## **A ESTRUTURAÇÃO DE “BASTIÕES ESTRATÉGICOS” E O CONTROLE DAS LINHAS DE COMUNICAÇÃO RUSSAS**

Desde 2008, a Federação Russa tem empreendido um amplo processo de modernização das Forças Armadas, compreendendo Exército, Marinha, Força Aeroespacial e Força estratégica de mísseis. As autoridades militares russas tomaram consciência do atraso tecnológico das capacidades de defesa, a maior parte construídas durante o período soviético, e assim buscaram equipará-las aos padrões ocidentais. Conscientes desta vulnerabilidade estratégica face a possíveis agressões externas, os militares russos têm estruturado as novas capacidades convencionais e nucleares de maneira a assegurar o controle das principais linhas de acesso ao país. Para atingir este objetivo, arquiteturas de defesa denominadas “bastiões

estratégicos” têm sido criadas no Mar Negro e no Mar Báltico, por exemplo, ao longo dos últimos anos.

Como salientado, a condição geopolítica da Rússia é particular devido a suas dimensões territoriais continentais, o que a torna uma potência continental por essência. Além disto, a Rússia não dispõe do acesso direto aos grandes oceanos e mares, uma vez que todas as linhas de comunicação marítimas são condicionadas por estreitos e estrangulamentos estratégicos controlados por outros Estados. Princípio elementar da geopolítica e estratégia marítima, apontado por Alfred Mahan (1890) e Julian Corbett (1911), o controle das linhas de comunicação marítimas e dos estrangulamentos estratégicos são vitais para a projeção de forças e a defesa do território nacional. O Mar Negro e o Báltico, por exemplo, são as principais vias de acesso aos grandes centros políticos e econômicos da Rússia, e se constituem como plataformas de projeção de poder militar nas regiões adjacentes. Entretanto, se por um lado esta condição geográfica limita a projeção de forças, por outro, ela torna possível transformar estes mares em verdadeiras fortalezas para o controle dos principais acessos ao território nacional.

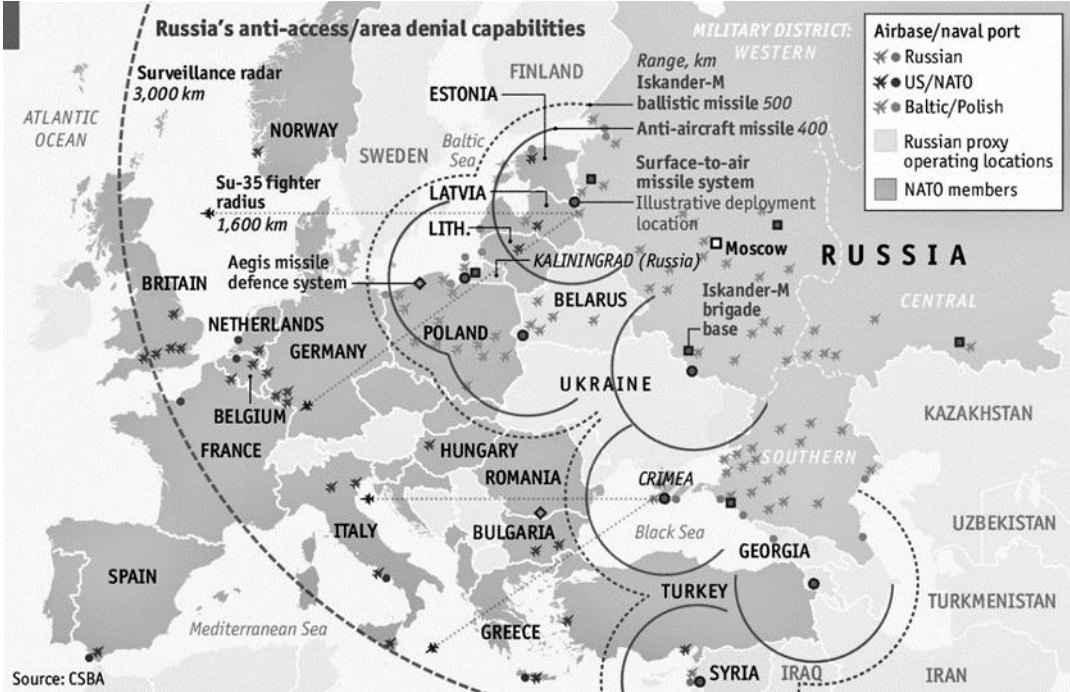
Consciente desta condição geopolítica, a Rússia tem estruturado “bastiões estratégicos” em pontos estratégicos de seu território cujo objetivo é a negação de área e acesso (A2/AD) por parte de possíveis ameaças militares. O conceito de negação de área e acesso tem função defensiva na medida em que busca “repelir toda força inimiga em curta, média ou grande distância, empregando todos os meios disponíveis” (LASCONJARIAS, 2017, p. 59). Os bastiões estratégicos obedecem assim aos imperativos geopolíticos da estratégia russa, ao buscar assegurar a defesa nacional contra a superioridade militar das forças da OTAN. Neste sentido, a Rússia tem estruturado bolhas de A2/AD no exclave de Kaliningrado ao Norte, face às forças da OTAN nos Países Bálticos, e na península da Crimeia ao Sul, face às forças posicionadas na Turquia, Bulgária e Romênia. Tais estruturas possuem dois componentes complementares: sistemas antimísseis e forças navais.

A defesa antimíssil constitui a base dos bastiões estratégicos russos e tem recebido atenção especial por parte dos projetos de modernização militar empreendidos nos últimos anos. O desenvolvimento de sistemas antimísseis ocupa de fato uma posição central na doutrina nuclear da Rússia e garante a dissuasão nacional face a ameaças externas (PINEL, 2018). Por exemplo, constata-se a multiplicação através do território russo de sistemas de mísseis terra-ar S-300 e S-400 com alcance de até 400 km. Outro ponto importante é que se torna recorrente



o desenvolvimento de capacidades duais nos projetos de modernização militar russos, sendo capazes de transportar cargas convencionais e nucleares (ZYSK, 2018). O fato de possuírem característica dual os torna um instrumento eficaz para a dissuasão ao considerar sua aplicação na estratégia de “escalada para a desescalada”. Os sistemas de míssil Iskander, nas suas variantes Iskander-M e Iskander-K, são capazes de lançar tanto mísseis convencionais quanto nucleares. Na Figura 1 abaixo pode-se constatar que o posicionamento geográfico destes sistemas corresponde às principais vias de acesso ao território nacional e que se estende ao longo de toda a fronteira ocidental da Rússia:

Figura 1: Capacidades russas de negação de área e acesso (A2/AD)



Fonte: adaptado de THE ECONOMIST (2018).

Dentre as forças armadas russas, a Marinha Nacional é atualmente a principal força militar no que diz respeito às armas nucleares táticas (ZYSK, 2018). Cada uma das forças armadas na Rússia possui capacidades nucleares táticas em seus arsenais; entretanto, a Marinha corresponde à principal força nuclear em termos de número e tipos destes armamentos. Estima-se que cerca de 700 a 800 bombas nucleares táticas se encontram à disposição para serem empregadas por navios de superfície, assim como por submarinos



nucleares e convencionais (KRISTENSEN; KORDA, 2019; ZYSK, 2018). Devido a sua característica furtiva, os submarinos atuam como complemento às capacidades terrestres na tarefa de dissuasão e negação de acesso. Para esta tarefa, a Rússia conta atualmente com seis submarinos nucleares classe Yasen, os quais são equipados com sistemas de lançamento duais, como os mísseis Kalibr com alcance de 2000 km, além de mísseis anti-navio e antissubmarino (DELANOË, 2020a).

Nota-se assim que a Marinha ganha cada vez maior notoriedade na dissuasão russa nos marcos da estratégia de “escalada para a desescalada”, além de ser peça fundamental na estruturação dos bastiões estratégicos. De fato, Delanoë (2020a) identifica cinco funções da marinha de guerra russa, dentre elas “assegurar a permanência da dissuasão nuclear” e “santuarizar e bloquear os acessos costeiros e o litoral da Federação Russa através do emprego de capacidades de negação de acesso e de interdição de área (A2/AD)” (DELANOË, 2020a, p. 41, tradução nossa). Percebe-se assim a complementariedade entre as capacidades antimísseis e navais na estruturação destas verdadeiras “fortalezas” de dissuasão.

## CONCLUSÃO

Para compreender a doutrina nuclear russa contemporânea é necessário enquadrá-la tanto em relação ao passado histórico e social, quanto à condição geopolítica em que se encontra. A cultura estratégica, neste sentido, auxilia a compreensão da percepção da Federação Russa de constante ameaça, do que decorre a necessidade quase vital de um “cinturão de segurança em território vizinho” para a defesa nacional. Neste sentido foi possível compreender a ameaça que a expansão da OTAN representa para Moscou. O armamento nuclear ganha assim sentido político e militar, como garantia da segurança e do status internacional da Rússia na ordem do pós-Guerra Fria. Devido as rápidas mudanças geopolíticas do século XXI, percebeu-se que houve a necessidade de adaptar o papel do nuclear, sendo os “Princípios Básicos de Política Estatal da Federação Russa sobre Dissuasão Nuclear” um avanço importante neste sentido. A arma nuclear tática acaba assim sendo considerada um instrumento importante para garantir maior flexibilidade de ação face à superioridade qualitativa e quantitativa das forças da OTAN, sem, no entanto, perder seu objetivo político central. Notou-se também uma crescente preocupação russa de tornar as vias de acesso ao território em verdadeiras fortalezas, através dos “bastiões estratégicos” ao longo

da fronteira ocidental. Assim, constatou-se o caráter regional e especialmente europeu da doutrina nuclear russa, o que demonstra que as preocupações geopolíticas contemporâneas de Moscou provêm do Ocidente.

Quanto à hipótese apresentada, ela foi parcialmente confirmada, cabendo fazer certas ressalvas. De fato, a cultura estratégica russa é estruturante e influencia a formulação da doutrina nuclear do país. A característica defensiva presente na cultura estratégica russa permanece como uma constante na doutrina nuclear, além do controle do entorno estratégico como condição para a defesa nacional. A “escalada para a desescalada” e os “bastiões estratégicos” são ilustrações desse pensamento. No entanto a doutrina nuclear sofreu modificações importantes com o fim do período soviético: o abandono das represálias massivas em troca de uma doutrina flexível em torno do nuclear tático, além da supressão do no first use soviético. Tais mudanças decorrem das profundas mudanças geopolíticas experimentadas pela Rússia no pós-Guerra Fria, incomparáveis com o contexto soviético. Portanto, conclui-se que além dos aspectos da cultura estratégica, fatores geopolíticos e materiais influenciaram de maneira importante a formulação da doutrina nuclear da Federação Russa.

Pesquisas futuras poderão ser desenvolvidas para a análise específica da transição entre a doutrina nuclear soviética e a doutrina nuclear russa, sob a ponto de vista da cultura estratégica. Reflexões sobre os impactos geopolíticos da doutrina nuclear russa no Nordeste asiático, e suas relações com a China, Japão e Coreias poderão complementar o presente trabalho.

## REFERÊNCIAS

BRODIE, Bernard et al. *The Absolute Weapon: Atomic Power and World Order*. New Haven: Yale Institute of International Studies, 1946. Disponível em: <<https://www.osti.gov/opennet/servlets/purl/16380564-wvLB09/16380564.pdf>>.

CIMBALA, Stephen J.; MCDERMOTT, Roger N. A New Cold War? Missile Defenses, Nuclear Arms Reductions, and Cyber War. *Comparative Strategy*, [S.l.], v. 34, n. 1, p. 95-111, 2015. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01495933.2015.994405?journalCode=ucst20>>.

COLBY, Elbridge. Russia’s Evolving Nuclear Doctrine and its Implications, *Note de la FRS*, Paris, n. 1, p. 1-12, 2016. Disponível em: <

<https://www.frstrategie.org/en/publications/notes/russias-evolving-nuclear-doctrine-implications-2016>>.

CORBETT, Julian. *Some Principles of Maritime Strategy*. Londres: Longmans, Green and Co, 1911.

DELANOË, Igor. La stratégie navale russe. In: POSTEC, Yves et al. *Études marines: Stratégie*, Paris, n. 17, 2020a, p. 38-47. Disponível em: <[https://cesm.marine.defense.gouv.fr/images/etude/EM17\\_-FR\\_V7\\_NUM.pdf](https://cesm.marine.defense.gouv.fr/images/etude/EM17_-FR_V7_NUM.pdf)>.

DELANOË, Igor. La Russie formule sa “doctrine nucléaire”: éléments d’explication. *Note de l’Observatoire franco-russe*. Moscou: Observatoire franco-russe, 2020b. Disponível em: <[https://www.obsfr.ru/fileadmin/Policy\\_paper/Analyse\\_de\\_la\\_Doctrine\\_nucleaire\\_de\\_la\\_Russie.\\_Note\\_de\\_l\\_Observatoire\\_franco-russe.\\_Lundi\\_le\\_8\\_juin\\_2020.pdf](https://www.obsfr.ru/fileadmin/Policy_paper/Analyse_de_la_Doctrine_nucleaire_de_la_Russie._Note_de_l_Observatoire_franco-russe._Lundi_le_8_juin_2020.pdf)>.

FRIEDMAN, George. *Geopolitical Diary: The Medvedev Doctrine*. Stratfor, Austin, 2 de set. de 2008. Disponível em: <<https://worldview.stratfor.com/article/geopolitical-diary-medvedev-doctrine>>.

GRAY, Colin S. Strategic culture as context: the first generation of theory strikes back. *Review of International Studies*, Cambridge, n. 25, p. 49–69, 1999. Disponível em: <[https://www.jstor.org/stable/20097575?seq=1#metadata\\_info\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/20097575?seq=1#metadata_info_tab_contents)>.

INGRAM, Paul. *Discussion paper: nuclear doctrine*. The Nuclear Threat Initiative, Washington, 2019. Disponível em: <[https://media.nti.org/documents/Discussion\\_Paper-Nuclear\\_Doctrine.pdf](https://media.nti.org/documents/Discussion_Paper-Nuclear_Doctrine.pdf)>.

JOHNSON, Dave. Nuclear Weapons in Russia’s approach to conflict. *Recherches & documents Fondation pour la Recherche Stratégique*, Paris, n. 16, p. 1-77, 2016. Disponível em: <<https://www.frstrategie.org/en/publications/recherches-et-documents/nuclear-weapons-russias-approach-conflict-2016>>.

KRISTENSEN, Hans M.; KORDA, Matt. Tactical nuclear weapons, 2019. *Bulletin of the Atomic Scientists*, Chicago, v. 75, n. 5, p. 252-261, 2019. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00963402.2019.1654273>>.

LASCONJARIAS, Guillaume. “Qui s’y frotte s’y pique”: la Russie et le déni d’accès (A2/AD). *Revue Défense Nationale*, Paris, n. 802, p. 58-63, 2017. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-defense-nationale-2017-7-page-58.html>>.

LEPRI, Charlotte. Les relations russo-américaines: les questions stratégiques au cœur de toutes les tensions. *Revue internationale et stratégique*, Paris, n. 68, p. 153-163, 2007/4. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-internationale-et-strategique-2007-4-page-153.htm>>.

MAHAN, Alfred. *The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783*. Boston: Little, Brown, and Company, 1890.

MARSHALL, Tim. *Prisoners Geography*. Londres: Elliott & Thompson Limited, 2016.

PINEL, Malcolm. La pensée stratégique russe: résurgence de la tradition militaire soviétique?. *Tribune Revue défense nationale*, Paris, n. 1030, 2018, p. 1-9. Disponível em: <<https://www.defnat.com/e-RDN/vue-tribune.php?ctribune=1114>>.

RUSSIAN FEDERATION. *Basic Principles of State Policy of the Russian Federation on Nuclear Deterrence*. Moscow, 2020. Disponível em: <[https://www.mid.ru/en/web/guest/foreign\\_policy/international\\_safety/disarmament/-/asset\\_publisher/rp0fiUBmANaH/content/id/4152094](https://www.mid.ru/en/web/guest/foreign_policy/international_safety/disarmament/-/asset_publisher/rp0fiUBmANaH/content/id/4152094) >.

SNYDER, Jack L. *The Soviet Strategic Culture: Implications for Limited Nuclear Operations*. Santa Monica: The RAND Corporation, 1977. Disponível em: <<https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/reports/2005/R2154.pdf>>.

TASS. Rogozin: Russia to use nuclear weapons if attacked. *TASS Russian News Agency*, Moscow, 11 de dez. de 2013. Disponível em: <<https://tass.com/russia/711191>>.

THE ECONOMIST. The odds on a conflict between the great powers. *The Economist*, Londres, 25 de jan. de 2018. Disponível em: <<https://www.economist.com/special-report/2018/01/25/the-odds-on-a-conflict-between-the-great-powers>>. Acesso em: 03 de out. de 2020.

ZYNSK, Katarzyna. Escalation and Nuclear Weapons in Russia's Military Strategy. *The RUSI Journal*, Londres, v. 163, n. 2, p. 4-15, 2018. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03071847.2018.1469267?journalCode=rusi20>>.

YOST, David. Russia's Non-Strategic Nuclear Forces. *International Affairs*, Oxford, v. 77, n. 3, p. 531-551, 2001. Disponível em: <[https://www.jstor.org/stable/3095436?seq=1#metadata\\_info\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/3095436?seq=1#metadata_info_tab_contents)>.

# GEOPOLÍTICA: UMA APRECIÇÃO HISTÓRICA

Carlos Eduardo Valle Rosa<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

Existe um consenso entre os autores sobre o fato de ter sido o cientista político sueco Rudolf Kjellén (1864-1922) o primeiro teórico a citar o termo Geopolítica. O’Loughlin (1994, p. 93-94), cita que Kjellén “utilizou o termo geopolitik em um artigo no jornal geográfico sueco Ymer, em 1899, quando descreveu, classificou e analisou o caráter das fronteiras da Suécia” .

A partir desse fato precursor, teóricos de vários campos, como na ciência política, nas relações internacionais, na geografia e nos estudos estratégicos, têm desenvolvido o conceito de geopolítica de forma bastante diversificada. Em função do viés de formação do teórico e da área de pesquisa na qual trabalha os temas da geopolítica, surgem abordagens e definições específicas, que nem sempre são congruentes. A fim de melhor escrutinar essa realidade, o propósito deste Capítulo é apresentar uma perspectiva histórica do conceito de geopolítica, como forma de melhor compreender suas origens, evolução e aplicação.

Perceber, portanto, a evolução do conceito de geopolítica constitui-se em relevante contribuição para o debate acadêmico. Analisar como a geopolítica surge em influentes pensadores, e qual foi a repercussão desse pensamento nas políticas públicas e decisões estratégicas de Estados, permitirá ao leitor observar a própria dinâmica do ordenamento do poder mundial. Há que se ressaltar, porém, que nem sempre houve um consenso acadêmico quando se trata de definir geopolítica. Da mesma forma, também no espectro da aplicação de políticas inspiradas nas realidades geográficas, próprias dos Estados, nem sempre houve uma uniformidade de ações. Apesar dessa constatação, a apreciação histórica que se empreende coloca a geopolítica em uma perspectiva científica interdisciplinar e multidimensional, o que

---

<sup>1</sup> Doutorando em Geografia, na área de Geopolítica, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. É mestre em Ciências Aeroespaciais pela Universidade da Força Aérea. Bacharel em Ciências Aeronáuticas e Bacharel em História. É Coronel Aviador da reserva da FAB. Autor do livro “Poder Aéreo: Guia de Estudos” (2014), obra de referência nesse campo de estudos. É autor do capítulo Brazilian Air Power, no “Routledge Handbook of Air Power” (2018)

favorece uma abordagem mais abrangente desse conceito, inclusive com reflexo nas decisões estatais.

O Capítulo apresentará, inicialmente, as origens do conceito de geopolítica, passando, a seguir, a abordar sua evolução em uma perspectiva de fases ou momentos históricos, nas quais a reflexão geopolítica derivou de uma posição central até a sua negação. No momento em que o mundo atravessa sérios desafios sociais, culturais, tecnológicos, econômicos e de natureza militar, que inclusive trazem a geopolítica novamente para um papel protagonista, nada melhor do que buscar compreender a procedência e a evolução desse importante conceito.

## **AS ORIGENS DO CONCEITO DE GEOPOLÍTICA**

Retornando à proposição de Kjellén, mais importante do que relembrar o pioneirismo do fato, é identificar a forma pela qual o autor sueco elaborou o conceito, um ponto de partida para a discussão sobre a origem da geopolítica. Para tanto, faz-se necessário voltar um pouco mais na linha do tempo e analisar a contribuição do geógrafo prussiano Friedrich Ratzel (1844-1904), que iniciou sua vida intelectual antes de Kjellén, na construção da ideia do Estado como um organismo. Amparado nas proposições evolucionistas de Jean-Baptiste Lamarck (1744-1829), e, principalmente, de Charles Darwin (1809-1882), Ratzel concebeu, “diferentemente dos teóricos anteriores, que destacavam o viés legal/político dos Estados, [...] o estado analogamente a um organismo vivo, cujo território flutuava ao longo do tempo dependendo da vitalidade social e demográfica” (AGNEW, 2002, p. 64). Nesse organismo, os elementos essenciais seriam o povo e o território. Como o próprio Ratzel afirmou, “Quando se examina o homem, seja individualmente, seja associado na família, na tribo, no Estado, é sempre necessário considerar, [...] também uma porção de território” (RATZEL, 1891, p. 74) .

Kjellén aderiu à ideia de Ratzel sobre o organismo vivo, mas entendeu que formá-lo apenas com povo e território seria insuficiente. Assim, a esse organismo agregou as vertentes jurídica, econômica e social (BACKHEUSER, 1952) . Com essa nova constituição orgânica, a ciência política, na visão de Kjellén, poderia ser dividida em categorias, todas elas relacionando os fenômenos políticos à um tema: a Demopolítica (ou Etnopolítica), cujo objeto de relação seria o povo; a Ecopolítica (ou Econopolítica), que apreciaria fatores econômicos; a Sociopolítica, cuja relação seria com a sociedade; a Cratopolítica, na qual governo e poder

seriam objeto de análise; e a Geopolítica, cujo tema central seria o solo – recursos naturais, morfologia e posição (BACKHEUSER, 1952; O’LOUGHLIN, 1994; HLIHOR, 2014).

Surge, então, a primeira definição do que seria geopolítica. Kjellén a consideraria como a “teoria do estado como um organismo ou fenômeno geográfico no espaço, isto é, o estado como terra, território, domínio ou, mais sugestivamente, um reino” (O’LOUGHLIN, 1994, p. 93). No conceito exposto percebe-se que a geografia seria um pano de fundo, levando à percepções como a de Flint (2006, p. 34), que vê a partir de Kjellén uma “geopolítica que está centrada na atuação do estado”, e não em sua geografia.

## **MOMENTOS OU FASES DA GEOPOLÍTICA**

Com o primeiro conceito de geopolítica formulado, o passo seguinte seria abordá-lo a partir de momentos ou fases históricas. O livro *The Geopolitics Reader* (2003), sugere períodos que agrupam perspectivas singulares sobre o que seria a Geopolítica. Ó Tuathail (2003), entende que uma compreensão sobre geopolítica pode ser obtida a partir de cinco momentos: a) a geopolítica imperialista; b) a geopolítica da Guerra Fria; c) a geopolítica da Nova Ordem Mundial; d) a geopolítica ambiental; e e) a antigeopolítica. Cada um desses momentos incorporaria aspectos peculiares ao conceito de geopolítica.

No período da Geopolítica Imperialista, caracterizado pela emergência do conceito de Kjellén, e que engloba o colonialismo do final do século XIX e o início do século XX, até a Segunda Guerra Mundial (2ª GM), a geopolítica se confunde com a prática imperialista. Nas palavras de Ó Tuathail (2003, p. 4), “É no contexto do discurso imperialista que a geopolítica primeiro emerge como um conceito e uma prática”. O sentido do imperialismo na geopolítica seria, em última instância, a busca pelo *Lebensraum* (espaço vital) de Ratzel. O espaço vital, como o próprio qualificativo aponta, representaria, em última instância, a sobrevivência dos povos, cujo crescimento regulado pelas Leis do Crescimento Espacial dos Estados (RATZEL, 1892), se daria na direção das fronteiras e por meio de colônias, supridoras de recursos das mais variadas naturezas. Bassin (2003, p. 16), sugere que na obra *Politische Geographie* (Geografia Política), Ratzel “desenvolveu uma teoria política expansionista cuja necessidade de crescimento era explicada ‘cientificamente’ pela analogia [ao organismo vivo]”. Dessa forma, o imperialismo seria uma empresa estatal, que nas palavras de Agnew (2002, p. 64), fez com que Ratzel “reorganizasse a geografia em torno do Estado”. Portanto, os dois



elementos básicos do conceito de geopolítica se apresentam de forma indelével: a geografia e a política.

Esse viés imperialista que Ó Tuathail identificou nesse primeiro momento da geopolítica, ao menos quando se considera o papel do estado, também pode ser identificado nos trabalhos de Alfred T. Mahan e Halford J. Mackinder. Ambos mantiveram o viés do conceito e desenvolveram suas obras em torno da ideia que associava a geopolítica ao Estado e à geografia. O ponto em comum desses teóricos foi identificado por Flint (2006, p. 18), quando apontou em ambos a visão do mundo como “um sistema fechado”, advogando a política de um Estado em particular. Entretanto, os dois pensadores também guardavam diferenças de abordagem.

Em sua obra de maior ascensão, *The Influence of Sea Power Upon History – 1660-1783* (A influência do Poder Marítimo na História – 1660-1783), Mahan dirige sua atenção para dois temas: a guerra no mar e a estratégia naval. Busca, na definição de estratégia, uma conexão maior do que simplesmente o combate, afirmando que a estratégia naval tem “um interesse maior para os cidadãos de um país livre, especialmente aqueles encarregados dos assuntos [diplomáticos] e das relações militares” (MAHAN, 1890, p. 20). Ele identifica elementos que comporiam o poder marítimo, portanto essenciais em uma estratégia naval (e porquê não, para um Estado forte), tais como: “a posição geográfica; a conformação física; a extensão do território; o tamanho da população; o caráter nacional; e o caráter do governo” (ALMEIDA, 2015, p. 104-115). Na verdade, o que Mahan queria demonstrar era a importância geográfica da superfície marítima para o Estado. Sem o controle do mar, esse estado não teria condições suficientes para se desenvolver (e tornar-se um Estado forte), pois seria assediado em suas linhas de comunicação marítimas, vitais para o comércio e o trânsito de recursos. Enfim, Mahan apresentou uma abordagem geopolítica coerente com o período acima identificado como imperialista, focando em elementos geográficos e políticos.

Halford Mackinder buscou uma explicação diferente de Mahan. Na verdade, o pivô central, que Mackinder sugeriu em *The Geographical Pivot of History* (O Pivô Geográfico da História), era uma proposição totalmente oposta à ideia da superioridade marítima. O artigo ao qual nos referimos foi uma análise histórico-geográfica do continente europeu, inclusive a Rússia, por vezes estendendo a amplitude da análise a outras regiões. Nele, o autor buscou justificar a importância da área central, como um verdadeiro pivô da história (MACKINDER, 2004).



Talvez a melhor definição de pivô, no contexto de Mackinder, seria o de uma área geográfica base para o desenvolvimento, especificamente localizada no núcleo central eurasiático. Nessa área central, a mobilidade interna seria provida pelas ferrovias e, em função da distância dos mares quentes, estaria protegida contra o poder marítimo, ponto que dialoga com a ideia de Mahan. Em *Democratic Ideals and Reality*, Mackinder renomeia essa área como Heartland (terra-coração), afirmando que ela seria “a região na qual, de acordo com as condições modernas, ao poder marítimo poderia ser negado o acesso” (MACKINDER, 1942, p. 78).

Mackinder, portanto, é mais um dos imperialistas, conforme categorização proposta por Ó Tuathail, no sentido que relaciona a expansão de um Estado ou região com as potencialidades geográficas adicionadas. Uma das citações mais famosas da geopolítica, entabulada pelo geógrafo inglês, sustenta essa visão que relaciona geografia e política mundial: “Quem governa a Europa do Leste comanda o Heartland; Quem governa o Heartland comanda a Ilha Mundial; Quem governa a Ilha Mundial comanda o Mundo” (MACKINDER, 1942, p. 106).

Ainda neste grupo podem ser incluídos teóricos como Karl Haushofer e Nicholas Spykman. Haushofer viveu um momento atribulado da história, inclusive com consequências fatais. Seu papel no desenvolvimento de ideias que fomentaram o nazismo ainda, hoje, é objeto de revisão (NATTER, 2003). Flint (2006, p. 22) afirma que o “geodeterminismo [de Haushofer apontava que as] ações políticas seriam determinadas, algo como inevitáveis, em função da localização geográfica ou do ambiente”. Haushofer retoma o conceito de Lebensraum e as ideias darwinistas, aplicando-os ao contexto alemão pós-Primeira Guerra Mundial (1ª GM). O *Zeitschrift für Geopolitik* (Jornal de Geopolítica), por ele editado, colaborou com a difusão do conceito de geopolítica que o geógrafo alemão elaborou: “Geopolítica é a ciência do condicionamento do processo político pela terra. É baseada na ampla fundação da geografia, especialmente a geografia política, como a ciência dos organismos políticos espaciais e suas estruturas” (O’LOUGHLIN, 1994, p. 112).

Spykman dá um outro entendimento ao conceito de Heartland, originalmente proposto por Mackinder, visualizando na periferia eurasiática, e não no seu núcleo terrestre central, a área-chave do poder. A essa área periférica denominou Rimland. O impacto de sua teoria deslocou o foco do assunto geográfico, a relevância de determinada área para as relações internacionais e para os estudos estratégicos em função da associação dessa teoria com a

política externa norte-americana (JONES, JONES e WOODS, 2004). Portanto, Spykman se encaixa bem na classificação da geopolítica da fase imperialista ao conectar a política do Estado com a geografia.

A fase seguinte de Ó Tuathail, a Geopolítica da Guerra Fria, caracteriza-se pela rivalidade entre os Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), as duas superpotências que ascenderam após a 2ª GM. Na perspectiva de Ó Tuathail (2003, p. 5), na “Guerra Fria, o discurso geopolítico amadurece tanto como teoria e prática.” Muitos fatores contribuíram para esse amadurecimento. O principal deles talvez tenha sido a grave conjuntura conflituosa que, inclusive, considerou, na hipótese de um conflito nuclear, sobre a possibilidade de aniquilação da humanidade.

Na verdade, o discurso geopolítico gira em torno das pressões que EUA e URSS exercem sobre uma periferia de países localizados na Europa Central, na Ásia, na África e na América Latina. A pressão político-ideológica e econômica, representada nos modelos de capitalismo e de comunismo assumidos por cada superpotência, gerou um sistema de duas geopolíticas, que vieram a formar os blocos ocidental, englobando os países do primeiro mundo e majoritariamente localizados na Europa ocidental e oriental, que configurou a esfera de influência da URSS, e conhecidos como segundo mundo. Os países da América Latina, da África e parte expressiva da Ásia passariam a ser denominados de terceiro mundo.

Nesse contexto histórico, Ó Tuathail, Dalby e Routledge (2003) destacam a Doutrina Truman; a Teoria dos Dominós; a política da détente, ou da coexistência pacífica com a URSS; e a Doutrina Reagan, perseguida pela Central Intelligence Agency – CIA (Agência Central de Inteligência Norte-Americana), de suporte ativo às operações contrarrevolucionárias das guerrilhas lutando por regimes pró-soviéticos, como elementos que passam a compor o debate geopolítico. Entretanto, o elemento de maior intensidade foi o conceito de contenção, de George Kennan. Nas palavras do próprio Kennan, “a pressão soviética sobre as instituições livres do mundo ocidental é algo que deve ser contido pela sagaz e vigilante aplicação da contraforça” (KENNAN, 2003, p. 63).

A contenção expunha a realidade dos modelos ideológicos competitivos de URSS e EUA, em cuja realidade geográfica, representada na forma das esferas de influência, da periferia (o terceiro mundo), dos estados satélites, dos pactos militares – OTAN e Varsóvia –, nos conflitos regionais, configurou políticas estatais (como foi o caso principalmente dos

presidentes Truman e Reagan, nos EUA, e Brezhnev, na URSS) que enfrentaram realidades geopolíticas em sua essência.

Uma temática que se agrega à geopolítica a partir do final da 2ª GM é a relevância da teoria do poder aéreo. Alexander Seversky foi quem deu à teoria um caráter geopolítico. Ainda durante a 2ª GM, o autor propunha perspectiva geográfica associada à noção de contiguidade do espaço aéreo, “uma guerra entre hemisférios, através dos oceanos, envolvendo a força aérea em operações, não sobre esta ou aquela localidade, mas por longitude e latitude, por toda a parte, no ininterrupto oceano do ar” (SEVERSKY, 1988, p. 20). Como forma de referenciar esse alargamento de perspectiva, Seversky propôs uma nova visão cartográfica centrada no Polo Norte. Aliando os argumentos de sua nova perspectiva e da reinterpretação das fronteiras sob o ponto de vista aéreo, Seversky abre espaço para um novo raciocínio. Agora, em virtude da era aeronáutica, o correto seria olhar o globo terrestre de cima do Polo Norte, substituindo a ultrapassada projeção de Mercator pelo que denominou de “projeção polar” (SEVERSKY, 1950, p. 307). Essa inovadora projeção demandaria grandes modificações nas análises políticas dos Estados, em face da realidade da aviação. Ou seja, os grandes movimentos políticos e estratégicos não seriam mais interpretados no sentido longitudinal (Leste-Oeste), mas no sentido latitudinal (Norte-Sul).

Ainda sobre a incorporação de novos elementos de análise à geopolítica, Bernard Brodie, durante a Guerra Fria, compreendeu que um fator que influenciaria sobremaneira o conceito de geopolítica seria a estratégia nuclear. As bases dessa estratégia foram estabelecidas na obra *Strategy in the Missile Age* (Estratégia na Era dos Mísseis). De acordo com Ziegler (1998, p. 47), além de Brodie, “um grupo de civis como Herman Kahn, Thomas Schelling e Albert Wohlstetter foram responsáveis pelo trabalho de desenvolver a estratégia nuclear norte-americana”. Por detrás dessa estratégia, surgiria um conceito muito importante: o da deterrence ou dissuasão (nuclear). O conceito presumia que o aumento da capacidade de armas nucleares por um dos lados reduziria a propensão do adversário em tomar a iniciativa, sob o risco de se ver superado pelo oponente. A dissuasão conduziu a humanidade na direção de evitar um catastrófico conflito nuclear.

O diplomata estadunidense Henry Kissinger, porém, é quem vive esse tema de forma intensa. Ele é considerado por alguns autores como o responsável pela retomada da geopolítica como um tema de interesse no debate político (AGNEW, MITCHELL e Ó TUATHAIL, 2003; BLACKSELL, 2006; COX, LOW e ROBINSON, 2008). Diretamente

ligado às administrações dos presidentes norte-americanos Richard Nixon e Gerald Ford, a percepção geopolítica de Kissinger sobre a expansão soviética, em especial na Ásia, balizou o seu discurso em torno de um equilíbrio de poder. A visão realista que caracterizou as ideias desse geopolítico, retomava a preocupação já levantada por Mackinder e Spykman, além de Kennan.

Grande parte do período ativo de Kissinger na política internacional coincide com o governo de Leonid Brezhnev na URSS. A Doutrina Brezhnev revelava a mesma preocupação, por parte dos soviéticos, em relação aos desdobramentos da Guerra Fria, porém sobre outro ponto de vista. No entendimento de Erickson (1999), essa doutrina via na estabilidade interna e na garantia de um espaço periférico seguro como substância da força geopolítica soviética. Na prática, ambas as superpotências viam a questão da expansão da influência nas periferias, por parte do adversário, como algo preocupante. Esse estado de tensão levou à situação denominada *détente* (relaxamento, distensão, acomodação). Para O'Loughlin (1994, p. 63), a *détente* foi uma “acomodação por parte das superpotências para evitar um conflito”.

Zbigniew Brzezinski, durante a administração de Jimmy Carter, foi, a exemplo de Kissinger, outro defensor da contenção, postulando elementos da geopolítica clássica. Sua percepção sobre a importância de determinados países no Rimland seguia a ideia geral de Spykman. Porém, segundo sugere O' Loughlin, nem todos os estados no Rimland possuíam igual importância. Foi assim que Brzezinski sugeriu a ideia dos *Limpchin States* (estados fundamentais), cuja “importância crítica na história se deveria ao fato de se localizarem na região de contestação entre o poder terrestre e o poder marítimo” (O'LOUGHLIN, 1994, p. 32).

A *détente*, ou o equilíbrio de poder, foi reinterpretada por Saul B. Cohen. Como geógrafo político, ele se situa na transição entre a geopolítica da Guerra Fria e uma visão multipolar do poder e influência mundiais. Para O' Loughlin (1994, p. 47), Cohen “visualizou a chegada de um novo equilíbrio geopolítico de natureza multipolar que seria mais estável que a ordem bipolar anterior”. A interpretação sistêmica da geopolítica em Cohen pressupunha uma abordagem no desenvolvimento. Como o próprio autor expôs,

Tratar a geopolítica mundial como um sistema em geral provê um modelo de análise de relações entre estruturas políticas e seus ambientes geográficos. Essas interações produzem forças geopolíticas que moldam o sistema geopolítico, o perturbam, e depois o levam a novos níveis de equilíbrio. Para se entender a evolução do sistema é útil aplicar uma abordagem de

desenvolvimento derivada das teorias avançadas na sociologia, biologia e psicologia (COHEN, 2015, p. 59).

Essa forma de interpretar a geopolítica levou Cohen a gerar definições próprias, como gateway states ou gateway regions (estados ou regiões porta de entrada). Na opinião de Kelly (2016) , esses estados ou regiões seriam pontos de conexão entre partes do mundo, facilitariam o comércio, atuariam como centros financeiros, verdadeiros hubs de compartilhamento.

A desintegração da URSS, dois anos após a queda do Muro de Berlim (1989), foi catalisada pelos movimentos da perestroika (reestruturação) e da glasnost (abertura) durante o governo de Mikhail Gorbachev (1988-1991). Efetivamente, esse é também o fim da Guerra Fria, que inaugura um novo período, dentro do faseamento proposto, denominado de Geopolítica da Nova Ordem Mundial.

O conceito de geopolítica, na forma como defende Ó Tuathail (2003, p. 6) nesta fase, “é renovado e re-especificado como uma aproximação (ou abordagem) e como uma prática”. A renovação se dá pela clara caducidade do discurso da Guerra Fria, agora totalmente sem sentido. Sem dúvida o novo pensamento político de Gorbachev contribui para uma fase onde se instaurou uma incerteza, na qual o autor Francis Fukuyama (1992) chegou a cogitar o fim da história.

Em verdade, esse período revelou a predominância dos EUA como a superpotência absoluta, um domínio que foi constatado na Guerra do Golfo de 1991, uma espécie de depuração dos pecados do conflito no Vietnã. O conflito no Iraque demonstrou a hegemonia ocidental contra os denominados estados falidos, párias da comunidade internacional, que teriam estabelecido políticas de apoio ao terrorismo e de desenvolvimento de armas de destruição em massa.

O discurso Toward a New World Order (Na direção de uma Nova Ordem Mundial) (BUSH, 2003), proferido pelo presidente George H. W. Bush, em 1991, estabeleceu as bases do conceito de geopolítica dessa fase, cujos principais elementos seriam: a liderança dos EUA, como potência econômica, militar (conduzindo a OTAN) e cultural ; paradigmas do liberalismo transnacional e do neoliberalismo, representado pelos grupo de líderes do G7 , pela Organização Mundial do Comércio (OMC) e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI); e o fortalecimento do conceito de globalização, por meio de redes e telecomunicações globais

Claramente, o conceito de geopolítica ressaltava o viés da importância econômica. Edward Luttwak destacou esse entrelaçamento entre geopolítica e a economia cunhando o conceito de “geoeconomia estatista”, cuja interdependência global fez com que o comércio superasse o lado militar, demonstrando que “A relevância das ameaças militares e das alianças declinou, prioridades e modalidades geoeconômicas têm se tornado atividades dominantes dos estados” (LUTTWAK, 2003, p. 127).

Porém, essa relevância econômica despertaria um rancor latente, pois colocou os ditos estados falidos do terceiro mundo, em uma posição desvantajosa. Subjugados economicamente, os fatores culturais e religiosos surgiram como alternativa de resistência. Nessa direção, Samuel Huntington (1996, p. 28) propôs que valores político-culturais passariam a ter proeminência na geopolítica, afirmando que a “rivalidade entre as superpotências será substituída pelo choque das civilizações”. A ideia subjacente era a de que os valores civilizacionais passariam a ser mais importantes que os fatores econômicos e ideológicos, sem desconsiderar a dimensão centrada no Estado. Para Ó Tuathail e Dalby (1998, p. 99), incorporava-se ao discurso da geopolítica o fator geocultural .

A questão das redes, como a de telecomunicações, também agregariam à geopolítica, no contexto da nova ordem mundial, elementos transformadores. Isso se daria em escala continental e global. Assim foi a contribuição de Paul Virilio, que apesar de arquiteto e urbanista ligado às questões das cidades, entendeu que a geografia assumiria uma nova realidade. Deixaria de ser uma realidade de mensuração do espaço para um relação espaço-tempo, transformada que foi pela velocidade: seria a “geografia do tempo” (VIRILIO, 1984, p. 17). Para o autor, a geopolítica passaria a ser uma “cronopolítica”.

No momento em que a Geopolítica se voltou para as questões do Meio Ambiente, surgem no discurso temas como poluição, urbanização, atmosfera e desafio ambiental. A consciência quanto aos riscos que o planeta e a humanidade atravessam em decorrência do aquecimento global, da deterioração da camada de ozônio, do derretimento das calotas polares e das alterações climáticas imprimiu à geopolítica uma escala maior do que a questão estatal (característica das fases imperialista e da Guerra Fria), levando às considerações em escala planetária. Ó Tuathail (2003, p. 7) afirma que “No discurso das mudanças ambientais globais é que a relação entre a Terra e a humanidade, dentro da tradição geopolítica, vem sendo renegociada e uma nova ‘geopolítica ambiental’ está sendo criada”.

Iniciativas internacionais de desenvolvimento sustentável buscam equalizar os problemas do meio ambiente, incentivando os estados a perseguir políticas que estabeleçam um equilíbrio entre o crescimento econômico, a proteção ambiental e a redução das desigualdades sociais. Um exemplo de organismo internacional que defende as ideias de uma geopolítica ambiental é a Assembleia das Nações Unidas sobre Meio Ambiente.

Essas iniciativas têm se valido de estudos científicos que apontam para os problemas ambientais, cujas origens, dimensão e impactos são globais . O Protocolo de Kyoto, um tratado internacional sobre a redução de emissão de gases poluentes que estariam afetando o clima mundial, talvez seja o instrumento mais contundente de divulgação e de debate em torno desses estudos.

Personagens da política e acadêmicos influentes também têm contribuído para a difusão desse tema ambiental, tais como o ex-vice presidente dos EUA Al Gore, cuja iniciativa estratégica do meio ambiente vem ao encontro das ideias de Robert Kaplan, que alertou para os problemas do continente africano (escassez de alimentos, doenças como o HIV/AIDS), Thomas Homer-Dixon (escassez ambiental) e Michael Renner (segurança ambiental) (Ó TUATHAIL, DALBY e ROUTLEDGE, 2003).

A fase final que Ó Tuathail propõe é denominada Antigeopolítica. Na verdade, fase talvez não fosse a palavra mais adequada, pois seu elemento principal poderia ser observado em todas os momentos anteriores. A antigeopolítica se caracteriza por leituras críticas ao discurso geopolítico tradicional, uma forma de resistência ao enunciado original. Da forma como entende Routledge (2003, p. 236), o “conhecimento geopolítico tende a ser construído a partir de posições e localizações de poder e privilégio político, econômico e cultural”, daí poder ser contestado.

A geopolítica crítica entende a geopolítica como um discurso declarativo, que impõe uma realidade e, por conseguinte, transforma-se em política. Esse discurso geralmente é associado a visões pretensamente isentas ou neutras (denominadas “visão de deus” ou “visão de lugar algum”), cujas aparentes objetividade e neutralidade são, na verdade, posições construídas a partir de determinados interesses (Ó TUATHAIL, DALBY e ROUTLEDGE, 2003). A partir desse ponto de vista, a geopolítica seria uma ferramenta, estatal ou corporativa, de transformação de informação em conhecimento, cujo viés de realidade seria construído de uma forma intencional. A geopolítica crítica teria por propósito o



questionamento (ou a aposição de dúvidas) dessa construção que organiza o mundo, supostamente com naturalidade, conforme um discurso.

A antigeopolítica é originária da geopolítica crítica, e até certo ponto com ela se confunde. De fato, é na obra de Ó TUATHAIL, DALBY e ROUTLEDGE (2003) que o termo é, pela primeira vez, conceituado na literatura geopolítica. Tanto a antigeopolítica como a geopolítica crítica incorporam o movimento da New Geopolitics (Nova Geopolítica) . Conforme aponta O’Loughlin (1994, p. 175), ela “procura evitar as aparências de dar suporte ou justificar deliberadamente a políticas ou argumentos particulares de algum estado individualmente”.

A New Geopolitics tem na pessoa de Yves Lacoste um de seus precursores. Ó Tuathail (1996, p. 128) considera que o trabalho do geopolítico francês tem por diferencial uma “apreciação da geografia como uma linguagem e forma de poder e conhecimento”. Essa forma de compreender o conceito de geopolítica deixa como elementos dessa análise a atenção para o discurso que está por trás de cada proposição geopolítica. Ou seja, é preciso perceber as intenções que conduzem as narrativas geopolíticas.

Essa breve retrospectiva do conceito de geopolítica, que nos permite seguir para as considerações finais, pode ser encerrada com a visão bastante ampla que John Agnew concedeu a esse tema. Para o autor, a Geopolítica é um termo hoje utilizado para se referir a fenômenos amplos tais como “disputas fronteiriças, a estrutura das finanças globais e padrões de resultados eleitorais” (AGNEW, 2003, p. 5).

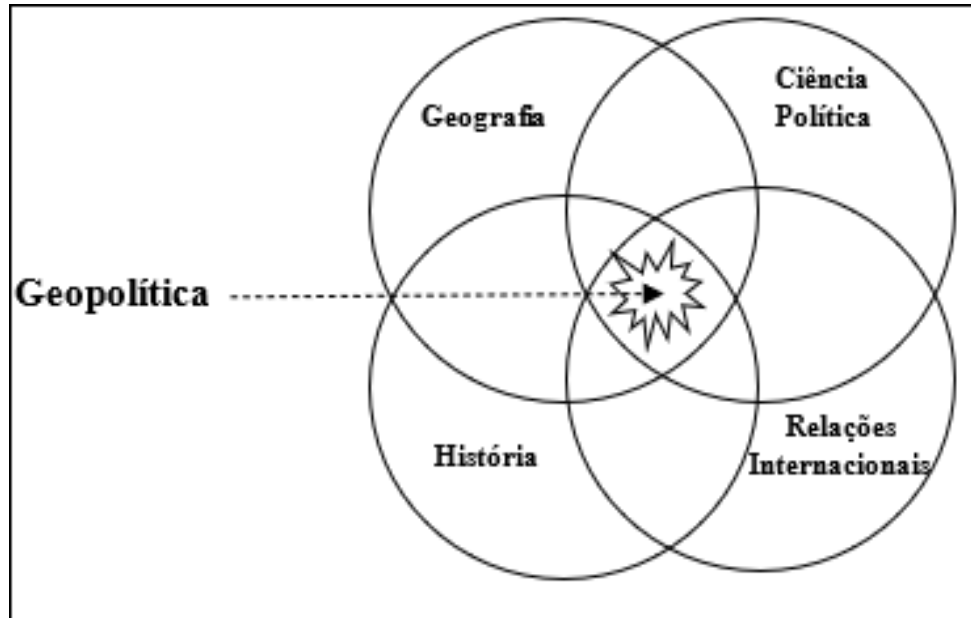
## CONCLUSÃO

Os espaços de contestação na atualidade, mesmo que não plenamente identificados, conceituados ou estudados, não se resumem mais aos temas da geopolítica clássica. Hoje, as profundezas dos oceanos, o ciberespaço e o espaço exterior, vêm se transformando em espaços geopolíticos. O estudo que se empreendeu nesse Capítulo exige que formulemos uma definição de geopolítica, à guisa de conclusão. Em nosso entendimento, a geopolítica extrapola a mera interseção da geografia com a política. Ela demanda o suporte de outros campos de estudo, como por exemplo a História ou as Relações Internacionais. A Figura 1 busca representar o espaço epistemológico dessa percepção, cujo enfoque principal é permitir aos estudos geopolíticos, ou às análises geopolíticas, a confluência de conhecimentos



oriundos de outros campos científicos, seja na apropriação de conceitos e teorias, mas também de métodos.

Figura 1: O Espaço Epistemológico da Geopolítica



Fonte: O Autor, 2019.

O modelo que está contemplado nessa figura não deve ser um modelo fechado, pois a confluência de outras ciências demandaria agregar às esferas da figura outras áreas do conhecimento (a diplomacia, a economia, a tecnologia, a cultura, a sociologia etc.), em função do objeto analisado. Nesse modelo, diversas definições de geopolítica poderiam ser adequadas: geopolítica como uma análise da distribuição do poder no mundo; como estudo sobre governos e suas políticas da forma como são afetadas pela geografia física; como aplicação de teorias e métodos de análises geográficas na política em nível global; e até mesmo, como análise de discursos imanentes de estados ou corporações.

Para tentar atingir esse propósito epistemológico, de discussão do conceito de geopolítica sob a perspectiva histórica, o Capítulo apontou a origem desse conceito, na qual se observou a relevante contribuição de Friedrich Ratzel e de Rudolph Kjellén. Na sequência, discutiram-se as principais concorrências ao conceito, por meio de uma revisão histórica de sua evolução, com base na caracterização que fizeram Ó Tuathail, Dalby e Routledge (2003). Nessa revisão, foram sugeridos elementos teóricos e empíricos ao conceito de geopolítica.

Dentre eles, podemos destacar a preocupação em dar à geopolítica um caráter científico, em cuja abordagem multidisciplinar (ou interdisciplinar) ressaltaria aspectos da geografia e da ciência política, ou a ideia de como os fenômenos políticos se relacionam com a geografia. A influência da ciência política associou a geopolítica como a serviço do Estado, cuja busca pelo espaço vital, necessário para o crescimento e desenvolvimento desse Estado, fez ressaltar nesse campo de estudos funções que foram identificadas como imperialista ou ideológica.

A percepção dessa função se cristaliza na questão das fronteiras. Em grande parte da discussão geopolítica o problema da fronteira é central, ao menos na fase clássica. O crescimento do estado, por meio da flutuação de seus limites geográficos, suscitou leis que fundamentaram a demanda estatal de crescimento e de desenvolvimento, reforçando a função ideológica. Houve, inclusive, tentativas de vinculação da geopolítica às ideologias e às políticas estatais, por meio da conexão desse campo com conceitos tais como nacionalismo e patriotismo. A questão do crescimento estatal, ou dessa necessidade, mesmo que esse crescimento (ou definhamento) tenha sido amparado em analogias a um organismo vivo, sustentado em teorias biológicas de evolução, deu substância à vinculação citada.

Quando se falou em fronteiras e, por conseguinte, relações interestatais, a temática dos conflitos e guerras surgiu inevitavelmente. A geopolítica tentou formular teorias de poder a partir dos ambientes mais gerais (marítimo, terrestre e aéreo), e cujas bases geográficas tiveram a finalidade de, novamente, fornecer elementos às políticas estatais. Na verdade, o que se obteve foi uma relação que colocou em evidência o conflito interestatal (na forma de poder) e fatores geográficos (posição, extensão e conformação geográficas; acesso e controle), componentes essenciais da análise geopolítica.

A questão da guerra, ou do poder militar, gerou, em períodos como a Guerra Fria, uma compartimentação do mundo em áreas, ou esferas de influência, mais uma vez desenvolvendo teorias e doutrinas que justificassem interesses nacionais. A ideia de que a geopolítica, ou as políticas estatais aplicadas em função das condicionantes geográficas, podem gerar situações apropriadas a determinados estados, fez surgir a demanda de se lutar contra a esfera de influência antagônica, cujo maior exemplo representativo fora a formulação sobre contenção.

Nesse contexto de rivalidade entre as superpotências, a tecnologia, as armas nucleares e os mísseis balísticos intercontinentais, apresentaram-se como fatores diferenciais, a ponto de gerar conceitos como a dissuasão e a *détente*. Esse é um período onde a retomada de conceitos

clássicos da geopolítica é utilizado para explicar a realidade da Guerra Fria. O equilíbrio, entretanto, não estaria associado apenas à tecnologia, ou ao poder militar, mas seria de característica multidimensional, incorporando a pujança econômica e o próprio modelo político de sociedade.

Na visão de interseção entre várias disciplinas, ao debate geopolítico agregaram-se novos temas como a economia e o meio ambiente. Prolífico foi esse período e a diversidade temática chegou à cultura ou à relação espaço-tempo (cronopolítica). Tal movimento levou o campo da geopolítica a pensar em novos fatores que não somente a geografia no sentido físico, como forma de desenvolver políticas. Agregaram-se a essas discussões um intenso confronto entre a visão unilateralista e o paradigma da globalização, que uniria as regiões geográficas por meio das telecomunicações, mas não corrigindo as distorções socioeconômicas. Surge, também, um maior enfoque na predominância tecnológica dos estados que estariam na vanguarda desse desenvolvimento (a geotecnologia).

A ampliação da multidisciplinaridade, ou da interdisciplinaridade, que trouxe ao debate geopolítico a economia, as relações internacionais, a sociologia, a cultura ou a antropologia, por exemplo, gerou uma contestação à geopolítica, apresentando-a como um discurso, como uma forma de poder e de conhecimento. Surgiu, então, a antigeopolítica, que procurou demonstrar o lado potencialmente pernicioso da construção de discursos ideológicos.

Como conclusão do Capítulo, nossa percepção é a de que melhor compreender a evolução histórica de um conceito, no caso a geopolítica, consiste em passo metodológico essencial para a compreensão da própria configuração mundial atual e dos desafios que se apresentarão em um futuro próximo, fatos que por si só tornam os debates geopolíticos essenciais na Academia.

## REFERÊNCIAS

AGNEW, John. *Making Political Geography*. New York: Oxford University Press, 2002.

AGNEW, John. *Geopolitics: Re-visioning world politics*. 2nd. ed. New York: Routledge, 2003.

AGNEW, John.; MITCHELL, Katharyne.; Ó TUATHAIL, Gerard. (Eds.). *A Companion to Political Geography*. Oxford, Melbourne, Berlin: Blackwell Publishers Ltd., 2003.

ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. A. *Os gigantes da estratégia naval: Alfred Thayer Mahan e Herbert William Richmond*. Curitiba: Prismas, 2015.

ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Tradução de Sergio Bath. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2002.

BACKHEUSER, Everardo. *A Geopolítica Geral e do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1952.

BASSIN, Mark. Politics from Nature: Environment, Ideology, and the Determinist Tradition. In: AGNEW, John.; MITCHELL, Katharyne.; Ó TUATHAIL, Gearóid. *A Companion to Political Geography*. Malden: Blackwell Publishing, 2003. p. 13-29.

BLACKSELL, Mark. *Political Geography*. Oxon, New York: Routledge, 2006.

BUSH, George H. W. "Toward a New World Order" (from Public Papers of the Presidents of the United States - 1991). In: Ó TUATHAIL, Gearóid; DALBY, Simon; ROUTLEDGE, Paul. *The Geopolitics Reader*. London, New York: Routledge, 2003. p. 131-134.

COHEN, Saul. B. *Geopolitics: The Geography of International Relations*. 3rd. ed. Lanham, Boulder, New York, London: Rowman & Littlefield, 2015.

COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia Política e Geopolítica*. 2ª. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016.

COX, Kevin. R.; LOW, Murray; ROBINSON, Jennifer. (Eds.). *The SAGE Handbook of Political Geography*. London, Thousand Oaks, New Delhi, Singapore: SAGE Publications Ltd., 2008.

ERICKSON, J. Russia Will Not Be Trifled With: Geopolitical Facts and Fantasies. In: GRAY, C. S.; SLOAN, G. *Geopolitics, Geography and Strategy*. London, New York: Routledge, 1999. p. 242-268.

FIORI, José Luis. A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Brasil e África do Sul. *OIKOS*, Rio de Janeiro, n. 8, ano VI, p. 77-106, 2007.

FLINT, Colin. *Introduction to Geopolitics*. Oxon, New York: Routledge, 2006.

FUKUYAMA, Francis. *The end of history and the last man*. New York: The Free Press, 1992.

GRAY, Colin. S. *Aipower for strategic effect*. Maxwell Air Force Base: Air University Press, 2012.

HAVERLUK, Terrence. W.; BEAUCHEMIN, Kevin M.; MUELLER, Brandon A. The Three Critical Flaws of Critical Geopolitics: Towards a Neo-Classical Geopolitics. *Geopolitics*, v. 19, p. 19-39, 2014.

HLIHOR, Constantin. *Geopolitics: From a Classical to a Postmodern Approach*. Tradução de Nicolae Melinescu. Palermo: Italian Academic Publishing, 2014.

HUNTINGTON, Samuel. P. *The clash of civilizations and the remaking of world order*. New York: Simon&Schuster, 1996.

JONES, Martin; JONES, Rhys; WOODS, Michael. *An Introduction to Political Geography: Space, place and politics*. London: Routledge, 2004.

KEARNS, Gerry. *Geopolitics and Empire: The Legacy of Halford Mackinder*. Oxford: Oxford University Press, 2009.

KELLY, Phill. *Classical geopolitics: a new analytical model*. Stanford: Stanford University Press, 2016.

KENNAN, George Frost. The Sources of Soviet Conduct (from Foreign Affairs - 1947). In: Ó TUATHAIL, Gearóid.; DALBY, Simon.; ROUTLEDGE, Paul. *The Geopolitics Reader*. London, New York: Routledge, 2003. p. 61-65.

LUTTWAK, Edward N. "From Geopolitics to Geo-Economics: Logic of Conflict, Grammar of Commerce" (The National Interest - 1990). In: Ó TUATHAIL, Gearóid; DALBY, Simon; ROUTLEDGE, Paul. *The Geopolitics Reader*. London, New York: Routledge, 2003. p. 125-130.

MACKINDER, Halford John. *Democratic Ideals and Reality: A study in the politics of reconstruction*. Washington : National Defense University Press, 1942.

MACKINDER, Halford J. The Geographical Pivot of History. (1904). *The Geographical Journal, London*, v. 170, n. 4, p. 298-321, December 2004.

MAHAN, Alfred Thayer. *The Influence of Sea Power upon History - 1660 - 1783*. 12th. ed. Boston: Little, Brown and Company, 1890.

MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e Poder no Brasil*. Campinas: Papirus, 1995. Coleção Estado e Política.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. *Geografia: Pequena História Crítica*. 20ª. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

NATTER, Wolfgang. Geopolitics in Germany, 1919-45: Karl Haushofer, and the Zeitschrift für Geopolitik. In: AGNEW, John.; MITCHELL, Katharyne; Ó TUATHAIL, Gearóid. *A Companion to Political Geography*. Malden: Blackwell Publishing, 2003. p. 187-203.

Ó TUATHAIL, Gearóid. *Critical Geopolitics: The Politics of Writing Global Space*. London: Routledge, 1996.

Ó TUATHAIL, Gearóid. Thinking critically about geopolitics. In: Ó TUATHAIL, Gearóid.; DALBY, Simon.; ROUTLEDGE, Paul. *The Geopolitics Reader*. London, New York: Routledge, 2003. p. 1-12.

Ó TUATHAIL, Gearóid. Introduction to Part 1. In: Ó TUATHAIL, Gearóid; DALBY, Simon; ROUTLEDGE, Paul. *The Geopolitics Reader*. London, New York: Routledge, 2003b. p. 15-25.

Ó TUATHAIL, Gearóid; DALBY, Simon. (Eds.). *Rethinking Geopolitics*. London, New York: Routledge, 1998.

Ó TUATHAIL, Gearóid; DALBY, Simon.; ROUTLEDGE, Paul. (Eds.). *The Geopolitics Reader*. London, New York: Routledge, 2003.

O'LOUGHLIN, John. V. (Ed.). *Dictionary of Geopolitics*. Westport, London: Greenwood Press, 1994.

O'SULLIVAN, Patrick. Antidomino. In: Ó THUATAIL, Gearóid; DALBY, Simon.; ROUTLEDGE, Paul. *The Geopolitics Reader*. London: Routledge, 1998. p. 69-73.

RATZEL, Friedrich. Geografia do Homem (Antropogeografia). In: MORAES, Antonio Carlos Robert de. *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1891. p. 32-107.

RATZEL, Friedrich. As Leis do Crescimento Espacial dos Estados. In: MORAES, Antonio Carlos Robert de. *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1892.

ROUTLEDGE, Paul. Anti-Geopolitics. In: AGNEW, John.; MITCHELL, Katharyne; Ó TUATHAIL, Gearóid. *A Companion to Political Geography*. Malden, Oxford, Victoria: Blackwell Publishing, 2003. p. 236-248.

SANDRONI, Paulo. *Novíssimo Dicionário de Economia*. São Paulo: Editora Best Seller, 1999.

SCHOLVIN, Soren. *Geopolitics: An Overview of Concepts and Empirical Examples from International Relations*. Helsinki: The Finnish Institute of International Affairs, 2016.

SEVERSKY, Alexander P. de. *Air Power: Key to Survival*. New York: Simon and Schuster, 1950.

SEVERSKY, Alexander P. *A Vitória pela Força Aérea*. Tradução de Asdrubal Mendes Gonçalves. Belo Horizonte, Rio de Janeiro: Itatiaia, Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, 1988. (Coleção aeronáutica. Arte militar e poder aeroespacial; v.1).

SILVA, Golbery do Couto e. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1967. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=BibliotBNM&PagFis=6376&Pesq=g uerra%20fria>>. Coleção Documentos Brasileiros, 126.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

STOGIANNOS, Alexandros. *The Genesis of Geopolitics and Friedrich Ratzel: Dismissing the Myth of the Ratzelian Geodeterminism*. Cham: Springer Nature, 2019.

TOSTA, Octavio. *Teorias Geopolíticas*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, v. 225 (Coleção General Benício), 1984.

VIRILIO, Paul. *Guerra pura: A militarização do cotidiano*. Tradução de Elza Miné e Laymert Garcia dos Santos. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

ZIEGLER, David W. *Safe Heavens: Military Strategy and Space Sanctuary Thought*. Maxwell Air Force Base: Air University Press, 1998.

# AS FRONTEIRAS DO TERRITÓRIO AMAZÔNICO COMO ÁREA PIVÔ-CENTRAL DA AMÉRICA DO SUL

Gilvan Charles Cerqueira de Araújo<sup>1</sup>

Júlio César Suzuki<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

O território amazônico possui um protagonismo geoestratégico secular, vinculado aos antigos sertões do início do processo de colonização e formação territorial brasileiros. Ao longo de todo o processo de ocupação das fronteiras sul-americanas dominadas pelo bioma equatorial da Amazônia, diferentes proposições de como promover o uso de tal território foram colocadas em prática. As formulações, interesses, posições ideológicas, contextos históricos e fatores políticos e econômicos fizeram parte da elevação do território amazônico na situação geopolítica sul-americana.

Tendo a premissa da centralidade, importância e protagonismo geoestratégico das fronteiras amazônicas como ponto de partida, o presente trabalho tem como objetivo analisar as relações entre o território amazônico, formado pelos interiores territoriais sertanejos da região norte do Brasil, e as formulações geopolíticas para essa região inspiradas nas teorias da área pivô-central, do início do século XX, tomando como percurso a correlação analítico-reflexiva. Com base nas teorizações geopolíticas europeias da área-pivô central e do espaço como corporeidade do poder estatal, realizaremos a correlação entre tais postulados com o papel central na geoestratégia e também geopolítico das fronteiras amazônicas, muitas vezes, emulando, com suas singularidades próprias, a condição de ideação para uma área-pivô central no âmbito da América do Sul.

---

<sup>1</sup> Graduado em Geografia pela UNESP – Campus Rio Claro/SP (2009), Mestre em Geografia pela Universidade de Brasília (2013), Doutor em Geografia pela UNESP – Campus Rio Claro/ SP (2016). Professor da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, Pós-doutorando em Geografia pela Universidade de São Paulo. E-mail: gcc99@gmail.com

<sup>2</sup> Graduado em Geografia (UFMT, 1992) e em Letras (UFPR, 2004), com mestrado (USP, 1997) e doutorado (USP, 2002) em Geografia Humana e estágio pós-doutoral na Université Pan- théon-Sorbonne (2007-2008), Université Rennes 2 (2014-2015) e Université de Pau et des Pays de l'Adour (2014-2015). Atualmente, é professor do Departamento de Geografia/FFL- CH/USP e orientador junto ao Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina (PROLAM/USP). E-mail: jcsuzuki@usp.br



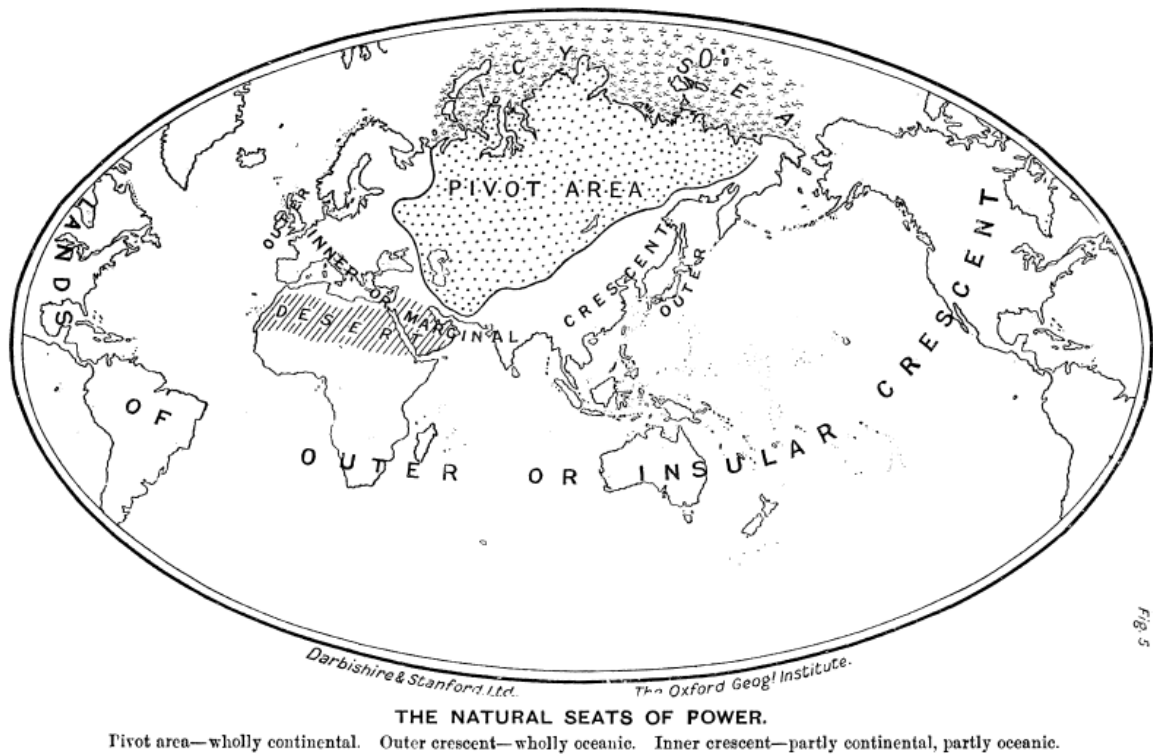
## FRONTEIRA E FORMAÇÃO TERRITORIAL

A análise do papel geoestratégico e geopolítico do território amazônico requer, para o que se pretende aqui, uma base conceitual sobre a ideia de fronteira. Pensar a fronteira é colocar em relevo a centralidade territorial na constituição do poder estatal e, mais que isto, promove um resgate de muitas das bases históricas e epistemológicas do desenvolvimento do pensamento geográfico atrelado ao surgimento das principais teorias geopolíticas do século passado.

Nesses termos, a fronteira é, por natureza, um tema que me permite várias abordagens e recortes, razão pela qual vários pesquisadores se dedicaram a sua compreensão, como Friedrich Ratzel em seu pioneirismo de reflexão e análise dessa temática, particularmente em sua *Antropogeografia* (1882 e 1891), cuja discussão estava centrada na compreensão da importância dos vínculos entre povo e solo na construção do território em sua relação com a definição das fronteiras, em que o poder do Estado-Nação assumia centralidade fundamental, por meio da concepção de espaço vital, chamado pelo autor germânico de *lebensraum*, ou seja, o território sendo a representação concreta do poder do Estado (MORAES, 1990; RAFFESTIN, 1993).

Na passagem entre os séculos XIX e XX, inspirados nas teorias de Ratzel, houve diversificadas análises entre poder, Estado-Nação, território e fronteiras, em duas grandes frentes: o pensamento geopolítico terrestre de Halford John Mackinder (1861-1947); cuja preocupação principal, em seu texto “O pivô geográfico da História”, estava no debate das relações geopolíticas globais com a definição de uma zona pivô que, ao ser controlada por um Estado pivô, permitiria o domínio do mundo, cujas fronteiras, ainda que dinâmicas, continham a heartland, o centro do poder mundial.

Figura 1: A área pivô mundial.



Fonte: Mackinder (1904, p. 435).

As proposições a respeito das relações de poder no território promovidas por Ratzel alçaram novas reflexões, desmembramentos e aperfeiçoamentos teórico-conceituais presentes em correspondência teórica e conceitual nas formulações geopolíticas de Mackinder (1904). Especialmente no início do século XX, houve a junção entre a Geopolítica proposta por Ratzel com as contribuições epistemológicas sobre o tema promovidas por Rudolf Kjellén (1864-1922), propondo avanços temáticos da relação entre poder, território e Estado em estudos sociopolíticos, geoeconômicos e geoestratégicos.

Nesse período do século passado, especificamente na continuidade do neocolonialismo entre as décadas de 1910 e 1920, também houve as contribuições de Alfred Thayer Mahan (1840-1914) e sua *Geopolítica Marinha*, que também influenciaria inúmeros geógrafos e geopolíticos, especialmente no avanço dos grandes conflitos da primeira metade do século XX (MYAMOTO, 1981).

Já em 1938, Jacques Ancel, em sua obra *Géographie des frontières*, põe relevo na permanente mutação das relações de vizinhança entre os Estados nacionais como elemento inerente da definição das fronteiras (ANCEL, 1938). E é a partir do fortalecimento das

fronteiras do território que, ao longo do século XX, há uma especificação cada vez maior entre as intenções e ações dos Estados nacionais em suas fronteiras com outros países como também em seu território, fazendo com que a Geografia Política, ou seja, a ação do poder estatal em seu próprio território também ganhasse notoriedade (MORAES, 2000; MYAMOTO, 1981; RAFFESTIN, 1993)

No entanto, segundo Maristela Ferrari (2014), a fronteira pode ser lida para além de sua relação com o Estado-Nação, já que incorpora a dimensão de separação entre realidades opostas, o que é corroborado por Lia Osório Machado (1998) ao reconhecer que a noção de fronteira surge como fenômeno da vida social.

Leitura similar, de fronteira como limite de realidades opostas, aparece, também, em José de Souza Martins (1997) ao tratar da fronteira como separação entre o eu e o Outro, entre mundos e sociabilidades distintas, entre temporalidades históricas diversas, ou ainda como demarcação fugidia, descontínua e instável de expansão da sociedade nacional, compreendida em outros tempos como sociedade capitalista, em que o assalariamento e a produção de mercadorias são importantes marcas de sua existência (MARTINS, 1975).

A discussão conduzida por Antonio Carlos Robert Moraes (2000), em sua tese de doutorado, defendida em 1991 e publicada em formato de livro em 2000, permite, ainda, compreender que há, ao menos, duas fronteiras possíveis quando se analisa o Estado-Nação, aquela de parâmetro legal que separa os países e a outra, a que se conforma na extensão do poder do Estado no interior dos seus limites, em que se pode inclusive identificar regiões ou áreas em que o poder está ausente, ainda que presente como regulação geral de apropriação territorial.

O protagonismo do território no íterim do debate envolvendo poder e fronteira se dá de forma pujante nos estudos geográficos. A Geografia brasileira em sua consolidação como ciência ao longo do século XX perpassou tanto estudos de cunho geopolítico como também aqueles voltados para a ação do Estado em seu próprio território, como Geografia Política. Seja por meio dos estudiosos franceses, na primeira metade do século passado, ou na presença marcante da visão do território como recurso e meio a ser decifrado, catalogado e mapeado de acordo com os interesses estatais, especialmente em estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, marcam de forma preponderante a presença de debates sobre território, fronteiras, pensamento geográfico, Estado e sociedade civil nos estudos geográficos nacionais.

A relação território e poder, dessa maneira, precisa estar disposta para além de uma noção restrita apenas em interesses e ações do Estado, a Geografia Política, ou seja, o papel das fronteiras no interior dos territórios nacionais também encontra o seu nicho temático de desenvolvimento e reflexões geográficas: “Neste sentido, podemos indicar que é na relação entre política – expressão e modo de controle dos conflitos sociais – e o território – base material e simbólica da sociedade – que se encontram os temas e questões do campo da geografia política”. (CASTRO, 2005, 41).

Território é produção, reprodução, significação e reificação material e imaterial da sociedade: Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143). Os *atores* a que se refere Raffestin (1993) dizem respeito ao componente humano (com seus fatores socioculturais que participam da construção do território) imbricado e inerentemente às relações de poder.

É por sua natureza material e imaterial que muitos teóricos, voltados para os estudos territoriais, irão alocar o seu debate para além da base histórica de Ratzel ou dos geopolíticos do século passado, cujas bases estão apenas na relação entre países. Na Geografia, em particular, alcançou relevo a discussão da ação interna dos Estados em seus territórios nacionais. E, nesse caso, outras facetas, características, singularidades e nuances farão parte de tais interesses e ações: “Portanto, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar ‘funções’ quanto para produzir ‘significados’” (HAESBAERT, 2002, p. 3). Território, portanto, apresenta-se geograficamente a partir da premissa ontológica e conceitual da espacialidade. Dessa maneira, compreende-se como a expressão do que é produzido e reproduzido, processo e produto, transformação concreta da materialidade e imaterialidade sociocultural e, principalmente, as relações de poder no território conforme propõe Raffestin (1993, p. 144), para quem, “evidentemente o território se apoia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço”. É também nesse aumento da riqueza do debate territorial, das fronteiras e relações de poder que Saquet (2007) traz a necessidade de um aprofundamento epistemológico do debate envolvendo outros conceitos e categorias da Geografia como paisagem e lugar, além da mediação de processos históricos, fator subjetivo, superposição dos significantes e significados territoriais etc.

O homem age no território, espaço (natural e social) de seu habitar, produzir, viver objetiva e subjetivamente. O território é um espaço natural, social e historicamente organizado e produzido e a paisagem é o nível do visível e percebido deste processo. O território é chão, formas espaciais, relações sociais, e tem significados; produto de ações históricas (longa duração) que se concretizam em momentos distintos e superpostos, gerando diferentes paisagens. Há, no território: identidade e/ou enraizamento e conexões nos níveis nacional e internacional; heterogeneidade e unidade; natureza e sociedade; um processo histórico com definições territoriais específicas para cada organização social e o aparente, que corresponde à paisagem. (SAQUET, 2007, 142).

As formulações clássicas e contemporâneas a respeito da geopolítica e suas teorizações permitem identificar dois pontos de vista principais. O primeiro deles diz respeito ao território como corporeidade do poder do Estado, as fronteiras, internas e externas, transformando em Estado-nacional e, ao mesmo tempo, resultando e representando esse poder em extensão. Outro, a análise geopolítica, que nos oferece um olhar para o arranjo móvel do jogo de forças entre esses Estados-nacionais, seja em relações bilaterais ou em blocos de coalizações de poder bélico, político, econômico etc.

Nessa perspectiva dupla do papel da geopolítica, podemos aprofundar o debate, adicionando as camadas contemporâneas de complexidade aos elementos do poder e suas relações entre os Estados-nacionais. Desse modo, a análise entre poder e território não deve se pautar apenas entre os interesses, ações e intervenções entre Estados nacionais; é preciso ir além, no bojo da ação estatal em seu próprio território, e a maneira como tal ação afeta a sociedade civil:

As dimensões espaciais dos fatos do poder foram negligenciadas. A geografia política voltou-se prematuramente para a análise do Estado e não soube dissecar as engrenagens dos governos e sua articulação sobre a sociedade civil. A parte de influência, autoridade e poder que existe na sociedade civil à margem das estruturas propriamente políticas foi esquecida pela maioria dos sociólogos e economistas e exagerada pelos marxistas que negaram a importância do Estado, elemento da superestrutura, tratado com um desprezo um pouco altaneiro. Uma visão justa dos problemas implica que a extensão e a distância sejam levadas em conta em toda interpretação dos elementos sociais, e que seja concedido um lugar às assimetrias das arquiteturas sociais. (BURDEAU, 2005, p. 215).

Nesse sentido de aprofundamento das possibilidades da análise territorial é que se soma às teorizações geopolíticas o olhar geoestratégico. Em grande medida, a geoestratégia é composta pelo conjunto de ações do Estado-nacional em seu próprio território, com a

visualização do transborde dessa força para além de suas fronteiras. Para Correia (2012), levando-se tais aspectos das diversas mediações territoriais em consideração, a geoestratégia constitui-se como “Estudo das constantes e das variáveis do espaço que, ao objetivar-se na construção de modelos de avaliação e emprego de formas de coação, projeta o conhecimento geográfico na atividade estratégica” (CORREIA, 2012, p. 238).

E, em complementação e contrapartida que a Geopolítica é o “Estudo das constantes e das variáveis do espaço que, ao objetivar-se na construção de modelos de dinâmica do poder, projeta o conhecimento geográfico no desenvolvimento e na atividade política.” (CORREIA, 2012, p. 238). Observa-se que tais teorizações vão ao encontro do que secularmente compreende-se e desenvolveu-se como estudo das fronteiras, formação territorial e, principalmente, o papel do território como fonte de poder estatal pelo caráter multidimensional que a análise requer e permite.

No caso das fronteiras amazônicas brasileiras, temos a sua historicidade ligada à complexidade da ideia dos territórios interiores, os antigos e novos sertões, presentes na formação territorial dos países americanos em geral, em sua ocupação, uso e domínio de seus territórios. Pensar os territórios interiores no Brasil e na situação latino-americana nos ajuda a compreender diferentes elementos da formação territorial, bem como as nuances geoestratégias e geopolíticas presentes no território dessa porção do continente. Estabelece-se, a partir das conceituações seculares e contemporâneas, uma ideia mais profunda e expansiva da noção de fronteira interior, de modo a entendê-la, melhor, como centralidade e epicentro do poder territorial dos países.

E na perspectiva dessa complexificação da relação entre território, fronteiras, relações de poder e papel do Estado é que encontramos a abertura para uma reflexão envolvendo o sertão como proposta de diretriz temática para problematizar o debate geopolítico regional. Portanto, a partir de tais postulados de referência, podemos partir para o segundo momento de nossa análise, no ponto em que o território amazônico, seus sertões, fronteiras, interiores e aspectos históricos e culturais o fizeram ser projetado geopolítica e geoestrategicamente como um dos epicentros do poder estatal do território no caso da América do Sul.

## **AS FRONTEIRAS DOS SERTÕES AMAZÔNICOS COMO ÁREA-PIVÔ CENTRAL DA AMÉRICA DO SUL**

A discussão dos aspectos geopolíticos na América do Sul tardou a aparecer nas reflexões das Ciências Humanas e Sociais. Particularmente, em relação ao pensamento geográfico, as construções teóricas e metodológicas envolvendo a Geopolítica só tiveram oportunidade, no Brasil, no século XX. Notadamente, os argumentos envolvendo a presença de um corpo territorial capaz de agregar os elementos naturais e humanos para centralização do poder na América do Sul tiveram forte influência dos escritos efetuados por Mackinder (1904) e, também, as ideias do espaço vital de Ratzel que já haviam influenciado o pensamento deste geopolítico inglês.

O território amazônico como heartland sul-americano aparece no pensamento geográfico brasileiro em três pontos de vista principais. Podemos considerar, primeiramente a *posição geográfica*, presente de forma categórica nos esforços do conhecimento das características físicas, naturais e culturais de todas as regiões brasileiras, movimento geográfico influenciado pela herança francesa do início do século passado, que teria como principal resultado as diferentes propostas de regionalização para melhor integração nacional, a partir do protagonismo geopolítico da região amazônica no território brasileiro (TRAVASSOS, 1935; COUTO E SILVA, 1981b; CASTRO, 1999; BECKER, 1974; 2009).

Também é importante que ressaltemos a importância, influência e papel da *posição geopolítica militar*, alinhada aos interesses institucionais do Estado brasileiro. Nesse caso específico, escritos militares formam um corpus de referência comumente revisitados e reavaliados em suas proposições geoestratégicas para as fronteiras interiores e as perspectivas transcontinentais da Amazônia. E, por fim, há o *simbolismo secular do sertão amazônico*, como território a ser conquistado, muito ainda na herança edênica do colonialismo, mas que possui o seu potencial de influência nas ações estatais, principalmente, na primeira metade do século XX, em políticas territoriais de marcha para o oeste amazônico. Autores e escritos, como os efetuados por Euclides de Cunha (1999; 2000) e por Alberto Rangel (que nomeou a Amazônia de *Inferno Verde* em 1908), reforçam tal cenário simbólico do potencial interior e transcontinental amazônico na esfera simbólica.

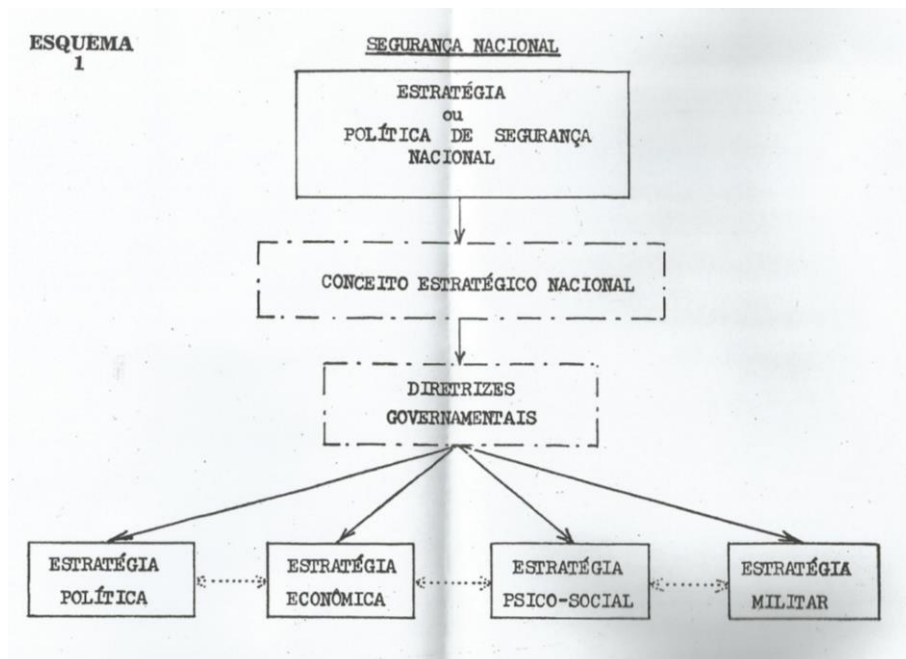
Os sertões amazônicos fazem parte das recepções iniciais do significado geográfico de sertão no território brasileiro (AMADO, 1995; MORAES, 2002; REGO, 2006), em que a economia política da formação territorial nacional moldou-se às diferentes configurações das paisagens e das regiões do que hoje é o Estado nacional brasileiro. A centralidade geoestratégica dos interiores amazônicos, as fronteiras do mais longínquo sertão fronteiro brasileiro atestam



esse protagonismo territorial dos idos históricos coloniais às políticas econômicas e interesses geopolíticos contemporâneos para essa região do país, o que permite ultrapassar a esfera nacional, chegando aos limites internacionais da Amazônia no contexto latino-americano, em que o seu papel geopolítico alcança outros países na conformação das muitas possibilidades do poder desse território na América do Sul.

A regionalização de Pedro Geiger, de 1969, estabelecida por ideias geoeconômicas, já trazia parte dessa visualização entremeada das fronteiras internas do território brasileiro. Percebe-se, por exemplo, como os limites amazônicos são os que mais adentram os estados e dominam o cenário regional de importância geoestratégica para o país. No âmbito internacional, ideias anteriores, como as promovidas por Euclides da Cunha, em suas incursões para a região amazônica, já apontavam tal projeção das fronteiras dos sertões amazônicos para além dos limites dos Estados-nacionais. Ao observarmos a figura 2, de Couto e Silva (1981a), sobre os planos geoestratégicos dos militares para o território brasileiro, encontramos sinalizações da visualização da centralidade territorial presentes no poder estatal. A principal marca que temos que destacar em tal organograma é como há o entrelaçamento entre ideias relacionadas às estratégicas e à Geopolítica com elementos territoriais internos do Estado-nacional.

Figura 2: A Segurança Nacional



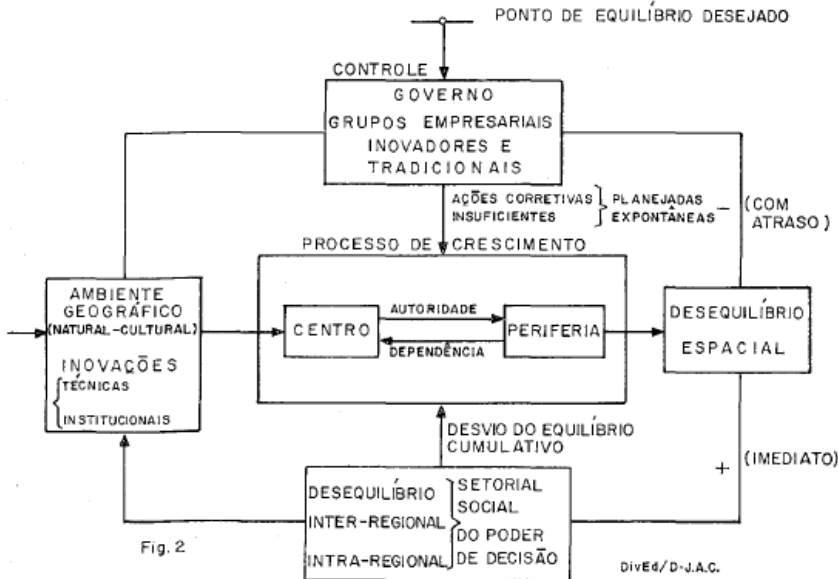
Fonte: Couto e Silva (1981a, p. 26).



Era necessário, no contexto da forte ação militar no Brasil, pensar geostrategicamente de forma reformulada ao que havia sido realizado décadas antes, num contexto econômico e social mundial bastante distinto do início do século XX. Por esta razão, Geiger (1969) incorporará novos elementos ao que podemos considerar um estatuto teórico-conceitual de como racionalizar os interiores do território nacional: “Quanto às diferenciações da superfície terrestre resultantes da ação humana, elas têm variado muito no transcorrer dos tempos, através de um processo histórico, acompanhando as transformações que se operam sucessivamente na estrutura econômico-social da população, com repercussões no território que ela ocupa” (GEIGER, 1969, p. 6).

Esta centralização da organização geoestratégica e geopolítica nacional encontrará seu respaldo no território amazônico. Bertha Becker (1974) e Terezinha de Castro (1999) formularam estudos de uma nova projeção de área-pivô para o subcontinente sul-americano. No primeiro caso, a autora direciona suas argumentações para o território amazônico, segundo a herança anglo-saxã do heartland europeu. Já para Castro (1999), o cone sul deveria ser a área na qual os esforços do poder público e da geoestratégia do Estado deveriam se focar.

Figura 3: Proposta de Equilíbrio Regional.  
**ESQUEMA – SISTEMA ESPACIAL – HIPÓTESE ALTERNATIVA PARA O BRASIL**



Becker (1974, p. 5).

O que se observa na estrutura proposta por Becker é uma proposta com três dimensões. Há, de fato, uma renovação das formulações da área-pivô central e heartland do início do século passado, adicionando novos elementos e complexificando o papel do território no poder e no corpo do Estado. Também observamos uma continuidade das teorizações anteriores de autores militares, principalmente, que pensaram a geopolítica brasileira ao longo do século XX, como Mattos (1975), Couto e Silva (1981a; 1981b), Castro (1976) e antes desses Travassos (1935), e as propostas de regionalizações das fronteiras interiores que formavam o grande sertão a *oeste* do território brasileiro, como Geiger (1969), Waibel (1955) e Lambert (1973). Tratava-se, então, de repensar tanto a melhor regionalização para o território brasileiro, como, também, ao mesmo tempo, correlacionar tal processo às questões internacionais, geopolíticas e geoestratégicas, continentalmente, para o Brasil, por meio de uma: “[...] cúpula da Segurança Nacional, uma Estratégia, por muitos denominada Grande Estratégia ou Estratégia Geral, arte da competência exclusiva do governo e que coordena, dentro de um Conceito Estratégico fundamental.” COUTO E SILVA, 1981a, p. 25).

O pensamento geopolítico do período, reforça a tese da dualidade entre organização, planejamento e implantação das políticas públicas territoriais com as teorizações e ações internacionais, no papel geopolítico do Brasil na América do Sul, como reconhece Mattos (1975) ao propor sua superação: “A coesão nacional é um fator inseparável da liderança. Sem essa liderança, as maiorias e minorias nacionais se perderão nos desvãos sectários da polêmica estéril e a nação se desencontrará de seu destino. Sem liderança não haverá objetivo, não haverá convergência, não poderá haver força, potência.” (MATTOS, 1975, p. 72).

E, novamente, observamos a conexão entre tais posições geopolíticas e geoestratégicas com as heranças seculares da origem dos postulados da correlação entre relações de poder e Estados-nacionais. Moreira (2011), também, acompanha seus contemporâneos e sua argumentação aproxima-se, em muito, do que os antigos teóricos geopolíticos elaboraram para os países centrais no século passado:

Brasil está prestes a entrar em guerra? O Brasil tem algum inimigo declarado? Com certeza, a resposta será negativa. Em um cenário de curto e médio prazo, repetem-se as perguntas anteriores. E num cenário de longo prazo? Acredita-se que as respostas continuarão negativas. Então, para que se preocupar com mobilização nacional, se há outras medidas bem mais importantes e necessárias a serem providenciadas? O Brasil é um país de

dimensões continentais que ocupa uma área de 8.514.876,599 km<sup>2</sup> (47% da América do Sul) e possui inúmeras riquezas. Pode-se destacar a Amazônia, com sua fauna, flora, biodiversidade, recursos minerais, além de possuir o maior banco genético do planeta. O Brasil é banhado pelo oceano Atlântico, também denominado Amazônia Azul, com suas riquezas incomensuráveis, sendo que o chamado pré-sal está hoje em evidência. Cerca de 95% das trocas comerciais brasileiras são realizadas pelo oceano Atlântico. Existe muita água doce no país. Há inúmeros rios, além dos aquíferos Alter do Chão e Guarani. Dizem alguns analistas que a água doce será causa de guerras no futuro. A população mundial está crescendo e, com isso, necessita-se cada vez mais de alimentos. O Brasil possui bastante área agricultável, em condições de atender às demandas, a cada vez que os países vão se desenvolvendo e necessitando, conseqüentemente, de mais alimentos para seus habitantes. E também muita energia considerada limpa: muita água, muito sol, muitos ventos. Acredita-se que esses motivos já justificam essa necessidade de se preocupar com mobilização, uma vez que o país está em pleno desenvolvimento, com objetivos claros de chegar ao patamar do Primeiro Mundo. (MOREIRA, 2011, p. 99).

Já se observa no argumento de Moreira (2011) o que viria a ser o amadurecimento da geopolítica amazônica no terço final do século XX na perspectiva geoestratégica da pan-Amazônia. No entanto, é sempre importante lembrarmos que além do estofamento político, teórico e metodológico da geopolítica, havia, também, a grande ação coordenada do poder estatal, pelo menos desde as primeiras décadas do século XX, sejam as ações dos governos de Getúlio Vargas, sejam as planificações do período desenvolvimentista, prolongadas nos governos militares. Era preciso que fosse consolidada a ideia da Amazônia brasileira e sul-americana como a nova fronteira-mundi no jogo geopolítico global. Nessa linha de pensamento, Bertha Becker (2009, p. 202) reconhece que tal tema é “[...] proposto para designar um espaço de grande valor estratégico para a economia-mundo – desde a sua formação até agora, o que explica a constante interferência de forças externas na região e a dificuldade de integrá-las aos Estados nacionais até hoje”. Observa-se, portanto, que não bastava apenas projetar a potência territorial amazônica no projeto geopolítico e geoestratégico, era preciso direcionar a intencionalidade técnica, recursos econômicos e ações estatais. Essa interiorização técnica, racional e econômica das fronteiras internas da Amazônia brasileira é o que potencializa o seu protagonismo geopolítico, conforme já havia ponderado a mesma Bertha Becker (1974, p.4), duas décadas antes, quando a autora diz que:

Sociedade em industrialização, o Brasil possui estrutura espacial fortemente desequilibrada, mas em virtude da extensão do seu território apresenta uma especificidade. Se a grande extensão, em termos de recursos e população,

contribui certamente para o acelerado ritmo de industrialização e urbanização verificado nas últimas décadas, certamente contribui, também, para a acentuação do desequilíbrio espacial [...]. Com efeito, dentre 24 países, o Brasil acusa o maior índice de desequilíbrio regional [...]. Este fato se reflete em sua estrutura espacial; a formação de regiões metropolitanas e o crescimento de centros urbanos são simultâneos e interdependentes, com a elaboração de grandes desigualdades regionais de desenvolvimento. Assim, os objetivos nacionais quanto à estrutura espacial têm que considerar tantos os problemas metropolitanos como os do desenvolvimento regional.

E também na esteira do protagonismo geopolítico amazônico, Becker (2009) amadurece e avança sua análise para as proposições do que viria a ser uma visualização pan-amazônica ou de área-pivô central para a América do Sul. A autora não deixa de ressaltar o longo processo histórico que faz parte da *produção do espaço* da Amazônia brasileira para que também seu poderio geoestratégico nacional e internacional alcançasse o seu atual patamar de protagonismo geopolítico:

A região foi percebida como solução para as tensões sociais internas decorrentes da expulsão de pequenos produtores do Nordeste e do Sudeste pela modernização da agricultura. Sua ocupação também foi percebida como prioritária para impedir a possibilidade de nela se desenvolverem focos revolucionários. Poderosas estratégias deram suporte ao projeto de ocupação acelerada da região. Modernizaram-se as instituições: em 1966 o Banco de Crédito da Borracha é transformado em Banco da Amazônia (Basa), e a Spvea em Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), ambos permanecendo até hoje. Ainda na década de 1960 é criada a Zona Franca de Manaus, um enclave industrial em meio à economia extrativista e próximo à fronteira Norte. Mas o projeto geopolítico se apoiou, sobretudo, em estratégias territoriais que implementaram a ocupação regional, num caso exemplar do que Henri Lefebvre conceituou como “a produção do espaço” pelo Estado. (BECKER, 2009, p. 220).

O que questiona Becker (1974) também é a maneira pela qual a marcha para o Oeste chegará e avançará suas ações no território amazônico. De certa maneira, há a continuidade da problematização histórica promovida por Rama (2015) e social, antropológica e econômica por Martins (1975; 1997), que é o papel das fronteiras como receptoras das verticalizações ideológicas e políticas, especialmente no caso brasileiro e sul-americano.

Em outra oportunidade Becker (2005) debate sobre a atualização da questão geopolítica da Amazônia brasileira e sul-americana em geral no contexto da globalização. Há duas direções da reflexão promovida pela autora, a de uma concepção pan-Amazônica, reificando, de certo modo a idealização do heartland sul-americano ou área-pivô central, mas

agora com outros elementos em relação ao pensamento clássico, com maior crítica e com proposição de novos vínculos entre os países da região. E, também, há a questão emergente do que podemos denominar Geopolítica Ambiental (seguindo muitas das agendas sustentáveis e bioeconômicas atuais), a partir da qual recursos naturais, como água, gás natural, petróleo, reservas minerais e outras matérias-primas, presentes na região amazônicas, são realocadas no jogo de forças econômico-político-global, trazendo, novamente, um protagonismo geopolítico, geoestratégico, político-estatal e econômico aos interiores amazônicos brasileiros e dos demais países da região.

A continuidade dos estudos amazônicos, promovidos por Becker (1974; 2009) e muitos dos geopolíticos militares, pode ser encontrada, atualmente, em diferentes autores e pesquisas contemporâneas, como em Ribeiro (2005), Archanjo e Higuchi (2016), Lima et al. (2014) e Albuquerque (2013), dentre inúmeros outros. E há novas análises voltadas para o que se denomina *Amazônia Azul*, que, na mesma linha da área de floresta equatorial, nos remete às teorias herdeiras do *sea power* de Alfred Thayer Mahan (MAHAN, 1890; COSTA, 2012). Essa diversidade e constante atualização dos estudos amazônicos reforça a potência temática da região. A fronteira secular da Amazônia, dos interiores sertanejos, passando pelas diferentes abordagens de seu uso e ocupação e a atual configuração de interesse econômico na lógica econômica contemporânea nos coloca em desafio constante no pensar, analisar e propor novas perspectivas do território amazônico, nacional, regional e globalmente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Amazônia possui um longo histórico de protagonismo territorial na América do Sul. Esse protagonismo fez com que houvesse diferentes proposições, reflexões, teorias e, principalmente, ações em suas fronteiras. Tais ações visaram objetivos econômicos, políticos e culturais, muitas vezes vinculados a duas perspectivas que se complementam, a estruturação e ordenamento das regiões internas do país, em suas fronteiras interiores, antigos e novos sertões; e as fronteiras amazônicas em diferentes perspectivas de figuração e protagonismo como projeção continental geopolítica e geoestratégica.

Nesse panorama do papel protagonista do território amazônico no Brasil e na América do Sul, geopolítica e geoestrategicamente, é que se delineou nossa análise, pois, ao longo de todo o século XX, as teorias geopolíticas se avolumaram e, no caso brasileiro, foram

elaboradas versões e implantações geopolíticas e geoestratégicas. Muitas das mais robustas teorizações geopolíticas para essa região do continente americano passam por reinterpretções da antiga área-pivô central em versão local, tendo a Amazônia como esse epicentro para tal realização geopolítica.

Todos esses elementos unem-se, complementam-se e fazem com que o debate alcance patamares diversificados. Atualmente, novas perspectivas da geopolítica amazônica se configuram e se estabelecem, especialmente no arranjo econômico contemporâneo, voltado para novos direcionamentos do uso de recursos naturais. Internamente, do ponto de vista acadêmico, político e econômico, também há atualizações da geoestratégia amazônica e geopolítica pan-amazônica. Portanto, o desafio está posto como incitação à continuidade do debate, que é profícuo e complexo, e nos acompanhará nas próximas décadas do atual século XXI em que a discussão da Amazônia como área pivô central ultrapassa os limites territoriais brasileiros para encontrar sua situação Sul-americana, em forte mediação com as formações dos sertões pelo interior desta porção continental.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. A geopolítica da Amazônia no século XXI. *REVISTA GEONORTE*, Edição Especial, Manaus, v. 4, n.12, p. 933-952, 2013.

AMADO, Janaina. Região, Sertão, Nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n.5, p. 145-151, 1995.

ARCHANJO, Paulo Cesar Vieira; HIGUCHI, Maria Inês Gasbaretto. Aformoseamento e modernidade na hinterlândia amazônica no início do século XX: o caso da cidade de Parintins-Amazonas. *Revista Eletrônica Mutações*, Manaus, v. 7, p. 71-106, 2016.

ANCEL, Jacques. *Géographie des frontières*. Paris: Gallimard, 1938.

BECKER, Bertha. A Amazônia na Estrutura Espacial Brasileira. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 36, n. 2, p. 3-36, 1974.

BECKER, Bertha. Por que a participação tardia da Amazônia na formação econômica do Brasil? In: ARAÚJO, Tarcisio Patrício; WERNECK, Salvador Teixeira; MACANBIRA, Júnior. (Org.). *50 anos de Formação Econômica do Brasil. Ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: IPEA, 2009. p. 54-82.

BURDEAU, Georges. *O Estado*. São Paulo: Martins Fontes 2005.

CASTRO, Iná Elias. *Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTRO, Therezinha de. *Rumo à Antártica*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1976.

CASTRO, Therezinha de. *Geopolítica, princípios, meios e fins*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.

CORREIA, Pedro de Pezarati. Geopolítica e Geoestratégia. *Nação e Defesa*. Lisboa, v. 5, n. 131, p. 229-246, 2012.

COSTA, Wanderley Messias da. Projeção do Brasil no Atlântico Sul: Geopolítica e Estratégia. *Revista USP*, São Paulo, n. 95, p. 9-22, set./out. 2012.

COUTO E SILVA, Golbery. *Planejamento estratégico*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981a.

COUTO E SILVA, Golbery. *Conjuntura política nacional: o poder executivo & Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981b.

CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. São Paulo: Martins Fontes. 1999.

CUNHA, Euclides. *Um Paraíso Perdido: ensaios amazônicos*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. Coleção Brasil 500 anos.

GEIGER, Pedro Pinchas. Regionalização. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro. v. 31, n. 1, p. 5-25, 1969.

HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos*. São Paulo: Contexto. 2002.

LAMBERT, Jacques. *Os dois Brasis*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973.

LIMA, Wendell teles de; FRAGA, Nilson César; OLIVEIRA, Ana Maria Libório, SILVA, Iatiçara Oliveira. Sistemas geográficos e Geopolítica da Amazônia. *Revista de Geopolítica*, Natal, v. 5, nº 2, p. 97-108, jul./dez. 2014

MACKINDER, Halford. J. The Geographical Pivot of History. *The Geographical Journal*. United Kingdom, v. 23, n. 4, p. 421-437, 1904.

MAHAN, Alfred Thayer. *The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783*. Boston: Little, Brown, and Company, 1890. Disponível em: <<https://ia902708.us.archive.org/13/items/seanpowerinf00maha/seanpowerinf00maha.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2020.

MARTINS, José de Souza. *Capitalismo e tradicionalismo; estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucitec, 1997.



MATTOS, Meira, *Brasil: Geopolítica e Destino*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1975.

MORAES, Antonio Carlos Robert Introdução. In: MORAES, Antonio Carlos Robert (Org.). *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990. p.5-30.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Bases da formação territorial do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2000.

MORAES, Antonio Carlos. O Sertão: um outro geográfico. *Revista Terra Brasilis*, Rio de Janeiro, v. 4/5, p. 11-23, 2003

MOREIRA, Heleno. Mobilização nacional para que? *Revista da Escola Superior de Guerra*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 53, p. 98-107, jul./dez. 2011.

MYAMOTO, Shiguenoli. Os estudos geopolíticos no Brasil: Uma contribuição para sua avaliação. *Perspectivas*. São Paulo, v. 4. p.75-92, 1981.

RAMA, Ángel. *A cidade das letras*. Tradução de Emir Sader. São Paulo: Boitempo, 2015.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

REGO, Heráclito. O sertão e a Geografia. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 63, p. 42-66, abr.2016.

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. *A questão geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita*. Brasília: Senado Federal, 2005.

SAQUET, Marcos. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

TRAVASSOS, Mário. *Projeção continental do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

WAIBEL, Leo. As zonas pioneiras do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. XVII. n. 4, p. 389-422, out-dez, 1955.



# OS NOVOS RUMOS DA GEOPOLÍTICA MUNDIAL EM TEMPOS DE ESTATALIDADE PÓS-PANDEMIA

Guilherme Sandoval Góes<sup>1</sup>

Alice Castelani de Oliveira<sup>2</sup>

Matheus Moraes Alves Marreiro<sup>3</sup>

## INTRODUÇÃO

O fim da Segunda Guerra Mundial encontrou a Europa destruída e com sua capacidade material e psicológica praticamente esgotada. Esse quadro impossibilitou que a região assumisse a reconstrução de uma nova ordem mundial pós-1945. Segundo Kissinger (2014), os Estados Unidos da América (EUA) foram a única grande potência a sair da guerra sem sofrer danos significativos, produzindo cerca de 60% do Produto Interno Bruto mundial. Esse aspecto permitiu que os EUA assumissem o papel de líder da globalização neoliberal que emergia. Com efeito, desde o declínio do mundo eurocêntrico, os Estados Unidos vêm ocupando o centro da geopolítica pós-Segunda Guerra Mundial, ainda que, num primeiro momento, em confrontação ideológica com a União Soviética, durante a Guerra Fria.<sup>4</sup>

Diante desse quadro, inaugura-se a *pax americana*,<sup>5</sup> que sustentou o núcleo da Comunidade Atlântica, incluindo os EUA e os países da Europa Ocidental. Todavia, a *pax*

---

<sup>1</sup> Pós-doutor em Geopolítica, Cultura e Direito pela Universidade da Força Aérea (UNIFA). Doutor e Mestre em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor de Direito e membro do Fórum Permanente de Direitos Humanos da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ) e da Universidade Cândido Mendes (UCAM). Professor Emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME).

<sup>2</sup> Mestranda em Segurança Internacional e Defesa no Pós-Graduação de Segurança Internacional e defesa da Escola Superior de Guerra (PPGSID)

<sup>3</sup> Mestrando em Segurança Internacional e Defesa no Pós-Graduação de Segurança Internacional e defesa da Escola Superior de Guerra (PPGSID).

<sup>4</sup> Foi nesse contexto que o país financiou programas de recuperação da Europa e do Japão (Plano Marshall de 1947), criou o Tratado do Atlântico Norte (OTAN), além de estabelecer uma rede global de parcerias na área econômica e de segurança (KISSINGER, 2014), daí a ideia-força de que a ordem pós-Segunda Guerra Mundial foi construída em grande parte pelos EUA (STOKES, 2018). Portanto, com o fim da Segunda Guerra Mundial, o sistema eurocêntrico deixa de ser geopoliticamente relevante, sendo, então, substituído pela Guerra Fria. É nesse contexto pós-1945 de bipolaridade geopolítica que as grandes estratégias dos Estados Unidos passam a reger as relações internacionais do mundo Ocidental.

<sup>5</sup> Definida por Cohrs (2018, p. 2) como sendo “a supremacia da superpotência americana após 1945, principalmente, no ‘mundo Ocidental’, e a relativa paz, estabilidade e prosperidade que trouxe para alguns Estados que se encontram sob a zona de influência dos EUA durante a Guerra Fria”.

*americana* deve ser compreendida como um processo euro-atlântico e não global (COHRS, 2018), que consistia em várias ideias sobre mercado aberto, cooperação institucional internacional, sociedade democrática liberal e segurança coletiva (IKENBERYY, 2001).

Com a devida agudeza de espírito, o leitor haverá de concordar que, antes da *pax americana*, os Estados Unidos estavam vivenciando a tese do isolacionismo geopolítico, também conhecida como Estratégia do *America First* e que, hoje em dia, está sendo reeditada pela Doutrina Trump. Observe que a iniciativa estratégica do “América em Primeiro Lugar” não é nova e foi largamente usada em diferentes épocas da vida nacional estadunidense, mormente, no período entre guerras, durante a vigência da ordem mundial eurocêntrica.

Observe, portanto, que, em 1945, a hegemonia norte-americana deixa de ser implícita, na medida em que o país abandona a doutrina isolacionista (*America First* da era eurocêntrica), passando, efetivamente, a disputar espaços geopolíticos com a União Soviética dentro de uma dinâmica de confrontação ideológica criada sob os influxos do condomínio imperial sobre o mundo. Foi, portanto, com a queda da União Soviética e o advento da unipolaridade sistêmica, que o modelo americano de capitalismo liberal parecia ter se tornado o único modelo viável, passando por um processo de universalização (HARRIS, 2016).

Assim, doutrinadores há que ainda defendem a tese de que o mundo necessita da estabilidade gestada pela *pax americana*, ou seja, professam que a sociedade internacional só tem duas opções: o mundo americano ou o caos hobbesiano.<sup>6</sup> O apotegma é simples: ou o mundo aceita a hegemonia da *pax americana* ou viverá em permanente estado de desordem mundial (GÓES, 2018). Sem embargo dessas importantes considerações, o fato é que esta visão de *pax americana* entra em declínio com o advento da crise financeira de 2008, que se potencializa com a crise do coronavírus de 2019.

Em consequência, o objetivo central desse capítulo é investigar os caminhos trilhados pela globalização neoliberal e os seus desafios geopolíticos a partir do fim da Guerra Fria, em 1989, perpassando pelo ataque terrorista de 11 de setembro de 2001 e pela crise financeira de 2008, até alcançar a pandemia mundial do vírus Covid-19 (1989-2019).<sup>7</sup> Para tanto, além dos arquétipos estratégicos norte-americanos que serão examinados (*National Security Strategy* ou *NSS* de Clinton, Bush, Obama e Trump), busca-se refletir, também, sobre o significado

<sup>6</sup> Tais como, dentre outros: Brzezinski (2007) e Schwartz (2003).

<sup>7</sup> Desde o atentado terrorista às Torres Gêmeas e a crise financeira de 2008 a ordem mundial liberal vem sendo fortemente questionada. A emergência da COVID-19 exacerbou essa realidade, indicando que o mundo pós-pandemia deve abarcar as tendências do pós-11 de setembro, bem como do pós-crise financeira de 2008 (KALIL; CASTELANI, 2020).

geopolítico das obras clássicas de Francis Fukuyama e Samuel Huntington, de modo a poder diagnosticar os desafios do contexto pós-pandêmico decorrentes das atuais disputas geopolíticas. Sem dúvida, ainda é muito cedo para projetar análises conclusivas sobre o pós-pandemia, todavia, é certo que as dicotomias Estado x globalização e internacionalização x nacionalismo protecionista têm sido debates centrais nesse contexto.

Diante desse panorama, o presente capítulo pretende discutir na primeira seção o mundo pós-89 e a tese do *Fim da História* de Francis Fukuyama, identificando a sua conexão epistemológica. Da mesma forma, na segunda seção, colima-se examinar o vínculo científico entre o mundo pós-11 de setembro, o mundo pós-crise de 2008 e a ideia do *Choque de Civilizações* de Samuel Huntington. Já na última parte, o grande desafio do presente trabalho será demonstrar que a Ordem Mundial pós-Covid-19 encontra-se entre a retomada da globalização neoliberal, capitaneada agora pela China e a consolidação da era da desglobalização, patrocinada pela neo-hegemonia estadunidense.

## **O FIM DA HISTÓRIA E A ORDEM HEGEMÔNICA AMERICANA PÓS-GUERRA FRIA**

A presente segmentação temática tem o objetivo de demonstrar que o sistema de governança global pós-1989 passou a ser capitaneado pelo projeto hegemônico de *pax americana*, no qual a única superpotência remanescente do planeta ficaria encarregada de patrocinar a aceleração do processo de globalização da economia, ao mesmo tempo em que garantiria a paz mundial.

Dessarte, em termos acadêmicos, o fim da Guerra Fria inaugura o processo de globalização neoliberal e marca o nascimento de uma nova ordem mundial, agora dita pós-moderna, que entra em vigor com o colapso do Império Soviético e perdura até os dias de hoje. É nesse diapasão que Clinton elabora as suas duas NSS (1994 e 1997) que marcaram seu mandato. Através desses documentos, os EUA destacam três grandes áreas de integração comercial, a saber: Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)<sup>8</sup>; Mercado Transatlântico (TM)<sup>9</sup>; Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico (APEC)<sup>10</sup>.

<sup>8</sup> A ALCA (*Free Trade Area of the Americas*) foi uma proposta feita em 1994 pela então presidente Bill Clinton com o objetivo de criar uma zona livre para o comércio na América do Sul. Proposta que não se concretizou.

<sup>9</sup> MT (*Transatlantic Market*) é um tratado de aliança realizado entre os EUA e a União Europeia.

<sup>10</sup> A APEC (*Asia-Pacific Economic Cooperation*), é um fórum econômico regional estabelecido em 1989 para

Dumbrell (2009) aponta que em um cenário de incerteza estratégica, Clinton manteve os EUA internacionalista, expandindo o poder da OTAN e contendo a proliferação de armas de destruição em massa, sobretudo, na antiga União Soviética, apesar da nuclearização da Índia e do Paquistão. Na visão do autor, o governo Clinton foi marcado pela internacionalização, multilateralismos e pela defesa do livre comércio, *in verbis*:

Clinton articulou uma visão de mundo mais doméstica e voltada para questões econômicas do que a Nova Ordem Mundial de Bush, mas que também compartilhava muitas de suas características: a preocupação de evitar a superexposição global, a batalha contra um isolacionismo doméstico supostamente ressurgente, o compromisso generalizado com a liderança americana e com a Ordem Mundial. Os inimigos escolhidos de Bush e do presidente Clinton eram Estados desonestos e isolacionistas. Se os dois presidentes tendiam a exagerar os perigos montados por esses inimigos para fortalecer a integração da política externa, pelo menos os dois mantinham um senso de proporção (DUMBRELL, 2009, p. 170).<sup>11</sup>

De tudo se vê, portanto, que o início da globalização neoliberal, em 1989, surge como resultado do fim da Guerra Fria, cujos desdobramentos geopolíticos, culturais e jurídicos resultaram na perspectiva de criação de um só mundo, sem guerras e sem conflitos intercivilizacionais, tal qual vislumbrado pela tese do fim da história de Francis Fukuyama (GÓES, 2018). Nesse sentido, o autor explica que o triunfo ocidental é claramente identificado no esgotamento completo de alternativas sistêmicas ao liberalismo econômico e político ocidental. Os dois grandes desafios ao liberalismo, o fascismo e o comunismo, haviam sido superados (FUKUYAMA, 1989). O primeiro fora destruído na Segunda Guerra Mundial, e, o segundo entra em declínio com o fim da Guerra Fria.

A tese central defendida por Fukuyama (1989, p. 4) é que o fim da Guerra Fria representa o fim da História como tal, valendo, pois, reproduzir suas palavras, *in verbis*:

O que podemos estar testemunhando não é apenas o fim da Guerra Fria, ou a passagem de um determinado período da história do Pós-Guerra, mas o fim da História como tal: isto é, o ponto final da evolução ideológica da Humanidade e a universalização da democracia liberal Ocidental como forma final de governo Humano. Isso não quer dizer que não haverá mais eventos para preencher as páginas dos resumos anuais de Relações Internacionais do *Foreign Affair*, pois, a vitória do liberalismo ocorreu

---

alavancar a crescente interdependência da Ásia-Pacífico composta por 21 membros.

<sup>11</sup> Todas as citações feitas neste artigo, retiradas de textos publicados em outros idiomas que não o português, foram traduzidas pelos próprios autores.

principalmente no domínio das ideias ou da consciência e ainda está incompleta no mundo material. Mas existem razões poderosas para acreditar que é o ideal que governará o mundo material no longo prazo.

Nesse sentido, Fukuyama (1989) esclarece que isso não significa que todas as sociedades terão um liberalismo bem-sucedido, mas que as pretensões ideológicas de representar formas alternativas de sociedade humana chegaram ao fim. Para o autor, ainda existiriam conflitos no chamado terceiro mundo, impulsionados pelos nacionalismos, mas estes não representariam uma contradição irreconciliável para o liberalismo. Na visão de Fukuyama, apenas “grandes Estados” (Rússia e China) teriam capacidade de sustentar ideologias que fizessem frente ao liberalismo ocidental, todavia ambos países estavam adotando um estilo de mercado ocidental. Partindo desse entendimento, o autor rejeitou a possibilidade de o Islã representar uma alternativa política viável ao liberalismo.

Acharya (2015, s/p) argumenta que a tese de Fukuyama sobre o mundo pós-Guerra Fria se provou equivocada, apontando que o “Islã e o mundo islâmico têm desempenhado um papel significativo em refutar e desacreditar essas ideias”. Os eventos que se seguiram no início do século XXI, como o atentado terrorista às Torres Gêmeas no dia 11 de setembro de 2001, e, mais tarde, as crises de 2008 e de 2019, provam equivocada a tese de Fukuyama, como se verá na próxima seção.

Como bem pontua Acharya (2015, p. 4) a “única história que está terminando rapidamente é a do período relativamente curto de domínio Ocidental na longa marcha da civilização”. Com rigor, antes mesmo da pandemia, as promessas do fim da História de Fukuyama, de uma nova era de prosperidade mundial, patrocinada pela democracia liberal, não se concretizaram, ao revés, tal cosmovisão serviu apenas para potencializar desigualdades sociais e miséria humana nos países de modernidade tardia do Sul Global, que recepcionaram acriticamente tais regras liberais de governança global (GÓES; MELLO, 2020).

É por isso que a próxima segmentação temática pretende investigar a perda de liderança global dos EUA e a ascensão geopolítica da China, cujo desfecho coloca em perspectiva visível a construção de uma ordem mundial que é geopoliticamente multipolar e culturalmente multicivilizacional, daí a ideia de investigar a conexão epistemológica entre as estratégias americanas e a tese do choque de civilizações de Samuel Huntington.

## O CHOQUE DE CIVILIZAÇÕES E A CRISE DA HEGEMONIA NORTE-AMERICANA

Como já visto, o estabelecimento da *pax americana* seria sinônimo da natural envergadura dos EUA para reger unilateralmente as relações internacionais, o que evidentemente não parece ser verdadeiro. Indiscutível é sua supremacia militar, cuja força efetiva suplanta todas as demais nações do planeta em conjunto, fazendo mesmo valer a expressão *second to none*. No entanto, se é inegável a unipolaridade estadunidense no campo militar, o mesmo não se dá com relação às outras dimensões do poder nacional, em especial as dimensões econômica e cultural.

Nesse sentido, pergunta-se: seria minimamente razoável, falar-se em unipolarismo cultural diante do choque de civilizações, tal qual concebido por Samuel Huntington (1998)? Seria sensato concordar com a ideia de universalização incontestada do pensamento liberal Ocidental? E mais ainda: a partir da crise de 2008, seria legítimo aceitar a subordinação econômica e tecnológica da China e da Rússia aos Estados Unidos? Não seria melhor pensar em uma transição para uma Ordem Mundial Multipolar?

Com a devida vênia a pensamento contrário, definitivamente, não se pode concordar com a ideia-força de que estamos a viver sob o acicate de uma *pax americana*. Ao revés, o mundo pós-11 de setembro afastou a pretensão de uma ideologia única e vitoriosa querer simbolizar o marco zero de um novo recomeço da História da Humanidade a partir do triunfo do capitalismo democrático liberal, capitaneado pela única superpotência do planeta.

Samuel Huntington não tardou a contestar a ideia de um só mundo de harmonia e fim de conflitos na política global, dentro de uma perspectiva idealista kantiana de *cooperação internacional harmônica pela própria natureza*, destacando que:

No mundo pós-Guerra Fria, pela primeira vez na História, a política mundial se tornou multipolar e multicivilizacional. No final da década de 80, o mundo comunista desmoronou e o sistema internacional da Guerra Fria virou história passada. No mundo pós-Guerra Fria, as distinções mais importantes entre os povos não são ideológicas, políticas ou econômicas. Elas são culturais. (...) A rivalidade das superpotências é substituída pelo choque de civilizações. A política mundial está sendo reconfigurada seguindo linhas culturais e civilizacionais (grifos nossos).

De certa maneira, essa visão de Huntington não deixa de transitar na trilha científica da multipolaridade multicivilizacional, notadamente, a partir dos ataques terroristas no dia 11 de setembro de 2001 ao *World Trade Center* e ao Pentágono, símbolos do poderio financeiro e militar estadunidense, cujo desfecho foi a implementação da Doutrina Bush do ataque preventivo, que denegou explicitamente a Ordem de Yalta.

Através da NSS de 2002, o presidente George Bush definiu um novo caminho a ser seguido pelos EUA, aderindo um comportamento unilateral, proativo e belicoso (RESENDE, 2011). No discurso *State of the Union* no dia 20 de setembro de 2001, Bush (2001, p. 65) inaugura uma “cruzada” contra o terrorismo quando afirma:

Nós vamos cortar o financiamento dos terroristas, jogar um contra o outro, fazê-los correr de um lugar para o outro até que não haja mais refúgio ou descanso. E nós vamos perseguir nações que ofereçam ajuda ou abrigo seguro para o terrorismo. Cada nação, em cada religião, tem de tomar uma decisão agora. Ou estão conosco ou estão com os terroristas. Desse dia em diante, qualquer nação que continue a proteger ou sustentar terrorismo vai ser considerada pelos Estados Unidos como um regime hostil.

Na visão de Brzezinski (2007), a Doutrina Bush teve influência direta do pensamento neoconservador americano, que teve seu prestígio ampliado a partir desse momento dentro da Mídia e dos *Think Tanks*, assim como dentro do Departamento de Defesa dos EUA.<sup>12</sup> Os neoconservadores advogavam por uma nova era de domínio global norte-americano através do exercício unilateral do poder militar, do desengajamento das instituições multilaterais, e uma agressiva cruzada pela democracia e pela liberdade (RESENDE, 2011).

Para Huntington (1993), os conflitos violentos<sup>13</sup> poderiam emergir entre grupos em civilizações diferentes, tendo como o eixo supremo da política mundial às relações entre o “Ocidente e o Resto”. Dentre as possíveis ameaças ao ocidente, o autor argumenta que o foco

---

<sup>12</sup> Os neoconservadores usaram a interpretação civilizacional de Huntington para validar suas visões de um conflito existencial com o Islã sobre valores base, atingindo um impacto político maior do que a teoria de Francis Fukuyama (BRZEZINSKI, 2007).

<sup>13</sup> De acordo com Huntington (1993), os conflitos na política global iriam ocorrer entre nações e grupos de diferentes civilizações. Nesse sentido, as divisões dos países em grupos como Primeiro, Segundo e Terceiro Mundo ou em sistemas econômicos e políticos passaram a ser irrelevantes, devendo ser agrupados de acordo com suas culturas e civilizações. De acordo com esse autor existem sete ou oito grandes civilizações que poderiam se envolver em conflitos umas com as outras: a Ocidental, a Confucianista, a Japonesa, a Islâmica, a Hindu, a Eslava-Ortodoxa, a América Latina e possivelmente a Africana.



central do conflito no futuro seria entre o ocidente e vários Estados da civilização Islâmica-Confucionista (HUNTINGTON, 1993).<sup>14</sup>

De tudo se vê, por conseguinte, que o modelo do ataque preventivo da NSS de Bush inverteu o sinal com relação ao modelo do Engajamento e da Ampliação, ou seja, enquanto a NSS de Clinton procurou manter a liderança global dos EUA a partir do controle da globalização neoliberal, em detrimento do uso da força armada, a NSS de Bush fez o contrário.<sup>15</sup> Com efeito, a Estratégia da Guerra ao Terror colocou em tensão a governança global neoliberal e a liderança mundial americana, que entra em declínio.

É nesse diapasão que a crise financeira de 2008 pode ser vislumbrada como o eixo propulsor de uma verdadeira revolução copernicana no campo da governança global, na medida em que trouxe com ela a real possibilidade de desconstrução do mundo americano e sua possível substituição por um mundo multipolar ou pelo menos por um mundo sem predominância cêntrica dos Estados Unidos e seus tradicionais mecanismos de hegemonia mundial (GÓES, 2018).

Observe com atenção que é o próprio nome estratégico da Doutrina Obama que entremostra seu objetivo de reconstruir a nação estadunidense a partir de sua liderança no sistema de governança global, *Strategy of National Renewal and Global Leadership*. É nesse contexto que a NSS de 2010 do governo Obama surge, fazendo claros esforços para tentar se diferenciar da abordagem de Bush (GRAY, 2011). A ruptura mais significativa da Doutrina Obama em relação ao seu antecessor foi a percepção de que o apoio de outras nações é de grande relevância. Essa abordagem ressalta a necessidade de maior cooperação para enfrentar os desafios globais. Ademais, a concepção de interesse estadunidense dessa administração inclui a segurança de seus aliados, parceiros e de seus próprios cidadãos (HEMMER, 2011).

A visão de que os valores norte-americanos como a democracia e os direitos humanos são universais e devem ser exportados é norteadora do governo Obama. A disseminação desses valores não era entendida apenas como um objeto positivo em si, mas também como

---

<sup>14</sup> Essa abordagem de Huntington que generaliza as complexidades do mundo islâmico como sendo algo homogêneo é uma visão errônea a partir do ponto de vista de Amitav Acharya (2015). Segundo o autor (2015), ao mesmo tempo que a grande maioria dos muçulmanos rejeitam o liberalismo Ocidental, eles também se posicionam contrários à Al-Qaeda, ao Estado Islâmico e qualquer outra forma de extremismo religioso.

<sup>15</sup> Ou seja, partindo da natureza híbrida da guerra de quarta dimensão, bem como impregnado pela imagem de uma agressão direta aos símbolos do seu poderio mundial, o estrategista norte-americano optou pela “cruzada político-militar”, esquecendo um pouco da sua capacidade de comandar a globalização neoliberal, até então muito bem esgrimida pela NSS do Engajamento e da Ampliação de Clinton. Portanto, pode-se inferir que, por mais paradoxal que possa parecer, foi o descompromisso da NSS de George W. Bush com a globalização neoliberal que viabilizou a ascensão geopolítica da China (GÓES, 2018).



meio-chave para promover os interesses materiais dos EUA. A NSS de Obama de 2010 afirmava que esses valores não seriam impostos pela força, contrariando, o pensamento neoconservador que imperava nos governos anteriores. A ênfase recai sobre o multilateralismo e a diplomacia (GRAY, 2011).

Com a ascensão do governo Obama ao poder, Nye (2009) adotou uma visão otimista em relação a reputação dos EUA no mundo, que foi dramaticamente danificada com a “guerra ao terror”. Para o ilustre autor:

O presidente Barack Obama será capaz de escolher políticas que poderiam ajudar a recuperar parte do poder brando da América. É claro que o *soft power* não é a solução para todos os problemas. Embora o ditador norte-coreano Kim Jong Il goste de assistir a filmes de Hollywood, é improvável que isso afete seu programa de armas nucleares. E o *soft power* não levou a lugar nenhum para afastar o governo do Talibã de seu apoio à Al Qaeda na década de 1990. Foi preciso muito poder militar em 2001 para acabar com isso. Mas outros objetivos - como a promoção da democracia e dos direitos humanos - são mais bem alcançados pelo *soft power* [...] o governo Obama terá que gerar *soft power* e relacioná-lo com *hard power* em estratégias inteligentes (NYE, 2009, p.7-8).

Com rigor, o que se quer aqui destacar é que o período que vai de 2008 (crise financeira do liberalismo) até os dias atuais (crise sanitária da Covid-19), deve ser interpretado como um novo ciclo de poder hegemônico global, caracterizado pela gradual transição para a governança global multipolar em detrimento da *pax americana* neoliberal. Ou seja, a crise de 2008 representa um verdadeiro ponto de inflexão do mundo americano para a Ordem Mundial Multipolar, que se potencializa ainda mais com a crise da Covid-19.

Em consequência, já é possível deduzir que, na contemporaneidade pós-pandemia mundial, a estatalidade pós-moderna deslocará para a centralidade da agenda das relações internacionais a disputa entre os binômios **globalização-neoliberalismo versus repatriação da indústria nacional-welfarismo**. Isto significa dizer que, para se entender plenamente o novo cenário internacional pós-coronavírus, é preciso antes analisar, comparativamente, a América de Obama e a América de Trump, o que será feito na próxima segmentação temática.

## **A ERA TRUMP E A PANDEMIA DA COVID-19: IMPLICAÇÕES PARA A GEOPOLÍTICA MUNDIAL**

A vitória de Donald nos Estados Unidos da América e o voto popular britânico para abandonar a União Europeia (*Brexit*) representaram uma rearticulação da primazia do Estado-Nação, um rompimento do consenso liberal gerado no pós-Segunda Guerra e um endurecimento do revisionismo geopolítico (STOKES, 2018).

Nos EUA foi instaurada a Doutrina Trump com o emblema *America First*. Essa concepção estratégica tem como prioridade manter a liderança global estadunidense, porém trilhando caminho diametralmente oposto ao globalismo neoliberal de Obama, ou seja, a NSS neoprotecionista desglobalizante de Trump prefere enfrentar diretamente a ascensão geopolítica da China, cujo símbolo é a iniciativa do Cinturão Econômico da Rota da Seda (por terra) e a Rota da Seda Marítima do Século XXI (por mar).<sup>16</sup>

Nesse sentido, Trump se opôs ao internacionalismo liberal porque acreditava que a “globalização, a liberalização dos mercados, o multilateralismo e as instituições internacionais estavam prejudicando os americanos comuns” (LÖFFLMANN, 2019, p. 120). Assim, Trump buscou realizar um giro geopolítico da (des)globalização<sup>17</sup>, calcado em um nacionalismo protecionista, incorporando um “bilateralismo custo-benefício”. Segundo Stokes (2018), os EUA passaram a rejeitar uma política externa transformacional impulsionada por ideias como direitos humanos ou democracia, sendo céticos em relação aos regimes internacionais, percebidos, muitas vezes como onerosos ou restritivos da liberdade de ação norte-americana.

O governo Trump prioriza as relações bilaterais com outras potências com base em cálculos custo-benefício de acordo com a percepção dos interesses econômicos e políticos estadunidenses. Trump retirou os EUA de diversos acordos multilaterais que tinham sido considerados realizações exitosas da política externa e de segurança dos governos Obama, como a *Trans-Pacific Partnership (TPP)*, o Acordo de Paris sobre Mudança Climática e o Acordo Nuclear com o Irã (*Joint Comprehensive Plan of Action*) (LÖFFLMANN, 2019).

<sup>16</sup> Por isso é que parcela significativa da comunidade estratégica do país prioriza o espaço interno norte-americano antes reservado aos interesses difusos inculpidos nos grandes arranjos multilaterais supostamente controlados pelos Estados Unidos da América. Em consequência disso, a NSS de Trump afasta-se da clássica teoria da tríade de Zbigniew Brzezinski (alianças democrático-capitalistas com União Europeia e Japão), estabelecendo em seu lugar o conceito de “America em primeiro lugar”, arquétipo protecionista desenvolvido contra a China, classificada como potência rival, juntamente com a Rússia, pela própria estratégia de segurança nacional de Trump (GÓES, 2018).

<sup>17</sup> A (des)globalização seria o fenômeno de negação do processo de globalização neoliberal e a tentativa de reverter-la (GÓES, 2018; STOKES, 2018).

No campo comercial, Trump buscou confrontar a China e outros aliados dos EUA, como os países do NAFTA<sup>18</sup> e da União Europeia (Alemanha), considerados pelo presidente como países possuidores de “maus acordos” (LÖFFLMANN, 2019). Dessa forma, os EUA sob o comando de Trump emerge barreiras tarifárias contra esses Estados que ele identifica como favorecido de um comércio injusto, que acarretava em imposições de penalidades às empresas norte-americanas (STOKES, 2018).

No campo da segurança, a OTAN foi questionada por opiniões publicamente declaradas do presidente. Essas afirmações colocavam a OTAN como “obsoleta” e criticavam os Estados-membro, em particular a Alemanha, por ficar aquém da meta dos gastos em defesa estabelecidos pela Organização. Porém, Trump não conseguiu concretizar a retirada dos EUA da OTAN ou a redução das tropas norte-americanas na Coreia do Sul, Alemanha ou Japão. Uma reorientação radical da geopolítica do país se tornou politicamente inviável devido a oposição dos democratas no congresso e do público doméstico (LÖFFLMANN, 2019; STOKES, 2018).

Destaca-se que a Doutrina Trump buscou retomar a liderança mundial e mitigar o geopoder da China em escala global. A própria China em conjunto com a Rússia são consideradas potências rivais dos Estados Unidos. Segundo a NSS (2017, p. 2) esses países:

Desafiam o poder, a influência e os interesses americanos, uma tentativa de erodir a segurança e a prosperidade americanas. Eles estão determinados a tornar as economias menos livres e menos justas, para crescer seus militares e controlar informações e dados para reprimir suas sociedades e expandir sua influência.

Somado a isso, a abordagem *America First* afirma que esses países têm se empenhado em empregar capacidades militares negando acesso geopolítico aos EUA em tempos de crise. Em tempos de paz, eles buscam contestar a capacidade do país de operar livremente em zonas comerciais críticas (ESTADOS UNIDOS, 2017). Na visão da NSS de Trump de 2017, essas duas potências passam por um processo de ascensão, reafirmando suas influências não apenas na escala regional, mas também global. O documento frisa que (2017, p. 38):

China e Rússia direcionam seus investimentos no mundo em desenvolvimento para expandir a influência e obter vantagens competitivas em relação aos Estados Unidos. A China

---

<sup>18</sup> O NAFTA (*North American Free Trade Agreement*) foi assinado em 1994 pelo México, Estados Unidos e Canadá.

está investindo bilhões de dólares em infraestrutura em todo o mundo. A Rússia também projeta sua influência economicamente, por meio do controle de energia essencial e outras infraestruturas em partes da Europa e da Ásia Central.

A China de modo específico adere uma racionalidade geopolítica que converge aspectos terrestres e marítimos por meio do seu projeto *One Belt, One Road*<sup>19</sup>. Essa estratégia permite a expansão chinesa “em direção à massas terrestres euro-africanas (Europa e África) e euro-asiáticas (Europa e Ásia), evitando, a um só tempo, o caminho congestionado do estreito de Malaca e o caminho conflituoso do Mar do Sul da China” (GÓES, 2018, p. 531).

De tudo se vê, por conseguinte, que a estratégia de Trump sinaliza, de certa forma, a incapacidade estadunidense de competir diretamente com a China dentro de uma lógica da economia de mercado, incapacidade esta que se intensifica ainda mais com a crise do coronavírus de 2019. Em consequência, resta indubitável a conexão epistemológica entre a pandemia da Covid-19<sup>20</sup> e a tendência de formação de uma Ordem Mundial multipolar no século XXI. Ou seja, já é possível diagnosticar que a reconfiguração da geopolítica pós-pandemia mundial não será regida pela ideia-força do fim da História de Fukuyama, projetando a imagem de um só mundo de euforia: americano, liberal, democrático, sem guerras e sem conflitos civilizacionais.

Conforme argumenta Ramonet (2020, p. 2), a Covid-19 não é unicamente uma crise de saúde pública, mas um fato social, posto que “convulsiona todas as relações sociais e choca todos os atores, instituições e valores”. Esse evento derruba completamente a ideia de “Fim da História”, evidenciando que na realidade a História é imprevisível (RAMONET, 2020).

No caso dos EUA, Trump tem dado uma resposta desajeitada ao problema, deixando a gestão para camadas inferiores do governo, escolha que pode gerar problemas para mitigar o impacto da pandemia, dada a ausência de uma estratégia unificada e de recursos nessas camadas inferiores (AGNEW, 2020). Segundo Chomsky (2020, s/p):

---

<sup>19</sup> A saída dos EUA do TPP, segundo Stokes (2018), aumentou a capacidade chinesa de construir instituições sinocêntricas, como é o próprio caso do *One Belt, One Road* e o *Asian Infrastructure Investment Bank* (visto pelos EUA como um rival do Banco Mundial).

<sup>20</sup> No final do ano de 2019, surgiram os primeiros casos do novo Coronavírus na China. Já no ano de 2020, o vírus se tornou “global”, atingindo todos os continentes, havendo um número de aproximadamente 30.675.675 pessoas contaminadas e 954.400 mortes mundialmente até o presente momento (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2020).

Assim que Donald Trump chegou ao governo, a primeira coisa que ele fez foi dismantelar todo o mecanismo de prevenção de pandemias, cortar financiamento do Centro de Controle de Doenças (CDC, a maior instituição de saúde pública do país), cancelar programas que trabalharam com cientistas chineses para identificar potenciais vírus. Os Estados Unidos estavam particularmente mal preparados. Esta é uma sociedade privatizada, muito rica, com enormes vantagens (...), mas dominada pelo controle privado. Não existe um sistema de saúde universal (...) absolutamente crucial agora. É o sistema neoliberal máximo.

Agnew (2020) argumenta que o discurso de Trump se enquadra melhor como resultado de uma tendência de longa data do país que tem enfraquecido o papel do governo federal, fato que estabeleceu as bases para o fracasso do enfrentamento à pandemia Covid-19. Paralela à postura negacionista da pandemia no plano interno, o governo americano mantém uma postura isolacionista na política externa. O quadro de pandemia acentua a crise liberal.<sup>21</sup>

As tendências geopolíticas que vêm se apresentando no plano internacional desde a ocorrência desses dois eventos podem ser aceleradas ou consolidadas pelo impacto da Covid-19. Qual será o futuro dessa ordem liberal no cenário pós-pandemia? Para Góes (2018, p. 532) “nem a China tem condições de impor ao mundo uma *pax sinica* e nem têm os EUA a capacidade de reeditar a *pax americana*, nos termos do modelo pós-1945”.<sup>22</sup> Para Acharya (2014, p. 3)

Poucos podem negar que os Estados Unidos continuarão a desempenhar um papel central nos assuntos mundiais no futuro previsível. Mas a ideia de que a até então a “Ordem liberal hegemônica americana” ou Ordem Mundial americana persistirá, mesmo em uma forma “reconstituída”, é questionável. Isso ocorre porque um problema-chave no debate sobre a persistência da Ordem Mundial americana ou da ordem hegemônica liberal liderada pelos

<sup>21</sup> Várias hipóteses têm sido traçadas sobre o mundo pós- pandemia. É muito cedo para analisarmos práticas e representações geopolíticas da ordem mundial pós-pandemia, todavia, está atento as tentativas de controle da crise podem nos indicar tendências (BRINGEL, 2020). Para o Bringel (2020, p. 176) os “impactos geopolíticos da pandemia serão brutais, embora nem todas as mudanças que vivemos derivem da própria pandemia, mas sejam por ela exacerbada”. Para esse autor o momento presente pode ser definido como “caos global”, explicando que “caos não implica a ausência total de algum tipo de ordem, mas evoca turbulência, fragilidade e indefinição geopolítica contemporânea diante de múltiplos “riscos globais” e destinos possíveis” (BRINGEL, 2020, p. 178). Nesse contexto, a instabilidade e imprevisibilidade são a regra (BRINGEL, 2020).

<sup>22</sup> Acharya (2014) argumenta que os EUA devem continuar a desempenhar um papel significativo nos assuntos internacionais, porém, a ideia de que a globalização neoliberal persistirá é questionável. Para o autor, uma vez que a estrutura hegemônica americana precisa se modificar para acomodar potências emergentes, tal como a China, acaba por projetar um novo tipo de multilateralismo que é menos dependente dos interesses americanos. Isso não implica necessariamente que as potências emergentes entrarão na fissura deixada pela Ordem Mundial findada. Como explica Acharya (2014), o papel dessas potências é sem dúvida crítico na definição do futuro, porém, seu papel tem sido mais no sentido de frustrar a Ordem Mundial americana do que propor alternativas de governança global.

americanos é que podemos discordar genuinamente sobre o que pode persistir e qual pode ser sua forma.

Para esse autor a Ordem Mundial dominada por apenas uma única potência chegou ao fim. Acharya (2014, p. 67) argumenta que uma metáfora de mundo mais adequada seria a de um “complexo de cinema multiplex”<sup>23</sup>, nessa ordem teríamos “diferentes produtores e atores encenando seus próprios programas simultaneamente”. Nesse mundo nenhum ator teria hegemonia, mas prevaleceria diversas narrativas permanentemente em disputa.

Enfim, a crise da Covid-19 representa indubitavelmente o marco inicial de uma nova era geopolítica e de um novo paradigma jurídico, cujas características são:

- a) No campo da evolução social do Estado, representa a mitigação do Estado Liberal de Direito, erigido dentro de um contexto radical de abertura mundial do comércio, em prol de uma revitalização do *Welfare State* (Estado do Bem-Estar Social), operado dentro de um contexto de intervencionismo estatal de proteção social de hipossuficientes;
- b) No plano da geopolítica internacional, simboliza a transição de uma ordem mundial unipolar, capitaneada pela *pax hegemônica* dos Estados Unidos, atuando como única superpotência militar e tecnológica do planeta, juntamente com seus principais aliados da tríade capitalista (Europa e Japão), para uma ordem mundial multipolar, ainda em construção, mas, caracterizada pelo crescente equilíbrio de poder de superpotências globais (Estados Unidos e China) e de potências regionais (União Europeia, Índia e Rússia), atuando dentro de um contexto dual de globalismo liberal e nacionalismo econômico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo buscou trazer uma visão panorâmica acerca das estratégias de segurança nacional dos EUA e seus impactos na globalização neoliberal pós-1989. Dessarte, procurou mostrar os caminhos trilhados pela ordem mundial e os seus desafios geopolíticos desde o fim da Guerra Fria, até a pandemia do vírus Covid-19. Para tanto, os arquétipos estratégicos norte-americanos foram sistematizados e debatidos, conjuntamente, de modo a possibilitar o

---

<sup>23</sup> Multiplex como um complexo que abriga variadas salas de cinema, “pode haver um filme em exibição em diferentes cinemas do mesmo complexo, mas com mais frequência há diferentes filmes em diferentes cinemas do complexo” (ACHARYA, 2014, p. 67).

delineamento do contexto pós-pandêmico, que embora ainda esteja em construção, já permite projetar intensas disputas geopolíticas envolvendo superpotências e potências regionais.

Com efeito, desde o atentado terrorista do 11 de setembro 2001, das crises financeira de 2008 e sanitária de 2019, a globalização neoliberal vem sendo fortemente questionada. A tese de Fukuyama do *Fim da História* foi, frente esse cenário, posta em cheque e refutada pelo crescimento do islamismo, como mostrou Acharya (2015).

O pós-11 de setembro provocou uma reorientação na política americana, que buscou uma maior (atuação unilateral) no plano internacional durante o governo Bush, sustentado teoricamente pelo choque de civilizações de Huntington, o que resultou no enfraquecimento das instituições multilaterais neoliberais criadas durante o governo Clinton. A crise financeira de 2008 forçou outra mudança, levando a NSS de Obama a retomar uma política (externa multilateral) que visava conter o crescimento chinês.

Como visto, a eleição de Donald Trump representou uma rearticulação da primazia do Estado-Nação, um rompimento do consenso liberal gerado no pós-Segunda Guerra e um endurecimento do revisionismo geopolítico (STOKES, 2018). A doutrina *America First* da era eurocêntrica foi retomada com o desiderato de readquirir musculatura geopolítica para regressar depois ao jogo concertado neoliberal da era pós-moderna em construção.

Enfim, urge questionar: qual será o futuro dessa ordem mundial pós-pandemia? Com efeito, não se refuta o amplo campo de reflexões a fazer, no entanto, defende-se aqui a ideia de que, pela primeira vez a Ordem Mundial pós-coronavírus poderá ser geopoliticamente multipolar, juridicamente *welfarista* e culturalmente multicivilizacional (GÓES, 2020).

## REFERÊNCIAS

ACHARYA, Amitav. How the two big ideas of the post-Cold War era failed. *The Washington Post*, publicado em 24 jun. 2015. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/monkey-cage/wp/2015/06/24/how-the-two-big-ideas-of-the-post-cold-war-era-failed/>. Acesso em 07 de ago. 2020.

ACHARYA, Amitav. *The End of American World Order*. EUA: Polity Press, 2014.

AGNEW, John. American “Populism” and the Spatial Contradictions of US Government in the Time of COVID-19. *Geopolítica(s) Revista de estudios sobre espacio y poder*, Madrid, v. 11, Ed. Especial, p. 15-23, 2020. Doi: <https://dx.doi.org/10.5209/geop.69018>.



CHOMSKY, Noam. EUA correm para o precipício, diz filósofo e linguista Noam Chomsky. *UOL Notícias*, publicado em 25 de mai. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2020/05/25/eua-corre-para-o-precipicio-diz-filosofo-e-linguista-noam-chomsky.htm>. Acesso em: 07 de ago. 2020.

COHRS, Patrick. “Pax Americana”: The United States and the transformation of the 20th century’ global order. *Revista Bras. de Pol. Internacional*, Brasília, v.61, n.2, p. 1-26, 2018.

BRINGEL, Breno. Geopolítica de la pandemia, escalas de la crisis y escenarios en disputa. *Geopolítica(s) Revista de estudios sobre espacio y poder*, Madrid, v. 11, Ed. Especial, p. 173-187, 2020. Doi: <https://dx.doi.org/10.5209/geop.69310>.

BRZEZINSKI, Zbigniew. *Second Chance: Three Presidents and the Crisis of American Superpower*. Basic Books: A Member of the Perseus Books Group, 2007.

BUSH, George Walker. *Selected Speeches of President George W. Bush 2001-2008*. Disponível em: [https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/infocus/bushrecord/documents/Selected\\_Speeches\\_George\\_W\\_Bush.pdf](https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/infocus/bushrecord/documents/Selected_Speeches_George_W_Bush.pdf). Acesso em: 15 de ago. 2020.

DUMBELL, John. *Clinton’s Foreign Policy: Between the Bushes, 1992-2000*. Contemporary Security Studies: Taylor & Francis e-Library, 2009.

ESTADOS UNIDOS. *National Security Strategy for a New Century*. Administração de William Clinton. Washington D.C. Press, maio 1997.

ESTADOS UNIDOS. *National Security Strategy for Engagement and Enlargement*. Administração de William Clinton. Washington D.C. Press, julho 1994.

ESTADOS UNIDOS. *National Strategy of Defending the Nation Against Its Enemies*. Administração George W. Bush. Washington D.C. Press, setembro 2002.

ESTADOS UNIDOS. *National Strategy of Making America Great Again*. Administração Donald Trump. Washington D.C. Press, dezembro 2017.

ESTADOS UNIDOS. *Strategy of National Renewal and Global Leadership*. Administração Barack Obama. Washington D.C. Press, maio 2010.

FUKUYAMA, Francis. The End of History? *Center for the National Interest*, Washington, n. 16, p. 3-18, 1989.

FUKUYAMA, Francis. *The End of History and the Last Man*. New York: The Free Press: A division of Macmillan, 1992.

GÓES, Guilherme Sandoval. Geopolítica Mundial e America’s Grand National Strategy: Diálogos Epistemológicos Indissociáveis. *Revista Escola de Guerra Naval*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 500-541, 2018.



GÓES, Guilherme Sandoval; MELLO, C. M. A governança global em tempos de estatalidade pós-coronavírus. In: MELLO, Cleyson de Moraes; MEZZABORA, Orides; BORBA, Rogério (Org.). *Estudos em homenagem ao professor Aurélio Wander Bastos*. 1ed. Rio de Janeiro: Processo, 2020, v. 1, p. 165-180.

GRAY, Christine. President Obama's 2010 United States National Security Strategy and International Law on the Use of Force. *Chinese Journal of International Law*, Oxford, p. 35-53, 2011.

HARRIS, Peter. The Self-Destruction of Pax Americana. *Israel Journal of Foreign Affairs*, Jerusalem, p. 1-11, 2016.

HEMMER, Christopher. Continuity and Change in the Obama Administration's National Security Strategy. *Comparative Strategy*, Reading UK, v.30, n.3, p. 268-277, 2011.

HUNTINGTON, Samuel. The Clash of Civilizations? *Foreign Affairs*, New York, v.72, n.3, p. 22-49, 1993.

IKENBERYY, John. American Grand Strategy in the Age of Terror. *Survival: Global Politics and Strategy*, London/Washington, v. 43, n. 4, p. 19-34, 2001.

KALIL, Mariana; CASTELANI, Alice. O Mundo Pós-COVID-19: a PND 2020 e o Entorno Estratégico do Brasil. *Revista Mundorama*, Brasília, publicado em 3 de agosto de 2020. Disponível em: <https://mundorama.net/?p=27486>. Acesso 22.09.2020.

KISSINGER, Henry. *Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2014.

LÖFFLMANN, Georg. America First and the Populist Impact on US Foreign Policy. *Survival*, v.61, n.6, p. 115-138, 2019.

NYE, Joseph. Obama's Smart Power. *New Perspectives Quarterly*, Los Angeles CA, v. 26, n.2, p.7-9, 2009.

RAMONET, Ignacio. La pandemia y el sistema-mundo. *Le monde diplomatique*, publicado em 22 de abri. de 2020. Disponível em: <https://www.eldiplo.org/wp-content/uploads/2020/04/Ramonet-pandemia-sistema-mundo.pdf>. Acesso em 21.09.2020.

RESENDE, Erica. Uma análise da Doutrina Bush após 10 anos do Onze de Setembro. *Mural Internacional*, Rio de Janeiro, v. 3, n.1, p.31-39, 2011.

SCHAWARTZ, Peter. *Cenários: as surpresas inevitáveis*. Tradução Maria Batista Rio de Janeiro: Campus, 2003.

STOKES, Doug. Trump, American hegemony and the future of the liberal international order. *International Affairs*, Oxford, v. 94, n. 1, p. 133-150, 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *WHO Coronavirus Disease (COVID-19) Dashboard*. 2020. Disponível em: < <https://covid19.who.int/>>. Acesso em: 20 de set. 2020.

# CONCEPÇÕES DE PODER E TERRITÓRIO EM MICHEL FOUCAULT: UMA CONTRIBUIÇÃO AOS ESTUDOS GEOGRÁFICOS<sup>1</sup>

Lucas Labigalini Fuini<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

Abordar a obra do filósofo francês Michel Foucault (1926-1984) é uma tarefa ao mesmo tempo possível e complexa. Possível, pois, em sua vasta bibliografia, encontramos escritos filosóficos sobre uma grande amplitude de temas (Estado, Território, Política, Sexualidade, História), vinculados ao fio condutor dos métodos analíticos da genealogia do poder e da arqueologia do saber (FOUCAULT, 2009, 2014). Seria um dos pensadores franceses contemporâneos mais potentes, não apenas pela sua produção teórica, mas, sobretudo, pelo modo de conceber e afirmar uma posição intelectual (CASTRO, 2016).

Posto isso, esse texto se baseia em um estudo analítico e qualitativo, de cunho bibliográfico e hermenêutico, das interfaces da obra foucaultiana com o pensamento geográfico contemporâneo, partindo da hipótese de que a reflexão do autor, principalmente aquelas que têm como cerne a relação poder-saber-espaço, é de interesse para os estudos geográficos e territoriais.

---

<sup>1</sup> O presente trabalho é resultado de pesquisas e discussões coletivas envolvendo o pesquisador principal, pesquisadores associados e bolsistas de treinamento técnico no âmbito do projeto regular da FAPESP (Processo n. 2015/17945-3), "Território e geografia no Brasil: uma contribuição à epistemologia e história do pensamento geográfico". Esse mesmo texto já fora publicado, em formato ampliado, no periódico *Geografares*, do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo/UFES, n. 27, Outubro-Dezembro de 2018 (Link de acesso: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/19128>).

<sup>2</sup> Professor efetivo do Instituto Federal de São Paulo (IFSP)-São João da Boa Vista, onde realiza atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Atualmente exerce a função de Coordenador do Curso de Pós-graduação "Especialização em Humanidades" do IFSP-SBV. É docente credenciado no Programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do IFSULDEMINAS, campus de Poços de Caldas. Doutor e Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (Área de Concentração em Organização do Espaço) da Unesp-Rio Claro, com Especialização em Gestão Educacional pelo Centro Universitário Claretiano. Realizou Pós-doutorado junto à FCT/Unesp de Presidente Prudente. Graduado em Geografia (Licenciatura e Bacharelado) pela Unesp-Rio Claro e Pedagogia (Licenciatura plena) pela Faculdade UNAR/Araras. Foi Professor Assistente Doutor do Curso de Geografia da Unesp, Campus de Ourinhos, entre 2011 e 2015. Atuou por 6 anos no Magistério público estadual, além de ter lecionado em universidades e escolas privadas. Tem experiência e atua na área de Geografia humana, Educação e Planejamento Territorial. Coordena e participa de projetos regulares de pesquisa da FAPESP. É parecerista e membro de conselho editorial e científico de revistas científicas indexadas nacionais e internacionais. É autor dos livros "Governança territorial: Conceito, fatos e modalidades" (em co-autoria, Edições Sebrae, 2011), e "Território e Competitividade: relações, teorias e aplicações" (Editora Paco, 2015), além de artigos em revistas Qualis A e Qualis B e capítulos de livros.

O estudo está sistematizado, desse modo, em três partes centrais: a primeira, a tratar da análise dos mecanismos de vigilância e punição que configuram um modelo de ordenamento espacial do movimento chamado de panoptismo, tipo de poder microfísico ou molecular que inspira concepções de territorialidades políticas e econômicas baseadas na vigilância total; o segundo, a tratar da esfera biopolítica e da evolução da concepção de território historicamente, desde mecanismos de soberania até os de segurança; e a terceira, a abordar uma geopolítica dos outros espaços, dos espaços desviantes ou alternativos das chamadas heterotopias.

## **PERSPECTIVAS GERAIS SOBRE A OBRA FOUCAULTIANA E SUA GEO-FILOSOFIA**

Nascido em Poitiers (centro-oeste da França), em 1926, Foucault, de acordo com o *Livro da Filosofia* (BUCKINGHAM et. al, 2011), “concentrou-se no modo como nosso discurso (como pensamos e falamos sobre as coisas) é formado por um conjunto de regras, em grande parte, inconscientes e fixadas pelas condições históricas em que nos encontramos” (p. 302). Associado à uma tradição de área da epistemologia, prosseguindo em uma perspectiva hermenêutica, que vem de Immanuel Kant e que passa por Friedrich Nietzsche, Foucault propõe uma arqueologia do discurso e do saber que embasa o estudo histórico sobre as origens do poder e das formas de controle, a genealogia do poder.

A genealogia estaria diretamente vinculada ao projeto de inscrição dos “saberes na hierarquia de poderes próprios à ciência, um empreendimento para libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, torná-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso unitário, formal e científico” (FOUCAULT, 2014, p. 269/270). Deixando transparecer sua vertente política e militante, sobretudo a partir de fins dos anos de 1960, o autor vai de uma ênfase inicial na epistemologia do conhecimento para estudos mais centrados nas instituições de controle e vigilância e sua dimensão na regulação do tempo e do espaço. Assim, a questão do poder e sua construção social e espacial histórica passa a ser o cerne de seu discurso.

O poder é uma relação de força que existe em ação, um exercício e não uma relação de troca, podendo ser tratado como ato jurídico, de soberania política, de relações de produção, ou mesmo de dominação de classe. Na mesma obra, original de 1979 (*Microfísica do poder*), o autor assume o poder como aquilo que não pode ser dividido entre aqueles que o detém

exclusivamente e os que não o possuem. Deve ser analisado como algo que circula e funciona em cadeia e em rede, sendo o indivíduo um efeito desse poder. A análise do poder deve partir dos mecanismos infinitesimais, moleculares, caracterizando sua história, percurso, técnicas e táticas, até se compreender como foram desdobrados em formas de dominação global.

Em palestra proferida no Brasil, em 1974, e intitulada “*O nascimento do hospital*”, Foucault busca verificar como a administração hospitalar, na Europa do século XVII-XVIII, foi organizada com base em uma tecnologia política e militar chamada “disciplina”. O efeito principal dessa disciplina, à luz da reorganização administrativa e política do hospital militar, foi um novo esquadramento do poder no espaço. Os mecanismos disciplinares deixam de se manifestar em estado isolado e fragmentado, como nos tempos antigos dos mosteiros da Idade média, tornando-se uma técnica de gestão e controle dos homens e suas multiplicidades, como parecia ser nas grandes oficinas emergentes, nos quartéis do Exército e nas escolas. Assim, um dos primeiros momentos da organização do controle disciplinar seria pela “arte da distribuição espacial dos indivíduos” para que sua eficácia seja máxima. “A disciplina é, antes de tudo, a análise do espaço. É a individualização pelo espaço, a inserção dos corpos em um espaço individualizado, classificatório, combinatório” (FOUCAULT, 2014, p.181).

Ao proceder a um estudo lógico do conhecimento, Foucault define sua *episteme*, em um primeiro momento, segundo Castro (2016), de uma forma monolítica, como em *As palavras e as coisas* (2000 [1966]), identificada com a arqueologia do conhecimento, da sexualidade, da imagem, da ética e do saber político, ou seja, uma totalidade cultural. Ou aborda o conhecimento proposto de uma forma mais aberta e plural, como em *Arqueologia do saber* (2008 [1969]), em que o identifica com noções como formação discursiva, enunciado, arquivo, e vai dando espaço, gradativamente, aos conceitos de dispositivo e prática.

Além de seu olhar horizontal sobre os diferentes domínios do saber, interessou muito à geografia renovada sua análise da questão do poder e da ética. Sua vida como militante, desde a revolta dos estudantes de Paris de 1968, as chamadas barricadas do desejo (MATOS, 1989), e sua inesperada aproximação com Jean-Paul Sartre (1905-1980), fortaleceram o interesse e fascínio pela obra de Foucault dentro da Geografia, considerando sua forte conexão com certa geografia política e social crítica, de base marxista (MORAES, 1987). No entanto, não podemos esperar em Foucault uma obra completa de Geografia. Seu trabalho já era bem conhecido e razoavelmente utilizado quando da eclosão da Geografia crítica ou radical nos anos de 1970, nos Estados Unidos e Europa ocidental.

No entanto, foi em uma entrevista ao prestigioso periódico *Herodóte*, em 1976, que um diálogo com um público mais amplo da ciência geográfica foi estabelecido, uma vez que as perguntas proferidas, inicialmente causadoras de certo tipo de atrito ou estranheza, foram no seu devir levando Foucault a investigar na epistemologia de sua obra pontos de contato com os estudos geográficos. E, assim, dois elementos ficaram marcantes, na entrevista, para a construção de um diálogo geofilosófico: *a)* quando questionado sobre a relação entre micropoderes locais, como o da administração carcerária através do *pan-optismo* e os poderes centralizadores do Estado, Foucault analisa essa organização do poder em termos espaciais, uma mescla de centralização e regionalização/descentralização, tratando do controle espacial como um tipo de exercício que veicula o poder; *b)* ao confirmar que os problemas colocados pela leitura geográfica, sobretudo a geopolítica multiescalar, são essenciais em sua obra, sobretudo no entendimento das táticas e estratégias de poder que se desdobram em implantações, distribuições, recortes e controles de territórios.

Desse modo, a obra foucaultiana passa a influenciar muito aqueles que estudaram a relação sociedade-espço-poder na Geografia do último quartel do século XX, com efeitos ou caminhos diferentes, desde um interesse na análise discursiva, passando pelas analogias com as estruturas disciplinares especializadas, veiculadas com o território e sua gestão e organização (territorialidades), até a busca das heterotopias associadas às sexualidades e comportamentos desviantes de grupos oprimidos e minorias (FOUCAULT, 2009 [1970]).

## **VIGIAR E PUNIR: A MICROFÍSICA DO PODER E O ESPAÇO**

Parte considerável da obra autoral de Foucault visa desvendar o funcionamento e os efeitos dos mecanismos e tecnologias de poder sobre os corpos dos indivíduos. Essas tecnologias políticas de poder revelariam sua eficácia através de formatos específicos de organização do espaço. Assim, emerge uma concepção de espaço, na obra foucaultiana, que está envolto diretamente nas relações de poder.

Sua obra passa a adquirir, portanto, uma crescente preocupação, não somente com a análise das instituições hospitalares, de isolamento (Ex.: asilos) e encarceramento em seus aspectos clínicos e jurídicos, mas avança também para a compreensão dos efeitos espaciais do poder, ou seja, das formas de organização e arquitetura espacial em que os mecanismos

punitivos ganhariam em eficiência como ferramentas de controle e vigilância (FOUCAULT, 2013 [1961], 1996 [1975], 1999 [1976]).

O estudo *História da Loucura na Idade Clássica*, de 1961, foi uma das primeiras injunções foucautianas na análise espacial do poder. Os chamados loucos, ou a-sociais, incluindo aí os leprosos, desde o século XIV, tiveram sua circulação espacial controlada com o fim de serem afastados e excluídos do convívio social. Inicialmente eram colocados na prisão ou levados por mercadores e marinheiros para outras cidades visando purificar a cidade originária.

No contexto de abordagem da loucura na sua relação com a razão, nos séculos XVI e XVII (**Quadro 1**), tanto como uma forma relativa como uma forma própria de razão, surge o internamento, um tipo de isolamento social inicialmente associado à uma questão de polícia e de ordem social e, posteriormente, passa a ser visto em sua utilidade social com a ocupação e trabalho compulsório dos internos. Assim, assume uma perspectiva ética, já que o ócio era visto como sinônimo de preguiça e revolta. Envolvidos na proscrição da ociosidade, ao lado dos pobres e ociosos, bons e maus, voluntários e involuntários, aqueles classificados pela loucura são condenados, nos séculos XVIII-XIX, ao isolamento social em asilos e hospitais gerais, ocupando o lugar dos leprosários na geografia dos lugares assombrados, um lugar de coação moral vinculado a uma disposição administrativa da lei civil.

Quadro 1: Visões espaciais da Loucura em Foucault

Consideração do internamento	Definição espacial ou topológica
Associação de loucura e desatino	Internamento como lugar privilegiado onde a loucura encontra sua verdade
Asilo de caráter médico e consideração do direito de exprimir-se	Espaço intransponível, ao mesmo tempo, lugar de manifestação e espaço de cura
Loucura como direito de exprimir-se e ser ouvido	Elaboração de um olhar externo de controle que torna o interno um objeto puro
Loucura como sujeito psicológico da paixão, violência e crime	Mundo não coerente de valores e má consciência (reputação)/Reclusão e marginalização
Loucura como verdade psicológica (determinismo irresponsável)	Divisão espacial das formas de loucura e tratamento vinculadas ao juízo moral (alienado na forma moderna da doença).

Fonte: *História da Loucura* (2013 [1961]).

Nesse primeiro estudo de monta, o autor conclui que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber (FOUCAULT, 2008), ou seja, aquilo que ocorre com a reforma das instituições para loucos no século XVIII é uma nova segregação sócio-espacial no interior da antiga (internamento), definindo uma nova pátria ou morada para a loucura. Na Idade moderna, a vigilância e o controle dos “a-sociais” ou “indesejáveis” passa a ter clara conotação de uma tecnologia de poder espacial. Assim, a loucura se confunde com a solidão, isolamento da comunidade confusa das casas e, internação, configurando-se um tipo de zona neutra ou vazia.

Em *Vigiar e Punir: história da violência nas prisões* (1996 [1972]), Foucault avança sobre a compreensão das instituições prisionais e a evolução de um sistema inicialmente pautado em suplícios e admoestações físicas, em direção a sofisticados mecanismos de vigilância e controle disciplinar, as tecnologias de poder que atuam nos corpos e que tem nas prisões modernas seu principal exemplo. O autor refere-se à microfísica do poder, ao tratar da tecnologia política do corpo, um saber que visa o controle sobre forças corpóreas. De difícil localização, essa microfísica do poder se refere a uma estratégia de ação dos aparelhos e instituições, parecendo não ser uma mera relação de apropriação ou propriedade, mas pautada em disposições, manobras, táticas, técnicas e procedimentos, apoiando-se nos pontos em que alcança. “[...] esse poder se exerce mais que se possui, que não é privilégio adquirido ou conservado pela classe dominante, mas efeito de conjunto de suas posições estratégicas” (idem, p. 29). Essas relações e mecanismos, afirma o autor, não são únicos, definindo pontos de luta, focos de instabilidade, “comportando riscos de conflitos, lutas e inversão da relação de forças” (ibidem, p. 29).

Desse modo, Foucault passa a abordar as tecnologias políticas do corpo na história, tratando dos mecanismos de punição de crime e das prisões. Assim, chega ao campo de construção dos mecanismos disciplinares que se referem, primordialmente, à distribuição dos indivíduos no espaço, por meio de quatro estratégias: *a)* a cerca que constitui um local heterogêneo dos outros e fechado em si, uma monotonia disciplinar, como os colégios e quartéis; *b)* as localizações imediatas ou quadriculamentos que dotam o espaço disciplinar de parcelas individualizantes que facilitam o controle sobre corpos, evitando circulações confusas e aglomerações, associando isolamento e localização; *c)* codificação de um espaço livre e ponto para vários usos, lugares para satisfazer a necessidade de utilidade médica,



econômica etc; d) definição dos elementos no espaço disciplinar cuja unidade não é nem o território e nem o local, mas a posição na fila, um lugar ou posição que se ocupa em uma classificação. Desse modo, as disciplinas criam espaços complexos, organizando “celas”, “lugares” e “fileiras”, ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos (Foucault, 1996).

A tecnologia de poder espacial, síntese da análise foucaultiana do sistema prisional, é o *Panóptico*, modelo criado pelo filósofo e jurista britânico Jeremy Bentham (1748-1832). Esse tipo de figura arquitetural e fisionômica de composição de poder se dá por meio de táticas que propõem, ao mesmo tempo, a universalidade dos controles disciplinares e as disciplinas individualizantes. Esse modelo é a personificação do contexto dos séculos XVI-XVII, em que houve tentativas de controlar a expansão da peste em território francês, instalando-se o policiamento espacial estrito, com fechamento da cidade e da terra (espaço), com acompanhamento constante, alerta em toda parte por meio dos corpos de milícia, com vigilância apoiada em um sistema de registro permanente para apuração dos doentes, mortos e purificação das casas. Esse exemplo da cidade pestilenta, marcada pela hierarquia, vigilância, olhar e documentação, cidade imobilizada no funcionamento do poder a todos os corpos, um espaço fechado, recortado, vigiado e cujos movimentos, até os menores, são controlados, passou a ser tratado como modelo de cidade bem governada.

O panóptico (ou *panoptikon*) foi aplicado como modelo de arquitetura de presídios através de uma construção em anel, com uma torre no centro, vazada de janelas largas que se abrem sobre a face interna; a parte periférica está dividida em celas com janelas dos dois lados, permitindo a entrada da luz externa e observância do movimento das silhuetas a partir da torre. Esse dispositivo organiza unidades espaciais, permitindo vigilância incessante e reconhecimento imediato, visando garantir a ordem e controlar as massas em situações de encarceramento. Busca induzir no detento (alvo ou objeto de controle) um estado consciente e permanente de visibilidade, que assegura o “funcionamento automático do poder” (ibidem, p. 177).

Esse modelo, como máquina de ver ou câmara de espionagem dos indivíduos, pode ser colocado em analogia a todo o corpo social, podendo ser tratado como laboratório ou diagrama de poder levado em sua forma ideal, uma tecnologia política ou programa disciplinar que permite aperfeiçoar e amplificar o exercício do poder, já que automatiza e desindividualiza o poder. Potencializa, desse modo, as forças sociais já que pode servir para

umentar a produção nas fábricas e desenvolver a economia, espalhar a instrução, elevar o nível da moral pública, fazer crescer e multiplicar.

Dois processos mais profundos, portanto, definem essa sociedade disciplinar: *a)* a inversão funcional das disciplinas, com uso da disciplina para produzir indivíduos úteis, disciplina que não somente visa punição de roubos e violência, mas também estimular as aptidões, velocidades e rendimentos; e; *b)* a estatização dos mecanismos de disciplina, com o controle político e econômico associado ao aparelho do Estado.

A sexualidade passa a ser também objeto de análise do autor na trilogia *História da sexualidade* (I – a vontade saber; II – o uso dos prazeres; III – o cuidado de si), de 1976. Ainda na linha de investigação do uso dos dispositivos disciplinares sobre os corpos dos inválidos, carcerários e homossexuais e seus espaços, bloqueio de enquadramento, Foucault (1999) identifica um regime de poder-saber-prazer que o leva a compreender como o poder penetra e controla o prazer cotidiano, com efeitos negativos, como recusa e desqualificação, ou produzindo efeito contrário, com a incitação, intensificação e o polimorfismo do poder, gerando uma associação com uma vontade de saber.

Para o autor, a partir do século XIX (a era vitoriana) a sexualidade é encerrada e cercada de pudicícias, e passa a ser confiscada no espaço social da família conjugal como o único lugar de sexualidade reconhecida, utilitária e fecunda: o quarto dos pais (Foucault, 1988). As sexualidades ilegítimas, como os pontos de encontro da prostituta com o cliente/rufião, as casas de saúde com o psiquiatra e sua paciente, são excluídas ou despejadas para outros lugares onde não incomodem e onde possam ser reinscritas, ao menos no circuito do lucro.

Foucault (1988) aborda a questão das sexualidades múltiplas, e um dos seus elementos definidores - além da questão etária e dos gostos, práticas e relacionamentos difusos, são os espaços ou territorialidades específicas, como o lar, a escola, o confessionário, a prisão. Esses comportamentos poliformos (FOUCAULT, 1988), segundo o autor, foram extraídos do corpo dos homens e seus prazeres mediante múltiplos dispositivos de poder. Ao mesmo tempo, portanto, em que se definem leis naturais da matrimonialidade e regras imanentes da sexualidade, com a severidade dos códigos, afigura-se um mundo e espaços da perversão onde se expressam as sexualidades periféricas, como é o caso da definição histórica de sexualidade, da perspectiva da perversão sexual para uma classificação biológica de androgenia ou hermafroditismo. Conclui, portanto, que a sociedade do século XIX não

inventou a sexualidade, mas organizou-a em grupos múltiplos conforme seus espaços e a sexualidade circulante.

## **BIOPOLÍTICA: SEGURANÇA E POPULAÇÃO NO /DO TERRITÓRIO**

A biopolítica ou poder biopolítico seria o mecanismo de controle direto da população que se sucede, ou se sobrepõe, ao controle disciplinar aplicado sobre os corpos e mediado por instituições, como o Estado. O quadro geral da biopolítica ou biopoder seria o liberalismo, emergente no século XVIII, da verdade econômica no interior da razão governamental, questionando os fundamentos da razão de Estado. A saúde, a longevidade e a naturalidade passam a ser definidos por processos econômicos, em uma forma de governamentalidade moderna que se pauta menos em limites formulados por jurisdição e mais por veridificação, ou seja, um conjunto de regras que permitem definir se um discurso e seus enunciados são verdadeiros ou falsos. A autolimitação do Estado propõe transferir a outras instituições os métodos de transação do poder, como a constituição e o parlamento, a imprensa e a opinião e as comissões e inquéritos (FOUCAULT, 2008 [1979]).

Biopoder com base em uma concepção de governo que abala a ideia de soberania e faz aparecer a população como um dado, um campo de intervenção e objeto da técnica de governo, isolando a economia como setor específico e como ciência/técnica de intervenção (FOUCAULT, 2014). Biopoder que se estabelece sob uma noção de meio histórico-natural como alvo de uma intervenção de poder (FOUCAULT, 2008) que se coloca diferente da noção jurídica de soberania e território, diferente do espaço disciplinar.

A governamentalidade biopolítica é entendida, historicamente, como arte de governar pautada nos seguintes elementos (FOUCAULT, 2014): a) instituições, procedimentos, análises, reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer de forma específica e complexa o poder que tem por alvo a população, na forma de saber representado pela economia política e de instrumentos técnicos representados pelos dispositivos de segurança; b) tendência, no mundo ocidental, da preponderância do tipo de poder de governo sobre outros, como o poder da soberania e da disciplina, criando aparelhos e saberes específicos; c) governamentalização dos modelos de Estado de justiça, vindo da Idade média e do Estado administrativo do renascimento dos séculos XV e XVI.

Na obra síntese dos cursos ministrados no Collège de France entre 1977 e 1978, denominada *Segurança, território e população*, Foucault apresenta da maneira mais direta e clara em toda sua obra uma concepção de território vinculado aos dispositivos de saber e poder historicamente construídos. Assim, o autor parte da proposta de emergência de mecanismos de segurança que não indicam uma substituição dos mecanismos jurídico-legais de soberania e os mecanismos disciplinares, mas, antes, trata-se de um aperfeiçoamento técnico em que se coloca a dominação relativa em uma correção ou edifício complexo de mecanismos. As técnicas de segurança se instalam e fazem funcionar, no interior de sua tática, as técnicas jurídicas e elementos disciplinares. Envolve mecanismos de controle social e penalidades e mecanismos que tem por função modificar o destino biológico da espécie (FOUCAULT, 2008).

Foucault (2008) identifica historicamente três tipos ou formas de relações de poder vinculadas a um espaço ou território determinado: “1º.) a soberania se exerce nos limites de um território em termos jurídico-políticos; 2º.) a disciplina se exerce sobre o corpo dos indivíduos; e 3º.) a segurança se exerce sobre o conjunto de uma população” (p. 15-16). Essas definições não podem ser tratadas como absolutas já que envolvem multiplicidades. A soberania envolve a multiplicidade de sujeitos em um território. A disciplina é exercida sobre o corpo dos indivíduos em dispositivos penais, militares e escolares, mas como modo de recortar a multiplicidade e estabelecer um ponto de implantação, e não como matéria-prima.

A relação entre cidade e território é usada por Foucault como exemplo das mudanças das concepções territoriais conforme se dá a evolução dos mecanismos de poder. A soberania vinculada à localização da capital, suas funções e o controle sobre o território, comparando a visão de cidade como macrocosmo pela categoria mais global de território, e a visão microcós mica da cidade pensada em seu interior, como figura geométrica ou módulo arquitetônico. A disciplina, por sua vez, trabalha em um espaço vazio, artificial e que vai ser construído, visando arquitetar, ordenar e capitalizar um espaço como multiplicidades artificiais organizadas pelo princípio da hierarquização, comunicação e distribuição, como o comércio, as moradias etc. Já, a segurança se apoia em dados materiais, em relação à disposição do espaço, com o escoamento da água, com o ar, topografia. Trabalha-se não somente com dados naturais, mas com quantidades e inventários e o planejamento das polifuncionalidades dos espaços urbanos, um planejamento dinâmico e não estático. O autor cita que a gestão de séries abertas - com as estimativas de probabilidade -, caracterizam os

mecanismos socioespaciais da segurança, especificando: a seriação em relação aos elementos que se deslocam e as unidades que se acumulam.

## **SOBRE AS HETEROTOPIAS E SEUS ESPAÇOS/TERRITORIALIDADES**

Foucault (2009 [1994]) explica que é na segunda metade do século XIX, através de estudos iniciais da Física e da Termodinâmica, que se define a época ou momento do espaço. Afirma o autor, em *Ditos e Escritos*, obra dos anos de 1960, que estamos na época do simultâneo, estamos na época da justaposição, do próximo e do longínquo, do lado a lado, do disperso” (p. 411). Colocando-se além da definição de espaço como lugar de localização, de posicionamento e distribuição, o autor evidencia espaços ainda não totalmente dessacralizados em termos práticos.

O autor prossegue, com base em Gaston Bachelard (1884-1962), afirmando que não vivemos em um espaço homogêneo e vazio, mas sim em um espaço carregado de qualidades, um espaço que pode ser transparente ou obscuro, alto ou baixo, fixo ou corrente. Mas o que deteve sua análise não são os espaços de dentro, mas sim os espaços de fora, projetados para fora de nós mesmos, de nossa história e tempo, um espaço que nos corrói e é, em si mesmo, um espaço heterogêneo.

Analisando o conjunto de relações que definem certo posicionamento e localização relativa, Foucault diferencia os lugares reais, efetivos, definidos na própria instituição da sociedade, em relação às utopias ou posicionamentos sem lugares reais. Em um ponto intermediário ou tangente entre esses dois tipos de lugares, o autor situa as heterotopias, os contrapositionamentos ou utopias efetivamente realizadas nas quais os posicionamentos reais podem se encontrar no interior da cultura na qual estão, ao mesmo tempo, representados, contestados e invertidos. São lugares localizáveis e que estão fora de todos os lugares, pelo menos dos lugares oficiais.

Foucault concentra sua atenção nas heterotopias que poderiam chamar de desvios: aquela na qual se localiza os indivíduos cujo comportamento é desviante em relação à média ou à norma exigida. Como exemplos, temos as casas de repouso, as clínicas psiquiátricas, as prisões, áreas de prostituição, ambientes estes que estão, de qualquer forma, no limite da heterotopia de crise e da heterotopia de desvio, já que, afinal, a velhice é uma crise e a ociosidade constitui uma espécie de desvio, pois, a dicotomia trabalho e/ou lazer é a regra.

A obra filmográfica “*Foucault por ele mesmo*” (*Foucault par lui-même*, 2003) inicia-se com falas do autor (retomando conferência ministrada em 1967), com um fundo mostrando imagens de Miami e seus hotéis e hotéis-*resorts* ostentação. Foucault (2003) afirma, no filme, que sonha com uma ciência que teria como objeto de estudo os espaços diferentes, espaços e lugares outros ou contestações míticas e reais do espaço em que vivemos. Essa ciência estudaria as heterotopias e se chamaria heterotopologia. Trataria dos lugares reservados aos indivíduos cujo comportamento é desviante em relação à norma, tal como as margens ou praias vazias.

Outros pontos da heterotopologia foucaultiana podem ser destacados:

a) heterotopias funcionam de maneira muito diferente conforme o interior da sociedade e cultura com as quais estejam em sincronia. Heterotopias podem justapor em um só lugar vários espaços, vários posicionamentos incompatíveis (diferentes concepções ou territorialidades dentro do mesmo espaço);

b) heterotopias estão ligadas a certos recortes de tempo por simetria, as heterocronias, situações em que os homens se encontram em ruptura com o tempo tradicional (ex.: bibliotecas e museus) e há também heterotopias que não decorrem da acumulação do tempo, mas sim naquilo que tem de fútil, passageiro e precário, como as festas. Há também heterotopias semi ou quase crônicas, como as cidades de veraneio, em que se misturam elementos da festa e da eternidade do tempo, como as tradições e elementos típicos do lugar;

c) as heterotopias têm, em relação ao espaço restante, uma função. Ou criam um espaço de ilusão ou um espaço de compensação, perfeito, meticulosamente organizado e arrumado em relação ao nosso.

Considerando que a definição de espacialidade está diretamente estruturada por relações de poder, um tipo de compartimento do poder, podemos aqui tratar da construção de territorialidades à maneira de Foucault. Retomemos um trecho da compilação “*Segurança, território e população*”. Nela o autor emprega os termos ‘território’ e ‘espaço’, suscitando aquilo que podemos denominar de vocabulário geoespacial foucaultiano (**Quadro 2**).

Território em uma visão mais tradicional ou geopolítica clássica, sendo o espaço dotado de limites onde se exerce a soberania. Já o espaço adquire uma conotação mais ampla e pode ser qualificado pelos mecanismos de poder da soberania, da disciplina e da segurança. O território adquire uma conotação de base ou contexto onde se manifestam os diferentes espaços ou espacialidades de poder. Poder-se-ia falar, aí de territorialidades imersas na

geografia foucaultiana. Na concepção foucaultiana, território assume uma fisionomia mais zonal e contínua, identificado com a ação do Estado. Já o espaço seria mais complexo, tendo nas sociedades disciplinares um caráter mais geométrico e, nas sociedades de segurança, um caráter mais relacional, descontínuo e polimorfo. O espaço também se reveste de uma pluriescalaridade,

Quadro 2: Vocabulário geo-espacial de Foucault

Conceitos	Definição
<b>Espaço</b>	Áreas ou extensões (maiores ou menores) onde se exerce o poder em suas diferentes dimensões. São os espaços disciplinares ou onde se implantam dispositivos de segurança (celas de presídios, salas de aulas, leitos de hospitais)
<b>Espacialidade</b>	Atributo do espaço. Aquilo que se refere à dimensão espacial do poder.
<b>Território</b>	Extensões jurisdicionais apoiadas em limites e fronteiras. Área de implantação do Estado-nação. Base na qual se expressam e se organizam diferentes espaços de poder
<b>Territorialidade</b>	Atributo ou e qualificação do território. Apoiar-se na base estatal-territorial ou legal e contratual, mas no período de governamentalidade do estado pode adquirir um aspecto diferente, mais fluído e maleável às formas de esquadramento espacial do poder para controle da população.

Fonte: Foucault (2008, 2014).

Já, a territorialidade aparece em Foucault (2008) quando se referia ao componente espacial da ação do Estado, uma superfície ocupada. O autor discute que a territorialidade é uma noção jurídico-política que acompanha os modelos de Estado de *justiça* (de tipo feudal e apoiado nas leis, compromissos e litígios), *administrativo* (dos séculos XV e XVI, com uma territorialidade de tipo fronteira e que se baseia em regimentos e disciplinas) e de *governo* (governamentalização e governamentalidade do Estado), um modelo mais contemporâneo e que tem na territorialidade um elemento, sendo seu fundamento a massa da população controlada pelos dispositivos de segurança e que se utiliza da instrumentação do saber econômico.

Ao momento, é possível estabelecer uma visão foucaultiana embasada em experiências de controle social que trazem uma forte dimensão espacial. Seria um correlato às territorialidades e dimensões espaciais vinculantes às instituições disciplinares dos hospitais,



hospícios e presídios, das microfísicas do poder sobre os corpos e da biopolítica das sociedades de segurança e suas territorialidades mais efêmeras e reticulares. Seriam territórios plurais e multidimensionais, de que trata Zambrano (2001) e Haesbaert (2004, 2014), em contraponto ao território zonal, fixo e unidimensional da concepção jurídico-política de soberania dos séculos XVI e XVII.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto buscou recuperar alguns excertos da obra do filósofo e pensador Michel Foucault que contribuíssem com a análise das dimensões espaciais do poder e dos aspectos concernentes à emergência de territórios e territorialidades. Longe da pretensão de construir uma obra geográfica, algo que fica claro em sua entrevista à revista *Hérodote*, de 1976, interpretações variadas reconhecerem em seus trabalhos uma possível geografia humana e política crítica, possivelmente pós-moderna (SOJA, 1993; PHILO, 1992).

Seu repertório amplo, que vai desde os estudos sobre a loucura e clínica nos anos 1960, passando pela análise do poder e das instituições de controle e disciplina, nos anos de 1970, até chegar aos estudos sobre a sexualidade, entre 1970 e 1980, cruza pesquisas sobre formas discursivas e práticas sociais que reconhecem no espaço um elemento fundamental da organização da vida moderna. Na entrevista denominada “*O olho do poder*” (2014) Foucault propõe um necessário trabalho de se fazer uma história dos espaços que estudasse, ao mesmo tempo, uma história dos poderes “desde as grandes estratégias da geopolítica até as pequenas táticas do *habitat*, da arquitetura institucional, da sala de aula, da organização hospitalar, passando pelas implantações econômico-políticas” (FOUCAULT, 2014, p. 322).

Assim, não há um território como obra consolidada em Michel Foucault, mas como conceito ou chave-explicativa da construção das relações de saber-poder na história. O que existem são espacialidades e territorialidades definidas pelo poder multidimensional e pluriescalar em contextos históricos de sociedades de soberania, disciplinares e de segurança. Esse artigo procurou, portanto, demonstrar as razões de sua extensa obra ocupar posição relevante na construção de método nas pesquisas geográficas.

## REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha. O governo do território. *Parcerias Estratégicas*, Brasília, v. 14, n. 28, p. 33-50, jan./jun., 2009.

CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. 2ª. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

BUCKINGHAM, Will, et al. *O livro da filosofia*. São Paulo: Globo, 2011.

FOUCAULT, Michel. *História da loucura na Idade clássica*. 9ª. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 28ª. Ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Editora Loyola, 2010.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos (III): Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território e População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. SP: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: História da violência nas prisões*. 14ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade (I): a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

CALDERON, Philippe. *Foucault por ele mesmo [Foucault par lui-meme]*. França: ARTE/BFC, 2003.

HAESBAERT, Rogério. *Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2014.

HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2004.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. SP: Loyola, 1989.

MATOS, Olgaria. C. F. *Paris 1968: as barricadas do desejo*. SP: Brasiliense, 1989.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. SP: Hucitec/Anna Blume, 2002.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Foucault e a geografia*. In: TRONCA, I. A. (Org.), *Foucault Vivo*. Campinas: Pontes Editores, 1987.

PHILO, Chris. Foucault's geography. *Environment and Planning D. Society and Space*, Santa Barbara CA, v. 10, p.137-161, 1992.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. SP: Ática, 1993.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria crítica social*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ZAMBRANO, Carlos Vladimir. Territorios plurales, cambio sociopolítico y gobernabilidad cultural. *Boletim Goiano de Geografia*, Goiânia, v. 21, n. 1, p. 9-49. jan./jul., 2001.

# EXÉRCITO BRASILEIRO: INSTRUMENTO ESTRATÉGICO DE CONTROLE E INTEGRAÇÃO TERRITORIAL NA TRÍPLICE FRONTEIRA ENTRE BRASIL, PARAGUAI E ARGENTINA

Orlando Bispo dos Santos<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

Este capítulo faz uma abordagem da presença do Exército Brasileiro em Foz do Iguaçu desde a instalação da Colônia Militar, utilizada pelo Estado como instrumento estratégico de controle e de integração territorial na Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina. A Colônia Militar delimitou este território de fronteira e formalizou a presença do Estado Nacional como relações de poder, com vistas a reafirmar o compromisso de manutenção da Soberania Nacional e fortalecimento do ponto de vista Geopolítico.

Além desses fatores, este texto mostra as conexões territoriais estabelecidas pelos povos fronteiriços por meio do processo político-militar, que reforçou a compreensão do Estado em criar estratégias de defesa territorial na fronteira. A pesquisa tem caráter teórico, empírico, documental e histórico; faz uma abordagem dos aspectos políticos, sociais e econômicos na Tríplice Fronteira, que envolve os municípios de Foz do Iguaçu – Brasil; Ciudad del Este – Paraguai; Puerto Iguazú – Argentina.

A motivação para a realização desta pesquisa parte da experiência adquirida no transcorrer da vida militar e a atuação em territórios de fronteira tais como a Tríplice Fronteira já citada, e a Tríplice Fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru, pelas cidades gêmeas de Tabatinga-Brasil; Letícia-Colômbia e a cidade de Rosário-Peru, que está situada à margem esquerda do rio Solimões. Esta atuação possibilitou o desenvolvimento de atividades relacionadas ao combate de crimes transfronteiriços e de apoio humanitário às comunidades dos países na fronteira, além de possibilitar um olhar sobre seus aspectos políticos, sociais, econômicos e socioculturais.

---

<sup>1</sup> Mestrado Interdisciplinar em Sociedade, cultura e Fronteiras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Especialização em Metodologia do Ensino de História e Geografia pela Universidade Internacional- UNINTER. Especialização em Geografia Humana e Econômica pela Universidade Internacional - UNINTER. Licenciatura em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA. Licenciatura em História pela Universidade Internacional-UNINTER. E-mail: orlan-do\_bispo@hotmail.com

Os estudos de geografia aliados a esses aspectos mencionados motivaram o interesse pelo tema que aqui será discutido, e faz uma abordagem específica sobre o Exército brasileiro e suas territorialidades como instrumento estratégico de integração territorial e relações de poder por meio do 34º Batalhão de Infantaria Mecanizado- BI Mec., estabelecido em Foz do Iguaçu a partir da Colônia Militar, em 1889.

Nessa perspectiva apresentada, a pesquisa traz uma abordagem pautada nos conceitos de Geografia e História, com foco nas atividades desenvolvidas por essa unidade militar e a historicização da Tríplice Fronteira, no contexto histórico da Bacia do Prata, pelas questões que envolveram os três países do ponto de vista de sua formação geográfica e a conexão dos territórios.

A localização geográfica da Tríplice Fronteira apresenta características intrínsecas de sua formação territorial, histórica e das relações humanas que no transcorrer do espaço-tempo condicionaram a ocupação desse território pelo poder público, a partir de um olhar estratégico dando dimensões a novas perspectivas do ponto de vista político, social e econômico, tais como: criar estruturas que possibilitassem elevar as condições da Tríplice Fronteira, de um plano micro ao plano macro, no que diz respeito as suas dimensões comerciais, que girou num primeiro instante em torno do cultivo de erva-mate e madeira e, posteriormente, em torno do comércio e do turismo; e, também, elevar as condições sociais pela diversidade religiosa e cultural por meio das relações humanas de distintos contextos sociais e com várias formas de visualizar as questões em torno da sociedade e sua relação com o território.

Além das concepções de geografia, geopolítica, território e de territorialidade, os conceitos de autores da área militar contribuí para fortalecer a base teórica desta investigação. Portanto, o processo metodológico desenvolveu-se com levantamento bibliográfico sobre a temática em estudo: de fontes primárias, por meio de observação direta e qualitativa; e de fontes documentais, por meio de documentos extraídos dos arquivos do 34º BI Mec., em Foz do Iguaçu.

Os procedimentos metodológicos foram elaborados conforme Antonio Carlos Gil (2010, p. 30), ao firmar que a pesquisa bibliográfica “fundamenta-se em material elaborado com o propósito [...] de ser lido por públicos específicos”; em Richardson (2010, p. 74), que afirma que “a abordagem qualitativa de um problema, além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social”; e Gil (2010, p. 30) que, em relação à pesquisa documental, adverte que “vale-se de

documentos com finalidades diversas [...]. Por exemplo, relatos de pesquisa, relatórios e boletins e jornais de empresas, atos jurídicos [...]”.

Portanto, pretende-se, com o auxílio desses métodos, fazer uma abordagem do Exército brasileiro como instrumento estratégico de controle fronteiriço, e integração territorial estabelecido na Tríplice Fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina.

## **A FORMAÇÃO TERRITORIAL E A HISTORICIZAÇÃO DA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL, PARAGUAI E ARGENTINA.**

As Fronteiras são territórios em constante sensibilidade, em vários aspectos, seja na questão diplomática, ou na inter-relação da população local com a população dos países vizinhos. Carlos de Meira Mattos (2011, p. 30) concretiza essa abordagem ao afirmar que “as fronteiras são, portanto, regiões sensíveis, onde os direitos soberanos dos Estados se contatam fisicamente”.

Os contatos físicos do ponto de vista territorial, social, cultural, político e econômico, são fatores que contribuem para entender a sensibilidade fronteiriça. Essas diferenças existentes nas territorialidades fronteiriças em estudo, portanto, contribuíram para a formação dos conflitos sociais existentes no decorrer do processo evolutivo das territorialidades no contexto fronteiriço. Rogério Haesbaert (2010, p. 78) destaca que “O território, de qualquer forma, define-se antes de tudo com referências às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto histórico em que está inserido”.

Dessa forma, entende-se que para a formação do território de fronteira entre Brasil, Paraguai e Argentina deve-se levar em consideração aspectos que vão além das questões relacionadas à delimitação territorial, ou seja, às questões sociopolíticas, socioeconômicas, socioculturais. A historicidade reforça o processo da formação territorial fronteiriça, de modo a tornar evidente na concepção político-militar que a construção de instrumentos de relações de poder, busca a proteção da sociedade, da estruturação do território e dos aspectos sociais, políticos e econômicos.

A amplitude humana, do ponto de vista rotativo populacional e pelas relações econômicas em sentido amplo constitui a Tríplice Fronteira, como territórios em múltiplas faces, pois as conexões populacionais dos três países, atrelados às migrações no decorrer do tempo histórico e o fluxo turístico pelo comércio legal/ilegal, constroem os problemas sociais

e, com isso, vem à necessidade de manter a presença militar no território de fronteira com o objetivo de controlar as ações consideradas ilícitas pelo poder público, e assegurar as leis e ordens constitucionais.

Portanto, a formação do Exército como relações de poder em Foz do Iguaçu é estrategicamente coordenada pelo poder central, com o objetivo de coibir as atividades ilegais na Tríplice Fronteira. Com isso, o Estado a partir de uma visão futurística busca ampliar os instrumentos de manobra militar concretizando o papel do Exército como instrumento de domínio territorial pela importância do ponto de vista geopolítico em que apresenta o território brasileiro no contexto transfronteiriço. Assim sendo, Golbery do Couto e Silva propala que:

[...] é esse poder, atuante desde o tempo de paz como trunfo decisivo e sustentáculo real nas discussões diplomáticas, já desde então supervalorizado pela sombra prestigiosa que sempre o acompanha, de um potencial mais amplo [...] que se venha a concretizar, assumindo, a partir de então, sua componente militar, exteriorizada nas Forças Armadas, o papel dominante (SILVA, 1981, p.13).

Entende-se que a facilidade de penetração de pessoas estrangeira no território brasileiro por meio da Tríplice Fronteira no pós-guerra do Paraguai, suscitou o interesse do Governo brasileiro em estabelecer um sistema de ocupação territorial com o objetivo de manter as relações de poder atuantes. Essas relações, caracterizadas pelo domínio do território com a exteriorização de força militar, constituiu-se com a chegada da comissão estratégica, que deu início à Colônia Militar de Foz do Iguaçu.

Desta forma, além de outros aspectos inerentes a formação da Tríplice Fronteira, é importante discorrer acerca da Colônia Militar do Iguassu, que teve o objetivo de desenvolver a região Oeste do Estado do Paraná e ocupar a fronteira, com o propósito de estabelecer o controle territorial e projetar as estratégias de segurança nacional e o desenvolvimento econômico.

As relações sociais já existentes entre os povos da Tríplice Fronteira, em meados dos anos 1889, na ocasião do estabelecimento da Colônia Militar, reforçou a ampliação estratégica de atuação militar com o objetivo de fortalecer a segurança na região, e impedir a penetração de pessoas estrangeiras no território. No entanto, a partir das modificações



políticas ocorridas no cenário mundial no transcorrer do tempo histórico, foram estabelecidas medidas com o propósito de alcançar estabilidade econômica e diplomática entre países.

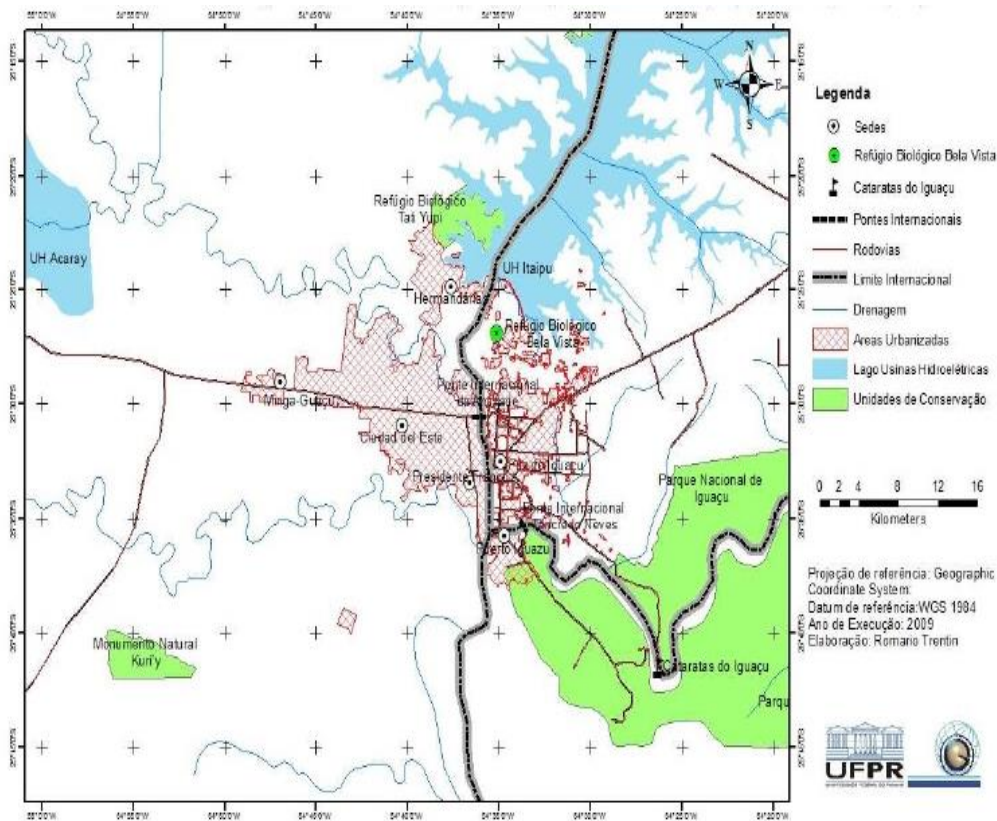
A criação de blocos econômicos e conselhos de segurança no pós-guerra do Paraguai possibilitou o envolvimento de países da América do Sul, e conjecturou um cenário de aproximações diplomáticas e cooperações militares reforçando as conexões entre os Exércitos do Brasil, do Paraguai e da Argentina, e as relações sociais na Tríplice Fronteira.

Essa Tríplice Fronteira, em estudo, guarda em seu contexto social e territorial fatores que, ao longo da história, contribuíram para estabelecer condições para realizar investigações diversas com o objetivo de elucidar questões que concernem ao pensamento e às práticas humanas, com vistas à construção de um ambiente propício ao desenvolvimento de suas atividades e realizações de seus anseios.

Nara de Oliveira (2012, p. 17) afirma que “uma cidade de fronteira é uma sociedade poliédrica”. A autora utilizou esse termo para retratar Foz do Iguaçu no contexto da Tríplice Fronteira, por ser um território múltiplo em termos econômicos, sociais e culturais, fatores que colaboram para inserir o território fronteiriço num viés interdisciplinar, isto é, objeto de pesquisa das diferentes áreas do saber.

As atividades sociais condicionam as ações do poder central e concentram as formulações estratégicas no sentido de assegurar as condições físicas do território em meio à diversidade de atuações derivadas das práticas humanas e, com vistas a possibilitar as conexões pelas territorialidades transfronteiriças. A figura 1 possibilita a visualização das territorialidades transfronteiriças que estão sendo analisadas neste trabalho como área de atuação estratégica do Estado que estabelecem as conexões territoriais entre Brasil Paraguai e Argentina a partir de seus aspectos geográficos.

Figura 1: Localização da Tríplice Fronteira.



Fonte: CURY, 2010.

A formação das territorialidades da Tríplice Fronteira, do ponto de vista geopolítico, consolidou-se a partir de tratados, conflitos e negociações diplomáticas ocorridos em seu contexto histórico. As questões do Prata, tais como a Guerra da Cisplatina, entre os anos de 1825 e 1828; a Guerra do Prata, entre os anos de 1851 e 1852 e a Guerra da Tríplice Aliança, entre os anos de 1864 e 1870, que envolveram Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai, foram fatores que influenciaram nas delimitações territoriais desses países.

A Guerra Cisplatina foi provocada pela disputa da foz do rio da Prata entre Brasil e Argentina. O rio da Prata era utilizado como ponto chave de ligação entre o interior da América ao Oceano Atlântico e o caminho de acesso ao Oeste do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso. O desejo do Brasil e da Argentina em manter o Uruguai em suas zonas de influências e interesses econômicos possibilitou o aumento da rivalidade entre os dois países.

Conforme Carneiro Filho (2014, p. 61), as rivalidades entre esses dois países aconteceram “em virtude de questões como: a liberdade de navegação dos rios; disputas

fronteiriças; rixas políticas entre grupos locais e outras rivalidades seculares”. Entre essas disputas fronteiriças, vale destacar as questões de Palmas ou Misiones, entre os anos 1857 e 1895, que contribuíram para ampliar as discussões a respeito da ocupação, exploração e a colonização das fronteiras a Oeste do Estado do Paraná.

Os interesses de domínio geopolítico no território da Bacia do Prata por Brasil, Paraguai e Argentina geraram a Guerra do Paraguai. Denominada como Guerra da Tríplice Aliança, ocorrida entre os anos de 1864 e 1870. Brasil, Argentina e Uruguai, com o Tratado da Tríplice Aliança, somaram esforços militares e, com incentivos políticos da Inglaterra, conseguiram depor Solano Lopez ao poder do Paraguai e impedir o crescimento econômico do país. Essas questões geopolíticas ocorridas no contexto da Bacia do Prata contribuíram para a fortificação militar dos países e a configuração de suas fronteiras, com destaque para a Tríplice Fronteira em estudo. Conforme Carneiro Filho (2014, p. 60), “as fronteiras entre Brasil, Paraguai e Argentina passaram a tomar os contornos atuais somente após a Guerra do Paraguai- 1864-1870”.

As questões que existiram entre esses países geraram preocupações para o Estado brasileiro e, com isso, a criação de estratégias com o objetivo de gerar uma ocupação militar e, dessa forma, assegurar e povoar as fronteiras por meio da instalação de colônias militares em várias partes do território brasileiro como segurança nacional.

As principais colônias militares implantadas entre os Estados de Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina foram as seguintes: a Colônia Militar de Chopim, em 1882; a Colônia Militar de Chapecó, em 1882; a Colônia Militar de Jataí, em 1855 e a Colônia Militar do Iguassu, em 1889, que será abordada no decorrer deste texto.

O Exército brasileiro, na Tríplice Fronteira, foi constituído como instrumento de controle geopolítico do Estado-Nação e centro das formulações estratégicas de segurança nacional como relações de Poder. A atuação em Foz do Iguaçu consiste num aparato militar que tem como objetivo a formulação de estratégias de controle e proteção do território e de representar o Estado nas relações geopolíticas com Paraguai e Argentina.

As concepções político-militares, numa abordagem geopolítica, estabelecem estratégias de proteção dos recursos territoriais e de integração nacional do povo, com vistas a garantir as estabilidades previstas pelo Estado-Nação por meio de instrumentos específicos de planejamento estratégico e de segurança nacional. Nesse cenário, vale destacar o 34º BI Mec. em Foz do Iguaçu, que é um dispositivo essencial acerca do controle das ações sobre sua área

de atuação na Tríplice Fronteira, em sua extensão e amplitude que lhes são próprias, por meio de estratégias que propiciam atividades voltadas a integração e domínio territorial.

O 34º BI Mec. como parte do Potencial Nacional, é um recurso básico em Foz do Iguaçu que integra em seu quadro pessoal um efetivo de 700 homens, constituído por oficiais superiores e subalternos e, as praças, que são constituídas de Subtenentes, Sargentos, Cabos e Soldados. Ao longo de sua história, as transformações no território de fronteira, ampliou sua área de atuação estratégica em busca de atender os anseios nacionais. Essa Unidade Militar representa o Governo do Brasil como instrumento de intervenção por meio de múltiplas relações, tais como, a integração populacional ao território, o desenvolvimento de ações que permitem reforçar a integridade social, cultural e a manutenção das territorialidades entre os países da Tríplice Fronteira.

## **O EXÉRCITO E AS CONEXÕES NA TRÍPLICE FRONTEIRA**

As relações de poder do Estado brasileiro, no que se refere ao território fronteiriço, busca atender às necessidades do país e estabelecer condições necessárias para solucionar as questões relacionadas à segurança nacional, e às relações transfronteiriças com Paraguai e Argentina. Com base nas demarcações dos limites territoriais na Tríplice Fronteira, o Estado-Nação preconiza a formulação de estratégias com a finalidade de manter sua independência e sua soberania geopolítica em relação aos seus vizinhos, isso ocorre a partir do fortalecimento do Potencial Nacional. Golbery do Couto e Silva enfatiza que:

Num país onde se adote a planificação mais ou menos extensiva com vistas ao desenvolvimento econômico e ao progresso social, evidentemente o planejamento da Segurança Nacional, na parte que diga respeito, sobretudo ao fortalecimento do Potencial, deverá ajustar-se ao mesmo ritmo estabelecido para aquela planificação, inscrevendo-se aí os planos estratégicos como simples complementação que de fato são com finalidades especiais. (SILVA, 1979, p. 115).

Diante desse discurso militarista, compreende-se que as estruturas do Potencial Nacional como planejamento estratégico de fortificação e segurança nacional, constituem-se fatores importantes para a planificação do desenvolvimento econômico e o progresso do Estado-Nação em sentido amplo, além de estabelecer condições favoráveis ao

desenvolvimento de ações que assegurem o bem comum da sociedade em seu território, como um direito constitucional. Conforme Carlos de Meira Mattos (1977).

O poder nacional, é a soma dos recursos materiais e dos valores psicológicos de que dispõe o Estado, tendo em vista os objetivos que pretendem alcançar ou preservar. É exercido através do Estado, por meio de um governo, com a incumbência de, na ordem interna, defender os interesses da nação que representa. (MATTOS, 1977, p.48).

Isso ocorre a partir do componente militar como relações de poder exteriorizado por meio do Exército brasileiro como um dos instrumentos de integração social aos planos estratégicos de desenvolvimento nacional como parte das atribuições estabelecidas pelo poder central. Essas relações de poder que imprimem as conexões do povo com o Potencial Nacional, estabelecem a superioridade de uma Nação em relação à outra, pois essa superioridade não se mede tão somente em campo de batalha, leva-se em consideração o equilíbrio político, social, econômico e, também, as conexões do povo com o Estado, com vistas a estabelecer relações de poder, de forma a assegurar os anseios do Estado-Nação.

As conexões estabelecidas entre o povo e o Poder Central do Estado determinam o equilíbrio político e econômico, tendo como objetivo desenvolver as articulações constitucionais de estratégias, que visa programar os instrumentos fundamentais do Estado para, assim, controlar os antagonismos, isto é, as ameaças externas ao Estado-Nação.

O discurso militar atual vislumbra manter a paz em relação a outros países e a ordem pública interna por meio de instrumento estabelecido em lei, como suporte de atuação estratégica. No entanto, a experiência acadêmica e, a atuação profissional militar em território de Tríplice Fronteira permitiu observar a atuação do Potencial Nacional por meio de forças militares e levar em consideração a importância do estabelecimento de ações político-militares como formulação estratégica contra as ameaças externas, que sempre existirão.

É por entender as fronteiras como territórios fundamentais de articulações estratégicas e de ordenação geopolíticas dos Estados Nacionais, e como fatores decisivos na construção de um ambiente de guerra ou de paz entre os países, que o Estado dispõe de instrumentos militares voltados à defesa territorial.

Portanto, a existência de antagonismos externos na Tríplice Fronteira Brasil, Paraguai e Argentina, são os motivos pelos quais o Estado-Nação estabeleceu estratégias de fortificação dos aparatos militares em Foz do Iguaçu, levando em consideração que as nações

vizinhas, ao mesmo tempo em que formulam políticas de conexões amigáveis, também constituem instrumentos de defesa de suas projeções geopolíticas. Conforme Carlos de Meira Mattos (2011).

As fronteiras são um dos objetos principais da política internacional e devem se constituir na preocupação permanente da diplomacia dos Estados. Os problemas fronteiriços não devem escapar das mãos da ação diplomática dos Estados, porque, quando isto acontece, o dever de defender as fronteiras passa para a responsabilidade do poder militar, o que apresenta a guerra ou sua ameaça. A proteção do território nacional é o objetivo principal da fronteira, tanto na paz quanto na guerra. Na paz, garante os interesses econômicos, políticos e sociais do Estado. Na guerra, marca a linha ou faixa a ser defendida na preservação da inviolabilidade do território nacional. (MATTOS, 2011, p. 39).

As relações de poder estabelecidas nos territórios de fronteira a partir de antagonismos diplomáticos tendem a permanecer estabelecidas com o objetivo de mantê-lo inviolável, mesmo no decorrer do tempo em que as relações entre países se ampliam a um ambiente pacífico. Portanto pode-se entender que a presença do Exército brasileiro, pelo 34º BI Mec., e suas transformações no decorrer do tempo histórico como instrumento de controle territorial da Tríplice Fronteira Brasil, Paraguai e Argentina, em busca de ampliar sua área de atuação pautado numa visão estratégica de consolidação das relações de poder, é vista como necessário do ponto de vista político-militar pela expressiva dinâmica dessa Tríplice Fronteira, levando em consideração seu aspecto geopolítico.

Desta forma, a geografia, o território e as territorialidades transfronteiriças, como parte integrante nesta investigação, permitem visualizar a amplitude da Tríplice Fronteira como área estratégica do ponto de vista histórico, político, social e econômico como fatores que condicionam a instituição dos instrumentos estruturantes da segurança nacional e das aproximações entre países.

As conexões, inter-relações do Exército brasileiro com os Exércitos dos Estados Nacionais estabelecidos na Tríplice Fronteira, favoreceram a estruturação dos aspectos relacionados à segurança no decorrer da formação histórica, a fim de proteger os interesses vitais de cada Nação. Assim, as conexões do 34º BI Mec em Foz do Iguaçu com a 3ª Divisão de Infantaria e o 8º Regimento de Infantaria estabelecidos em Ciudad del Este, e a *Escuela Militar de Monte* e a Seção de Inteligência em Puerto Iguazu em conjunto com os órgãos de segurança pública da esfera Federal, Estadual e Municipal dos tres países, desenvolvem

atividades de cunho ostensivo no combate aos crimes transfronteiriços relacionados a armas, munições, drogas e ações terroristas.

Pode-se exemplificar como área de atuação conjunta dessas forças, o Parque Nacional do Iguaçu e as águas do Rio Iguaçu que se estendem entre os territórios de Brasil e Argentina, além da Ponte da Fraternidade como ligação terrestre entre os dois países. A Hidrelétrica de Itaipu construída entre os territórios do Brasil e do Paraguai utilizando as águas do Rio Paraná, além da Ponte da Amizade por onde articulam-se os maiores fluxos das atividades econômicas da fronteira. Essas estruturas estabelecidas entre países, seus territórios e as riquezas naturais são fatores que estão inseridos nos planos estratégicos de segurança dos Estados Nacionais, o que justifica, portanto, a existência de treinamento militar nessas áreas envolvendo os respectivos países.

A segurança, no contexto da Tríplice Fronteira em estudo, constitui um modelo geopolítico de cunho estratégico de âmbito regional e pretende estabelecer um processo de segurança conjunta. Golbery do Couto e Silva esclarece que:

Geopolítica e Geoestratégica de integração e valorização espaciais, de expansionismo para o interior, mas igualmente de projeção pacífica no exterior, de manutenção de um império terrestre e também de ativa participação na defesa da civilização Ocidental, de colaboração íntima com o mundo do continente e de além-mar e, ao mesmo passo, de resistência às pressões partidas dos grandes centros dinâmicos de poder que configuram a atual conjuntura de uma Geopolítica e Geoestratégia para o bloco latino-americano (SILVA, 1981, p. 171).

A atuação conjunta do potencial militar, com base nas relações estabelecidas pelos Exércitos de Brasil, Paraguai e Argentina, na Tríplice Fronteira, consiste em ampliar a construção da integração diplomática entre esses países; e tem o objetivo dar suporte as atividades do ponto de vista econômico, político e social e configurar um contexto Geopolítico e Geoestratégico no âmbito de programas de união de Nações, como é o caso da União de Nações Sul-Americanas- UNASUL que, consoante com o Art. 2, do decreto 7667, de 11 de Janeiro de 2012, da Presidência da República, tem o propósito de “construir, de maneira participativa, um espaço de integração e união no âmbito cultural, social, econômico e político entre os povos” e, com isso, a integração do poder militar, com destaque para o âmbito político-militar.



Nesse contexto vale destacar as aproximações a partir dos cursos oferecidos pelas escolas militares do Brasil aos militares do Paraguai e Argentina. O Livro Branco de Defesa Nacional apresenta o fluxo de militares estrangeiros matriculados em cursos militares no Brasil entre os anos de 2001 a 2011, a destacar paraguaios e argentinos como ilustra o quadro a seguir.

Quadro: Intercambio Militar do Exterior no Brasil 2001-2011.

País	Militares	País	Militares	País	Militares	País	Militares
Paraguai	246	Suriname	54	El Salvador	9	República Tcheca	3
Venezuela	159	França	37	Portugal	9	Nicarágua	3
Peru	146	México	29	África do Sul	8	Nigéria	3
Equador	142	República Dominicana	27	Coreia do Sul	8	Belize	2
Argentina	134	Guatemala	25	Alemanha	7	Bélgica	2

Fonte: Arquivo do 34º BIMec. Livro Branco de Defesa Nacional (2012).

Nota-se que entre outros países, Paraguai e Argentina se destacam entre os países que fazem intercambio nas escolas militares do Brasil. O Paraguai se destaca com o maior número com 246 e a Argentina em segundo lugar com 134 inscritos.

Portanto, as territorialidades transfronteiriças, que são desenvolvidas por meio das conexões entre os Exércitos do Brasil, do Paraguai e da Argentina pela formulação de intercambio no que diz respeito aos aspectos de tecnologia militar, formação militar a partir das escolas de guerra e a atuação em combate a crime transfronteiriço com a utilização de equipamentos que permitem rastrear e indicar localizações em que se concretizam atividades ilícitas em sentido amplo são os aspectos que norteiam o entendimento de que o poder militar apresenta-se como instrumento básico utilizado para as estratégias de domínio e integração territorial de cada Estado-Nação na Tríplice Fronteira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das bases teóricas de autores que escolheram a área militar como campo de atuação científica para a construção de um entendimento geopolítico, com o objetivo de decifrar as fronteiras como territórios intrínsecos das articulações estratégicas de controle e integração territorial, e de observações acerca do discurso militar atual que apresenta características de integração nacional, concretiza-se que o Exército brasileiro além de suas atividades convencionais, busca dimensionar as interfaces das relações humanas por meio de suas relações de poder, com o objetivo de manter as atividades da sociedade no contexto de suas articulações estratégicas de cunho político-militar, estabelecidas pelo Estado-Nação.

Dessa forma é possível entender a atuação militar na Tríplice Fronteira, como sendo um instrumento que além de promover o processo de garantia das leis e ordens, pauta-se na integração territorial como uma das ferramentas que contribuem para construir as estratégias de domínio no território fronteiriço, levando em consideração os aspectos humanos e os fatores geográficos que formam a fronteira.

As conexões territoriais do ponto de vista político-militar estabelecem-se a partir dos intercâmbios de conhecimento tático e tecnológico entre os Exércitos do Brasil, Paraguai e Argentina, a partir dos centros de comando que estão localizados nas capitais de cada Estado Nacional. No entanto, a fronteira é observada como termômetro no que diz respeito aos aspectos diplomáticos do país, e é a partir dela que se desenvolve parte das articulações militares para o desenvolvimento das estratégias de controle e integração territorial.

Vale ressaltar que a Tríplice Fronteira Brasil, Paraguai e Argentina é considerada importante área de articulação estratégica não só pelo o Exército, mas por todas as forças armadas do Brasil e dos países vizinhos, em virtude do dinamismo político, social e econômico das territorialidades transfronteiriças.

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO DO 34º BI Mec. BRASIL. Ministério da Defesa. *Livro branco de defesa nacional*. 2012.

BRASIL. *Decreto nº 7.667, de 11 de janeiro de 2012*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7667.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7667.htm)>. Acesso em: 26 junhos 2015.

CARNEIRO FILHO, Camilo Pereira. *Processo de Transfronteirização na Bacia do Prata: A Tríplice Fronteira Brasil-Argentina-Paraguai*. 2013. Tese. (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre: UFRGS, 2013.

CURY, Mauro José Ferreira. *Territorialidades Transfronteiriças do Iguassu (TTI): Interconexões, Interdependências e interpretações nas cidades da Tríplice Fronteira Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Leste (PY) e Puerto Iguazú (AR)*. 2010. Tese. (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2010.

MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica, v III*. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2011.

GIL, Antônio Carlos. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2010.

RICHARDSON, Roberto Jerry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 2010.

HAESBAERT, Rogério. *O Mito da Desterritorialização*. Rio de Janeiro, 2010.

MATTOS, Carlos de Meira. *A geopolítica e as Projeções do Poder*. Editora J. Olympio, Rio de Janeiro, 1977.

MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica, v III*. Editora FGV, Rio de Janeiro, 2011.

OLIVEIRA, Nara. *Foz do Iguaçu Intercultural: cotidiano e narrativas da alteridade*. Foz do Iguaçu: Epigrafe, 2012.

SILVA, Golbery do Couto. *Conjuntura política nacional: O poder Executivo e a Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

SILVA, Golbery do Couto. *Planejamento Estratégico: Rio de Janeiro*. Complementada, Bibliex, 1979. Edição especial.

## GEOPOLITICA, PODER E PROJETO NACIONAL

Shiguenoli Miyamoto<sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

Em muitas ocasiões, monarcas e imperadores aumentaram seus domínios, com o uso da força e da violência, subjugando vizinhos, ou aventurando-se até mesmo a regiões mais distantes. Alexandre o Grande (356-323 AC), da Macedônia, pode ser mencionado como bom exemplo de governante que implementou vigorosa política expansionista, na tentativa de conquistar cada vez mais territórios.

Ao longo dos séculos, esse tipo de comportamento manteve semelhante padrão. Na época das grandes navegações portuguesas e espanholas lançaram-se mar adentro, e incorporaram o Novo Mundo às suas coroas. A Inglaterra, a França, a Itália e a Bélgica são outros exemplos de países que, igualmente, adotaram comportamentos agressivos e dominaram outras nações na África, na Ásia e no Oriente Médio.

A perspectiva conflitiva, na falta de normas e padrões reguladores de conduta de como os povos deveriam se portar frente aos demais, e que pudessem reger as relações internacionais, parece ter sido o recurso mais utilizado, historicamente, no relacionamento bilateral ou mesmo multilateral, considerando-se aqui as limitações de tais conceitos diante de contextos pretéritos.

Na ausência de legislações internacionais que estabelecessem quais os direitos que cabiam a cada nação e os deveres que os governos precisavam respeitar, o critério empregado pelos atores seria o que se lhes apresentasse o mais conveniente. Destarte, cada agente poderia implementar medidas e políticas de acordo com sua capacidade, e, ao atender sua

---

<sup>1</sup> Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, nível 1A. Professor colaborador voluntário desde 2012 do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNICAMP e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais UNESP-UNICAMP-PUC/SP. Professor Titular aposentado em 2012 (concurso público de títulos e provas realizado em 2004) em Relações Internacionais e Política Comparada pela Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP. Livre-Docente em Relações Internacionais e Política Comparada pela UNICAMP. Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo/USP. Áreas de interesse e de pesquisa: Política Externa Brasileira - Defesa e segurança sul-americanas - Integração Regional. Ex-membro do Comitê de Assessoramento (COSAE) da sub-área de Relações Internacionais do CNPq (1º.10.2016 a 30.06.2019). Grupo de Pesquisa Relações Internacionais e Política Externa do CNPq; Grupo de Pesquisa Estudos da Paz do CNPq.

própria vontade, provavelmente, levava em conta nas suas atitudes a costumeira relação de custo e benefício das mesmas.

Em grande parte, nos últimos séculos do segundo milênio, a configuração geográfica dos atuais Estados Nacionais passou por mudanças através de políticas implementadas por seus governantes, de ampliação de seus territórios por via das armas. Os Estados Unidos da América aumentaram significativamente seu espaço, ao abocanhar parte expressiva do território mexicano no século XIX.

Contudo, acordos e tratados também já existiam desde o final da Idade Média e, gradativamente acatados pelos governantes, passaram a vigorar durante disputas, inclusive com a participação de mediadores. Veja-se, por exemplo, os casos do reino lusitano que rompeu a linha demarcatória estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas firmado no apagar do século XV, e o da jovem República brasileira que deu os contornos finais ao mapa nacional com a aquisição do Acre em 1903, por intermédio do Tratado de Petrópolis.

Ainda hoje permanecem dezenas de divergências sobre domínios territoriais, tanto na América Latina, envolvendo vizinhos, ou potências estrangeiras como o Reino Unido em torno das Ilhas Malvinas, quanto no Oriente Médio ou na Ásia. Japão e Coreia do Sul, por exemplo, reivindicam a soberania sobre uma ilha chamada de Takeshima por Tóquio e de Dokdo por Seul.

O que se observa, no decorrer das gerações, é um aprimoramento das relações internacionais que, em seus estágios incipientes, desconsideravam de maneira significativa, a possibilidade de formas pacíficas de convivência entre os diversos protagonistas.

Por outro lado, mesmo com o surgimento e aperfeiçoamento de legislações, tratados e acordos, nem sempre o princípio de respeito mútuo e o direito à soberania foram ou são respeitados na íntegra, ou mesmo em parte. Por isso, centenas de conflitos de intensidade mais reduzida, até eventos que abarcam dezenas de Estados, podem ser listados no desenrolar da história mundial e muitos ainda observados nos dias atuais.

Quais os motivos que poderiam explicar a durabilidade da visão conflitiva que tem permeado as Relações Internacionais, em detrimento de uma ótica pacifista? Entendimentos diversos tem sido apresentados, mostrando o conflito como resultado de discriminações raciais/étnicas, religiosas, culturais, disputas econômicas, problemas ideológicos, discordâncias fronteiriças, etc. A resolução das divergências, ao não se chegar a um acordo por falta de vontade política para negociar, e mesmo por intolerâncias, tem levado ao uso das

armas para se chegar, muitas vezes, a um final em um jogo de soma zero (o que um ganha o outro perde em termos equivalentes).

Todavia, existe outro elemento que deve ser ponderado quando se trata das relações entre os diversos países. É a ambição de governantes sequiosos pelo incremento de poder, tanto seu próprio, quanto do Estado que administra, juntamente com outras instâncias, como os setores econômicos que, há várias décadas, tem assumido peso crescente na agenda mundial. Aqui, pouco importa a escolha feita pelos detentores do poder, sobre as características políticas dos países, se ditatorial ou democrático, republicano ou monárquico. Quanto maior o poder de um governante ou de um país, influência equivalente pode se verificar na tentativa de moldar, segundo suas conveniências e vontades, não apenas o ambiente doméstico, mas também o jogo das políticas, economia e estratégia internacionais, em termos bilaterais ou multilaterais.

Na ocorrência de conflitos, a ampliação de territórios quebrando soberanias alheias, e empurrando suas fronteiras, tradicionalmente se converteu em elemento importante do Estado para aumentar seu poder, bem como reduzir o do inimigo. O território sempre foi concebido, entre outros, como uma das variáveis tradicionais de poder do Estado, ao lado das forças armadas, indústria bélica, população e recursos naturais. Fatores diversos, alguns palpáveis e outros imensuráveis, igualmente, passaram a assumir importância ao longo do tempo, como a coesão social, unidade nacional, investimentos em ciência e tecnologia, pesquisa e desenvolvimento, formação de recursos humanos de alta qualidade, índices de desenvolvimento econômico e humano, etc.

O território e seus componentes se constituem em elementos importantes tanto no planejamento doméstico quanto no âmbito das relações internacionais. O seu uso, visando fins estratégicos, é o que normalmente se considera como o campo de atuação da geopolítica, pensada em moldes tradicionais, sobretudo pelos adeptos dessa corrente de pensamento.

Vistos sob essa perspectiva, os fatores geográficos sempre foram considerados pelos governantes ao pensar as políticas dos Estados, ainda que a geopolítica como disciplina ou campo de estudos estivesse longe de ser concebida como hoje a percebemos. A literatura internacional é rica em análises que mostram como as condições fornecidas pela geografia se apresentaram de forma marcante para o fracasso ou vitória em conflitos e guerras. Napoleão Bonaparte ao amargar grandes perdas ao invadir a Rússia dos Czares, é um dos exemplos

conhecidos sobre os descuidos do imperador com o meio ambiente e o rigoroso inverno russos.

A geopolítica, ao conferir importância aos fatores geográficos na formulação de uma política nacional ou mundial, está ligada diretamente às políticas de poder. Sob tal perspectiva converte-se em instrumento de utilidade no planejamento das políticas nacional e internacional de cada país. Neste texto, procuramos analisar se tal visão foi efetivamente adotada na construção de um projeto nacional brasileiro, com vistas a projetar o país nos cenários regional e internacional.

## **A GEOPOLÍTICA DO BRASIL: PRODUÇÃO E RETÓRICA**

Na análise da geopolítica brasileira, sob qualquer vertente que se adote, alguns cuidados precisam ser levados em conta. Em primeiro lugar, não confundir discurso e prática; em segundo lugar, situar o autor ou o discurso na conjuntura/época no qual foi produzido; em terceiro lugar, verificar a importância e influência da produção teórica no planejamento das políticas governamentais; em quarto lugar, evitar generalizações a partir de casos individuais; por último, averiguar se planos elaborados em distintas épocas mantêm continuidade, convertendo-se em projeto nacional, em política de Estado e não de governos isoladamente.

Por outro lado, chamamos atenção para o fato de que, neste texto, até pela limitação de seu tamanho, serão lembrados apenas alguns exemplos ou aspectos da geopolítica brasileira, daí as falhas não apenas sobre os diversos ângulos que o assunto merece ser tratado, mas também bibliográficas, que, inevitavelmente, serão percebidas. Um projeto nacional, por sua vez, deve ser entendido como um planejamento com média e longa duração, convertendo-se em política que oriente as tomadas de decisão pelos diversos governantes que se revezam no comando do aparato de Estado, portanto, ao largo de várias gerações.

Sobre a geopolítica brasileira muita coisa já foi dita e escrita. Encontramos escritos desde o início do século XX discorrendo sobre a influência dos fatores geográficos na política brasileira ou a estrutura geopolítica nacional, passando por preocupações sobre a projeção regional no continente, debates sobre a mudança da Capital Federal nos anos 1940 e 1950, problemas relacionados com a segurança nacional e internacional e incluindo ampla variedade de temas, entre outros, acerca das teorias geopolíticas, fronteiras, interiorização, educação, siderurgia, indústria, demografia.



A geopolítica passou a contar com presença mais ativa do meio acadêmico, como objeto de investigação ou como referencial para proposta de formulação de políticas, sobretudo a partir da década de 1980, quando pesquisadores voltaram-se a aspectos distintos das políticas nacionais e internacionais. Até então, as análises concediam atenção quase que exclusivamente às tradicionais vertentes diplomática e econômica para interpretar a política externa brasileira.

Após o fim do regime militar passou-se a dar ênfase principalmente aos problemas vinculados à integração regional e a inserção internacional do Brasil no contexto global do pós-Guerra Fria, ao mesmo tempo que surgiram centros e institutos, áreas de concentração e linhas de pesquisa nos cursos de pós-graduação voltados para questões geopolíticas e estratégicas nas universidades ou mesmo em entidades independentes.

O regime militar (1964-1985) mereceu especial atenção não apenas de pesquisadores nacionais, mas igualmente de estrangeiros, sobre o papel exercido pelas teorias geopolíticas no planejamento nacional. (MORADOR-WETTSTEIN, 1978; LAINO, 1979; LAMAZIERE, 1983; CHISHOLM, 1989 ) Tal preocupação tinha sua razão de ser. Afinal de contas, vários militares oriundos da Escola Superior de Guerra (ESG) tornaram-se membros do aparato administrativo do regime. Esse fato se converteu em motivo suficiente para que as políticas nacionais fossem identificadas com a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) tão cara aos então governantes, e da qual a geopolítica fazia parte. (SCHOOYANS, 1973)

A literatura sobre o assunto procurava inclusive buscar as origens e influências do pensamento do estamento militar em obras como as de Mário Travassos, Golbery do Couto e Silva, Therezinha de Castro e Carlos de Meira Mattos e sua identificação com as diretrizes governamentais, desde as voltadas para a Bacia do Prata até a região amazônica, visto que Golbery do Couto e Silva ocupara cargos importantes em pelo menos dois governos (Humberto de Alencar Castelo Branco, 15.04.1964 a 15.03.1967; Ernesto Geisel, 15.03.1974 a 15.03.1979).

Interpretações dessa natureza tem sido uma constante sobre as políticas governamentais, quando se identificam iniciativas diversas na área de planejamento, diretamente com as teorias e propostas geopolíticas.

Deve-se, aqui, portanto, fazer as devidas ressalvas. Muitos autores, desde os anos 1920, trabalharam ou fizeram parte de entidades como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou instituições militares, e divulgaram seus textos em periódicos como a *Revista*

*Brasileira de Geografia, Boletim Geográfico, A Defesa Nacional, Revista Brasileira de Estatística*, entre outros, mas nunca o fizeram, formalmente, em nome dos mesmos ou de governos. Tratava-se, sempre de elucubrações individuais, um exercício intelectual devido às suas formações, preocupações do momento com os desmandos, com o mau funcionamento das instituições ou com o futuro do país.

Livros de Everardo Backheuser, Mário Travassos, Therezinha de Castro, Carlos de Meira Mattos, Golbery do Couto e Silva, entre os autores mais referenciados, enquadram-se nessa categoria ora citada, mas não tiveram impacto nas políticas governamentais. A mais conhecida obra de Golbery, em suas duas primeiras edições de 1957 e 1967, é um apanhado de vários textos, inicialmente publicados por *A Defesa Nacional* nos inícios dos anos 1950 e ao final da década, portanto, em conjuntura onde os temas da segurança se impunham por força do clima de guerra fria. (COUTO E SILVA, 1957; 1967; CARVALHO, 2009) Mas o ambiente internacional não era o mesmo, quando chefiou a Casa Civil da Presidência da República, de 15 de março de 1974 a 06 de agosto de 1981, em todo o mandato de Ernesto Geisel e no começo do governo de João Baptista Figueiredo. Tratava-se de outro contexto, onde o cargo por ele ocupado era essencialmente político e seus olhares estavam voltados para o regime, sob a política de distensão lenta e gradual, e não com problemas geopolíticos ou de política externa. (MATHIAS, 1994; ROTULO DECUADRA, 1999) Nos governos militares, ele era, portanto, fundamentalmente um político e não um geopolítico. Veja-se, por exemplo, o escrito acrescentado à edição de 1967 e publicado pela mesma editora em 1981, quando trata das sístoles e diástoles políticas, resultado de conferência proferida na ESG em 1980. (COUTO SILVA, 1981) Não se trata de assunto relacionado com a geopolítica brasileira, mas sim com o jogo político, com o governo militar cujo fim estava sendo decidido, por isso o título do livro já era diferente.

Carlos de Meira Mattos, talvez o mais profícuo autor dos anos 1970, em defesa de sua própria obra e de suas teorias, fez um balanço sobre a geopolítica nacional, onde procurou mostrar os temas e impactos. Mas a realidade das políticas públicas não coincide com sua avaliação, como será visto no próximo item. (MEIRA MATTOS, 2000)

Tanto no caso deste, como de muitos outros pensadores da geopolítica, o fato de se dedicarem com grande afinco ao assunto durante décadas, faz com acabem por se autoconvencerem de que tudo que se refira às políticas domésticas e internacionais deriva de seu próprio objeto de investigação. Assim, toda e qualquer política nacional implementada

pelos governos em distintas épocas, é identificada com suas teorias e reflexões quando, na realidade, as motivações que orientam as tomadas de decisão para tais políticas obedecem critérios longínquos daqueles representados por aspectos geopolíticos e estratégicos. Esse tipo de distorção é recorrente nas obras geopolíticas que se propõem a influenciar a construção de políticas públicas.

## **GEPOLÍTICA E POLÍTICA GOVERNAMENTAL**

Ainda que não haja concordância sobre a influência da geopolítica na elaboração e implementação das políticas públicas brasileiras como um todo, é certo que, em diversos momentos, aspectos geoestratégicos foram considerados. Essa é uma ocorrência corriqueira, afinal de contas é para isso que existem as diversas instâncias e departamentos dentro das Forças Armadas voltados a preocupações nessa direção, mormente no caso brasileiro cujas extensas fronteiras terrestres fazem ligação com 9 países além da Guiana Francesa, departamento ultramarino.

Mas nem por isso, deve-se, automaticamente, creditar várias medidas tomadas no âmbito das políticas públicas do regime militar, às variáveis geopolíticas que teriam guiado e servido de base para as tomadas de decisões. Desse período, alguns exemplos podem ser resgatados, como os corredores de exportação e a barragem de Itaipu. Ainda que os mesmos possam ter tido reflexos geopolíticos, em termos regionais, a intenção inicial desses casos obedeceu a critérios técnicos e econômicos. No caso de Itaipu discutiu-se a questão da ciclagem, do lugar e da capacidade que a barragem deveria ter.

Aos adeptos e geopolíticos poder-se-ia perguntar: para alcançar os objetivos definidos de suprir energia para o país, para atingir as metas estabelecidas pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), qual seria o outro lugar que conseguisse apresentar, simultaneamente, todas as vantagens do rio Paraná onde foi construída Itaipu?.

No caso dos corredores de exportação e abastecimento (CEA), se bem que Carlos de Meira Mattos e Therezinha de Castro defendam, em diversas oportunidades, que sua construção seguiu critérios geopolíticos, o acompanhamento das decisões e inclusive da própria conceituação do que seriam os CEAs partiu de técnicos, como Josef Barat, sendo que todo o planejamento ficou sob responsabilidade do Banco Central e do Ministério dos Transportes, conforme se pode constatar pelos relatórios por eles produzidos no governo de Emilio

Garrastazu Mé dici. (BARAT, 1972; BANCO CENTRAL, 1972; MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, 1973)

Em anos anteriores, a localização de Brasília mereceu vivas discussões. De um lado, os que defendiam a mudança da sede do Distrito Federal do Rio de Janeiro para o centro do país e de outros que se manifestavam contrários a essa ideia, como fizeram Djalma Poli Coelho e Leo Waibel, respectivamente (COELHO, 1954; WAIBEL, 1960)

No início do mandato de José Sarney (21.04.1985 a 15.03.1990), a Amazônia mereceu especial olhar governamental. Em virtude das críticas tanto de organizações não-governamentais, quanto de personalidades diversas como o cantor Sting, congressistas norte-americanos e de setores diversos de países como a Inglaterra e a França, pelos poucos cuidados que o Brasil estaria tendo com a região, propôs-se a criação do *Projeto Calha Norte* em 1985 para proteger a soberania nacional.

Deve-se levar na devida conta que, desde o encontro chamado pela Organização das Nações Unidas sobre meio ambiente realizado em Estocolmo em 1972, o tema adquiriu força global, como pode ser inclusive constatado pelo relatório coordenado por Gro Harlem Brundtland anos depois, onde se discute o conceito de soberania compartilhada. (CMMAD, 1987)

Visando defender a região, inclusive com preocupações com os discursos que clamavam pelo fim da soberania brasileira sobre o que se considerava patrimônio da Humanidade, seria necessário tomar medidas para atender a oito itens identificados como importantes, segundo a Exposição de Motivos nº 18/85 de 19 de junho de 1985, da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, assinada pelo general Rubens Bayma Denis, que encaminha o texto do *Projeto Calha Norte* à Presidência da República. Dentre os tópicos, quatro mereciam atenção imediata: incremento das relações bilaterais; aumento da presença militar na área; intensificação das campanhas de recuperação dos marcos limítrofes; definição de uma política indigenista apropriada à região. (CSN, 1985: 2-4) A partir, então, dessas preocupações, é que se estabeleceria a estratégia para a região amazônica.

Preocupações parecidas estavam representadas nos documentos oficiais que seriam produzidos nos próximos anos. Entre esses, a *Política de Defesa Nacional* de 1996 e sua versão mais elaborada de 2005, a *Estratégia Nacional de Defesa* de 2008 e o *Livro Branco de Defesa* de 2012. Esses textos tinham finalidade de orientar a atuação governamental nos temas que dizem respeito à defesa e segurança nacionais, à manutenção da soberania e, portanto, do território brasileiro. Documentos semelhantes fazem parte do acervo de todos os

países, já que possuidores de território devem fazer os planejamentos necessários para defender sua soberania, daí as preocupações geopolíticas inerentes às políticas governamentais.

Dezenas de anos depois, críticas semelhantes ainda são observadas, por exemplo em agosto de 2020, quando o ator Leonardo DiCaprio teceu ácidos comentários sobre o desmatamento da floresta amazônica. Respondendo a tal crítica, o vice-presidente Hamilton Mourão, chefe da Comissão Nacional da Amazônia criada em abril do corrente ano, comentou ironicamente o problema, convidando o ator a visitar a Amazônia, para “entender melhor como funcionam as coisas nesta imensa região” e fazer marcha de oito horas na floresta. (LINDNER & GIRARDI, 2020). Pouco dias antes, no dia 11, o presidente Jair Bolsonaro também declarou, de maneira despudorada, que “não há nenhum foco de incêndio, nem um quarto de hectare desmatado”, ao participar por videoconferência da Segunda Cúpula Presidencial do Pacto de Letícia pela Amazônia. Segundo o presidente, “é uma mentira essa história de que a Amazônia arde em fogo”. (LINDNER, 2020). Outras políticas, ao longo da história brasileira, que teriam sido realizadas por motivações geopolíticas precisam ser observadas com cuidado. Vejamos três momentos distintos, separados por longos períodos.

O primeiro, relativo ao período colonial. O rompimento da linha traçada pelo Tratado de Tordesilhas não foi obra planejada pelo império lusitano, mas sim pelas iniciativas das entradas e bandeiras, em busca de fortuna e mão-de-obra. Os sucessivos acordos, que foram aumentando o espaço brasileiro, faziam parte do mesmo procedimento adotado por países de todo o mundo que, naqueles anos, utilizavam o recurso de suas capacidades para ampliar seus territórios junto aos vizinhos ou no além-mar. (TAMBS, 1967).

O segundo diz respeito à atuação do Barão do Rio Branco no início da República. Suas preocupações eram com a definição das fronteiras, por isso, o grande número de negociações e a aquisição do Acre. Teria ele obedecido às teorias geopolíticas? Considere-se que, naquele momento, as teorias de Friedrich Ratzel, Rudolf Kjellén ou Halford Mackinder eram extremamente recentes ou estavam ainda em elaboração. Possivelmente, ele não teria ainda tido tempo hábil para tê-las conhecido, já que em nenhum momento de suas obras isso é mencionado. Todavia, não restam dúvidas de que sua política à frente da Chancelaria teria reflexos geopolíticos, porque o território brasileiro já era detentor de metade do continente sulamericano.

No terceiro momento, em período mais recente, com a política externa do governo de Humberto de

Alencar Castelo Branco ancorada na teoria dos círculos concêntricos, preceitos geopolíticos foram utilizados para se definir prioridades, começando em nível mais próximo pela Bacia do Prata e em amplos termos pelo mundo ocidental. Mas esse último era um mundo real e não aquele abstrato como fora divulgado por Golbery do Couto e Silva, quando mencionava a civilização ocidental. (CASTELLO BRANCO, 1966).

O que poderia haver de comum ou essas três políticas? Em princípio, considerá-las todas voltadas para a proteção e/ou ampliação do território, tendo como condicionante a geopolítica. Mas não se verificam coincidências nem sequencias em políticas governamentais nas formas de atuação de forma consistente, objetivando alcançar um objetivo de longo prazo.

## **PLANOS E PROJETOS: DISCURSOS E PRÁTICAS**

O que poderia ser entendido como projeto nacional de um país com aspirações de grandeza não apenas regional, mas com capacidade para influenciar as políticas globais? Em primeiro lugar, a existência de medidas implementadas a médio e longo prazos, porque necessário se faz o acúmulo de vetores que possam ajudar a tal projeção. Em segundo lugar, a permanência de políticas de Estado e não de governos isoladamente. Em terceiro lugar, portanto, que haja continuidade de políticas durante vários governos, visto que em espaço de curto prazo é impossível adquirir e melhorar todos os indicadores indispensáveis em termos comparativos com os demais países, para ocupar lugar de proeminência no jogo do poder mundial. Em quarto lugar, é essencial a determinação de prioridades nos planos econômicos, com investimentos adequados em educação, ciência, tecnologia e pesquisa e de avanço nos indicadores sociais. Por último, esforços conjugados, com o Estado dividindo as responsabilidades, demandas e apoios com a participação efetiva dos diversos setores da sociedade nas escolhas e feitura das políticas públicas.

Características como essas nunca fizeram parte das políticas nacionais. A sociedade civil, em seus diversos segmentos, jamais foi consultada sobre um plano econômico para o país. Normalmente, os mesmos sempre foram realizados apenas pelas equipes de cada partido, e que depois, ao serem vitoriosas, ocupam a máquina administrativa. Também não se encontrará em toda a História nacional, medidas ou planos que tivessem a durabilidade de mais que um governo de quatro anos. Mesmo a partir dos anos 1990, quando se permitiu a

reeleição presidencial, não se verificou continuidade de planos a médio ou longo prazos, ainda que intenções passassem a constar em documentos oficiais.

Observação mais atenta nas propostas e planos governamentais, nas esferas econômica, política e estratégico-militar, indicará que, além da retórica para se alavancar o desenvolvimento nacional e necessidade de continuidade de tal política, intenções dessa natureza e nessa direção nunca passaram de meros luscos fuscos, dos quais os dirigentes nacionais e representantes partidários sempre tiveram plena consciência.

O jogo político praticado foi sempre o de apenas manter espaço necessário para se assegurar êxito nas próximas eleições, com novas coalizões, cada uma diferente para atender apenas as conveniências do momento e tornassem inviáveis a continuidade. As políticas propostas sempre foram dos grupos que momentaneamente se encontram controlando o aparato de Estado e não voltados à preocupação de projetos do próprio Estado, ou seja, que independessem dos partidos. Esses, ao ocupar as diferentes esferas do poder apenas dividem o butim. Por isso, igualmente, os políticos com frequência cambiam de partido, defendem interesses particulares, e chegam mesmo a dizer que defendem os interesses nacionais e da sociedade, embora os releguem a plano secundário, e considerem-se intérpretes dos anseios nacionais.

Desafortunadamente, os setores militares sempre apresentaram comportamento semelhante. Logo após a Revolução de 1930, Aurélio de Góes Monteiro já dizia que se devia fazer a política *do* e não *no* Exército. (GOES MONTEIRO, 1931). Décadas depois, o comandante do Estado-Maior das Forças Armadas, general Antônio Jorge Correia, discursava na ESG em 1975 e denominava seus componentes como cerne da elite e que, por isso, sabiam, assim como o estamento militar, interpretar os verdadeiros anseios nacionais, por isso, encontravam-se mais aptas ao exercício do poder e comandar os destinos do país. (CORREIA, 1976)

Mesmo se tomássemos um período bastante elástico, considerando a Proclamação da República como ponto de partida, podemos observar que os anos mais férteis para a política externa brasileira foram aqueles em que esteve à frente da Chancelaria o Barão do Rio Branco.

Sob a orientação deste, até 1912, o país definiu seu contorno geográfico. Mas dificilmente se encontrarão evidências de que, além da preocupação com as fronteiras, tenho



sido elucubrado um projeto nacional de grandeza, como entendido sob a perspectiva geopolítica.

Tanto no plano doméstico, quanto no âmbito das relações internacionais, momentos houve em que planos de ação governamentais deram ênfase na necessidade de se acumular capacidades para alavancar a presença brasileira, primeiro no cenário regional sulamericano, e, posteriormente, no contexto mais amplo do sistema internacional, seja como potência mundial ou grande potência e, de maneira mais restrita, como potência média, regional ou emergente.

Praticamente todos os planos governamentais, independentemente do espectro político-partidário, sempre focalizaram a questão do desenvolvimento como meta a ser atingida. Contudo, ainda que esse intento se fizesse presente, as formas para alcançá-las para desenvolver o país, nunca encontraram sequência, mormente quando o sucessor foi de partido diferente do então mandatário.

Observa-se de forma clara, a tentativa de “apagar” as realizações anteriores e imprimir nova direção, ou seja, novas formas de fazer políticas e planos econômicos, buscando marca própria à sua administração. Daí cada plano econômico ser distinto do anterior ou mesmo antagônico.

Ainda que em algum governo, variáveis eleitas concedendo ênfase a aspectos geográficos tenham sido colocadas nos planos, tais aspectos não obedeciam às teorias geopolíticas, mas sim a fatores econômicos como os já mencionados corredores de exportação e abastecimento.

O problema do desenvolvimento nacional encontra-se presente, ainda que sob diferentes rubricas, como elemento importante dos planos governamentais. Mas entre propostas, como as verificadas no período entre 1946 e 1964, dificilmente encontraremos coincidências ou sequências que possam caracterizar tais iniciativas como um real projeto nacional de Estado, e não apenas de um breve governo.

Mesmo em período excepcional como o regime militar cuja durabilidade de 21 anos poderia ser suficiente para pelo menos se elaborar um projeto de Estado, tal fato não foi observado fundamentalmente pelos grupos que se revezaram durante cinco governos no poder. Enquanto no governo de Emilio Garrastazu Médici se apregoou o Brasil Potência, seu sucessor o general Ernesto Geisel já assumia a ideia mais modesta de Brasil Potência

emergente, como se pode verificar, tanto no Plano de Ação e Metas do Governo, quanto no II Plano Nacional de Desenvolvimento, respectivamente.

Em ambos os casos, as abordagens na elaboração e implementação dos planos não seguiram as teorias geopolíticas como pensadas pelos estrategistas, mas obedeceu à concepção da tecnocracia que ocupava os ministérios econômicos e que nada tinham a ver, em sua formação, com as correntes geopolíticas, ainda que claramente se manifestassem favoráveis ou simpáticos à causa militar, uma vez que eram os marechais e generais que comandavam os aparatos político e administrativo.

Em anos anteriores, por exemplo, com o Plano de Metas no governo Juscelino Kubitschek e o Plano Trienal de João Goulart, ou nos anos mais recentes, como ocorrido nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff ou Michel Temer, abrangendo período considerável de 1995 a 2018, não existem continuidades não apenas entre os quatro últimos presidentes, como também não se observam linhas de atuação com os mesmos rumos, ainda que nos períodos de 1995 a 2002 e de 2003 a 2010, a máquina administrativa estivesse sob a gestão de um mesmo presidente.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No decorrer da história política brasileira, a preocupação básica dos governantes, nas três esferas de poder (Executivo, Legislativo e Judiciário) e nos diversos níveis do Executivo (federal, estadual e municipal) tem sido a de ocupar o aparato administrativo, distribuir as benesses aos seus aliados e preparar-se, desde o primeiro dia do governo, para a manutenção do poder para seus grupos políticos. Nos anos mais recentes, com a possibilidade de reeleição, o mesmo se sucede, com as ambições do ocupante em permanecer mais um período no comando da máquina governamental.

Sob esse prisma, os projetos que foram apresentados e implementados, sempre relegaram a papel secundário os interesses da sociedade e do Estado. Pode-se dizer que em nenhum momento, desde o advento da República, o que se poderia considerar como os interesses nacionais foram atendidos. Apenas em termos retóricos, os planos governamentais enfatizaram a necessidade de se alavancar o desenvolvimento nacional para fazer, como se menciona em diversas oportunidades, deste um grande país.

Nesse sentido, nunca houve a possibilidade de se pensar em termos de políticas nacionais a médio e longo prazos de pelo menos uma ou duas gerações. As propostas sempre caminharam no sentido de obter resultados rápidos e visíveis, para mostrar a capacidade e eficiência dos ocupantes de plantão no poder, para auferir benefícios próprios e dos grupos econômicos, financeiros e industriais que além de dar sustentação, sempre se converteram nos maiores beneficiados, como por exemplo, o setor bancário, industrial e/ou do agronegócio.

Um projeto nacional dessa forma jamais pode ser concretizado, também, em face das próprias dinâmicas dos cenários interno e global. No âmbito doméstico, a história brasileira foi marcada por abruptas mudanças, por exemplo, em 1930 e em 1964. Se quiséssemos mencionar anos mais próximos, o atual governo eleito em 2018 poderia ser indicado como bom exemplo para mostrar as rupturas e descontinuidades de políticas anteriores. No plano internacional, as constantes transformações, em função da própria dinamicidade do poder das nações, igualmente fez com que muitos governantes brasileiros deixassem de lado a ousadia de pensar políticas próprias, pelo risco das instabilidades mundiais. Ou então, optaram por afiliar-se às tendências econômicas mundiais ditadas pelas grandes potências e pelas agências internacionais de fomento.

Por outro lado, pode-se creditar a falta de um projeto nacional aos próprios governos. Ainda que se propusessem a ascender o país nos planos regional e internacional, tem encontrado dificuldades, ou falta de vontade política, para superar os vícios do sistema político nacional, cujos representantes dos três poderes trabalham quase que exclusivamente em prol de suas próprias necessidades e ambições. Também, por causa disso, as áreas de educação, saúde, saneamento, infraestrutura, investimentos em ciência e tecnologia e pesquisa e desenvolvimento tem sido negligenciados, porque apresentam resultados apenas a longo prazo, impensável para os grupos políticos cujos olhares não ultrapassam os horizontes das próximas eleições.

Destarte, além das variáveis geopolíticas que poderiam oferecer vantagens a um país com as dimensões do Brasil e que não são adequadamente utilizadas, deve-se levar na devida conta que os avanços da ciência e tecnologia e investimentos na formação de recursos humanos de alta qualidade tem desempenhado papel modesto nas políticas nacionais, ao contrário de outros países que veem nesses fatores indicadores importantes para aumentar seu poder na arena internacional.

Os fatores geográficos têm perdido parte do importante papel que desempenhou em décadas anteriores, ainda que não deixem de ser considerados, motivo pelo qual nenhum país abre mão de qualquer parcela de seu território e de seus recursos. Grandes países sempre desempenharão papel de relevo nas Relações Internacionais, sobretudo se possuidores de recursos naturais/minerais e conseguirem desenvolver a contento seus parques industriais, aliados aos recursos humanos de alta qualidade. Por isso, apesar dos problemas internos e do contexto global, Estados como a Índia, Rússia, Canadá, Estados e China são sempre grandes jogadores no cenário global.

## REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL. *Programa “Corredores de exportação”* (Documento preliminar). Brasília: Banco Central, 1972.

BARAT, Josef. Corredores de transporte e desenvolvimento regional. *Pesquisa & Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 301-338, 1972.

CARVALHO, Thiago Bonfada de. *Geopolítica brasileira e relações internacionais nos anos 50: o pensamento do general Golbery do Couto e Silva*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2009.

CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar. *A política exterior da Revolução brasileira*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, Seção de Publicações, 1966.

CASTRO, Therezinha de. *Rumo à Antártica*. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1976.

CHISHOLM, Robert. *From National defence to National security: “geopolitical darwinism” and military thought in South America*. Master thesis, Queen’s University, Kingston, Ontario/Canadá, 1989.

CMMAD. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.

COELHO, Djalma Polli. A localização da nova capital do Brasil. *Revista Geográfica*, Rio de Janeiro, v. XV, n. 41, p. 1-31, 1954.

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL. *Desenvolvimento e segurança na região ao norte das calhas dos rios Solimões e Amazonas – Projeto Calha Norte*. Brasília: SG/CSN, cópia mimeografada, 1985.

CORREIA, Antônio Jorge. A influência da ESG no pensamento político estratégico das elites brasileiras. *Segurança e Desenvolvimento*, Rio de Janeiro, ADESG, v. XXV, n. 163, p. 61-69, 1976.

COUTO E SILVA, Golbery. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1957.

COUTO E SILVA, Golbery. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1967.

COUTO E SILVA, Golbery. *Conjuntura política nacional, o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1981.

COUTO E SILVA, Golbery. *Geopolítica e poder*. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2003.

LAINO, Domingo. *Paraguai – fronteiras e penetração brasileira*. São Paulo: Global Editora, 1979.

LAMAZIERE, Georges. *Pensée geopolitique et politique extérieure au Bresil (1952-1979)*. Memoire de DEA d'Étude Politique et Defense, Université de Paris I, 1983.

LINDNER, Julia., 2020, Bolsonaro diz que Amazônia não pega fogo, está intacta e não tem nem um quarto de hectare desmatado. 2020. <https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-diz-que-amazonia-nao-pega-fogo-esta-intacta-e-nao-tem-nem-um-quarto-de-hectare-desmatado,70003395799>. Acesso em: 20 ago. 2020

LINDNER, Julia & GIRARDI, Giovana., 2020, Mourão convida DiCaprio para visitar Amazônia e diz que sua maior angústia é mostrar resultado. <https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,mourao-convida-dicaprio-para-visitar-amazonia-e-diz-que-sua-maior-angustia-e-apresentar-resultados,70003405092>. Acesso em: 20 ago. 2020.

MATHIAS, Suzeley Kalil. *A distensão no Brasil: o projeto militar, 1973-1979*. Campinas: Papirus Editora, 1995.

MEIRA MATTOS, Carlos de. A geopolítica brasileira: predecessores e geopolíticos. *Revista da Escola Superior de Guerra*, Rio de Janeiro, ESG, v. 39, p.58-82, 2000.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. *Corredores de exportação e abastecimento*. Brasília: Ministério dos Transportes, 1982.

MORADOR-WETTSTEIN, Raquel. *El militarismo brasileño y su proyeccion geopolítica*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de Los Andes/Venezuela, 1978.

RÓTULO DECUADRA, Daniel. *Política exterior y estrategia de Brasil en el Atlántico Sur. La Cancillería y el mito de Golbery*. 1ª. ed. Montevidéo/Uruguai: Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de la Republica de Uruguay, 1999.

SCHOOYANS, Michel. *Déstín du Brésil*. Gembloux: Duculot, 1973.

TAMBS, Lewis A. *March to the West. A geopolitical analysis of Brazilian expansion*. Ph.D. Thesis, University of California, Santa Barbara, mimeo, 1967.

WAIBEL, Leo (1960) – Determinismo geográfico e a geopolítica. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, v. XIX, n. 164, p. 612-617, set./out., 1960.

# A RELEVÂNCIA DA TEORIA DO PODER TERRESTRE PARA A GEOPOLÍTICA ATUAL

Vinicius Modolo Teixeira<sup>1</sup>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como interesse principal apresentar o desenvolvimento da Teoria do Poder Terrestre e a sua atualidade para a discussão da Geopolítica mundial. Primeiramente arquitetada pelo geógrafo inglês Halfor Mackinder nos primórdios do século XX, suas hipóteses foram aceitas por uma série de estudiosos da geopolítica e diplomacia, apresentando-se como uma das principais influências na construção do complexo relacionamento das potências mundiais durante os maiores conflitos desse século.

Já no século XXI, em atenção às últimas duas décadas, notamos o reavivamento dos principais pressupostos norteados pelos formuladores dessa teoria, bem como as tensões e conflitos que foram desencadeados buscando cumprir seus objetivos. De um lado, a Rússia, que após um breve interstício nos anos 1990, retomou sua condição de potência militar e ator influente no cenário mundial. De outro, a OTAN, liderada pelos EUA, que se expandiu sob as antigas Repúblicas Soviéticas no Leste europeu, e ainda se constituiu como a principal aliança militar do planeta. Em meio a essa já clássica disputa, o surgimento da China como potência militar global, a constituição de novas Organizações de Cooperação em Defesa, e a deflagração de vários conflitos ao longo das bordas do continente eurasiático, apontam para continuidade da disputa por esse território.

De maneira a demonstrar as questões acima apontadas, dividimos esse breve texto em três seções, delimitadas temporalmente pelos grandes conflitos do século XX. Assim, na primeira seção, apontamos para as questões influentes no nascimento da Teoria do Poder

---

<sup>1</sup> Doutor em Geografia na área de Análise Ambiental e Dinâmica Territorial pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (2019). Possui graduação em Licenciatura (2010) e Bacharelado (2013) em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia, e mestrado (2013) em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia. Atualmente é docente e Coordenador do Curso de Geografia da Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT) - Campus Universitário de Sinop. Tem experiência na área de Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Política, Geopolítica, Conflitos e Cooperação na América do sul, Cooperação em Defesa e Conflitos Contemporâneos.



Terrestre, como as disputas entre os impérios, o aparecimento da Alemanha como potência, a posição geográfica da Inglaterra e as duas guerras mundiais.

Na segunda seção, a Teoria do Poder Terrestre encontra aplicação na disputa desenvolvida entre os países capitalistas e socialistas, no que se convencionou a chamar de Guerra Fria. Nessa disputa, as ideias de Mackinder, revisadas por Spykman, Kennan e outros influentes pensadores, se materializam na formação das Organizações de Cooperação em Defesa e nos diversos conflitos ocorridos nas áreas limites da Eurásia.

Na terceira e última seção, abordamos o momento atual, o qual etendemos manter as influências básicas delineadas por Mackinder a mais de cem anos. Nesse sentido, demonstramos que as estratégias seguidas pela OTAN, liderada pelos EUA, bem como da Rússia e da China, amparadas nas estruturas de suas organizações de cooperação, são demonstração de que essa teoria ainda é influente e que essas potências buscam a dominação do *Heartland*. Nesse mesmo sentido, apontamos como sintomáticos os vários conflitos ocorridos nas áreas fimbrias, tendo a Rússia e seus aliados de um lado, e os membros da OTAN de outro. Após essa construção, concluímos que a Geopolítica atual segue sendo influenciada pela Teoria do Poder Terrestre, uma das mais importantes e prestigiadas desse campo de estudos da Geografia.

#### A Formulação da Teoria do Poder Terrestre na primeira metade do século XX

O alvorecer do século XX trouxe consigo a então cada vez mais tensa disputa entre impérios europeus e o receio da eclosão de novas guerras, as quais fariam o uso das novas tecnologias e o desenvolvimento material que esses países experimentavam pelo menos desde o último quartil dos anos 1800. A recente divisão da África na Conferência de Berlim não havia premiado de modo equânime todos seus participantes, deixando claro as diferenças de poder entre esses impérios.

Do ponto de vista britânico, a situação parecia confortável, já que havia conquistado uma grande porção da África e detinha o controle sobre a Índia, Austrália e Canadá, além de outros pequenos territórios e ilhas ao redor do globo e em todos continentes. No entanto, no interior do Império onde o sol nunca se punha, havia a apreensão quanto ao surgimento de futuros rivais que colocariam em xeque o domínio britânico sobre o globo.

Preocupado com o futuro do Império Britânico, o geógrafo inglês Halford Mackinder (1861 – 1947) antevia grandes desafios ao longo do século XX. Do ponto de vista de

Mackinder, a principal ameaça aos domínios da monarquia britânica era o surgimento de um oponente eurasiático com domínios contíguos, que contraporaria as possessões inglesas espalhadas pelo globo e dependentes de sua força naval. Mackinder aponta para a região da Ásia Central como origem da possível ameaça, de onde, como a história mostrava, haviam partido diversas ondas de invasões e conquistas da Europa por povos montados a cavalo.

Em 1904, Mackinder apresenta pela primeira vez sua ideia à Real Sociedade Geográfica, em um artigo intitulado “*The Geographical Pivot of History*”. Sua abordagem aponta para o eminente risco do surgimento de um império de grandes dimensões terrestres, que abarcaria porções da Europa e do centro da Ásia, dominando um imenso território rico em recursos naturais que lhe proporcionaria uma grande vantagem na disputa pelo domínio mundial. Naquele momento, o império russo dominava parte desse território, mas há tempos sofria crises internas, com dificuldades econômicas e políticas. No entanto, na porção europeia, a Alemanha que havia se unificado a apenas três décadas, se desenvolvia rapidamente, com avanços industriais que rivalizavam com o das nações europeias industrializadas há mais de um século. Nesse sentido, o risco estaria entre a união do potencial industrial alemão e das reservas naturais do território russo, que juntas se tornariam um poder insuperável para as demais potências mundiais.

A região idealizada por Mackinder nesse primeiro trabalho recebeu o nome de Área-Pivô (*Pivot Area*), com o título *Heartland* aparecendo apenas de forma descritiva e não como o termo técnico que ganharia proporções estratégicas posteriormente. Já nesse primeiro momento são colocadas em perspectiva a oposição entre o Poder Terrestre e o Poder Naval em uma das mais importantes discussões da Geopolítica mundial. Mackinder concorda com o Almirante Alfred T. Mahan, autor de *The influence of Sea Power Upon History*, que os avanços tecnológicos da indústria naval do século XIX haviam proporcionados um grande salto para o comércio mundial. No entanto, o britânico apontava que as ferrovias dariam o passo seguinte para prover as ligações no interior dos continentes, dando a mobilidade necessária para transmutar o poder terrestre e, principalmente, garantir o acesso a vasta e rica região interior do continente euroasiático (MACKINDER, 1904). Seria sobre a terra e não sobre o mar que as grandes potências construiriam seu poder para se estabelecer como dominantes no futuro. Como aponta Leonel Itaussu:

Segundo Mackinder, a exploração dos imensos recursos daquela região basilar daria ao Estado que a controlasse condições para desenvolver uma economia autárquica e um inexpugnável poder terrestre. Entroncheado no coração do Velho Continente, esse poder terrestre autossuficiente poderia resistir ao assédio e às pressões do poder marítimo, cujo raio de ação limitava-se às ilhas próximas e regiões costeiras da Eurásia. (MELLO, 2015, p. 16)

Diferentemente de outros teóricos da Geopolítica, Mackinder viveu para poder lapidar sua teoria a luz dos conflitos mundiais, promovendo revisões e atualizações de seus principais conceitos. Assim, sua ideia de Área-Pivô é transformada definitivamente em *Heartland* na publicação intitulada “*Democratic Ideals and Reality*”, de 1919. É esse termo que assume papel chave para compreender sua teoria e a importância dos demais espaços terrestres. Segundo Mello:

A noção de *Heartland* – que pode ser entendida como área-pivô, região-eixo, Terra Central ou coração continental – é o conceito-chave que constitui a pedra de toque da teoria do poder terrestre. A rigor, todos os demais conceitos dessa teoria – Grande Oceano (*Great Ocean*), Ilha Mundial (*World Island*), Crescente Interno (*Inner Crescent*), Crescente Externo (*Outer Crescent*) e Oceano Central (*Midland Ocean*) – só adquirem plena significação geopolítica e estratégica em sua relação com esse conceito basilar. (MELLO, 2015, p.44)

Ainda nessa obra, Mackinder registra a frase que marcaria sua produção acadêmica e se tornaria a síntese e argumento principal da teoria do Poder Terrestre: “Quem governa o Leste Europeu comanda o *Heartland*; quem governa o *Heartland* comanda a *World Island*; quem governa a *World Island* comanda o mundo” (MACKINDER, 1962 p. 106, tradução nossa). Essa mensagem teria impacto direto nas estratégias das grandes potências e conflitos futuros.

Em 1943, em novo trabalho do autor, Mackinder define o *Heartland* em seu mapa como território próximo ao da URSS. Ao longo dos trabalhos, os traçados e dimensões do *Heartland* foram alteradas, com seu tamanho substancialmente reduzido, saindo de uma posição fortemente asiática para assumir uma condição mais ocidental, ligada a territórios do leste europeu (MELLO, 2015). Mesmo após essas mudanças, Mackinder comenta que não há uma definição geográfica precisa e que “o *Heartland* é a parte norte e o interior da Eurásia. Estende-se desde a costa do Ártico até os desertos centrais e tem como limites ocidentais o

amplo istmo entre o Mar Báltico e o Mar Negro” (MACKINDER, 1943, p. 598, tradução nossa).

A teoria de Mackinder passou a ser apreciada e ganhar adeptos não só na Inglaterra, mas principalmente fora dela, onde a construção do poder terrestre fazia sentido para o futuro do país. Como aponta, Mello (2015), as concepções sobre a dominação da vasta região euroasiática e suas consequências para o futuro das grandes potências foi de importante valia para as ideias de Karl Haushofer e a escola de geopolítica alemã, vindo a influir no pacto de não agressão entre Alemanha e União Soviética e no desenrolar da Segunda Guerra.

Haushofer direta e indiretamente havia influenciado o alto comando nazista com suas ideias, com o qual viriam a formalizar o Pacto Ribentrop-Molotov, em agosto 1939, dias antes da eclosão da Segunda Guerra. No pensamento de Haushofer, esse pacto seria a materialização do poder territorial com o qual se tornariam imbatíveis. No entanto, as diferenças ideológicas e a mudança de objetivos da Alemanha após o fracasso da tentativa de subjugar a Inglaterra, levaram ao rompimento do acordo com a URSS e a abertura da frente oriental.

Durante o conflito, a expansão alemã para o leste europeu, em busca dos territórios que conformariam seu espaço vital – o *Lebensraum* – tinha como pano de fundo, também, a dominação do *Heartland*. No entanto, a reação soviética, expulsando as tropas germânicas de suas terras, e a posterior derrota alemã em 1945, garantiu à URSS os domínios dessa posição chave, estendendo seus territórios desde o Leste europeu até o extremo oriente, concretizando assim os temores de Halford Mackinder.

Do outro lado do Atlântico, os EUA observavam com atenção o avanço soviético sobre a Europa. Para seus estrategistas, estava claro que após a derrota alemã, a URSS estaria em vantagem e se tornaria uma possível ameaça para as potências ocidentais. Nesse aspecto, a figura de Nicholas Spykman (1893 – 1943) tem importância ímpar. Morto ainda durante o conflito, em 1943, Spykman com muita habilidade anteviu o surgimento dessa ameaça, traçando as ações que deveriam ser desenvolvidas pelos EUA ao fim da Guerra, de modo a garantir os interesses dessa nação.

Sua principal obra, *America's Strategy in World Politics*, publicada em 1942, como aponta Mello (2015, p. 109) “A proposta do geógrafo americano era uma espécie de Doutrina Monroe geopolítica, levada às últimas consequências pela lógica da guerra”. Tal como Mackinder, utilizando-se de uma cartografia temática original, demonstra suas preocupações

com o cercamento do continente americano por forças do Extremo Oriente e Europa em um movimento de pinça, o que se torna o argumento para o que se tornaria sua proposta de Defesa Hemisférica (SPYKMAN, 2008).

Enquanto Mackinder havia se concentrado no centro da Ilha Mundial, como ponto chave para controle do mundo, Spykman aborda a questão de maneira diferente, apontando sua atenção para as bordas do continente eurasiático como mais relevantes para a conquista do controle mundial. A região chamada por Mackinder de *Inner Crescent*, é renomeada por Spykman de *Rimland*, ganhando a importância estratégica antes atribuída pelo geógrafo inglês ao *Heartland*. Ao substituir o *Heartland* pela *Rimland*, Spykman altera a famosa frase de Mackinder para demonstrar a importância de suas ideias para a estratégia global:

Em outras palavras, nunca houve na realidade uma esquemática oposição poder terrestre *versus* poder marítimo. O alinhamento histórico sempre foi de alguns membros do *Rimland* com a Grã-Bretanha contra outros membros do *Rimland* com a Rússia. Ou então Grã-Bretanha e Rússia juntas contra um poder dominante do *Rimland*. O ditado de Mackinder “Quem controla a Europa Oriental domina o *Heartland*; quem controla o *Heartland* domina a *World Island*; quem controla a *World Island* domina o mundo” é falso. Se é para ter um *slogan* para a política de poder no Velho mundo, este deve ser “Quem controla o *Rimland* domina a Eurásia; quem domina a Eurásia controla os destinos do mundo. (SPYKMAN, 1944, p. 43 *apud* MELLO, 2015, p.121)

Com o fim da Segunda Guerra a configuração territorial das potências mundiais havia sido alterada. Assim, a nova distribuição de territórios colocava frente a frente os antigos aliados e abria caminho para a conformação de novas alianças. Além disso, o fim do conflito mundial havia inaugurado também a era nuclear, com o qual as novas alianças e as rivalidades deveriam levar em conta. Dessa maneira, estava aberto um novo período de tensão mundial que seria amplamente influenciado pela teoria de Mackinder e pelos autores que ele influenciou.

## **A GUERRA FRIA E A DOMINAÇÃO DO HEARTLAND**

Com a consolidação da influência dos soviéticos por toda a Europa oriental, o receio das potências europeias, mas principalmente dos EUA, de que essa condição em breve levaria a um novo conflito, mobilizou-os de forma a contrapor-se ao que viam como a ameaça

soviética. Nesse sentido, a ideia do *Rimland* de Spykman passa a permear o pensamento de pensadores ocidentais, como o de George Kennan, formulador da Estratégia da Contenção, a qual se tornaria a estratégia norteadora do bloco ocidental durante o período da Guerra Fria.

George F. Kennan (1904-2005) era um diplomata e membro do Departamento de Estado dos EUA. Suas ideias iniciais sobre a Rússia são formuladas em 1946, quando em missão diplomática no país escreve o que ficou conhecido como o “Longo Telegrama”, um dos textos que iriam embasar a política oficial dos EUA nos primeiros anos da Guerra Fria. No telegrama, Kennan lança observações em relação ao raciocínio soviético a respeito de sua percepção sobre conflitos, segundo o autor tendiam a evitar adversários que se mostrassem fortes e dispostos a utilizar a força (KENNAN, 1946). Assim, Kennan orienta uma política de força para conter os ímpetus expansionistas soviéticos e defender os países europeus, que se encontravam amedrontados e carentes de uma liderança.

Kennan, na sequência, é ainda mais incisivo em seu pensamento sobre as ações dos EUA com relação aos soviéticos. Escondendo-se sob o pseudônimo de *Mr. X*, Kennan aponta que “Nestas circunstâncias, é claro que o principal elemento de qualquer política dos Estados Unidos em relação à União Soviética deve ser o de uma contenção de longo prazo, paciente, mas firme e vigilante das tendências expansivas russas” (MR. X, 1987, p. 861, tradução nossa). A palavra “contenção” usada por Kennan dava a entender que “[...] a ideia era impedir que a União Soviética usasse o poder e a posição que conquistou como resultado desse conflito para reformular a ordem internacional do pós-guerra [...]” (GADDIS, 2005, p.4, tradução nossa). Por fim, “O objetivo final era construir uma ordem internacional composta de centros independentes de poder, nos quais as nações sujeitas à pressão soviética teriam os meios e a vontade de resistir a si mesmos” (GADDIS, 2005, p.5, tradução nossa).

A incorporação das ideias de Kennan é perfeitamente perceptível na leitura do documento secreto apresentado pelo *National Security Council* ao então presidente dos EUA, Harry Truman, em abril de 1950, conhecido como NSC-68. Ainda que os formuladores desse documento apresentassem divergências em relação ao modo de implementar as ideias de Kennan, a influência da Estratégia da Contenção para o desenvolvimento da política oficial dos EUA nesse período é notável (GADDIS, 2005).

Como aponta Gaddis (2005), Kennan pensava a contenção como uma mistura de medidas políticas, econômicas, psicológicas e militares. Segundo Brzezinski (2009), Kennan argumentava que a ameaça da União Soviética era predominantemente política e não militar,

de modo que a excessiva militarização não deveria ser a resposta ocidental para a contenção. No entanto, os formuladores do NSC-68 só viam sentido em exercer pressão através da força bélica, já que uma contenção que não fosse baseada na força militar seria apenas um blefe (NSC-68, 1950), tornando as questões políticas e econômicas elementos secundários ou mesmo figurativos.

O resultado dessa interpretação do “modo de implementar” a contenção contida no documento NSC-68 (1950) é a construção de uma força militar capitaneada pelos EUA capaz de fazer frente à um ataque soviético. Segundo esse documento, a única opção viável para os EUA seria:

Uma construção mais rápida da força política, econômica e militar do mundo livre do que a prevista em um, com o propósito de alcançar, se possível, estado tolerável de ordem entre as nações sem guerra e preparando-se para defender-se no caso de o mundo livre ser atacado. (NSC-68, 1950, p. 44, tradução nossa)

Apesar de apresentar questões políticas e econômicas como importantes para a organização dos aliados para a efetividade do processo de contenção, as capacidades militares dos EUA e de outros países do chamado “mundo livre” eram colocadas na dianteira das necessidades, já que se entendia que: “a construção das capacidades militares dos Estados Unidos e do mundo livre é uma pré-condição para a realização dos objetivos delineados neste relatório e para a proteção dos Estados Unidos contra o desastre” (NSC-68, 1950, p. 49, tradução nossa). E segue desenvolvendo a ideia de defesa dos países aliados:

Estes, por sua vez, requerem um escudo militar adequado sob o qual eles possam se desenvolver. É necessário ter o poder militar para impedir, se possível, a expansão soviética, e para derrotar, se necessário, ações agressivas soviéticas ou dirigidas pelos soviéticos de caráter limitado ou total. (NSC-68, 1950, p. 54, tradução nossa)

O aumento da chamada “capacidade militar” dos países aliados viria a ser implementado com a ajuda de material militar, treinamento, construção de bases dos EUA em seus territórios, bem como a formação das alianças militares ou Organizações de Cooperação em Defesa (OCD’s), através das quais o material bélico seria recebido. Essas OCD’s viriam a se tornar os principais mecanismos de contenção da URSS na primeira metade da Guerra Fria.



Em 1950, ano em que é redigido o documento NSC-68, a primeira dessas organizações já havia sido criada, a OTAN, em 1949. Criada para proteger a Europa ocidental, considerada como a área industrial mais vital do “mundo livre” fora os EUA, a OTAN formava a primeira linha de defesa do ocidente contra uma agressão da URSS. Além disso, a OTAN viria a complementar os acordos firmados junto ao Canadá, tornando toda área do Atlântico Norte, Alaska e parte do Ártico como uma região defendida pelos EUA. Tendo como base a OTAN, a primeira dessas organizações após ela foi a ANZUS, formada em 1951 por Austrália, Nova Zelândia e EUA. O então secretário de Estado Dean Acheson tinha como objetivo utilizar essas organizações para influenciar a balança de poder das relações Leste-Oeste. Na sequência:

Durante o governo de Eisenhower, seu sucessor, John Foster Dulles, estendeu o sistema da aliança, por meio da SEATO — Southeast Asia Treaty Organization, ou Organização do Tratado do Sudeste Asiático — para o Sudeste Asiático (1954) e do Pacto de Bagdá para o Oriente Médio (1955). Efetivamente, a contenção veio a ser tida como equivalente à construção de alianças militares em torno da periferia soviética através de dois continentes. A ordem mundial viria a consistir no confronto entre duas superpotências incompatíveis — cada uma delas organizou uma ordem internacional no interior da sua esfera. (KISSINGER, 2015, p. 286-287)

A partir da formação da SEATO (1954) e do Pacto de Bagdá, oficialmente nominada de Organização do Tratado Central (CENTO) (1955), essas duas organizações formavam, em conjunto com a OTAN, um perímetro de contenção da URSS no interior da massa eurasiática, tal como previra Spykman na elaboração da *Rimland*. A China também viria a colaborar com esse aparato de contenção após o rompimento das relações sino-soviéticas nos 1960 e posterior aproximação com os EUA, na década seguinte. Os EUA contavam ainda com a ANZUS, formada junto com a Austrália e Nova Zelândia, em 1951. Por seu turno, a União Soviética formou o Pacto de Varsóvia, em 1955, como uma reação natural às alianças que haviam se construído nos limites de suas fronteiras. Todas essas organizações tinham caráter eminentemente defensivo. No entanto, tal eram as relações entre os aliados das organizações ocidentais, que uma agressão a um de seus membros por parte da URSS, teria o potencial de desencadear uma reação em cadeia que levaria os países membros dessas alianças a um conflito mundial.

É relevante destacar que as organizações mais desenvolvidas, a OTAN e o Pacto de Varsóvia, tinham seu foco orientado para o território europeu. Já a ANZUS, SEATO e

CENTO tiveram dificuldades em se estabelecer como organizações efetivas e sofreram com os conflitos ocorridos próximos aos territórios de seus membros, como a Guerra da Coréia, Vietnã e as diversas crises no Oriente Médio. Como resultado, essas organizações se esfacelaram ao longo das décadas seguintes em meio às divergências e à falta do apoio prometido pelos EUA.

É evidente que a construção das Organizações e Cooperação em Defesa durante o período da Guerra Fria obedeceu às teorias formuladas na primeira metade do século XX que denotavam importância estratégica para a Eurásia. Desde Mackinder no início do século, passando por Spykman nos anos 1940 e ainda na mesma década, por George Kennan, a Eurásia esteve no centro das atenções e do grande jogo da geopolítica mundial. Como conclui Mello (2015):

são indubitavelmente muito fortes – para não dizer evidentes – os indícios de que a matriz teórica sintetizada na oposição *Heartland-Rimland* inspirou a visão geopolítica e estratégica presente nos pactos militares multilaterais que foram o auge da Guerra Fria.

É igualmente patente que a mesma concepção norteou também as alianças militares com o Japão, Coreia do Sul, Taiwan e Filipinas, países estrategicamente situados na orla do Pacífico e parte integrante do denominado “perímetro de segurança” americano no Extremo Oriente. (MELLO, 2015, p. 126-127)

O fim da Guerra Fria e o desmantelamento do Pacto de Varsóvia e União Soviética ao longo do biênio 1989-1991, no entanto, não marcou o fim dos interesses sobre a grande massa de terra formada pela Europa e Ásia. Pelo contrário. A falência da superpotência socialista permitiu que outros atores se aproveitassem desse momento para lançar suas próprias estratégias de dominação. Assim, a disputa pela Eurásia adentrou o século XXI tão atual quanto na época em que Mackinder se debruçou sobre sua importância, em 1904.

## **A ATUAL DIMENSÃO E APLICABILIDADE DA TEORIA DO PODER TERRESTRE**

O período de prosperidade nas relações internacionais prometido nos anos 1990 após o fim das tensões entre países capitalistas e socialistas não se tornou realidade. Simbolicamente representado pelo livro de Francis Fukuyama chamado de “*The End of History and the Last Man*”, lançado em 1992, a aposta no livre mercado como fator de pacificação global caiu por

terra ainda nos anos 1990, quando tensões em diversas partes do mundo demonstraram que as motivações para conflitos haviam apenas se modificado e, em muitos casos, permanecido os mesmos.

Mais do que isso, a condição dos EUA como única superpotência global não favorecia ao conjunto de nações que sofriam com sua ingerência. Assim, como previa Mearsheimer (2001) na virada do século, o mundo deveria experimentar uma tentativa das grandes potências de contrapor o poder dos EUA, e que a busca pelo equilíbrio de poder levaria o mundo a uma condição mais propensa aos conflitos.

Do ponto de vista estratégico, os EUA não alteraram sua visão do que fazer e de como fazer para permanecer como a liderança mundial. Segundo Layne (2004), os EUA mantêm a mesma estratégia empregada no período da Guerra Fria, a da preponderância, baseada em uma proeminente liderança política, militar e econômica. Para tanto, os EUA não puderam abrir mão do controle da OTAN e das alianças firmadas com Japão e Coreia do Sul. Segundo Zbigniew Brzezinski:

A geopolítica passou da dimensão regional para a global, com preponderância em todo o continente eurasiático servindo como base central para a primazia global. Os Estados Unidos, uma potência não eurasiática, agora gozam de primazia internacional, com seu poder diretamente implantado em três periferias do continente eurasiático, do qual exerce uma poderosa influência sobre os estados que ocupam o interior da Eurásia (BRZEZINSKI, 1997, p. 39).

Assim, o aparente novo momento das relações internacionais iniciado no século XXI, de fato, apenas trazia a velha estratégia de dominação da Eurásia sob uma nova roupagem, usando novos argumentos e inimigos para justificar as operações no continente. De modo prático, podemos observar essa disputa se desenvolvendo por meio de vários fenômenos, estratégias e conflitos que se apresentaram ao longo das últimas duas décadas.

Em um primeiro plano, a Organização do Tratado do Atlântico Norte talvez seja a mais emblemática representação da continuidade da estratégia de dominação do *Heartland/Rimland*.

Após um breve período nos anos 1990 cumprindo com o acordo verbal feito com a Rússia, de que a organização não incorporaria países do leste europeu, a Polônia, Hungria e República Tcheca foram aceitos formalmente como membros da OTAN em 1999. Cinco anos depois, em 2004, Bulgária, Estônia, Letônia, Lituânia, Romênia, Eslováquia e Eslovênia foram

incorporadas à aliança. Em 2009, Albânia e Croácia foram aceitas e em 2017, Montenegro ingressou na organização. Em 2020, após o aval da Grécia, com quem a Macedônia detinha um conflito diplomático, o país se tornou o trigésimo membro da OTAN.

Esse movimento rumo ao leste desagradou profundamente a Rússia, que passou de uma momentânea condição de colaboração com a OTAN nos anos 1990, para uma posição defensiva e denunciante da agressão que representava sua expansão. A partir dos anos 2000, a reativação de programas estratégicos de rearmamento da Rússia, já sob a presidência de Vladimir Putin, foi orientada em clara reação ao movimento da OTAN rumo as suas fronteiras. Dessa forma, a renovação do arsenal convencional e nuclear russo, e o posicionamento de suas forças no Oeste do país e em posições estratégicas, como Kaliningrado, teve como objetivo fornecer uma resposta adequada aos movimentos da organização ocidental.

No extremo oriental da Eurásia, a China, por seu turno, também fornece sinais evidentes de sua atenção a massa de terra que fica em suas fronteiras. Tal como aponta Mello (2015) a China pode se tornar efetivamente uma potência anfíbia, absorvendo todas as vantagens dos recursos fornecidos pelas reservas continentais, ao mesmo tempo que detém acesso a saídas por mar. Tendo logrado um crescimento econômico significativo desde os anos 1980, a partir da virada do século, a China também passou a ampliar sua capacidade militar e incrementar as infraestruturas que para assegurar as vantagens de sua posição geográfica.

A *Belt and Road Initiative*, conhecida como “nova rota da seda”, tem a missão de construir as ligações de infraestrutura baseada em rodovias, ferrovias, portos e rotas marítimas que se estendem do território chinês até o continente europeu, com ramificações por toda a Eurásia. Em especial, as ferrovias merecem destaque, já que deverão ser utilizadas pelos chineses para ampliar o fluxo comercial com a Europa, utilizando o sistema que Mackinder previa ser a principal vantagem da massa continental. Do ponto de vista militar, merece destaque o crescimento da presença chinesa na sua orla marítima, com a ocupação de várias ilhas no Mar da China Meridional e a criação de bases militares nesses territórios.

Juntos, Rússia e China também se unem em torno de uma Organização de Cooperação em Defesa, a Organização de Cooperação de Xangai (OCX), ou Pacto de Xangai. Já mencionado como um “pacto Anti-OTAN”, a OCX representa uma tentativa chinesa, com apoio russo, de formar um espaço de diálogo e cooperação com países do seu entorno

estratégico, assegurando ambiente de paz para o desenvolvimento da economia chinesa. Eventualmente, com o desenvolvimento de exercícios militares entre seus membros como já executados, há a possibilidade de que a cooperação se desenvolva para uma efetiva aliança militar. Nesse sentido, a Rússia, por seu lado, mantém sua própria OCD junto a antigas Repúblicas Soviéticas, a Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC), que justamente tem o objetivo de fornecer a proteção conjunta, ao mesmo tempo que assegura um grupo de aliados que não se juntará à OTAN.

Nos últimos 20 anos, os conflitos que se desenvolveram na Eurásia podem ser associados à disputa de influências das grandes potências que se guiam pelo controle desse território para conseguir a dominação mundial. Assim, os conflitos da Chechênia (1999-2008), Afeganistão (2001-presente), Iraque (2003-2011), Geórgia (2008), Síria (2011-presente) Ucrânia (2014-presente), os protestos na Bielorrússia e até mesmo os mais recentes conflitos, como o envolvendo a Armênia e o Azerbaijão, detém elementos que se ligam tanto aos interesses das grandes potências, como a participação das Organizações de Cooperação em Defesa atuando no continente eurasiático.

Como visto nos conflitos da Geórgia, em 2008, e da Ucrânia, iniciado em 2014 e que segue sem definição sob o controle de áreas do leste da Ucrânia, os interesses da Rússia e dos membros da OTAN são os combustíveis dessas confrontações. A defesa dos interesses russos, que declaradamente visam a defesa de seus concidadãos vivendo em territórios vizinhos, mas que claramente tem o objetivo impedir o cercamento do país por nações e alianças hostis. O apoio da OTAN, tanto para Geórgia como para Ucrânia, no princípio, indireto, foi posteriormente desvelado, inclusive com a assinatura de protocolos de colaboração com essas nações.

Ao mesmo tempo, a intervenção da OTAN em nações aliadas da Rússia, como a Síria, tem sido rechaçada pelo apoio direto das forças armadas russas, evidenciando a forte oposição entre os interesses desses polos de poder. A China, por seu turno, não se envolve diretamente nessas tensões, tendo optado por ser um agente *low profile*, fornecendo inteligência, recursos financeiros e militares para os lados que lhes interessam nesses conflitos.

Com a ampliação das tensões entre EUA, Rússia e China, as perspectivas para a Eurásia são de continuidade da ocorrência de disputas, que deverão se materializar em quaisquer países desse continente no qual os interesses dessas potências convirjam, com resultados imprevisíveis. A isso se soma as novas formas de influência sobre os possíveis

alvos, com abordagens indiretas e o uso de tecnologias para atingir os objetivos (KORYBKO, 2018).

O que é possível prever, é que as disputas vindouras ainda serão orientadas pela tentativa de controle do continente eurasiático, seja pelo encastelamento no interior do *Heartland*, pela tentativa de cercamento via *Rimland*, ou pela consagração em se tornar uma potência anfíbia, rompendo com o isolamento territorial e a ausência de acesso a águas navegáveis.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre o fim do século XIX e início do século XX, o estudo da Geopolítica esteve ligado à formulação de teorias orientadas à manutenção ou perseguição do poder pelas grandes potências. Essas teorias, eram voltadas para a dominação de territórios ou uso estratégico de armas que, caso bem-sucedida, garantiriam a supremacia mundial para uma nação no grande tabuleiro de xadrez mundial<sup>2</sup>. Assim, a Geopolítica ficou profundamente associada à dominação e ao imperialismo das grandes potências.

Dentre as ideias de dominação publicadas, a Teoria do Poder Terrestre, sistematizada por Mackinder no raiar dos anos 1900 e intensamente discutida e redesenhada por outros teóricos ao longo do século XX, permanece atual. Como comenta Mello (2015), Mackinder não é “cachorro morto”. Apesar de contar com mais de um século desde sua primeira apresentação, a teoria de Mackinder se constitui como fundamental para compreensão da geopolítica atual, expondo interesses das grandes potências e explicando o processo de formação de alianças, também denominadas de Organizações de Cooperação em Defesa.

A Rússia, maior herdeira do território soviético e fixada sobre os limites do *Heartland* mackinderiano ainda é uma ameaça para outras potências. Seu território, somado às reservas minerais e poderio militar, não podem ser subestimados para o cálculo de força. Além de deter importantes passagens terrestres para o comércio entre a Europa e a Ásia, o derretimento do ártico tornaria a passagem de navios pela costa russa um importante trunfo estratégico, fornecendo uma saída para o mar, ainda que sem liberdade total de navegação.

A oposição entre os interesses dos membros da OTAN e os membros da OTSC, liderados pela Rússia, se tornaram cada vez mais marcantes e inseridos nas questões internas

---

<sup>2</sup> Em alusão ao título do livro de Zbigniew Brzezinski, “*The Grand Chessboard*”, publicado em 1997.

dos países localizadas nas fimbrias do coração da Terra. Os recentes embates na Ucrânia, Bielorrússia e Armênia são sintomáticos dessa disputa. Já a China, enquanto se beneficiar da aliança com a Rússia será um importante parceiro para contrabalançar a influência ocidental no interior da Eurásia. Sua organização de cooperação, o Pacto de Xangai, deverá se tornar mais importante nos próximos anos, servindo de canal para a transferência de equipamentos militares e da influência chinesa no continente.

Ainda que a aplicabilidade das Teorias do Poder Naval e as diversas abordagens a respeito da Teoria do Poder Aéreo também mereçam análises atentas quanto a suas capacidades de influência no grande jogo geopolítico, a teoria criada por Mackinder, baseada na dominação da massa continental eurásiana para assumir a liderança mundial, continua influente nas estratégias das grandes potências. A combinação dessas teorias, tal como China tem se proposto a fazer, pode suscitar no sucesso delineado por Mackinder em 1904, com a dominação do mundo.

## REFERÊNCIAS

BRZEZINSKI, Zbigniew. *The Grand Chessboard: American primacy and its Geostrategic Imperatives*. New York: Basic Books, 1997.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da História e o último homem*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1992.

GADDIS, John Lewis. *Strategies of Cointainment*. New York: Oxford University Press, 2005.

KENNAN, George. *The Long Telegram* [22/02/1946]. Disponível em: <<https://bit.ly/20ZkXgl>>. Acesso em: 20/09/2020.

KISSINGER, Henry A. *Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2015.

KORYBKO, Andrew. *Guerras Híbridas*. Expressão Popular, São Paulo, 2018.

LAYNE, Christopher. “From Preponderance to Offshore Balancing”. In: ART, J; WALTZ, K. *The use of Force: Military Power and International Politics*. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, 2004.

MACKINDER, Halford J. “The geographical pivot of history (1904)”. *The Geographical Journal*, London, v. 170, n. 4, p. 298-321, December, 2004.

MACKINDER, Halford J. “The Round World and the Winning of the Peace”. *Foreign Affairs*, vol. 21, n. 4, July, 1943.



MACKINDER, Halford J. *Democratic ideals and reality: a study in the politics of reconstruction*. London: Constable Publishers, 1962.

MEARSHEIMER, John J. *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: W.W. Norton & Company, 2001.

MELLO, Leonel I. A. *Quem: tem medo da Geopolítica?* 2ª edição. São Paulo: Hucitec Editora, 2015.

MR. X. "The Sources of Soviet Conduct". *Foreign Affairs*, vol. 65, n. 4, Spring, 1987.

NSC-68. *A Report to the National Security Council - NSC 68*. April 12, 1950. President's Secretary's File, Truman Papers. Disponível em: <[https://www.trumanlibrary.org/whistlestop/study\\_collections/coldwar/documents/pdf/10-1.pdf](https://www.trumanlibrary.org/whistlestop/study_collections/coldwar/documents/pdf/10-1.pdf)>. Acesso em 15/09/2020.

SPYKMAN, Nicholas J. *America's Strategy in World Politics*. New Brunswick: Transaction Publishers, 2008.

## O FATOR GEOPOLÍTICO-TERRITORIAL NAS REGIÕES POLARES

Rogério Madruga Gandra<sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

De uma perspectiva histórico-contemporânea, as regiões ártica e antártica presenciaram, e presenciam, um processo de apropriação territorial sui generis, podendo ser caracterizado como tardio, em função do incipiente conhecimento geográfico e cartográfico que se tinha; complexo, em função de um certo “determinismo geográfico”, que ainda desafia o suporte logístico-tecnológico dos Estados, impedindo uma exploração econômica plena e o estabelecimento de colônias ou assentamentos; contraditório, sempre que a dimensão científico-ambiental se sobrepõe a uma dimensão econômica; e, sobretudo, ambíguo, devido à ausência de uma legislação internacional específica para regular a soberania daquelas regiões, aliada à existência de regimes internacionais que apenas congelaram ou acomodaram as reivindicações territoriais, como é o caso do Tratado Antártico.

A dinâmica territorial das regiões polares, embora possa ser interpretada como um fenômeno espacial peculiar, tem a sua gênese vinculada à emergência do mercantilismo colonial dos séculos XV e XVI, cerne do denominado sistema-mundo moderno colonial (WALLERSTEIN, 1980), sobre o qual se estabeleceu o espaço geográfico fragmentado e hierarquizado a partir de uma relação centro (Estados hegemônicos, metrópoles...) - periferia (colônias).

O contexto geopolítico das regiões polares não pode ser analisado à margem desse pressuposto colonial-imperialista, ao qual está atrelado esse complexo processo de apropriação territorial, que, ao longo das últimas décadas, tem se mostrado mais litigioso, principalmente no Ártico, onde o fenômeno das mudanças climáticas, o esgotamento de recursos não renováveis na escala global e a ascensão de novos atores no sistema internacional têm orquestrado o ritmo de uma nova geopolítica polar, relativizada pelas

---

<sup>1</sup> Possui doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tem experiência no ensino e pesquisa na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, Geografia Política e Geopolítica. Desenvolve pesquisa na área de geopolíticas das Regiões Polares, em especial Geopolítica Antártica. Pesquisador do Centro Polare Climático da UFRGS e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia da Criosfera. Linha de pesquisa: análise ambiental e territorial.

características políticas, econômicas, científicas e ambientais inerentes a cada região. Em outras palavras, não existe um contexto (geo)político-territorial homogêneo nas regiões polares; embora se possa perceber determinados padrões de análise e elementos de conexão (reivindicação territorial, dialética científico-ambiental e exploração de recursos naturais), a questão geopolítico-territorial nas regiões polares pressupõe dinâmicas histórico-geográfico-espaciais distintas, resultando na análise de contextos geopolíticos específicos, ou seja: uma geopolítica antártica e uma geopolítica do Ártico.

## **PRESSUPOSTOS DA GEOPOLÍTICA ANTÁRTICA**

Com as primeiras reivindicações territoriais, no início do século XX, o contexto geopolítico na região antártica ganhou contornos mais nítidos. Determinado pelo vetor econômico, esse processo de reivindicações vai coincidir com o chamado primeiro ciclo baleeiro, que se estendeu de 1904 a 1920 (HANSON; GORDON, 1998, pp. 202-208). O espaço antártico, assim como ocorreu com o continente africano, se torna refém de uma cartografia produzida a partir de uma lógica colonial-imperialista (Figura 1). Dos sete Estados reivindicantes<sup>2</sup>, três se destacam devido à sobreposição de seus territórios reclamados: Chile,

Argentina e Reino Unido. O Chile foi um dos primeiros Estados a rascunhar, em 1906, atos oficiais de reivindicações territoriais na região austral, travando um litígio antártico com a Argentina. Paralelamente, o Reino Unido comunica à Noruega suas pretensões antárticas. Dois anos mais tarde, após as fracassadas negociações entre argentinos e chilenos, o Reino Unido promulga, em 1908, a primeira de suas Cartas Patentes, “configurando-se na primeira delimitação unilateral de reivindicação antártica” (BARNES 2000, p.4).

Assim, o Reino Unido anexou todas as ilhas e territórios antárticos, a partir da esfera geográfica das Malvinas/Falklands até o Polo Sul geográfico, compreendendo uma faixa longitudinal entre 20° e 80° oeste. O Reino Unido, segundo BECK (1986 p.54) se apoiou “em uma política de anexação de quase todo o continente antártico”, cujos interesses eram basicamente estratégicos e econômicos (atividade baleeira). Tais interesses levaram “a uma ampliação da influência e controle do espaço antártico, por meio de seus domínios na Commonwealth, ou seja, Austrália, Nova Zelândia e África do Sul” (VILLA, 2004, p.76).

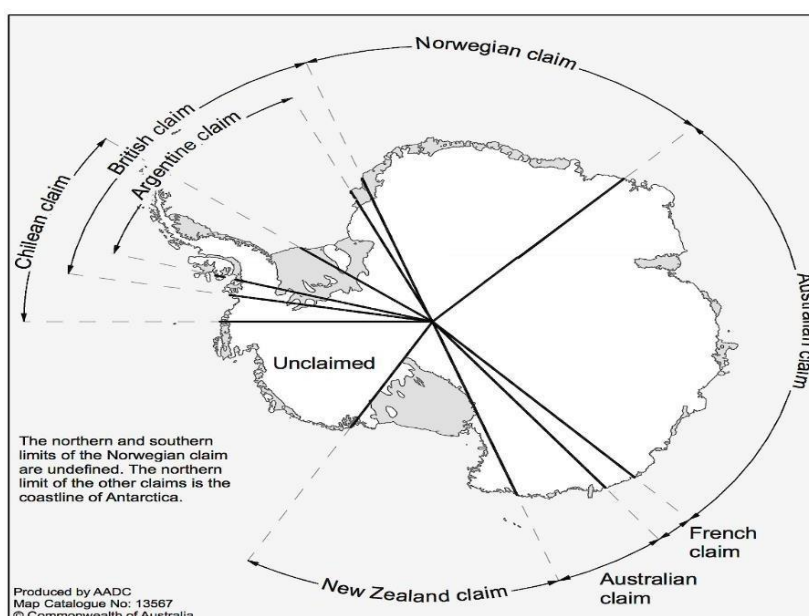
---

<sup>2</sup> Nota do autor: atualmente, há sete Estados-reivindicantes: Argentina, Chile, França, Reino Unido, Nova Zelândia, Austrália e Noruega.

Nessa geopolítica imperialista, o Reino Unido, através da Carta Patente de 30 de julho de 1923, proclamou sua soberania na região do mar de Ross, incluindo as ilhas e territórios adjacentes, entre 160° de longitude leste e 150° de longitude oeste, ao sul dos 60° de latitude Sul. Como consequência da Conferência Imperial Britânica (1926), as reivindicações do Reino Unido foram ampliadas, resultando na anexação da região situada entre os meridianos de 160° leste e 45° oeste (a partir da mesma latitude de 60° Sul), excluindo-se a Terra Adélie, que passaria para o controle australiano (BARNES, 2000, p.5).

A França reage, reivindicando seu território antártico, com base nas explorações de Dumont D'Urville, que descobriu a Terra Adélie (1838) e nas viagens de Jean Charcot, (início do século XX). Em 1924 as autoridades francesas elaboram uma estrutura jurídica para legitimar suas reivindicações antárticas, então subordinadas ao “território antártico australiano”. Em 1º de abril de 1938, a França aceita circunscrever os limites da Terra Adélie às ilhas e territórios entre os meridianos de 136° e 142° de longitude leste, mantendo-se a latitude de 60° Sul. O “imperialismo antártico”, patrocinado pelo Reino Unido, foi afetando, em maior ou menor grau, as relações desse Estado com as demais nações reivindicantes, inclusive com os Estados Unidos, seu tradicional aliado (BECK, 1986, p.54).

Figura 1: Cartografia das reivindicações territoriais na Antártida.



Fonte: <http://www.antarctica.gov.au/about-antarctica/people-in-antarctica/who-owns-antarctica>.(acesso 9/9/2020).

No que tange aos Estados Unidos, em relação à questão da soberania antártica, tiveram três atitudes anteriores ao Tratado Antártico (CHATURVEDI, 1996, pp.74-75). Até 1924, ainda não havia uma política oficial formulada; de 1924 a meados da década de 1930, passaram a defender a declaração feita em 1924 pelo Secretário de Estado Charles Evan Hugues, segundo a qual “a descoberta de terras desconhecidas para a civilização, mesmo quando combinadas com a tomada formal de posse, não suporta uma reivindicação válida de soberania, a menos que a descoberta fosse seguida por uma colonização”; de meados da década de 1930 até o fim da década de 1950, passou a incentivar (ainda que de uma forma oficial ambígua) seus exploradores a reivindicar regiões antárticas por eles descobertas, como as regiões de Marie Byrd (explorada pelo Almirante Byrd) e American Highland (explorada por Ellsworth). Essa nova postura geopolítica dos Estados Unidos já começava a ficar evidente em 1939, quando, às vésperas da 2ª Guerra Mundial, o Departamento de Estado sinalizava à Roosevelt a possibilidade de reivindicar, além das regiões supracitadas, parte ou totalidade da Península Antártica.

O presidente Roosevelt, por sua vez, implementou esforços político-econômicos para viabilizar a criação do Serviço Antártico dos Estados Unidos, cujo objetivo inicial era lançar a primeira expedição antártica norte-americana, conhecida como “Expedição Byrd”, cuja finalidade era realizar uma investigação sobre os recursos naturais da Antártida, tendo em vista que os Estados Unidos nunca reconheceram qualquer reivindicação de soberania naquela região (CHATURVEDI, 1996, p.75).

As pretensões exploratórias e territoriais dos Estados Unidos na Antártida se manifestaram quase que concomitante à Expedição Antártica Alemã. A Grande Depressão trouxe escassez de graxa e petróleo para a Alemanha, que, desde 1911, vinha tentando desenvolver a atividade baleeira no oceano Antártico, ocasião em que foi barrada em regiões reivindicadas pelo Reino Unido (CHATURVEDI, 1996, p.69). Em 17 de dezembro de 1938, Hitler determinou o envio de uma expedição alemã para a região antártica. Esse movimento alemão em direção à região austral foi interpretado como uma tentativa de consolidar a atividade baleeira alemã, através da instalação de uma base. Contudo, se o interesse de Hitler pela Antártida era despertado pelo potencial econômico da região, esse fato, por si só, já preconiza o reconhecimento da Antártida como um espaço vital (Lebensraum), necessário ao crescimento econômico-industrial do Terceiro Reich. Convém destacar que essa expedição da

Alemanha nazista coincide com o auge da escola alemã de geopolitik (CHATURVEDI, 1996, p.70).

Com o fim da Segunda Guerra, os Estados Unidos ampliam a sua presença na região antártica. A chamada operação High Jump (1946), primeira grande operação militar dos Estados Unidos no pós-guerra, teve duplo significado: representou uma inflexão na postura geopolítica estadunidense em relação à Antártida e, também, sinalizou uma clara advertência à expansão soviética no continente gelado<sup>3</sup>.

O Chile, por sua vez, também foi dando claros sinais (desde o início do século XX) de que estava disposto a permanecer efetivamente na região. Em 1940, por meio do decreto 1.747, de 6 de novembro de 1940, o presidente chileno Pedro Aguirre Cerda oficializou os limites do “território antártico Chileno” (delimitação atual, aproximadamente, entre 53° e 90° longitude oeste). A primeira expedição antártica chilena (1947) teve um caráter emblemático para as pretensões geopolíticas do Chile nesse processo: a fundação da sua primeira base antártica, na ilha Greenwich, denominada base naval “Soberania” (atualmente chamada de Arturo Prat). Em 1979, o Chile deu início à construção de uma pista de aterrissagem na ilha Rei George, se constituindo, até hoje, em estratégica estrutura de apoio logístico às aeronaves e expedições de outros países que mantêm bases na região: China, Brasil Argentina, Rússia, Uruguai, Coreia do Sul, Polônia e Peru.

No governo de Pinochet, em 1984, o Chile inaugurou a “Villa las Estrellas”, um complexo habitacional que atualmente inclui escolas e outras infraestruturas, como rede de internet. Esse complexo habitacional está situado na ilha Rei George, junto às bases chilenas, como a base Presidente Eduardo Frei.

O contexto antártico argentino tem seu prelúdio com a efêmera ocupação das ilhas Malvinas ou Falklands (1820-1833), logo após o seu processo de independência do domínio espanhol. Por conseguinte, a geopolítica antártica argentina deve ser analisada dentro de um contexto histórico-geopolítico mais amplo, ou seja, a partir da importância estratégica do Atlântico Sul e, principalmente, da questão das Malvinas/Falklands (CHILD, 1988, p. 74).

A geopolítica antártica argentina se confunde com a geopolítica chilena; seja pela similaridade de alegados princípios de soberania, como o da proximidade e o do prolongamento das fronteiras naturais (continuidade geológica), seja em razão da

---

<sup>3</sup> A União Soviética vinha se manifestando politicamente sobre a questão antártica desde 1939, quando ocorreu a reivindicação norueguesa. (CASTRO, 1976, p.102).

solidariedade de pressupostos geopolíticos, como o da “tricontinentalidade”, ou seja, um ente geopolítico composto por uma parte continental sul-americana, uma parte insular e a Antártida (CHILD, 1988, p.77). A ideia da tricontinentalidade deixa evidente o controle da porta de entrada do Pacífico e do Atlântico, através de 3 rotas transoceânicas: o estreito de Magalhães, o canal de Beagle e a Passagem de Drake. Todavia, se a Península Antártica pode ser considerada a porta de entrada para o continente antártico, “quem controla o sudeste do Pacífico e a Passagem de Drake, comanda a Península Antártica; quem controla a Península (heartland), comanda a Antártida” (CHILD, 1988, p.117).

Diferentemente do Ártico, a questão antártica, seja do ponto de vista das reivindicações territoriais, seja da perspectiva de exploração dos seus recursos naturais/minerais, encontra-se, atualmente, regulada pelo Sistema do Tratado Antártico, cujo cerne é o próprio Tratado Antártico. Esse tratado, estabelecido em Washington (1959), preconiza o uso pacífico e desmilitarizado da região antártica, sob um pressuposto de cooperação científica internacional. A intervenção científica na Antártida, que nasce atrelada à realização do Primeiro Ano Polar<sup>4</sup> (de iniciativa do império austro-húngaro, 1882-1883) e à chamada “Era Heroica” das explorações antárticas (que culminou na conquista do polo sul geográfico, em 1911, pelo norueguês Roald Amundsen), ganhou maior profundidade e conotação (geo)política com o advento do Ano Geofísico Internacional (1957-1958). Caracterizado por investigações científicas interdisciplinares, sem precedentes, o Ano Geofísico Internacional mobilizou milhares de pesquisadores, de 67 países; embora atingindo várias regiões do planeta, seu foco estava nas regiões polares, em especial na região antártica. O sucesso das pesquisas do Ano Geofísico Internacional repercutiu não apenas na construção do pressuposto científico que fundamenta o Tratado Antártico, mas, também, resultou na criação do Comitê Científico sobre Pesquisa Antártica (Scientific Committee On Antarctic Research,- SCAR), em 1958, que atualmente regula a pesquisa científica naquela região.

O Ano Geofísico Internacional também desvelou o implícito caráter geopolítico da ciência antártica: ao instalar suas estações de pesquisa, os Estados Unidos e a União Soviética levaram em consideração a cartografia das reivindicações territoriais pré-existentes. Os Estados Unidos instalaram a sua estação no polo sul geográfico, não só para demonstrar sua capacidade logístico-tecnológica, mas também para neutralizar qualquer reivindicação, pois o

---

<sup>4</sup> Os anos polares são momentos em que a comunidade científica internacional tem na sua agenda investigações multidisciplinares, dando especial atenção aos estudos de fenômenos de máxima atividade solar.



polo é o ponto de convergência de todos os territórios reivindicados; a União Soviética, por sua vez, instalou bases em quase todos os setores da costa, também como uma reação à atitude norte-americana (COELHO, 1983).

Se, por um lado, a partir do Ano Geofísico Internacional, mais precisamente da elaboração do Tratado, a Antártida deixou de ser aquela representação “geográfica de um espaço parcialmente habitado” para se tornar um “espaço de ciência” (DODDS, 1997, p. 29), por outro, as atividades científicas se inserem na Antártida como um instrumento geopolítico para neutralizar as questões de soberania” (LAWS, 1987, p.250).

O relativo consenso em torno do Tratado Antártico deve ser analisado sob uma conjuntura geopolítica mais ampla: o valor estratégico periférico da Antártida, ou seja, no tabuleiro geopolítico das regiões polares, o Ártico sempre representou a prioridade geoestratégica, sendo uma das “zonas quentes” da Guerra Fria, portanto, a região antártica poderia ser passível de negociação (GANDRA, 2013; COLACRAI, 2004); o pequeno grupo de Estados reivindicantes, oficialmente sete, contribuiu para dirimir conflitos; a manutenção do direito relativo às reivindicações territoriais (conforme preconiza o artigo IV do Tratado); o protagonismo e o caráter hegemônico dos Estados Unidos, que nunca reconheceram atos de soberania na região; e a bipolaridade da Guerra Fria, na qual o balanço de poder gravitou entre duas superpotências apenas, fato que acabou convergindo para o diálogo em torno da internacionalização. Embora exista divergência entre alguns autores realistas quanto ao grau de estabilidade da balança de poder, no que diz respeito a um sistema internacional bipolar ou multipolar (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 30), o fato é que a bipolaridade da Guerra Fria rompeu com a flexibilidade que caracterizava o antigo sistema, marcado por constantes mudanças de alinhamentos e alianças. A rigidez do sistema bipolar manteve as alianças político-militares separadas pela “cortina de ferro”, conforme observou Hans Morgenthau (1990, p. 69), estabilizando ou postergando potenciais conflitos, como foi o caso da Alemanha (HOBSBAWN, 1995, p.249) e da Antártida.

O arrefecimento do conflito leste-oeste coincide com a expectativa de uma revisão do Tratado, em 1991, ano em que foi ratificado o Protocolo de Proteção Ambiental do Tratado da Antártica (Protocolo de Madri), que estabeleceu uma moratória sobre a exploração dos recursos minerais até 2048. As primeiras décadas do século XXI vêm testemunhando uma maior relevância da dimensão científico-ambiental dentro do Sistema do Tratado Antártico,

fato que culminou na execução do 4º Ano Polar Internacional (2007-2009)<sup>5</sup>. Todavia, enquanto a questão territorial latente não for equacionada, não será possível vislumbrar qualquer ruptura no paradigma geopolítico antártico, estabelecido na bipolaridade da Guerra Fria.

## O CONTEXTO (GEO)POLÍTICO DO ÁRTICO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

No Ártico, região mais sensível aos efeitos das mudanças climáticas, com um regime internacional pouco coeso, ou seja, com uma regulamentação internacional incipiente, no que tange às questões territoriais e de soberania, a instabilidade (*geo*<sup>6</sup>) política é maior do que na Antártida (SANTOS, 2016; JÚNIOR; ROSA; SIMÕES, 2016.). Se o Tratado Antártico congelou o litígio territorial e a expectativa de exploração econômica na região antártica, circunscrevendo-a ao sul do paralelo de 60° S, o mesmo não se aplica ao Ártico, cujas definições jurídico-geográficas são, ainda, muito imprecisas; em outras palavras, não há um consenso nem mesmo sobre a sua delimitação (COLACRAI, 2004; SILVA, 2016).<sup>7</sup> O derretimento da cobertura de gelo no Ártico vem, gradualmente, não só ampliando as áreas de exploração dos recursos naturais (petróleo, gás natural, entre outros)<sup>8</sup>, como, também, permitindo o acesso a novas rotas de navegação (figura 2): a Passagem do Noroeste (costa do Canadá, Groenlândia e Alasca), e a Passagem do Nordeste (costas da Rússia e Noruega). Essas novas rotas significam uma redução de mais de 40% do atual trajeto entre a Europa, América do Norte e Ásia, que atualmente ocorre através dos Canais de Suez e Panamá (TRILLO BARCA, 2012 apud SANTOS, 2016). Esse novo contexto geopolítico vem induzindo conflitos de reivindicações territoriais, especialmente por parte da Rússia, que, em 2001, propôs na Comissão de Limites da Plataforma Continental da O.N.U (CLPC) a expansão de sua Plataforma continental no Oceano Ártico, e, em 2007, em um gesto

---

<sup>5</sup> O 4º Ano Polar Internacional representou a reafirmação da ciência internacional dentro do contexto político e geopolítico das regiões polares, em especial do continente antártico. Assim como nos Anos Polares anteriores, pesquisadores (de mais de 60 países) foram enviados para a execução de pesquisas de vanguarda, com a finalidade de analisarem processos ambientais na região ártica e antártica e suas conexões com o resto do planeta.

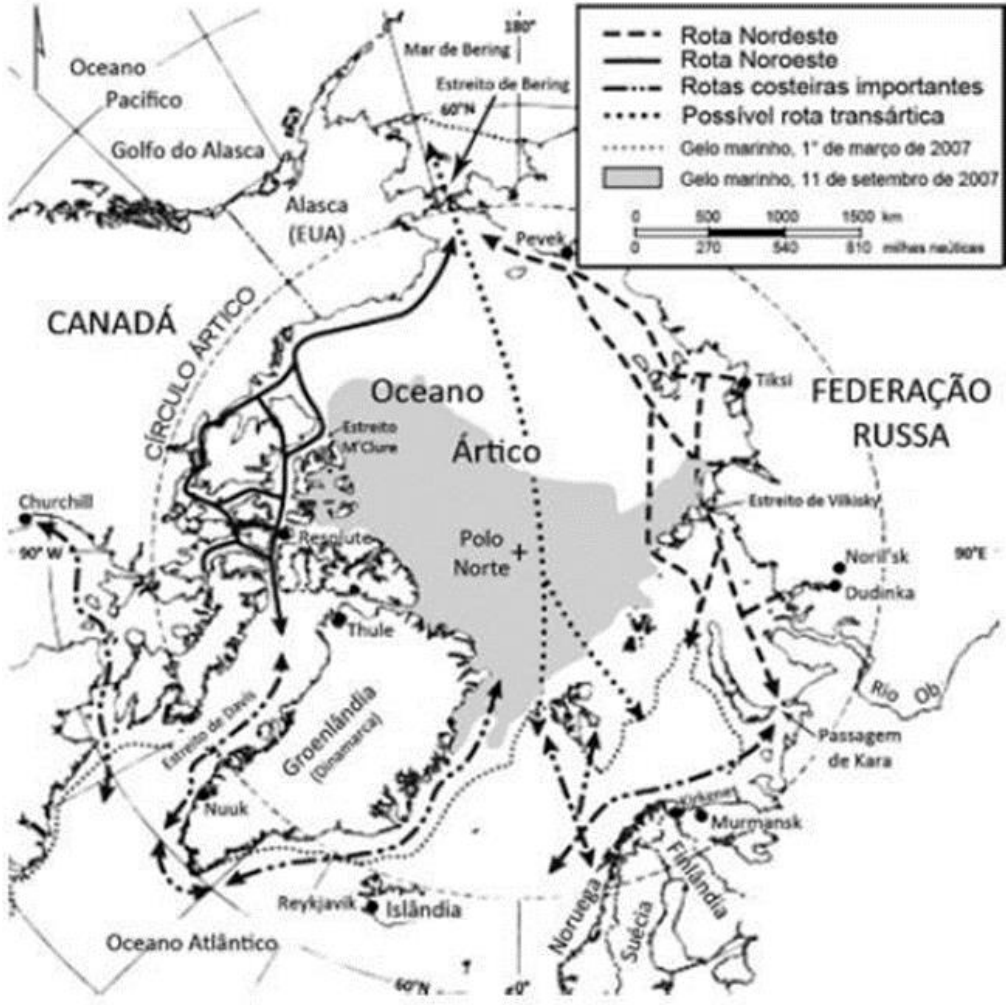
<sup>6</sup> Grifo do autor

<sup>7</sup> Dependendo do Critério utilizado, o Ártico pode estar circunscrito ao Círculo Polar Ártico, delimitado pelas terras perenemente congeladas (permafrost), ao prolongamento da camada de gelo, ao limite da linha das árvores (treeline), ou à isoterma de 10°C

<sup>8</sup> As reservas comprovadas de hidrocarbonetos (petróleo e gás) no Ártico representam, atualmente, mais de 12% das reservas mundiais (LINDHOLT, 2006, apud SANTOS)

simbólico, cravou a sua bandeira no leito marinho do referido oceano. Embora declare oficialmente que “não há potencial para qualquer tipo de conflito no Ártico”<sup>9</sup>, o fato é que a Rússia vem, nos últimos anos, reativando bases militares naquela região, ainda estratégica do ponto de vista bélico, tanto para este país, quanto para os Estados Unidos.

Figura 2: Rotas marítimas no Ártico



Fonte: SANTOS, L. E. F.; JÚNIOR, E. S; SIMÕES J C.; FILIPPI, E. E. O Brasil e o Ártico. Lisboa, Revista. Finisterra. LIII(107), 2018, pp. 125-139.

O regime do Ártico é complexo e ainda está em formação (YOUNG, 2012, apud SANTOS, 2016). Assim, nele aplicam-se muitas regulamentações, desde a Convenção das

<sup>9</sup> Declaração do chanceler russo Serguêi Lavrov durante a reunião do Conselho Ártico (11/04/2017). In: [https://br.rbth.com/politica/2017/05/15/russia-e-ocidente-negam-conflitos-em-torno-do-artico\\_762959](https://br.rbth.com/politica/2017/05/15/russia-e-ocidente-negam-conflitos-em-torno-do-artico_762959) (25/7/2020)

Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), de 1982, (ainda hoje não ratificada pelos Estados Unidos, um dos principais atores da região ártica, junto com a Rússia) até acordos bilaterais e multilaterais entre os Estados Árticos, como, a Declaração de Ottawa (1996), que instituiu o Conselho Ártico<sup>10</sup>. Por se tratar, basicamente, de um oceano congelado, a CNUDM, especificamente nos seus artigos 234, que dispõe sobre as áreas cobertas de gelo, e 76, que define a plataforma continental e a possibilidade de sua expansão, apresenta-se como instrumento jurídico internacional mais apropriado para dirimir as questões de soberania e o litígio territorial naquela região (SILVA, 2016). Utilizando-se desse expediente jurídico-legal, a Federação Russa, conforme abordado anteriormente, tornou-se o primeiro país a fazer uma submissão à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC), em 2001. A proposta russa abrangia, segundo Silva (2016): áreas da plataforma continental na parte central do oceano Ártico, bem como, no mar de Barents, no mar de Bering e no mar de Okhotsk, uma área total de cerca de 1,2 milhão de km<sup>2</sup>, incluindo regiões potencialmente ricas em petróleo e gás natural na região das elevações (ridges) de Lomonosov e Alpha- Mendeleev, áreas que parcialmente poderão também ser pleiteadas pelo Canadá, Dinamarca, Estados Unidos e Noruega. Os quatro países enviaram notas diplomáticas para a CLPC no que tange ao pleito russo, além do Japão que contesta a presença russa em quatro ilhas (Etorofu, Kunashiri, Shikotan e Habomai), incluídas no pleito russo que criam uma zona econômica exclusiva e plataforma continental a partir de ocupação de território japonês desde o término da Segunda Guerra Mundial.

Às submissões da Rússia, seguiram-se as da Noruega (2006), Dinamarca (2009) e Canadá (2013). Embora medidas e políticas a favor de uma governança ártica tenham sido estimuladas, ainda durante a Guerra-Fria, como o Tratado sobre o Urso Polar (Ágreement on the Conservation of Polar Bears), em 1973, e as Iniciativas de Murmansk, propostas por Gorbachev (1987) “conclamando os Estados da região para uma ampla cooperação no Ártico, em termos de comércio, meio ambiente, cultura e controle de armamentos (SILVA, 2016)”, as disputas territoriais acirraram-se no início do presente século, paralelas à perspectiva de expansão das áreas de exploração de recursos naturais e à liberação de novas rotas de navegação pelas mudanças climáticas. Na prática, de acordo com Silva (2016): todos os cinco Estados costeiros têm reivindicações de plataformas continentais sobrepostas (overlaps),

---

<sup>10</sup> O Conselho Ártico é uma organização intergovernamental que trata de temas enfrentados pelos governos dos Estados e populações indígenas do Ártico. São oito os Estados-membros: Canadá, Dinamarca, Estados Unidos, Finlândia, Islândia, Noruega, Rússia e Suécia.

dentro do limite das 200 milhas marítimas ou além, no oceano Ártico: Canadá e os Estados Unidos no mar de Beaufort; Canadá e Dinamarca (Groenlândia) no mar de Lincoln; Dinamarca (Groenlândia) e Noruega (Spitsbergen) no norte do mar da Groenlândia; Noruega (Spitsbergen) e Federação Russa na parte norte do mar de Barents; Federação Russa e Dinamarca/Canadá na parte central do oceano Ártico e, provavelmente, também os Estados Unidos<sup>11</sup>.

A Rússia pode ser considerada como um dos grandes estrategistas no contexto geopolítico do Ártico, bem como uma das potências mais beneficiadas pelo atual contexto geopolítico-ambiental daquela região. Embora seus interesses não estejam claramente expostos, o fato é que, nas últimas décadas, vem reforçando a sua estrutura industrial e militar naquela região, em especial ao longo da rota do Mar do Norte, a qual vem testemunhando um grande incremento no tráfego comercial (carvão, gás natural liquefeito, óleo e minerais), neste início de século (Tabela 1).

Tabela 1: Tráfego comercial na rota do Mar do Norte (em milhões de toneladas)

201	201	201	201	201	201	2024
3	4	5	6	7	8	(previsão)
2.8	3.7	5.1	7.5	9.7	18	80

Fonte: LARUELLE, M. *Russia's Arctic Policy: a Power Strategy and its Limits*. Russie. Paris, Nei.Visions No. 117, IFRI, march, 2020.

A exemplo da Antártida, se questiona a viabilidade de um Tratado Ártico, através do qual uma governança global, fundamentada na investigação científica, proteção ambiental e desmilitarização prevalecesse. Em 2008, o Parlamento Europeu chegou a sugerir negociações nesse sentido (SANTOS, 2016), contudo, diferentemente do contexto geopolítico do qual emergiu o Tratado Antártico, atualmente, não há um consenso avalizado pelos Estados Unidos e pela Federação Russa sobre essa questão; em outros termos, ambos concordam que as questões de segurança deveriam ser preservadas em um eventual Tratado, que deveria ser focado apenas nos pressupostos de cooperação científica (SANTOS, 2016).

Enquanto não se consolida um consistente regime internacional para o Ártico, outros atores chegam à região, atraídos pela possibilidade de exploração dos seus recursos e pela

<sup>11</sup> Nota do autor: por não serem signatários da CNUDM, os Estados Unidos não podem realizar submissões à CLPC (SILVA, 2016).

abertura, ainda que sazonal, das novas rotas de navegação (que podem ser utilizadas também para fins militares), em especial a China, que vem se mostrando um parceiro econômico estratégico da Rússia, e outros países asiáticos como a Coreia do Sul, o Japão e a Índia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A geopolítica das regiões polares, conforme abordado anteriormente, não deve ser analisada como um fenômeno espacial homogêneo, sendo necessário considerar as especificidades político-geográficas de cada região. A relativa governança e estabilidade geopolítica na Antártida, construída no contexto de equilíbrio de poder da Guerra-Fria, se, por um lado, acomodou interesses econômicos, ambientais e científicos, por outro, ainda não equacionou a questão territorial, estrategicamente jogada para o futuro.

No que tange ao Ártico, a questão geográfico-territorial é mais complexa, envolvendo diferentes atores e interesses (Estados, populações autóctones, empresas, cientistas, ambientalistas, etc.). Se a Antártida se caracteriza como um continente relativamente isolado, o Ártico se apresenta como um oceano, cercado por uma vizinhança cada vez mais barulhenta.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARNES, Jorge Berguno. Historia Intelectual del Tratado Antártico. *Boletín Antártico Chileno*, Santiago, v. 19, n. 1, p. s/n. mayo 2000.
- BECK, Peter. *The International politics of Antarctica*. London & Sydney: Croom Helm, 1986.
- CASTRO, Therezinha de. *Rumo à Antártica*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1976.
- CHATURVEDI, Sanjay. *The Polar Regions. A Political Geography*. Baffins Lane, Chichester/England: John Wiley & Sons Ltd., 1996.
- CHILD, Jack. *Antarctica and South American Geopolitics – Frozen Lebensraum*. New York/London: Praeger, 1988.
- COELHO, Aristides Pinto. *Nos Confins dos Três Mares...a Antártida*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1983.



COLACRAI, Miryam. *El Ártico y la Antártida en las relaciones internacionales*. Porto Alegre, UFRGS/editora, 2004.

DODDS, Klaus. *Geopolitics in Antarctic - Views from the Southern Oceanic Rim*. England: John Wiley & Sons Ltd, 1997.

GANDRA, Rogério Madruga. *Geopolítica antártica no limiar do século XXI: a definição de um projeto estratégico-científico para o Brasil na Antártida*. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Pós-Graduação em Geografia. UFRGS: Porto Alegre, 2013.

HANSOM James, D.; GORDON John E. *Antarctic Environments and Resources. A Geographical Perspective*. New York: Longman, 1998.

JÚNIOR Enoil de Souza; ROSA, Katia Kellen da; SIMÕES, Jefferson C. Novas Dinâmicas Territoriais no Ártico: Cooperação ou Nova Guerra Fria? *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, v. 42, n.2, p. 1-15, ago. 2016.

LAWS, R. *Science, the Treaty and the Future*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. In: Dodds John Wiley, Chichester. *Geopolitics in Antarctica: views from the Southern Oceanic Rim*. New York-Toronto: Scott Polar Research Institute-John Wiley & Sons, 1997,

MORGENTHAU, Hans J. *Escritos sobre Política Internacional. Estudio preliminar*. Traducción y notas de Esther Barbé. Madri: Editorial Tecnos (Grupo Anaya, S.A), 1990.

HOBSBAWN, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. Tradução Marcos Santarrita; revisão: Maria C. Paoli - SP, Cia das Letras, 1995.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

SANTOS, Leo Evandro Figueiredo. *Cooperação e Conflitos nas Regiões Polares – um cenário para o século XXI*. 2016. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PPEE/UFRGS, 2016.

SILVA, Alexandre Pereira da. O direito internacional e o renovado interesse pelo Ártico. *Anuario Mexicano de Derecho Internacional*, Ciudad de México, v. XVI, p. 213-253, 2016.

VILLA, Rafael Duarte. *A Antártida no Sistema Internacional*. São Paulo: Hucitec, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The modern world-system: mercantilism and the consolidation of the european world-economy (1600-1750)*. NY, Academic Press, 1980.